

UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO
FACULDADE DE FILOSOFIA, LETRAS E CIÊNCIAS HUMANAS
DEPARTAMENTO DE CIÊNCIA POLÍTICA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIA POLÍTICA

Portugal, 1974-1976: Entre o Passado e o Futuro

Claudio de Farias Augusto

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Ciência Política, do Departamento de Ciência Política da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo, para a obtenção do título de Doutor em Ciência Política.

Orientador: Profa. Dra. Célia N. Galvão Quirino

volume 1

São Paulo
2002

À Graça, pelo amor verdadeiramente revolucionário.

A Gustavo, resultado desse amor.

A meus pais, Waldir e Lúcia, pelo carinho, apoio e estímulo da vida inteira.

A minhas tias, Laura e Maninha, com eterna gratidão.

LXXVI

Uma porta se abrirá
Num dos Reinos Africanos,
Contrária aos Arrianos, Que nunca se cerrará.
A vaca receberá
A nova gente que vem,
Com prazer de tanto bem
Seu leite derramará

LXXVIII

Um grão Leão se erguerá
E dará grandes bramidos:
Seus brados serão ouvidos, e a todos assombrará.

LXXXIX

Passará, e dará bocado
Na terra da Promissão,
Prenderá o velho Cão,
Que anda muui desmandado.

.....

XCIX

Já o tempo desejado
É chegaso
Segundo o firmal assenta
Já se passam os quarenta
Que se ementa
Por um Doutor já passado.
O Rei novo é acordado
Já dá brado:

.....

O Rei novo é escolhido,
E elegido,
Aprazendo ao Rei dos Céus
Trará por ambas as Leis,
E nestes seis
Vereis coisas de espantar.

CII

Este Rei tem um Irmão,
Bom Capitão.
Não se sabe a irmandade?
Todo é nobre em bondade;
E na verdade
Que sairá com o pendãos.

*O futuro de Portugal – que não calculo, mas sei – está escrito nas trovas do
Bandarra(...). Esse futuro é sermos tudo.*
Fernado Pessoa

RESUMO

O Estado Moderno – talvez a principal invenção de nossa era –, tal como foi concebido no seio das sociedades européias ocidentais a partir do século XVI/XVII, introduziu no horizonte da paisagem política do Ocidente, dentre outras, duas, literalmente antigas, *novidades*: a ação política revolucionária, que, por vezes, transforma-se em Revolução, e a obsessiva (re)definição de Democracia, juntamente com a tentativa não menos obsessiva de seu exercício.

A *Revolução dos Cravos*, uma rebelião militar ocorrida em Portugal em 1974, determinou profunda mudança na vida deste país a partir de radical transformação do quadro político-institucional. O período compreendido entre 25 de abril de 74, data da tomada do poder, e 25 de novembro de 75, quando ocorre outro importante episódio militar, será, em nosso entender, o definidor da via política *escolhida* pela sociedade portuguesa para atender às diversas demandas sociais, econômicas e políticas, fortemente reprimidas pelo regime salazarista derrubado.

Pensamos que esta experiência portuguesa permite discutir as vicissitudes da institucionalização de processos revolucionários frente à possibilidade de estabelecimento de um regime democrático pluripartidário, uma vez que criou um *conselho* para governar o país, conforme observa Hannah Arendt, nos moldes da tradição revolucionária européia, durante o período denominado por ela de *libertador*, e, também, incorporou imediatamente à vida política os partidos políticos, que na concepção weberiana cumprem papel fundamental na legitimação das democracias ocidentais,

Por isso, analisar o processo político português ao longo desses dezenove meses, com ênfase na relação entre os militares, representados pelo *Movimento das Forças Armadas-MFA*, incontestes detentores do poder político, exercido por meio da *Assembléia do MFA* e do *Conselho da Revolução*, e as lideranças civis, organizadas em partidos políticos, é o objetivo a que se propõe este trabalho.

Palavras-Chave: Revolução dos Cravos. Teoria da Revolução. Portugal 1974-1975.

ABSTRACT

The modern state – perhaps the main invention of our era – as it was conceived among the western european society's from the XVI/XVII centuries on introduced in the political scenary's horizon of the occident, among others two litterally ancient novelties: the revolutionary political action which, sometimes, changes into Revolution and the obsessive (re)defintion of Democracy, toghether eith the not less obsessive attempt of it's exercise.

The “Revolução dos Cravos”, a military rebellion occured in Portugal in 1974 has determined deep changes in the country's life through the radical change in the political-insstitutional scenary.

The period between April 25 th q974, day of power seizure and novembaer 25 th, 1975, when another important militar episode takes place will be, according understanding, the definer of the political way “chosen” bey the portuguese society to fullfill it's many social, economical anda political demands, strongly supressed by the defeated salazarist regimen.

We think that this portuguese experience allow us to discuss the vicissitudes of the institutionalization of the revolutionary process facing the possibility of stablishing a democratic pluripartidary regimens, since it has createde a “council” to govern the country, according to Hannah Arendt's observation, in the way of the european revolutionary tradition during the priod named by her as “liberator” anda also imediately incorporating the political parties into the political life, wich according to the wberian conception, play a fundamental role in the legitimation of the western's democracies.

As so, analysing the portuguese political process during this nenteen months, empahsizing the relations between the military men, represented by the Armed Forces Movement – the MFA – unquestionable holders of the political power exercised through the “MFA's Assembly” , the “Revolution Council” and the civilian leaderships organized in political parties is the main objective of this work.

Key Words: “Revolução dos Cravos”. Portugal -1974-1976. Theory of Revolution.

AGRADECIMENTOS

O desenvolvimento deste trabalho foi possível a partir da colaboração e da compreensão de diferentes pessoas e instituições, e, por isso, agradeço: à professora Célia Nunes Galvão Quirino dos Santos, minha orientadora, além de tudo, pelo estímulo e paciência; a Universidade Federal Fluminense -UFF, particularmente, às funcionárias da CCD, da Pró-Reitoria de Pesquisa e Pós-Graduação – PROPP, que com eficiência e boa vontade acolheram minhas solicitações; aos colegas do Departamento de Ciência Política da UFF que me apoiaram, especialmente, aos professores e amigos, Eurico Figueiredo, Renato Lessa e Carlos Sávio Teixeira, por bem mais do que isso; a CAPES, pelo apoio financeiro aqui e no exterior; ao PPGCP da USP, particularmente, ao professor Cláudio Vouga; à Raí e à Márcia, e aos colegas de curso, Rossana, Roberto e Paulo, pelo imenso apoio; ao Instituto de Ciências Sociais – ICS, da Universidade de Lisboa, particularmente, ao professor Manuel Villaverde Cabral, por me acolher em Portugal, e a Dr^a Maria Eugénia, pelo apoio; ao Centro de Documentação 25 de Abril, da Universidade de Coimbra, nomeadamente, à Dr^a Natércia Coimbra e ao Dr^o Patrício, bem como, às dedicadas e atenciosas funcionárias; ao capitão de Abril, Vasco Lourenço, ao Moraes, pela amizade e companheirismo; aos amigos de meu pai e também meus, Gastão, Dario, Araújo, Henrique, Hamilton e Carlinhos, pela amizade de sempre, aos profissionais solícitos de diversas instituições públicas e privadas que com sua atenção viabilizaram parte da bibliografia; à Dionéia, com carinho e estima, ao Sr^o José, pelo imenso apoio; à Marlene e à Eliane, pela colaboração; aos amigos e garçons do Bar Galícia, pelo prazer da conversa.

Siglas

AIT - Associação Internacional dos Trabalhadores
AM - Academia Militar
AMFA - Assembléia do Movimento das Forças Armadas
AN - Assembléia Nacional
ANP - Associação Nacional Popular
AOC - Aliança Operária e Camponesa
ASP - Associação Socialista Popular
BR - Brigadas Revolucionárias
CC - Comissão Coordenadora do Programa do MFA
CCMC - Comissão Coordenadora do Movimento dos Capitães
CDE - Comissão Democrática Eleitoral
CDS - Centro Democrático Social
CE – Conselho de Estado
CEMA – Chefia do Estado Maior da Armada
CEME - Chefia do Estado Maior do Exército
CEMFA – Chefia do Estado Maior da Força Aérea
CEMGFA - Comando do Estado Maior General das Forças Armadas
CODICE – Comissão Dinamizadora Central (5ª. Divisão do EMGFA)
COPCON - Comando Operacional do Continente
CR - Conselho da Revolução
CRTSM - Comissões Revolucionárias de Trabalhadores, Soldados e Marinheiros
CS - Conselho Superior do MFA
CUF - Companhia União Fabril
CV - Conselho dos Vinte (do MFA)
DGS - Direção Geral de Segurança
EMGFA – 5ª. Divisão do Estado Maior General das Forças Armadas
EN - Emissora Nacional de Rádio e Difusão
FA - Forças Armadas
FAP - Frente de Acção Popular
FMI - Fundo Monetário Internacional
FNLA - Frente Nacional de Libertação de Angola

FPLN - Frente Patriótica de Libertação Nacional
FRELIMO - Frente de Libertação de Moçambique
FSP - Frente Socialista Popular
FUR - Frente de Unidade Revolucionária
GNR - Guarda Nacional Republicana
GP - Governo Provisório
JSN - Junta de Salvação Nacional
MC - Movimento dos Capitães
MDP - Movimento Democrático Português
MDLP – Movimento Democrático para a Libertação de Portugal
MFA - Movimento das Forças Armadas
MP - Mocidade Portuguesa
MPLA - Movimento Popular de Libertação de Angola
MRPP - Movimento Reorganizativo do Proletariado Português
OIT - Organização Internacional do Trabalho
ONU - Organização das Nações Unidas
OTAN - Organização dos Tratados do Atlântico Norte
OUA - Organização da Unidade Africana
PAIGC - Partido Africano de Independência da Guiné-Bissau e Cabo Verde
PCP - Partido Comunista Português
PDC - Partido Democrata Cristão
PIDE - Polícia Internacional e de Defesa do Estado
PPD - Partido Popular Democrático
PPES - Programa de Política Económica e Social
PRP - Partido Revolucionário do Proletariado
PS - Partido Socialista Português
PVDE - Polícia de Vigilância e Defesa do Estado
QEO - Quadro Especial de Oficiais
QP - Quadro Permanente
RALIS - Regimento de Artilharia de Lisboa
RML - Região Militar de Lisboa
RTP – Rádio e Televisão Portuguesa
SEDES - Associação para o Desenvolvimento Económico e Social

UDP - União Democrática Popular

UN - União Nacional

UNITA - União Nacional para a Independência de Angola

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO	12
2. REVOLUÇÃO	30
2.1 A Grécia: pólis e stásis	33
2.2 A Modernidade: revolução e instituições	53
2.2.1 <i>Visões do século XIX</i>	55
2.2.2 <i>Visões do século XX</i>	81
3. A “REVOLUÇÃO DOS CRAVOS”	93
3.1 O colonialismo tradicional extemporâneo	94
3.1.1 <i>O salazarismo e a construção do futuro</i>	96
3.1.2 <i>A guerra na África: e o futuro chegou</i>	118
3.1.3 <i>Dr. Salazar e a desconstrução do futuro</i>	123
3.1.4 <i>O período caetanista: do futuro desconstruído à implosão dos escombros</i>	140
3.2 1974-1976: a Revolução entre o passado e o futuro	163
3.2.1 <i>Seis governos e um destino</i>	165
3.2.2 <i>Oito cravos vermelhos no Jardim da Europa</i>	191
3.2.3 <i>Governos de ministérios vs. Governos de mistérios</i>	209
4. CONCLUSÃO	246
5. BIBLIOGRAFIA	250
6. ANEXOS	269

1. INTRODUÇÃO

“Ora o mínimo, o indispensável social é a ordem pública, sem a qual as mais simples actividades sociais, individuais ou coletivas, nem sequer podem existir. Os governantes naturalmente indicados por um Estado de Transição são, pois, aqueles cuja função social seja particularmente a manutenção da ordem. Se uma nação fosse uma aldeia, bastaria a polícia; como é uma nação, tem de ser a Força Armada inteira.”

Fernando Pessoa, *O Innterregno. Defesa e Justificação da Ditadura Militar em Portugal*, 1928.

Luis XVI : C'est une revolte.

Liancourt : Non, Sire, c'est une revolution.

Paris, 14 de julho de 1789.

O advento da modernidade – quando simultaneamente são forjados um novo modo de produção, o capitalismo, um novo *locus* para o poder político, o Estado Moderno, e um novo modo de se conhecer o mundo, a ciência moderna – determinará um novo padrão político-cultural para o homem ocidental, ao redefinir antigos conceitos, como liberdade e igualdade, ao criar outros, como trabalho e relações sociais, e, ainda, ao reinventar instituições, como o Estado e a própria Igreja.

No entanto, será a recriação da relação público/privado, a partir da emergência do indivíduo e da sociedade, que marcará definitivamente o mundo moderno. Até então, de Platão a São Tomás de Aquino, passando por Aristóteles, Cícero, Santo Agostinho e tantos mais, seja por temor aos desígnios terrestres ou aos desígnios dos céus, ou a ambos, os filósofos sempre almejavam formular as bases para o estabelecimento de uma cidade que possibilitasse a ação política mais próxima da justiça e da perfeição, pretendendo com isso viabilizar a existência, de forma feliz, do homem em comunidade.

Nesse sentido, desde o estabelecimento da *pólis* grega até o advento da cidade moderna, os homens foram pensados como uma totalidade, na qual o cidadão se sobrepunha ao indivíduo, caracterizando as comunidades humanas como essencialmente políticas, da mesma forma que a relação entre seus membros.

Ainda que ao longo desse extenso período, não só as propostas filosóficas, mas também as experiências históricas, tenham tentado consolidar o espaço do indivíduo e redefinir as bases da cidadania, será a garantia de unidade da comunidade política, seja pela preservação de bens terrenos, seja pela preservação de bens celestes, ainda que estes de obtenção futura, o grande estímulo para a formação de homens para o exercício da maior das virtudes do ponto de vista da política, que é a capacidade de administrar com justiça os conflitos inerentes ao mundo dos negócios humanos, para usarmos uma expressão cara a Hannah Arendt.

Desse modo, podemos observar que tanto a total autonomia e auto-suficiência da *pólis*, almejada pelo pensamento político grego, quanto a uniformização proporcionada pela experiência romana, a partir da invenção de instituições específicas para o exercício da política, bem como, a hegemonia do pensamento religioso no período medieval, impondo aos homens uma única e definitiva escolha, o reino do Céu ou as trevas do Inferno, visavam sempre a

preservação da unidade do núcleo de poder político, com base na concepção de um cidadão que prevalece sobre o indivíduo.

Paradoxalmente, será com a construção de utopias, inspiradas no pensamento político da Antigüidade Clássica, que o mundo moderno irá mostrar que sua complexidade se traduz pela dimensão de sua diversidade. Com Morus e Bacon, ou mesmo com Comte e Marx, pouco a pouco, dramaticamente, com vigorosas e realistas observações sobre o mundo que os cercava, os modernos se aperceberam de que haviam *inventado* a sociedade. Entretanto, se deram conta também de que apesar de crescentes ganhos relativos à qualidade de vida material, flagrantemente denotados pelo crescimento populacional, não souberam construir com igual competência uma vida política que garantisse um padrão mínimo de justiça social.

Qualificar a justiça, como acabamos de fazer, será mais uma decorrência dos tempos modernos, pois, até então, falar de justiça entre os homens significava falar de justiça entre os componentes de uma sociedade fundamentalmente política, onde buscar justiça significava buscar o maior ideal político.

Assim, retomando o direito natural em substituição à ideologia religiosa medieval, a Modernidade saberá imputar a indivíduos e a cidadãos a responsabilidade pela preservação desse bem maior e fundamental que é a vida humana, permitindo pensarmos, tanto a sociedade quanto o indivíduo, com relativa independência do Estado e do cidadão, e rearranjando, com a introdução de razoável dose de complexidade, a relação público/privado.

No entanto, da contenda travada entre o Estado Moderno – reivindicador permanente de monopólios que lhe confirmam poder desmesurado – e os diversos segmentos sociais – que, por seu turno, reivindicam a possibilidade de controlar e compartilhar desse poder –, é que surgem, a partir do século XVIII, as propostas políticas que buscam a consolidação dos direitos civis dos cidadãos.

Se nos pautarmos na visão já clássica de T. H. Marshall, à garantia de proteção do espaço do indivíduo, somam-se, no século XIX, os ganhos relativos aos direitos políticos, ampliando-se, significativamente, a base para a tomada de decisões de interesse da coletividade.

Mas, o conjunto de ganhos de toda natureza criou e aguçou problemas, determinando a inclusão de uma nova face à cidadania contemporânea, exatamente, a dos direitos sociais. Assim é que neste nosso século, se considerarmos que os séculos da modernidade só terminam vinte anos depois do calendário, ganham força, por exemplo, reivindicações no campo do que hoje chamamos de “qualidade de vida”, obrigando a que os governos, em contrapartida, passassem a formular políticas apropriadas, políticas públicas e sociais.

Para tanto, o Estado foi obrigado a se apetrechar para responder às solicitações cada vez mais diversificadas e exigentes que partem da sociedade civil pela ação dos cidadãos, implantando gigantesca malha burocrática, que se tornaria inequívoca marca de sua racionalidade administrativa.

No mesmo sentido, à medida que se consolidou a ampliação da participação dos cidadãos no processo decisório, firmando as bases do estado democrático moderno, foi necessário instituir a idéia de representação política, estabelecida a partir da relação entre população e território.

Essa trajetória, contudo, apoiou-se, desde a Antigüidade, em uma relação básica entre os homens, a relação entre governantes e governados, que, por sua vez, deu margem para uma formulação que nos parece perpétua: “quem governa?”

As respostas que conseguimos dar a essa questão constituíram o desafio de nossa existência comum ao longo de mais de vinte e tantos séculos, implicando, entre outras coisas, na criação de conceitos e de instituições que tornassem viáveis, a cada momento, o *jogo* da política. No entanto, independentemente das diferentes formas desde o início experimentadas no estabelecimento da relação entre governantes e governados, podemos notar que estão sempre presentes duas figuras que se complementam: a do Estado e a do cidadão. Outra não foi a história da política senão definir e redefinir esses dois conceitos.

A cidadania, ao longo desses séculos, desde as questões relativas a sua aquisição, que tem também em Roma um ativo laboratório, até os desdobramentos contemporâneos que determinaram a instituição da representação política e do voto universal, conservou sempre sua razão básica de ser: o estabelecimento de uma relação de lealdade política entre uma cidade/estado e os homens, que, a partir dessa relação, adquirem *identidade política*.

Por seu turno, a *pólis* grega, que precariamente tentamos traduzir por “cidade-estado”, matriz original do centro de poder político no Ocidente, distancia-se diametralmente do Estado tal como hoje o concebemos, um dos principais engenhos produzidos pela Modernidade, sobretudo pela reinvenção em nosso tempo da criação romana de instituições apropriadas ao desenvolvimento da ação política.

Neste percurso político cumprido pelo Ocidente, devemos ressaltar o papel que a teoria contratualista retomada pelo pensamento filosófico inglês do século XVII, quando Thomas Hobbes lança mão do direito natural para formular novas bases para a ação política e justificar a defesa de um Estado forte, e John Locke, que, quase no final do século, será o responsável pela

construção do alicerce político em que se apoiará o liberalismo: a defesa dos direitos individuais e do parlamento, e, sobretudo, a defesa da propriedade.

A importância das premissas lockeanas tornar-se-á indelével pela sua influência nas duas grandes Revoluções do século seguinte: a americana, que, buscando uma via distinta do Estado, unitário monárquico de seu colonizador, acabará por conceber um novo Estado, federativo, que, pelo menos em tese, acreditava-se mais permeável a demandas e sujeito a um maior controle pelo corpo de cidadãos; e a francesa, que, por sua vez, também influenciada por herdeiros contratualistas como Rousseau, gravará no pensamento político moderno os direitos do homem e do cidadão, como parâmetros para o balizamento dos limites do poder do Estado.

Assim, com a ação política revolucionária, que caracteriza as Revoluções, incorporada ao universo político do Ocidente, o século XIX cuidará de incorporar outra *novidade*, a obsessiva redefinição de Democracia, obsessão que se intensificará no século XX após as trágicas experiências totalitárias, mas que, no entanto, não foi ainda suficiente para forjar uma sólida teoria.¹

As revoluções, pelo seu turno, são sempre controversas, pois, ao exacerbarem a essência da Política, o conflito, quebram os limites político-institucionais vigentes no espaço público onde acontecem. Assim, suas trajetórias são enredadas por uma espécie de nebulosa institucional, que se forma a partir tanto de indefinições e indeterminações por que passa o Estado, como pela multiplicação de desenhos e ações na sociedade civil, proporcionando uma profusa diversidade de interpretações dos processos revolucionários, processos estes que, via de regra, contemplam bem mais do que a óbvia e inevitável contenda entre revolucionários e contra-revolucionários.

Tal como a democracia, as revoluções acabaram também por carecer de uma teoria, que, pelo menos, a sustentasse de forma mais presente como objeto de discussão, até porque, a maior parte do planeta, está mais próxima de alguma revolução do que propriamente da estabilidade política. Por isso, recorrentemente, pesquisadores que se ocupam do tema observam e lamentam quanto ao segundo plano a que foi relegado o seu estudo.²

Não obstante, a partir dos anos 60 do último século, fundamentalmente pelo iníquo quadro político-social instalado em países do terceiro mundo, resultado de alterações institucionais que eram também anunciadas como revolucionárias, e de resistências a essas pretensões, que o interesse pelo tema cresceu aceleradamente; não só no âmbito da clássica

¹ Cf., por exemplo, DUNN, 1993. p. 1-45 e DAHL, 1993. p. 142-145.

² Cf. BOTTOMORE; RUBEL, 1964. p. 35; FINLEY, 1988. p. 60-1; HOWELL, 1985. p. 30-1; SCHMITTER, 1982. p. 35.

corrente filosófica da teoria política, onde podemos alinhar o trabalho de Arendt, *Sobre a revolução*, mas, também, no campo da ciência política, e aqui, sensivelmente estimulado pelo significativo desenvolvimento de propostas teóricas sobre a democracia e as condições de sua estabilidade, fortemente influenciadas pela visão de economistas e de formuladores da “teoria da escolha racional” por parte dos indivíduos em sociedade.

Embora não tenhamos o propósito de analisar exaustivamente a bibliografia sobre revolução, consideraremos, a seguir, alguns trabalhos que, demonstrativamente, podem balizar o interesse dispensado ao tema. Devemos preliminarmente, porém, adiantar que pelo menos em três pontos os pesquisadores concentram maior atenção: [i] a própria conceituação de revolução – e, como conseqüência, o estabelecimento de bases para a definição de sua extensão, para seu enquadramento em uma matriz classificadora e para a formalização de uma teoria, ou, pelo menos, de um balizamento mais rígido para o seu estudo; [ii] as causas que as produzem; e, por último, [iii] o futuro da idéia e do fenômeno revolucionário. De qualquer forma, desde o século XIX, as revoluções vêm sendo classificadas, de um modo geral, em dois grupos, o das “grandes” e o das “pequenas” revoluções, sendo o primeiro grupo restrito às experiências americana, francesa, russa e chinesa, e, no segundo, tenta-se distinguir revoluções de golpes de estado, rebeliões e guerras civis.

Inicialmente, tomemos por base a *Encyclopaedia of Social Science*, cuja primeira edição é de 1934, que inclui o verbete *Revolução e Contrarevolução*, de autoria de Alfred Meusel, que entende que o “termo revolução, fora do âmbito das ciências naturais, conota uma abrupta e profunda mudança, uma rutura maior na continuidade do desenvolvimento”, e que a ciência política do século XIX, ao usar o termo isoladamente sem adjetivos qualificativos, referiu-o à política, e vinculou-o à violência. Observa este autor, pioneiramente, três pontos que nos interessam em particular. O primeiro, diz respeito ao fato de Meusel considerar que mesmo as forças armadas estão sujeitas a sofrer transformações em um processo revolucionário, tornando-se permeáveis a motins, que acabam por denunciar seu estado de inoperância como corpo de proteção do estado. Mesmo que não ajam ativamente em favor das forças revolucionárias, a passividade na defesa do regime ou a desobediência aos comandos, afrontando a hierarquia, são suficientes para provocar sensível desorganização no seio militar. E, segundo ele, para as forças armadas, uma revolução não significa simplesmente uma mudança do padrão de batalha, pois,

acentua, “nenhum regime revolucionário herda de seu predecessor forças armadas que lutaram fortemente sem que estas estejam consideravelmente minadas”.³

No segundo ponto, ele chama a atenção para a importância que situações de calamidade pública, como a fome ou a guerra, podem ter como indutoras de revoluções.⁴ E o último, refere-se a sua afirmação de que, após ultrapassar seu primeiro estágio, e passar a enfrentar dificuldades econômicas e políticas, as revoluções podem ser entendidas como uma competição entre “reação e radicalismo”. A primeira dessas posturas congrega os contra-revolucionários em geral – desde os conservadores, passando, inevitavelmente, pelos proprietários de bens e de meios de produção, até os segmentos reacionários, habituados à idéia do poder de estado, como certos grupos profissionais e a pequena burguesia –, a outra, aglutina segmentos que desde a primeira hora acreditam na vitória da revolução, bem como antigos moderados, que tentam atrair os estratos inferiores para juntos formarem o que “é essencial, uma forte e militante organização radical”.⁵ Caso os radicais, após desgastantes esforços e embates, consigam unir a oposição ao antigo regime, e, assim, passarem a deter o controle do processo revolucionário, necessitarão, por um lado, de organizar uma força capaz de defender a revolução, e, por outro, de uma “teoria para ‘o período de transição’”,⁶ com o objetivo de reconciliar as contradições entre a vitória alcançada e os meios usados para consegui-la, o que faz com que as Grandes Revoluções encerrem sua primeira fase, via de regra, em uma, digamos, necessária ditadura, como ocorreu, exemplarmente, em França, com a doutrina de Robespierre na busca de implantação de uma sociedade livre e igualitária pela via do “despotismo da liberdade contra a tirania”.

Este trabalho não se propõe a organizar um quadro classificatório e procura acentuar que, principalmente a partir do século passado, o tema passou a espelhar o embate entre classes, a partir de reconhecida influência de Marx e Lênine. É de se notar que não há referência à Revolução Americana, e que a bibliografia, fortemente calçada em autores alemães, privilegia Marx, Engels e Lênine⁷.

Em 1937, Pitirim Sorokin, que tem importante participação no período precursor das ciências sociais no século passado, e tomou a revolução como tema de seu primeiro livro, *The sociology of revolution*, de 1925. Entretanto, é em seu trabalho mais conhecido, *Social and cultural dynamics*, uma alentada obra em quatro volumes, publicados entre 1937 e 1941, que, a partir da

³ MEUSEL, 1937. p. 369.

⁴ MEUSEL, 1937. p. 370.

⁵ MEUSEL, 1937. p. 374.

⁶ MEUSEL, 1937. p. 375.(com aspas no original).

⁷ Cf. MEUSEL, 1937. p.367-376.

ênfase na análise sócio-cultural de sociedades, podemos conhecer sua efetiva contribuição para o estudo das revoluções; em seu terceiro volume, *Flutuações das relações sociais, guerra e revoluções*,⁸ trás um ambicioso, e, para alguns, discutível conjunto de dados estatísticos,⁹ que, desde a Antiguidade, século V, até o início do século XX, 1925, mostram que ocorreram 1.622, como ele denomina, “perturbações internas”, no Ocidente.¹⁰ Em linhas gerais, busca estabelecer um paralelo entre os processos revolucionários e o que entende por transições culturais ou grandes crises sociais, pois, segundo ele, as revoluções ocorrem quando há uma desintegração, ou uma desordem em larga escala, dos sistemas cultural e social, ou melhor, do sistema sócio-cultural.

Em 1938, Crane Brinton publicou *Anatomia da revolução*, procurando mostrar “a necessidade de um estudo científico” sobre o assunto, e, por isso, dedicou o primeiro capítulo à discussão sobre dificuldades metodológicas para pesquisá-lo. Tentando aplicar métodos científicos à questão, acredita que, apesar dos defeitos, “o melhor esquema conceitual” deve ser inspirado na patologia, e, assim, considera “as revoluções – somente, entenda-se bem, por conveniência, e sem que isto pressuponha uma eterna e absoluta validade, e sem ressonâncias morais – como numa espécie de febre”, que, como no organismo humano, acompanha os distúrbios desde a fase anterior a sua ocorrência até à crise maior e à posterior convalescença¹¹. Como pretende comparar as revoluções americana, francesa, russa e a inglesa do século XVII, se propõe a responder uma questão que viabilize o procedimento comparativo: “o que as revoluções conhecidas têm em comum?”¹² Vale complementar que, segundo o autor, as revoluções ocorridas na Inglaterra, na França e na Rússia tiveram cursos semelhantes: uma base social ou de classe mais forte do que justificativas territorial ou nacionalista, um início moderado, uma crise em “reinado de Terror”, e todas acabaram em algo parecido a uma ditadura – Cromwell, Bonaparte, Stalin”. A Revolução Americana, por não seguir este padrão, deve ser utilizada como uma espécie de referência¹³. Torna-se importante ressaltar que o autor acrescentou à obra um organizado apêndice bibliográfico, que além de contemplar os escritos históricos sobre as quatro revoluções, discrimina a contribuição dos autores clássicos desde a

⁸ Usamos aqui uma edição abreviada, que, no entanto, contém os dados essenciais para o nosso propósito. Cf. SOROKIN, 1962. p. 927-977. A terceira seção desse volume intitula-se “Flutuação das perturbações internas nas relações intragrupos”.

⁹ Veja-se, adiante, a nota nº 48.

¹⁰ Podemos ter uma idéia das dificuldades que sempre permearam o estudo das revoluções, principalmente no que diz respeito aos critérios de classificação – sempre essenciais, em tudo –, se tomarmos em conta a posição de Chateaubriand, em *Ensayo sobre las revoluciones antiguas*, de 1874, que não reconhece “más que cinco revoluciones allá em la más remota antigüedad, y siete em la Europa moderna”; apud. LA MORA, 1956. p. 16.

¹¹ Cf. BRINTON, 1985. p.21 e 22.

¹² BRINTON, 1985. p. 27.

¹³ Cf. BRINTON, 1985. p.30.

antiguidade, de marxistas e, ainda, uma extensa relação – sob a rubrica “sociologia das revoluções” – de livros publicados desde o início do século até o final dos anos 30 que se ocuparam do tema em geral, sobretudo em uma perspectiva comparada, onde, ao lado de Lebon (*A psicologia da revolução*) e Sorokin (*Dinâmica social e cultural*), menciona Curzio Malaparte, com o seu conhecido e execrado *Coup d'état*, e autores socialistas e liberais.

Em 1956, Gonzalo Fernandez de La Mora, em um estudo preliminar de uma coletânea de artigos de um escritor espanhol reacionário, na pura acepção desse termo, Ramiro de Maeztu, após tecer considerações sobre o termo, suas acepções ao longo da história, e sua dimensão política, pondera que uma Revolução, com inicial maiúscula, é indefinível, pois está no mesmo plano do Renascimento e do Idealismo, que têm “uma localização espaço-tempo e um conteúdo determinado e histórico; ocorre em um lugar e em uma data, é um nome próprio, ou, para expressar com maior rigor, um conceito individual”.¹⁴ Nesse sentido, a revolução, por excelência, é a Revolução Francesa.

Embora, para nossos fins, não tenhamos particular interesse nos reptos de um monarquista cristão contra a república, o comunismo e a Revolução Espanhola, acreditamos que seja significativo explicitarmos o que o autor denominou de “a idéia de revolução em Maeztu”. Assim, La Mora, em parte citando o autor em questão, afirma que “para Ramiro de Maeztu a Revolução é um movimento unitário ‘que sacode o mundo desde o século XVIII’, e cuja quintessência está em Rousseau”.¹⁵ Por outro lado, no que diz respeito à contra-revolução, La Mora apresenta uma sugestiva posição de Maeztu: “a contra-revolução é defesa aonde a Revolução acoisa, e restauração aonde triunfou”.¹⁶

Exatamente três décadas depois da publicação do famoso livro de Brinton, em 1968, Walter Laqueur mostrou na bibliografia que integra o verbete que preparou para a primeira edição da *International Encyclopedia of the Social Science* – sob o título *Revolução* – que, além dos clássicos, pensadores que contribuíram para formar as bases das ciências sociais a partir do pós-guerra ocuparam-se do tema, como a própria Hannah Arendt, Raymond Aron, Carl Friedrich e Karl Mannheim. Esta bibliografia, que não pretende ser exaustiva, acompanhando a tendência da produção de conhecimento em nossa época, já contém artigos de publicações periódicas que objetivam discutir a teoria da revolução, como os de James Davies (*Em torno de uma teoria da revolução*) e Peter Amann (*Revolução: uma redefinição*). Deste verbete vale ressaltar, ainda, a definição:

¹⁴ LA MORA, 1956. p.17.

¹⁵ LA MORA, 1956. p. 84.

¹⁶ LA MORA, 1956. p. 93.

“revolução, em sentido mais comum, é uma tentativa de promover uma radical mudança no sistema de governo; isto freqüentemente implica no afrontamento de dispositivos constitucionais em vigor e o uso da força”. O autor propõe-se também a esquematizar um quadro geral para as causas, observando que “situações revolucionárias” necessariamente não resultam em revolução, e finaliza explorando o que chamou de “doutrinas sobre a revolução”, abordando desde os clássicos da primeira hora, como Burke e Paine, até as propostas da tradição marxista, incluindo Lênine, e passando, inevitavelmente, por Tocqueville.¹⁷

Na década de 80, podemos usar como referência o extenso verbete elaborado por Pasquino para o *Dicionário de Política* editado por ele, Bobbio e Matteucci em 1983. Neste trabalho encontramos uma clara disposição em se ampliar a decomposição do tema, pois, além de detalhada definição – “a revolução é a tentativa, acompanhada do uso da violência, de derrubar as autoridades políticas existentes e de as substituir, a fim de efetuar profundas mudanças nas relações políticas, no ordenamento jurídico-constitucional e na esfera sócio-econômica” – e da enumeração das causas, que o autor julga ser um debate “vasto e confuso”, inclui segmentos que tratam de guerrilha, de contra-revolução e de revolução permanente. Finaliza discutindo o futuro e a crise da idéia de revolução¹⁸. A bibliografia incorpora, naturalmente, trabalhos das décadas de 60 e 70, como o de Charles Tilly (*Da mobilização à revolução*), que é de 1978, que trata o fenômeno pela ótica da ação coletiva.

Mencionamos, ainda, como referenciais, os trabalhos de Peter Calvert, *Análise da revolução*, que se propõe a “averiguar de que forma e até que ponto é possível utilizar métodos estatísticos para formar uma imagem da ação revolucionária...”¹⁹ e, do mesmo Calvert, no início dos anos 90, *Revolução e contra-revolução*, um livro que aborda as teorias sobre revolução; John Dunn, *Revoluções modernas - uma introdução à análise de um fenômeno político*, que trata em uma perspectiva histórica as “revoluções” ocorridas na Rússia, México, China, Iugoslávia, Vietnan, Argélia, Turquia e Cuba;²⁰ Theda Skocpol, *Estados e revoluções sociais - análise comparativa da França, Rússia e China*, que se tornou uma referência na busca de explicações estruturais para o fenômeno revolucionário;²¹ e, A. S. Cohan, *Teorias da revolução*, que, em meados dos anos 70, visou identificar e dissecar teorias e modelos na análise de revoluções.²²

¹⁷ Cf. LAQUEUR, 1972. p.501-7.

¹⁸ PASQUINO, 1986. p.1121-1131.

¹⁹ Cf. CALVERT, 1974. p. 254-255.

²⁰ Cf. DUNN, 1972.

²¹ Cf. SKOCPOL, 1985.

²² Cf. COHAN, 1981.

Devemos ressaltar, finalmente, que há uma vertente de pesquisa sobre revolução que a enfoca por contraste com a estabilidade política, buscando compreender as ações coletivas, e, também, na senda da discussão sobre democracia e governo, estimulada, sobretudo, pela guerra fria e pelas ocorrências e perspectivas de agitação política no terceiro mundo, por conseguinte, a vem tratando de forma bem abrangente, como bem esclarecem os títulos tanto do trabalho pioneiro de S. P. Huntington, *A ordem política nas sociedades em mudança*,²³ que é de 1968, como dos quatro volumes produzidos pelo programa “Transições do regime autoritário: perspectivas da democracia na América Latina e no Sul da Europa”, patrocinado pelo Woodrow Wilson Center, editados, em 1986, por G. O’Donnel, P. Schmitter e L. Whitehead, com o título, *Transições do regime autoritário*.²⁴ Vale assinalar, que nessa perspectiva da “transição” dois pesquisadores olharam com atenção para Portugal, mesmo antes da Revolução, Philippe Schmitter e Kenneth Maxwell.²⁵

À luz das questões e da sucinta bibliografia aludida acima, cabe-nos fazer referência à questão da viabilidade de ocorrência de uma efetiva revolução no século XX, particularmente em sua segunda metade, para que possamos balizar o histórico acontecimento ocorrido em meados da década de 70 em Portugal.

Pasquino, no verbete citado anteriormente, que lembramos é do início dos anos 80, expõe seu ceticismo quanto a terem ocorrido ou a virem a ocorrer verdadeiras revoluções neste século – excetuando-se os casos específicos da Rússia e da China –, uma vez que os caminhos impostos pelo desenvolvimento industrial acabaram por fortalecer de tal forma estados e governos que, embora as causas corretamente apontadas como propulsoras de revoluções – que convergem para um perverso quadro de excessivas iniquidades política, social e econômica – continuem a existir, tanto nas sociedades industrialmente avançadas, como nas sociedades em desenvolvimento, são, no contexto contemporâneo, insuficientes. Esta impotência gerou, na opinião de Pasquino, uma “crise na idéia de revolução”, pois, por um lado, o contraste entre as conquistas alcançadas em termos de “democracia política, igualdade social e desenvolvimento econômico” por países que não “experimentaram mudanças revolucionárias” e as alcançadas pelos que sofreram, e por outro, a constatação da grande complexidade adquirida pelas sociedades, verdadeiros “sistemas”, que só poderão ser tomados após uma “ampla desagregação global”, viabilizaram e estimularam crescentemente mudanças graduais e constantes, que acabou por privilegiar e tornar “vitoriosa” a perspectiva reformadora, sobretudo, porque “os excessos e

²³ Cf. HUNTINGTON, 1975.

²⁴ Cf. O’DONNEL, SCHMITTER, WHITEHEAD, 1986; 1988 a ; 1988 b e O’DONNEL, SCHMITTER, 1988.

²⁵ Cf. SCHMITTER, 1999 e MAXWELL, 1999.

insucessos de muitas das Revoluções aumentaram a consciência de que, em alguns casos, elas são uma violência histórica, talvez inevitável, mas, em todo caso, violência”.²⁶

Por sua vez, Goldstone, em seu verbete – *Revolução* – para o *Dicionário do pensamento social do século XX*, publicado em 1993, julga que, por ter ocorrido uma mudança intrínseca no fenômeno revolucionário da primeira para a segunda metade deste século, tornando-o menos emocional e mais racional, e, também, por alterações profundas virem marcando o desenvolvimento tecnológico, a política internacional e a economia mundial, viabilizando politicamente novos grupos, as “revoluções (e tentativas de revolução) têm sido freqüentes no final do século XX – no Irã, Nicarágua, Afeganistão, Polônia, Filipinas – e provavelmente continuarão a ser uma característica recorrente da política mundial”.²⁷

Como é possível constatar, estamos, por sinal, em um campo minado; todos os autores citados anteriormente de alguma forma reforçam que o conceito de revolução tem sido cada vez mais alargado, perdendo com isso precisão, e prestando-se a descrever – recorrendo a Goldstone – “qualquer *mudança* fundamental, quer seja ou não violenta ou súbita”.²⁸ Entretanto, devemos atentar para o fato de que cada contribuição contemporânea acrescenta aos clássicos um *diagnóstico de nosso tempo* a partir das complexidades contemporâneas, seguindo, assim, o percurso que o pensamento ocidental *sempre* seguiu.

Embora não tenhamos perdido de vista a bibliografia acima citada, mas, considerando sobretudo as especificidades da Revolução Portuguesa de 1974, conforme exposto principalmente em 3.2.2, optamos por privilegiar os clássicos Tocqueville, Marx e Weber, e a não menos clássica contemporânea Hannah Arendt, na medida em que julgamos que constroem com maior propriedade o cenário no qual a Revolução Portuguesa aconteceu.

A “*Revolução dos Cravos*”, ocorrida na madrugada de 25 de abril de 1974, surpreendeu o mundo por ser deflagrada por um movimento militar que se alinhou na contramão de direção dos movimentos militares da época, seguindo pela pista da democracia. Exaustas e escarnejadas, por estarem na linha de frente da insensatez promovida pelo regime salazarista, ao manter um colonialismo extemporâneo, as forças armadas tomaram o poder, depondo o presidente da República, Américo Tomás, e o primeiro-ministro, Marcelo Caetano, antigo colaborador de Oliveira Salazar e seu sucessor, a partir de 68, na presidência do então Conselho de Estado.

²⁶ Cf. PASQUINO, 1986. p. 1123 e 1130.

²⁷ Cf. GOLDSTONE, 1996. p. 663-666.

²⁸ Cf. GOLDSTONE, 1996. p. 663-664.

Vale enfatizar que adotamos como hipótese preliminar, mais contestada do que se pode imaginar, que o Movimento das Forças Armadas-MFA, responsável pela tomada do poder, propôs-se logo na primeira hora a reincorporar à vida política portuguesa os partidos políticos, sem distinção de matiz, do maoísmo ao monarquismo. Assim, criou as condições não só para o retorno de líderes exilados, viabilizando o reaparecimento de partidos proscritos pelo antigo regime, e por isso clandestinos, como também para a formação de novos partidos, bem como, incorporou desde o primeiro “Governo Provisório” – que foram seis no período – líderes políticos e representantes da sociedade civil em funções no governo e mesmo à frente de ministérios.

Primeiramente, julgamos necessário nos ocuparmos com a dimensão mais abrangente, com o caráter da mudança ocorrida. Assim, para lastrearmos os questionamentos específicos sobre o caso português, devemos perguntar, previamente, se houve ou não uma *revolução* em Portugal, ou melhor, se a *rebelião* militar ocorrida em abril de 74 gerou efetivamente um período de *libertação* – que, de resto, acreditamos poder responder positivamente ao analisar o período 25 de abril de 74 – 25 de novembro de 75, data em que ocorre outro episódio militar determinante para o futuro da Revolução.

Esta questão, tal como colocada, incorpora a perspectiva arendtiana; contudo, não obstante reconhecermos que Hannah Arendt discute o fenômeno revolucionário pautando-se em sua dimensão filosófica, que remete aos temas da liberdade, da autoridade e da igualdade, desejamos não só retomar a visão desta autora sobre revolução, mas, sobretudo, confrontá-la com o seu próprio pessimismo.

Nesse sentido, inicialmente, buscaremos identificar a tomada do poder pelos militares em 25 de abril com uma rebelião, e, como Arendt julga que a libertação não conduz necessariamente à *liberdade*, e para que isto ocorra é necessário fazer coincidir esta última com a experiência de um *novo princípio*, verificaremos, posteriormente, se, de fato, houve um novo princípio em Portugal. Se constatarmos que houve a *fundação* de um novo poder político e de uma nova era para o país e que esta experiência coincidiu com o exercício da liberdade, estaremos diante de uma *revolução*, pois o período de libertação teria consolidado a liberdade.

Por outro lado, compartilhando com Arendt a opinião de que os *conselhos* são efetivamente instituições originais da *tradição revolucionária européia*, visaremos mostrar que na mudança política ocorrida em Portugal, em 74, manteve-se – ainda que sob condições especiais – essa tradição, quando a Assembléia do Movimento das Forças Armadas (AMFA) tornou-se o órgão máximo da soberania no país, detendo, de direito e de fato, o poder soberano, pelo menos

até a criação do Conselho da Revolução, em março de 1975, embora também possamos considerar este um segundo conselho, bem mais restrito, é verdade.

Porém, a desiludida visão arendtiana fazia-a acreditar que as revoluções deste nosso século levaram inevitavelmente à *restauração* ou à *tiranía*; como no caso português, como será possível verificar, podemos descartar previamente esta última possibilidade – principalmente pelo contraste entre o rumo tomado pela mudança, sobretudo após a reorientação sofrida em 25 de novembro de 75, e as características autoritárias do regime derrubado –, resta-nos como hipótese alternativa a admissão de que houve, então, uma restauração.

Com isso, corremos o risco de ter que desvendar o paradoxo que se estabelece em torno destas duas ‘verdades’ – revolução e restauração –, ou para revertermos o pessimismo arendtiano, e desse modo ‘provarmos’ que o seu ávido interesse pelo processo político português no verão/outono de 75 deveu-se à constatação de que houve uma revolução de fato em Portugal, e que, principalmente, o MFA cumpriu o papel que outrora coube aos conselhos em revoluções europeias, ou para constatarmos que a inflexão imposta ao processo em 25 de novembro de 75 significou efetivamente uma restauração.

Entretanto, reconhecendo que a concepção arendtiana de revolução pode conduzir-nos a um impasse, se tomarmos seu paradigmático entendimento da Revolução Americana, pois, segundo ela, nenhuma outra criou e consolidou efetivamente nada tão original quanto o Estado Federal, vislumbramos a possibilidade de ‘termos’ que concluir, pela sua ótica, que ocorreram ambas as ‘verdades’: pois, tanto a rebelião transformou-se em libertação e esta consolidou *uma* liberdade, e nesse sentido houve uma revolução, como a liberdade foi enquadrada no âmbito das instituições convencionais no Ocidente a partir da invenção e desenvolvimento do Estado Moderno, e, desse modo, houve uma restauração. Para não ficarmos frente a outro paradoxo, e ainda podermos continuar dando crédito a sua perspectiva teórica, talvez seja prudente admitir, a princípio, quanto à liberdade, que ocorreu em Portugal a revolução possível neste final de século.

Assim, se considerarmos com Goldstone que as revoluções têm grande probabilidade de continuarem a ser recorrentes na política mundial, é conseqüente, e mais do que isso, é sensato que retomemos a discussão sobre revolução, entretanto, julgamos que ao revisitar o tema deveremos obrigatoriamente tratá-lo incorporando às análises as características específicas das últimas décadas, quando, com o término da "guerra fria", a polarização mundial se desfez juntamente com o maior paradigma revolucionário contemporâneo, a Revolução Russa, tornando, de certa forma, defasados os estudos produzidos até o final dos anos 80 que a tomavam como tal, como ocorre inevitavelmente com abordagens dessa natureza. Devemos

ainda ressaltar que o ponto de vista de Goldstone reforça-se contínua e tragicamente por estatísticas produzidas por organismos internacionais e mesmo por instituições e governos que detêm interesses estratégicos sobre nada menos do que o planeta – e não só! –, que nos mostram o crescente desequilíbrio entre estados, ocasionando o aumento da desigualdade e da pobreza entre conjuntos geopolíticos – daí a escalada na formação de blocos protecionistas, etc. –, bem como, o crescimento do número de conflitos e tensões, não só nas regiões e continentes historicamente dependentes, mas, também, por conta de questões étnicas e/ou religiosas e/ou regionais, que se transformaram em conflitos políticos, em áreas reconhecidas como desenvolvidas, como os casos espanhol, canadense e irlandês – ainda que conheçamos as distâncias dentre eles e a deles para uma revolução.

Após considerarmos as questões colocadas em âmbito maior – e que certamente propiciarão desdobramentos inopinados –, nos voltaremos para o cenário português propriamente dito, uma vez que é dele que pretendemos extrair respostas para perguntas mais pontuais.

Nesse sentido, partiremos do pressuposto de que uma tensão incomum se instalou na vida política portuguesa no período de 25 de abril de 74 a 25 de novembro de 75, ocasionada pela relação do Movimento das Forças Armadas-MFA com os partidos políticos, e agravada, fundamentalmente, pela incongruência entre o compromisso originário do MFA de incorporar os partidos à vida política do país imediatamente após a tomada do poder e a institucionalização posterior do próprio Movimento, sob a alegação de ameaças de contragolpes; compromisso consumado com a participação dos partidos logo no I Governo Provisório, e ratificado com a convocação de eleições para uma Assembléia Constituinte; compromisso, de resto, assumido desde o primeiro comunicado do MFA à nação.

Esta hipótese impõe-nos, inicialmente, ter em conta a contrastação do procedimento das forças armadas portuguesas com os adotados principalmente por militares quanto à participação de partidos no processo político-institucional constituído após a efetivação de golpes de estado, uma tarefa que julgamos relativamente facilitada pela truculenta tradição que tem caracterizado as intervenções desse tipo. Por outro lado, obriga-nos a tentar desvendar o exercício do poder pelo Movimento, bem como, a considerar o procedimento dos partidos políticos, ao longo dessa empreitada militar. Observemos que a literatura corrente sobre revolução, pelos caminhos contrários à democracia que tomam normalmente os golpes militares, acaba por tratar exclusivamente dessas ocorrências na perspectiva da implantação de um regime autoritário. Por outro lado, a abordagem pela análise do papel dos partidos políticos, tratam-nos sempre em um

ambiente onde não há um ente distinto e desigual, um conselho, disputando o poder, pois não compatibilidade na existência de ambos.

Quanto ao MFA, pensamos ser prioritário a verificação da fonte de sua legitimidade. Por isso, ocupamo-nos com as causas de sua criação, e com a sua constituição e sucessivas reestruturações. Com relação aos partidos, será necessário avaliarmos o desempenho dos que participaram nos governos provisórios, a atuação na Constituinte, e, ainda, a trajetória principalmente das legendas à esquerda do Partido Comunista Português que não tiveram assento em nenhum destes dois foros. Assim, julgamos possível indagar, na relação estabelecida entre o MFA e os partidos, a influência destes na dinâmica do Movimento e de suas decisões coletivas – até que ponto coletivas? – por assembleias, bem como, se o MFA chegou a se constituir em um significativo canal de expressão da população, ou se serviu apenas de trincheira institucional para grupos e segmentos partidários não-representativos.

Essas considerações nos auxiliarão também a explorar outra hipótese, a de que o MFA além de não ter sido concebido para propor qualquer via político-institucional distinta da ocidentalmente consagrada pela presença de partidos, solapou a legitimidade conquistada pela rebelião exatamente quando se propôs a conceber e a implementar uma proposta que afrontava, porque excluía, os partidos. Nesse particular, será significativamente importante analisarmos os papéis cumpridos pelo PCP e pelo Partido Socialista, uma vez que ambos pretendiam afirmar-se como condutor da sociedade civil na "via socialista" tão reafirmada pelos governos provisórios.

Cabe-nos agora chamar a atenção para uma outra questão que julgamos relevante, que é o fato de não haver despontado durante o processo político português no período em tela um líder maior, incontestado, *carismático* mesmo. Considerar essa ausência propicia, certamente, maior conhecimento do MFA, pois, se o Movimento não a impôs pode a ter estimulado, em decorrência de sua estrutura e forma de organização colegiada, uma vez que, de fato, para citarmos apenas dois exemplos, nem o presidente Costa Gomes, um general que sobreviveu a todos os governos provisórios – possivelmente, devido a sua autoridade como militar, mais do que por sua coerência –, nem o brigadeiro Otelo Saraiva de Carvalho, o defensor e porta-voz da via política não-convencional mais influente no poder, mostraram-se detentores de atributos intransferíveis suficientes para ocupar tal espaço. Aqui, forçosamente relembramos Weber, menos pela inexistência de um líder minimamente carismático, mas, sobretudo, pela reafirmação da via partidária, pois só nos partidos surgiram ou ressurgiram lideranças, rotinizadas, naturalmente.

Devemo-nos ocupar, também, com o movimento militar ocorrido em 25 de novembro de 75, uma vez que de sua classificação – contragolpe, golpe palaciano, realinhamento institucional, etc. –, bem como, do grau de participação das forças políticas civis depende a avaliação efetiva extensão do período de libertação. Neste particular, foi forçoso nos debruçarmos sobre as atividades da 5a. Divisão do Estado-Maior-General das Forças Armadas (EMGFA), e também sobre as ações do Comando Operacional do Continente (COPCON). Comando este que, após a tentativa de contragolpe em 11 de março de 75, apresentando-se como “braço armado” do MFA ao “serviço do povo trabalhador” para a tomada do poder, notadamente cumpriu um papel singular no período que nos dedicamos a pesquisar e analisar, pois seu comandante participava diretamente do MFA, do Conselho da Revolução e dos Governos; e que, por outro lado, embora não mantendo nenhum vínculo formal com a Constituinte, estabeleceu relações indiretas com os partidos políticos suficientes, em nosso entender, para interferir na relação desta com o MFA.

Quanto à 5a. Divisão do EMGFA, vale ressaltar que foi o órgão responsável por um regular veículo de comunicação das Forças Armadas e do MFA – e que também ultrapassou muitas vezes pouco discretamente a “fronteira militar” –, o *Movimento 25 de Abril-Boletim das Forças Armadas* –, cumprindo um papel fundamental no período setembro/74 - agosto/75, pois foi o divulgador dos documentos que estimulavam a radicalização do processo, apressando a tomada de posição dos moderados tanto do próprio MFA como da sociedade civil.

Finalmente, não podemos esquecer que, se considerarmos que a trajetória percorrida pelo MFA, principalmente as suas propostas posteriores a sua institucionalização em março de 75, pode ter sido fruto apenas da possibilidade encontrada por um pequeno grupo de militares – e de civis, pertencentes a legendas radicais – de partilhar o poder e que este encontrava-se fragilizado e relativamente acessível, pela natural dificuldade em se administrar situações inteiramente novas como a experimentada após a rebelião, é possível supor que o episódio de 25 de novembro tenha sido, *adequadamente*, a re-legitimação do 25 de Abril. Portanto, a legitimação da *Revolução*.

Devemos registrar, contudo, que as tarefas acima propostas, que são tratadas com pesos distintos, viabilizou-se, considerando a nossa preocupação com o núcleo militar de poder, com um grande apoio, apesar de um problema maior que, de fato, é um mistério. O apoio, que foi própria viabilização de parte da pesquisa, ficou por conta da disponibilização, pela Torre do Tombo em 1999, do Arquivo do Conselho da Revolução, que contém as atas de suas reuniões. O problema, refere-se às atas das Assembléias do MFA, pois o material que se conhece é

mínimo, e, aí está o mistério, há variadíssimas versões para isso, desde a inexistência, o que julgamos totalmente improvável, pois consta que chegaram a ser gravadas, até a guarda por algum “zeloso” militar, tendo em vista o clima de quase todas as Assembléias, e os caminhos futuros da revolução.²⁹

Hannah Arendt, se nos pautarmos pela alentada biografia produzida por Elisebeth Young-Bruehl, sua ex-aluna, acompanhou da Alemanha, durante o verão e o outono de 75, a situação política em Portugal com o mesmo interesse que acompanhou vinte anos antes a situação na Hungria, e, lendo avidamente jornais alemães e franceses, “mantinha sobre a revolução portuguesa a mesma admiração e o mesmo entusiasmo que desfrutava ao ler o ‘bom velho Kant’, que fez várias anotações pessoais sobre o manancial das revoluções modernas – a Revolução Francesa”.³⁰ Arriscamo-nos a crer que tamanho interesse deveu-se menos ao fato de Lisboa ter-lhe servido como última base na fuga da Europa, no início de 1941, e mais pelas especificidades apresentadas pelo processo de legitimação e institucionalização da Revolução Portuguesa, entre abril de 74 e novembro de 75.

²⁹ Sobre esta questão, registre-se, afortunadamente, a afirmação de Aniceto Afonso, um militar participante da Revolução, em texto de 85: “É possível reconstituir o movimento dos capitães [precursor do MFA], quer em termos de composição, quer na determinação da sua natureza sociológica. Não é possível fazer isso com o Movimento das Forças Armadas”. (Apud FERREIRA, 1996. p. 306 e 323.).

³⁰ Cf. YOUNG-BRUEHL, 1982. p. 438 e 466.

2. REVOLUÇÃO

Aires quis aquietar-lhe o coração. Nada se mudaria; o regime, sim era possível, mas também se muda de roupa sem trocar de pele. Comércio é preciso. Os bancos são indispensáveis. No sábado ou quando muito na segunda-feira, tudo voltaria ao que era na véspera, menos a constituição.(...) Recordou que o Terror ... Aires tirou-lhe o Terror da cabeça. As ocasiões fazem as revoluções, disse ele, sem intenção de rimar, mas gostou que rimasse, para dar forma fixa a idéia. Depois lembrou a índole branda do povo. O povo mudaria de governo sem tocar nas pessoas. Haveria lances de generosidade.

Machado de Assis, *Esau e Jacó*.

Il ragazzo ebbe una delle sue crisi di serietà che lo rendevano impenetrabile e caro. "Se non ci siamo anche noi, quelli ti combinano la repubblica. Si vogliamo che tutto rimanga come è, bisogna che tutto cambi. Mi sono spiegato?"

Tomaso di Lampedusa, *Il gattopardo*.

Mas os antiautoritários exigem que o Estado político autoritário seja abolido de um golpe, mesmo antes de terem sido destruídas as condições sociais que fizeram nascer. Exigem que o primeiro ato da revolução social seja a abolição da autoridade. Será que esses senhores jamais viram uma revolução? Uma revolução é indiscutivelmente, a coisa mais autoritária que existe; é o ato através do qual uma parte da população impõe sua vontade à outra parte por meio de fuzis, baionetas e canhões, meios autoritários desde que existam; e o partido vitorioso, se não quiser ter lutado em vão, tem que manter o esse domínio pelo terror que as suas armas inspiram aos reacionários. A Comuna de Paris teria por acaso durado um só dia se não fosse empregada essa autoridade do povo armado frente aos burgueses? Não podemos, ao contrário, criticá-la por não se ter servido bastante dela?

F. Engels, *Sobre a autoridade*.

Ironicamente, o primeiro registro de ocorrência do termo *revolutio*, que deriva de *revolvere* – palavra que, no texto virgiliano, significa “tornar a começar”, “experimentalmente de novo”¹ – e se torna matriz das diversas acepções e nuances tomadas pelo vocábulo “revolução”, remete-nos à Antiguidade tardia, período em que, considerando o sentido que esse termo tomou na Europa a partir da Modernidade, não aconteceu nenhuma *revolução política*. Será Santo Agostinho² que, no último livro de sua obra *A Cidade de Deus*, dedicado ao céu como a finalidade dessa cidade, no capítulo XII, quando insurge-se “*Contra as calúnias burlescas dos infiéis*”, e respondendo à questão que considera a mais difícil, uma vez que envolve o delicado problema da ressurreição – “... A quién volverá la carne de um hombre que se há convertido em sustância de outro que lo devoró acosado por el hambre ? ...”³ –, o empregará de forma inaugural, na seguinte passagem:

...Y así, o permiten al alma humana, como Platón, verdaderas infelicitades en alternativa constante, o confiesan con Porfirio que, después de diversas **revoluciones** a través de los cuerpos, terminarán algún día las miserias y no tornarán más a ellas; pero no tomando un cuerpo inmortal, sino huyendo todo cuerpo.⁴

Claro está, que nossas preocupações encontram-se em plano menos transcendental, no qual as calúnias, a burlescaria e a infidelidade que rondam e permeiam os fatos históricos acabam, por vezes, gerando epopéias revolucionárias.

Em Roma, onde o conceito de cidadania herdado dos gregos é alargado, impondo o surgimento das instituições políticas, alteração e criação determinantes para o futuro da política no Ocidente, a idéia de revolução política é identificada com o que a Modernidade passou a denominar de “golpe de estado”, não significando mais do que uma troca palaciana no círculo fechado do poder.

A era medieval, por seu turno, cunhou o “direito de resistência”, que, devido a sua inspiração religiosa, será absorvido com parcimônia pelos primeiros pensadores da política na

¹ Cf. SOUSA, 1961. p. 865.

² Cf. LA MORA, 1956. p. 13.

³ SAN AGUSTIN. *La Ciudad de Dios*, XXII, 12, 2: Sed Inter. Haec omnia quaestio difficillima illa proponitur, un cuius carnem redituat sit caro, qua hábeas alterius, vescentis humana viscera fame compellente, nutritur.

⁴ SAN AGUSTIN. *La Ciudad de Dios*, XXII, 12, 2. (Grifo nosso): ... aut altenantes, sicut Plato, veras infelicitates falsasque promittant beatitudines; aut post multas itidem per diversa corpora revolutiones, aliquando tamen eas, sicut Porphyrius, finire miserias, et ad eas nunquam redire fateantur; non tamen hábeas habendo immortale, sed hábeas omne fugiendo.

modernidade, e que, em ponto ampliado, se mostrará como uma espécie de idéia precursora das revoluções.

Não obstante exista registro de utilização do termo *rivoluzione* em 1355, na descrição de uma rebelião em Siena, quando um governo aristocrático foi substituído por um governo popular,⁵ a palavra revolução surge no pensamento político moderno pela apropriação do termo latino, via Copérnico e sua polêmica *As revoluções dos orbes celestes*⁶; adotada da mecânica celeste,⁷ a nova acepção empresta indelével sutileza a seu significado originário, traduzindo uma mecânica, por assim dizer, terrena, inspirada certamente por Newton, mas não exatamente a concebida por ele – para quem uma revolução também significava o retorno ao ponto de partida –, e por isso menos harmoniosa, mas, nem por isso, menos misteriosa, afinal, como bem disse Lampedusa: “Se non ci siamo anche noi, quelli ti combinano la repubblica. Si vogliamo che tutto rimanga come è, bisogna che tutto cambi. Mi sono spiegato?”⁸ Se isto é *vero*, talvez explique porque Maquiavel deixou de empregar esse vocábulo em suas obras, optando pela expressão “mutazione del stato”, afinal, é mais objetiva e menos dramática, mais própria, talvez, ao precursor do estudo da política nos tempos modernos, tempos de ciência.

Embora não tenhamos o propósito de mapear exaustivamente a trajetória do vocábulo revolução e as mutações de seu significado ao longo da história ocidental, julgamos oportuno abordar a construção da idéia – e de seu temor – de uma *profunda transformação política* em comunidades humanas na Grécia antiga, afinal, onde tudo começou, antes de nos enredarmos na discussão do conceito que é conferido à revolução em nosso tempo, e de perscrutar suas relações com temas desde sempre caros à política, como liberdade e igualdade, ou com temas mais contemporâneos, como partidos políticos e conselhos, e para que possamos tentar compreender a obscura *revolução* por que passa seu significado na Modernidade.

⁵ Cf. CLOSE, 1985. p. 4. Close baseia-se em HATTO. “Revolution”: an enquiry into the usefulness of an historical term. *Mind*, v. 58, n. 232, out. 1949.

⁶ Cf. COPÉRNICO. *De revolutionibus orbium coelestium* (ca. 1543), livro I, cap. XI.

⁷ Observe-se que o termo “progresso”, que também ganhou uma acepção própria no século XVIII, na sua matriz latina, *progressu, us*, também está relacionado aos céus, quando significa “curso dos astros”. Cf. HOUAISS; VILLAR, 2001. p. 2308.

⁸ LAMPEDUSA, T. *Il gattopardo*. p.25.

2.1 A Grécia: pólis e stásis.

O processo de formação das *póleis* gregas, pelas características do que Vernant chamou de seu “universo espiritual”¹ – que, precariamente, podemos sintetizar pelo “uso da palavra”, como principal instrumento de poder, e pela expansão das práticas públicas –, trouxe para o centro da discussão sobre as diversas questões comuns à vida cotidiana dos homens a difícil e complexa relação entre governantes e governados, e, uma decorrência fulcral, a manutenção e a estabilidade do poder, que, devemos notar, é exatamente o oposto de revolução. Posto que o pensamento político sistematizado, a filosofia política, venha efetivamente a surgir com a obra de Platão, no IV século, a especulação sobre a forma de os *polítai* decidirem sobre os assuntos referentes à administração da *pólis*, certamente, é tão antiga quanto esta singular idéia de abrigar comunidades humanas.

Nesse sentido, já no século V, a conhecida passagem do Livro III, 80-3, da *História* de Heródoto², na qual três persas discutem e defendem as três posteriormente clássicas formas de governo – monarquia, aristocracia e democracia – com fortes argumentos que privilegiam a forma advogada por cada um deles, é comumente tomada como fundadora do que Bobbio intitulou de “teoria das formas de governo”³, ainda que limitada pelo realce ao aspecto quantitativo referente ao número de governantes que caracteriza cada uma das formas em questão. Faz-se interessante notar que, se na Modernidade, ainda que, também aqui, de modo geral, aproximamos o povo/a massa à idéia de revolução, será exatamente o povo, ou melhor, a possibilidade de entrega do poder ao povo, que sofrerá o ataque mais contundente, com a maior carga de virulência desqualificadora, contida nas objeções de Megabizo à democracia, ao defender um governo oligárquico:

“Quando Otanes propõe a extinção do governo de um único homem, concordo com suas palavras, mas quando vos exorta a entregar o poder ao povo ele se afasta da melhor opinião. Nada é mais insensato e insolente que uma multidão indolente; salvar-nos da insolência de um tirano trocando-a pela insolência de uma multidão desenfreada seria absolutamente inadmissível. O tirano faz tudo sabendo o que faz, mas o povo nem isso

¹ Cf. VERNANT, 1977. p. 34-47.

² Para os nomes próprios gregos e latinos, utilizamos o *Índice de nomes próprios gregos e latinos* elaborado por Maria Helena de Teves Costa Ureña Prieto; João Maria de Teves Costa Ureña Prieto e Abel Nascimento Pena. Coimbra : Fundação Calouste Gulbenkian, Junta Nacional de Investigação Científica, 1995. No caso de citações de traduções de textos gregos e latinos, mantivemos a forma escolhida pelo tradutor.

³ Cf. BOBBIO, 1980.

sabe; e como saberia se não aprendeu de outros nem sabe ver por si mesmo o que é melhor, e se lança de cabeça baixa aos assuntos, avançando cegamente, como um rio na enchente? Deixemos o regime popular para quem deseja o mal dos persas, e escolhamos um grupo dos melhores homens e entreguemos-lhe o poder; nós mesmos estaremos entre eles, e é natural esperar dos melhores homens as melhores decisões”.⁴

Por outro lado, essa mesma discussão inaugural enseja ao pensamento político do Ocidente, em parte, a ânsia por formular propostas de regimes políticos perfeitos, garantidores de estabilidade política perene, e que no mundo moderno serão denominados utopia. Tal busca faz mais sentido quando dando atenção a Heródoto, e também a Tucídides, podemos constatar, em suas não menos inaugurais narrativas históricas, a ativa presença de guerras, de combates internos, semelhantes ao que entendemos hoje por guerras civis, e de golpes contra o poder estabelecido que evidenciam a extrema instabilidade política que permeava as *pólis* de então.

Não obstante as dificuldades enfrentadas pelos estudiosos da Grécia antiga quando se propõem a contextualizar e, conseqüentemente, a traduzir os termos gregos *stásis* e *metabolé*, que contêm, em âmbitos tão distintos quanto a natureza humana e a disputa pelo poder político, as acepções de “mudança”, de “conflito”, de “sedição”, de “facciosismo”, de “discórdia”, de “rebelião”, de “desordem política” e, ainda, de “doença”⁵, ambas essas palavras são vertidas no sentido do que, na Modernidade, passamos a denominar, no domínio da política, “revolução”, ainda que sob críticas ácidas de cientistas políticos contemporâneos, como Dunn, que entendem esse sentido como inadequado por considerarem que o termo grego não comporta o significado de que uma nova ordem política, social e econômica venha a suceder algo obsoleto⁶, e, também, sob a desconcertante observação de Finley, que ressalta que, mesmo sendo o termo *stásis* muito comum na literatura da Grécia Clássica, carregando com freqüência uma conotação pejorativa, os dicionários, segundo ele incompreensivelmente, deixam de registrar não só esse último significado, como, também, o sentido muito utilizado de “guerra civil”.⁷

Embora filósofos ditos “pré-socráticos” tenham utilizado esses termos já com uma conotação política, como Demócrito o fez em dois fragmentos – “As leis não se lamentariam que

⁴ HERÓDOTO. *História*, III, 81.

⁵ Quanto ao termo *stásis*, cabe observar, ainda, uma outra acepção, a de reter, conservar, segurar, opondo-se assim à noção de *kinesis*, movimento, donde o sentido de parada, fixidez, estabilidade (como, por exemplo, em Platão, *Sofista*, 250c, 251e, 254d e, 255a e *Crátilo*, 437a), e, no sentido médico, a suspensão das funções vitais; o que nos permite supor que, em sentido político, pode significar “corte” ou “inflexão”. Em grego moderno, vale acrescentar, *stásis* apresenta, por um lado, o mesmo campo semântico, manter, imobilidade, estação, parada - daí, por exemplo, “parada” de transportes coletivos -, e, por outro, sublevação, rebelião. Cf. BAILLY, 1950, p. 1784 e CHANTRAINE, 1984, p. 1044, v. 2.

⁶Cf. KALIMTZIS, 2000. p. 4.

⁷Cf. FINLEY, 1988. p. 60-1.

cada um vivesse de acordo com seu próprio poder, se os homens não se prejudicassem uns aos outros; a inveja, pois, fabrica da *discórdia* o começo (*phthónos gâr stásios arkhên apergázetai*)⁸; e, “a guerra civil (*stásis*) entre facções (*emphylios*) é um mal (*kakón*); pois vencedores e vencidos semelhantemente se destroem (*homoíe phtorè*)”⁹ –, e os poetas os tenham utilizado também com essa conotação¹⁰, será em Tucídides, na sua *História da Guerra do Peloponeso*, escrita no fim do século V a.C, que encontraremos um sentido estritamente político para o termo *stásis*, e mais, o estabelecimento das próprias bases de apoio para que Aristóteles, embora sem citá-lo, em seu Livro V da *Política*¹¹, empreendesse a análise sistematizada das alterações político-institucionais ocorridas nas comunidades políticas daquela era, e não só, pois inaugurou uma vertente de pesquisa que – felizmente ? – permanece viva até nossos dias. No Livro III, 69-85, quando relata a *stásis* vivida por Cócira, causada pelo retorno de prisioneiros corcíreus feitos em batalhas, Tucídides estabelece um nexos, exatamente em 82, entre a *stásis* e a natureza humana, bem como, segundo Kalimtzis, aponta para questões que os filósofos e poetas haviam evitado até então: a classificação da *stásis* como um processo político desviante; a observação de que a *stásis* é acompanhada por uma alteração nos valores, no sentido de viabilizar maior interação entre os valores que regem os interesses comuns e os que regem os interesses privados; a dissolução de laços familiares e, também, de lealdades políticas, que são restabelecidas por “associações partidárias” à margem do quadro institucional; que a *stásis* tem como objetivos honra e ganhos, e como propósitos terror e fraude; e, por fim, a variabilidade e a imprevisibilidade da *stásis*, assim como, as paixões ilimitadas que permeiam seu processo¹². Por significativos, apresentamos abaixo trechos desse longo parágrafo que corroboram as observações de Kalimtzis:

“Tais foram os excessos de crueldade que a *revolução* (*stásis*) levou, e eles pareceram ainda mais brutais porque foram os primeiros a ocorrer; mais tarde, praticamente todo o mundo helênico ficou convulsionado, pois nas várias cidades os chefes das respectivas facções democráticas enfrentavam os oligarcas, já que os democratas queriam chamar os atenienses e os oligarcas os lacedemônios. (...) Dessa forma as *revoluções* (*stásis*) trouxeram para as cidades numerosas e terríveis calamidades, como tem acontecido e continuará a acontecer enquanto a natureza humana for a mesma; elas, porém, podem ser mais ou menos violentas e diferentes em suas manifestações, de acordo com as várias circunstâncias (*metabolaí*) presentes em cada caso(...). Assim as cidades começam a ser abaladas pelas *revoluções* (*estásaze*), e as que são atingidas por estas mais tarde, conhecendo os acontecimentos anteriores, chegam a extravagâncias ainda maiores em iniciativas de uma engenhosidade rara e em represálias nunca antes imaginadas. A significação normal das palavras em relação aos atos muda segundo os caprichos dos homens. A audácia irracional passa a ser considerada

⁸ DK B245, grifos nossos. (Tradução de M.G.M. Augusto).

⁹ DK B249, grifos nossos. (Tradução de M.G.M. Augusto).

¹⁰Cf. por exemplo, ÉSQUILO. *Persas*, v. 188; 738; *Agamêmnon*, v. 1117; *Coéforas*, v. 458; *Euménides*, v. 311; SÓFOCLES. *Édipo Rei*, v. 634; ARISTÓFANES. *Rãs*, v. 359-360; apud. BAILLY, 1950, p. 1784.

¹¹Em algumas edições este livro é o VIII, cf. ARISTÓTELES, 1985. p. 295.

¹² Cf. KALIMTZIS, 2000. p. 8-9.

lealdade corajosa em relação ao partido; a hesitação prudente se torna covardia dissimulada; a moderação passa a ser uma máscara para a fraqueza covarde, e agir inteligentemente equivale à inércia total. Os impulsos precipitados são vistos como uma virtude viril, mas a prudência no deliberar é um pretexto para a omissão. O homem irascível sempre merece confiança, e seu oposto se torna suspeito. O conspirado bem-sucedido é inteligente, e ainda mais aquele que o descobre, mas quem não aprova esses procedimentos é tido como traidor do partido e um covarde diante dos adversários. Em suma, ser o primeiro nessa corrida para o mal e compelir a entrar nela quem não queria é motivo de elogios. Na realidade, os laços de parentesco ficam mais fracos que os de partido, no qual os homens se dispõem mais decididamente a tudo ousar sem perda de tempo, pois tais associações não se constituem para o bem público respeitando as leis existentes, mas para violarem a ordem estabelecida ao sabor da ambição. Os compromissos tiram a sua validade menos de sua força de lei divina que da ilegalidade perpetrada em comum. (...) A causa de todos esses males era a ânsia de chegar ao poder por cupidez e ambição, pois destas nasce o radicalismo dos que se entregam a facciosismo partidário”.¹³

Quanto aos meios e fins da *stásis*, e à sua variabilidade, vale transcrever o seguinte trecho, não menos importante para os primórdios da política, colhido em 84:

“Foi em Cócira, então, que a maior parte dessas atrocidades ocorreu pela primeira vez – todos os atos de retaliação que homens governados com insolência em vez de moderação podem cometer contra seus governantes quando há finalmente uma oportunidade de vingança, ou os praticados contra toda a justiça por homens que, desejosos de livrar-se de sua pobreza inveterada, são impelidos por seus sofrimentos a apossar-se dos bens do próximo, ou, enfim, os atos cometidos com impiedosa crueldade não com o objetivo de ganho, mas quando, mesmo estando em pé de igualdade com seus inimigos, os homens são levados a praticar por uma cólera incontrolável. Naquela crise, quando a cidade vivia na mais completa anarquia, a natureza humana, então triunfante sobre as leis e já acostumada a fazer mal mesmo a despeito das leis, comprazia-se em mostrar que suas paixões são ingovernáveis, mais fortes que a justiça e inimigas de toda superioridade; na verdade, se a inveja não possuísse uma força tão nociva não se teria preferido a vingança às regras consagradas de conduta, nem o proveito ao respeito pela justiça.[...]”¹⁴

Apesar de alguns estudiosos, como Howell, acreditarem que Tucídides, ao apontar a “instabilidade política como sendo a principal doença dos corpos políticos helênicos”, apenas “descreveu e deplorou seus sintomas”,¹⁵ concordamos com Farrar, que extrai um pouco mais de sua leitura sobre a relação estabelecida por Tucídides entre a *stásis* e a natureza humana, ao afirmar que esta

“não é um conjunto fixo de características, nem básicas, orientações instintivas, nem o que o homem é na melhor das hipóteses, bem antes, uma estrutura psicológica que sublinha a experiência do homem de permanente interação entre razão e desejo. Essa interação tende a ser afetada de modos regulares por acontecimentos. A narrativa de Tucídides não só provê ilustrações dessas regularidades e variações na reação humana, ela também provê experiência sobre elas... ”.¹⁶

¹³ TUCÍDIDES. *História da Guerra do Peloponeso*, III, 82. (grifos nossos).

¹⁴ TUCÍDIDES. *História da Guerra do Peloponeso*, III, 84.

¹⁵ HOWELL, 1985. p. 17.

¹⁶ FARRAR, 1988. p. 135-6.

A propósito do entendimento de Tucídides de que *stásis* é um estado de doença, de enfermidade, vivido por uma comunidade política, devemos observar que Brinton, como veremos adiante, um pioneiro no século XX no estudo das revoluções na Modernidade a partir de um ponto específico dessa ótica, considera que o livro III, 82 “... inaugura uma das melhores informações clínicas já escritas sobre o que temos chamado de crise das revoluções”.¹⁷

A guerra, cuja narração inspirou Tucídides a refletir sobre a *stásis*, propiciou, juntamente com o julgamento e a condenação de Sócrates à morte pela cidade que a havia perdido, Atenas, a que Platão tornasse o cerne de sua imensa obra a discussão sobre a possibilidade de constituição de uma *pólis* justa, fazendo, assim, da *stásis* um estado decorrente de injustiças, portanto, portador de uma *politeía* injusta.

O fragmento 53 de Heráclito – “*Pólemos* [a guerra] é pai de todas as coisas, de tudo é rei; a uns, os demonstrou como deuses, a outros, como homens; de uns, fez escravos, de outros, livres”¹⁸ – parece-nos encerrar a razão de ser da política: a administração dos indefectíveis conflitos inerentes à vida e às ações dos homens na esfera pública. Nesse sentido, a *pólis*, o espaço inventado/forjado pelos gregos para abrigar, sobretudo, as ações políticas dos homens em comunidade, existiu, efetivamente, na medida em que se estabeleceu uma relação de lealdade entre ela e cada *polítes* que a compunha, instituindo-se, dessa forma, o que hoje, no Ocidente romanizado, entendemos por “cidadania”.

Admitindo-se tais pressupostos como fundamentos para compreensão da concepção grega de política na Antiguidade, é possível compreendermos, também, a importância que assume a formulação “quem governa?”, uma vez que a necessidade de legitimação da relação de obediência entre governantes e governados é inexorável. Como corolário de tal inexorabilidade, surge a discussão sobre a formação do *polítes*, principalmente, na recorrente questão do estabelecimento de uma *paidéia* específica, própria para o governante. Nesse particular, é célebre o ponto de vista socrático-platônico, que, contrapondo-se aos sofistas, não acredita na possibilidade de ensinamento da política, como nos mostram os passos 317e – 319e do *Protágoras*, quando Sócrates argumenta que, (opondo-se à pretensão deste sofista de ensinar a Hipócrates a “arte da política”, na medida em que Protágoras acredita – ou finge acreditar? – poder formar bons cidadãos, que, diferentemente dos diversos assuntos sobre os quais a *pólis* precisa deliberar – por exemplo, a construção de edificações ou de navios –, e que, por isso, são objetos de discussão nas

¹⁷ BRINTON, 1985. p. 301.

¹⁸ HERÁCLITO. DK-B53. (Tradução de Damião Berge, 1969. p. 261).

assembléias, para as quais são convocados profissionais da área em questão – respectivamente, arquitetos e carpinteiros náuticos –, até porque os conselhos dos leigos, independentemente da beleza, riqueza ou linhagem destes, são desconsiderados, e, mesmo, ridicularizados) quando o assunto diz respeito à própria administração da *pólis*,

“... levanta-se e aconselha sobre esse ponto, tanto o marceneiro quanto o ferreiro, sapateiro, comerciante e armador, rico e pobre, nobre e vulgar, e ninguém lança em seu rosto, como se faz com os primeiros, a censura de que, sem ter aprendido em parte alguma nem tido nenhum professor, tenta no entanto dar parecer. É claro que não consideram que isso pode ser ensinado. Na verdade não é somente nas questões comuns da cidade que é assim, mas na vida privada os mais sábios e os mais nobres dos nossos cidadãos são incapazes de transmitir aos outros essa virtude que possuem”.¹⁹

Sócrates prossegue observando o caso exemplar de Péricles, que, embora tenha entregue a educação de seus dois filhos a ótimos professores, não foi capaz, ele próprio, de transmiti-lhes a arte de governar, na qual era por todos considerado um mestre.²⁰

Por essa via, portanto, é tratada a questão fundamental – “quem deve governar a *pólis*?” –, acrescida de interrogação ainda mais complexa: existem pré-condições ou qualquer cidadão está apto a participar desse que é o empreendimento maior e mais digno da vida de um homem? Estas serão preocupações centrais em Platão, as quais vamos procurar ressaltar, no limite do escopo deste trabalho, na *República*, no *Político* e nas *Leis*.

Os comentários e referências à *República*, de modo geral, buscam enfatizar o que é entendido como forte sentido totalitário deste projeto político²¹, descurando na consideração de que para Platão as mesmas virtudes orientam todas as ações humanas, seja na esfera pública, seja na esfera privada, e que, desse modo, a partir de uma educação adequada, uma vez que os homens não nascem iguais, “mas com naturezas diferentes, cada um para execução de sua

¹⁹ PLATÃO. *Protágoras*, 319d-e. (Tradução de Eleazar Magalhães Teixeira).

²⁰ Sobre essa questão cf. também o *Mênon*, onde o mesmo tema é retomado na irônica conversa entre Sócrates, Anitos e Mênon, na última parte do diálogo acerca da possibilidade do conhecimento da virtude (*areté*), onde esta, entendida no âmbito da “vida política” da cidade, é compreendida como um dote divino, uma “*theia moira*”, donde, a política atrelada ao homem e à ação virtuosa, não pode ser ensinada, pois, não se constitui como um saber (*epistémé*) mas como uma “*theia moira*” dada pelos deuses a “alguns poucos” homens: “em conclusão, não era devido a uma determinada sabedoria, nem ao facto de serem sábios que tais varões governavam as cidades. (...) E isto porque eles não foram capazes de tornar outros tais quais eles próprios eram. Era assim, mas não por via do saber. (...) Portanto, se não é pelo saber, só nos resta dizer que uma pessoa se torna tal, devido ao bom-senso. É usando dele, que os homens-de-estado governam, com justiça, as cidades. No que diz respeito ao saber, eles não diferem em nada, dos profetas e dos adivinhos: dizem a verdade e muitas outras coisas, mas não têm o saber daquilo que afirmam. (...) Seria, por isso, correcto chamarmos divinos aos profetas e aos adivinhos, (...) bem como a todos os poetas, sem excepção. E não menos do que estes, diríamos que os homens políticos são também divinos e estão cheios do espírito da divindade. Quando, a falar, alcançam muitos e grandes sucessos, é porque estão inspirados e possuídos de deus”. PLATÃO. *Mênon*, 93a-99b. (Tradução de Ernesto Rodrigues Gomes).

²¹ Como, paradigmaticamente, em POPPER, 1959. Primeira parte.

“tarefa”,²² que será uma só, a mesma tanto para o homem como para o cidadão. Aqui, é importante evidenciar que este ponto de vista conforma toda a obra platônica, pois o único sentido possível para a educação dos homens é a viabilização de uma comunidade política na qual o estabelecimento da justiça seja tanto a meta quanto a norma.

Dessa forma, o engenhoso artifício utilizado por Platão ao se propor a construir uma “reta *politeía*”, deve ser considerado à luz do trecho final do livro IX, passo 592a-b, após Gláucôn objetar que na *pólis* feita de *lógos*, fabricada e fabulada ao longo do diálogo e defendida por Sócrates como a forma reta e virtuosa da *politeía*²³, o cidadão que aí habitar não estará disposto a ter uma atividade política²⁴, e Sócrates refutá-lo, afirmando que essa disposição existirá “na sua própria cidade (*heautoû pólei*), mas talvez não na sua pátria, a menos que concorra um acaso divino (*theía týkhe*)”.²⁵ Essa “sua própria cidade” é aquela que, acredita Gláucôn, existe apenas no *lógos*, e não na terra ou no céu, mas que Sócrates sugere que seja erigida como um “*paradigma*”, como o modelo fundante de toda ação política, se admitirmos que só há verdadeiramente ação política quando essa é justa:

“Mas talvez haja um modelo no céu, para quem quiser contemplá-la e, contemplando-a, fundar uma para si mesmo. De resto, nada importa que a cidade exista em qualquer lugar, ou venha a existir, porquanto é pelas suas normas, e pelas de mais nenhuma outra, que ele pautará o a sua *práxis*”.²⁶

Por outro lado, tal proposta de ordenação política, embora subentenda o conflito como um dos motivos mais do que suficientes para que a instalação da justiça em uma *pólis* seja o objetivo maior, busca, paradoxalmente, a anulação daquele, pela maximização da participação dos *polítai*, a partir da interação mais perfeita possível entre estes, na medida em que todos simultaneamente devem obter e produzir o mais perfeito, isto é, o belo e o bom, de acordo com sua natureza, constituindo, por isso, uma perfeita comunidade de bens e serviços, na qual não há lugar nem para o excesso nem para a escassez. Como decorrência, estabelece-se uma hierarquia natural, garantidora da alocação apropriada de cada *polítes* na comunidade, o que se torna viável com a utilização do conhecimento para legitimação da obediência como base da relação governantes x governados, a partir de um governo exercido pelos filósofos. Assim, será possível

²² Cf. *República*, 370 a-b. (Tradução de Maria Helena da Rocha Pereira).

²³ Cf. *República*, 449 a: “A uma cidade e constituição dessas chamo eu, portanto, boa e reta, bem como a um homem dessa qualidade;”.

²⁴ *República*, 529 a.

²⁵ Idem, *ibidem*.

²⁶ PLATÃO. *República*, 592 b. Sobre as relações entre a justiça, a reta *politeía* e a ação política, veja-se AUGUSTO, M.G.M., 1990 e 1992, 2000.

estabelecer-se, de acordo com a tese platônica, a justa medida em uma *pólis*, conforme é descrito no passo 443c-e, no qual a imagem da justiça, tanto para o homem como para a *pólis*, está umbilicalmente ligada ao respeito ao princípio que faz com que o *polítes* exerça a função para a qual nasceu.²⁷

No *Político*, Platão retorna ao tema do governo da *pólis*, enfatizando a formação, os atributos e o papel do governante, a fim de que ela tenha uma administração justa. Recorrendo ao mito, como lhe é peculiar, ele constrói seu argumento em defesa da monarquia como a melhor forma de governo, como, aliás, já havia defendido na *República*²⁸, onde, também, dando continuidade à discussão iniciada por Heródoto, aborda o tema das formas de governo, porém, do ponto de vista qualitativo, a partir de duas questões, “quem governa?” e “como governa?”, bem como, antecipa-se à análise e à classificação proposta por Aristóteles na *Política*²⁹.

Entretanto, será com o recurso a um paradigma, o da tecedura, que Platão mostrará a tarefa que o governante tem a cumprir, pois, tecer, afinal, consiste em entrelaçar³⁰. Assim, a arte real (*basiliké epistémē*) da tecedura terá como propriedade (*dýnamis*)

“...jamais permitir o estabelecimento do divórcio entre o caráter moderado e o caráter enérgico, antes uni-los pela comunidade de opiniões, honras, glórias, pela troca de promessas, para fazer deles um tecido flexível e, como se diz, bem cerrado, confiando-lhes sempre em comum as magistraturas nas cidades”.³¹

Para tanto, o real tecelão estará sempre preparado, uma vez que, além de adequada educação, ele possui qualificação específica, “pois só merecem realmente o título de rei os que possuem a ciência real (*basiliké epistémē*), quer reinem ou não, como anteriormente dissemos”³². E isso ocorre porque, em sintonia com a argumentação de Tucídides apresentada acima³³, Platão considera que

“... a massa, qualquer que seja, jamais se apropriará perfeitamente de um tal saber (*epistémē*) de sorte a se tornar capaz de administrar com inteligência uma cidade e que, ao contrário, é a um pequeno número de algumas unidades, a um só, que é necessário pedir esta única constituição reta (*politeian tèn orthén*); e as demais, finalmente, devem ser consideradas imitações que, como dissemos há pouco, reproduzem algumas vezes os belos traços da verdadeira constituição e outras vezes a desfiguram ignominiosamente”.³⁴

²⁷ Cf. PLATÃO. *República*, 443 c-e.

²⁸ Cf. PLATÃO. *República*, Livro I.

²⁹ Cf. PLATÃO. *República*, 443 c-e.

²⁹ Cf. PLATÃO. *República*, Livros VIII e IX; e, *Político*, 291c -292 d.

³⁰ PLATÃO. *Político*, 281a. (Tradução de Jorge Paleikat, com modificações).

³¹ PLATÃO. *Político*, 310 e - 311a.

³² PLATÃO. *Político*, 293 a.

³³ Vide p.3.

³⁴ PLATÃO. *Político*, 297 b-c.

Mas, abordar o papel do governante e de sua formação obriga à explicitação do saber que se ocupa da administração dos negócios humanos:

Mas àquela [*epistéme*] que dirige a todas, que tem o cuidado das leis e dos assuntos referentes à *pólis*, e que une todas as coisas num tecido perfeito, apenas lhe faremos justiça escolhendo um nome bastante amplo para a universalidade de sua função (*dýnamis*) e chamando-a a política(*politikéi*).³⁵

Embora mencionando o cuidado das leis como uma das principais funções da política, Platão, tanto na *República*, quanto no *Político*, minimiza a necessidade de dispositivos legais. De fato, pela ótica ocidental, fortemente impregnada pela cultura jurídica romana, quase inexistem leis substantivas, uma vez que, praticamente, não têm papel a cumprir, pois o governo a ser exercido pelo filósofo, portanto pelo mais apto, administrará uma comunidade destituída de demandas improcedentes ou inadequadas, administrará uma *pólis* justa no sentido platônico.

Deve-se observar, contudo, que tal quadro ocorre na medida em que toda a comunidade seja retamente educada, o que evidentemente demanda a existência de normas e leis, que, porém, não cumprem a mesma função das constituições políticas como as entendemos contemporaneamente. De qualquer modo, no *Político*, Platão avança na discussão sobre a necessidade de leis, ao concordar que é “difícil admitir que se deva governar sem leis”.³⁶ Acrescenta, ainda, quanto à questão de se saber se é legítimo um governo sem leis, que o mais importante não é reforçar ou cuidar da legislação, mas, sim, do “homem real, dotado de prudência (*phronéseos basilikón*)”,³⁷ tendo em vista que,

“... a lei jamais seria capaz de estabelecer, ao mesmo tempo, o melhor e o mais justo para todos, de modo a ordenar as prescrições mais convenientes. A diversidade do que há entre os homens e as ações (*práxeon*), e por assim dizer, a permanente instabilidade das coisas humanas, não admite em nenhuma arte, e em assunto algum, um absoluto que valha para todos os casos e para todos os tempos”.³⁸

E, logo adiante, reconhece a singularidade e a dificuldade que envolve a tarefa do legislador real, como um prenúncio, talvez, do que viria a propor no final de sua vida, ao justificar porque é necessário fazer leis ainda que elas não sejam regras perfeitas:

“– Acontece o mesmo com o legislador: tendo que prescrever a suas ovelhas obrigações de justiça e contratos recíprocos, jamais seria capaz, promulgando decretos gerais, de aplicar a cada indivíduo a regra exata que lhe convém.

³⁵ PLATÃO. *Político*, 305 e.

³⁶ PLATÃO. *Político*, 294 a.

³⁷ PLATÃO. *Político*, 294 a-b.

³⁸ PLATÃO. *Político*, 294 b.

- Provavelmente.
- Estabeleceria, antes o que conviesse à maioria dos casos e dos indivíduos, e assim de modo geral, legislaria para cada um, por meio de leis escritas ou não, contentando-se, neste caso, em dar força de lei aos costumes nacionais”.³⁹

As *Leis*, considerado – dentre uma das poucas unanimidades em torno da obra de Platão⁴⁰ – seu último diálogo, retoma esta questão de uma forma, que poderíamos pensar, realista, chegando mesmo a admitir que “em matéria de leis nossa cidade é a segunda em excelência”,⁴¹ pois a primeira tem “a forma de governo e as leis nobres (*áristoi*)”⁴², consoante o proposto na *República*, e a terceira será a própria cidade histórica que por ventura venha a ser fundada. No entanto, o seu realismo revela-se aparente quando, ao lançar mão de instrumento legal para ordenar e administrar a *pólis*, não abandona a rígida *paideia* indicada na *República* e ratificada no *Político*, justapondo, assim, o “legislador” das *Leis* ao “rei filósofo” e ao detentor do “saber real”, governantes desenhados nesses dois últimos diálogos.

O papel da educação na viabilização da política que constrói uma *pólis* justa reforça a manutenção do ponto de vista platônico sobre a necessidade de serem criados os caminhos adequados para o aprimoramento e o exercício da virtude em cada *polítes*, e a confirmação disto pode ser verificada quando no final das *Leis* propõe a instituição do chamado “conselho noturno” para salvaguarda da cidade:

“Já não dissemos que terá de haver em nossa cidade um conselho constituído da seguinte maneira? Dez guardas das leis escolhidos sempre entre os mais velhos, acrescidos de todos os cidadãos distinguidos com o prêmio da virtude, os quais se reunirão em Assembléia. A essa guarda juntarão também os que viajaram pelo estrangeiro em busca de algum achado eventual que pudesse contribuir para a conservação das leis, e que, havendo regressado sãos e salvos, e depois de postos à prova, foram considerados dignos de participar do conselho”.⁴³

Assim, estará assegurado o papel fundamental e insubstituível da tradição e da palavra na *paideia*, e, como conseqüência, na política, pois esta é a única forma de se construir uma *pólis*, senão absolutamente justa, pelo menos detentora da maior cota de virtude possível de ser alcançada pelos *polítai*; e não seria de outra forma se acreditarmos que “o que permite conhecer a natureza e a disposição das almas é o que há de mais útil para a arte que delas cuida, a saber: a

³⁹ PLATÃO. *Político*, 294 e –295a.

⁴⁰ Cf. NUÑO, 1988. p. 165.

⁴¹ PLATÃO. *Leis*, 739 a. (Tradução de Carlos Alberto Nunes).

⁴² PLATÃO. *Leis*, 739 c.

⁴³ PLATÃO. *Leis*, 961 a; cf., também, 908 a , 909 a.

política, salvo engano de minha parte”,⁴⁴ pois, podemos acrescentar, como já desvendara Heráclito, “a psique possui um *logos* que aumenta por si mesmo.”⁴⁵

Desses três *Diálogos* acima abordados, dos quais tivemos o propósito de ressaltar aspectos da busca pela estabilidade política, será na *República* – principalmente, nos livros VIII e IX, onde retoma a discussão sobre as formas de governo e suas versões corrompidas⁴⁶ – que Platão se aterá, com maior propriedade e em diferentes âmbitos, ao tema da *stásis*. Como nos observa Kalimtzis, Tucídides apresentara apenas os rudimentos de uma teoria da *stásis*, de modo que, para qualquer exploração mais completa e sólida, a “filosofia” fazia-se necessária.⁴⁷ Nesse sentido, no livro V, no qual discorre sobre o governante da *orthè politeía*, o rei-filósofo, e onde deixa patente a sua reprovação a qualquer possibilidade de esfacelamento de uma *pólis*, o que efetivamente podemos adiantar seu temor quanto aos processos de corrupção de qualquer das formas de governo, Platão já antecipa a relação por ele estabelecida entre *stásis* e uma patologia resultante da injustiça, propícia a uma *pólis* enferma, portanto, não-saudável, e, por isso, uma *pólis* injusta, ao elucidar que, no âmbito estrito da política, há pelo menos dois sentidos para o termo *stásis*, um, significando “discórdia civil”, quando aplicado a um quadro que, contemporaneamente, denominaríamos de nacional, e outro, entendido como “guerra”, quando referido ao estrangeiro, conforme segue:

“Por conseguinte, diremos que, quando os Gregos combatem com os bárbaros e os bárbaros com os Gregos, estão em guerra, e que são inimigos por natureza, e que a esta inimizade se deve chamar guerra. Ao passo que, quando os Gregos fizerem tal coisa aos Gregos, diremos que são amigos por natureza, que em tal conjuntura a Grécia está doente, e em discórdia civil (*stasiázēin*), e a essa inimizade chamaremos sedição (*stásis*)”.⁴⁸

Essa afirmação parece-nos ilustrar de forma cabal a veemente reprovação de Platão a qualquer ação política que viesse a opor gregos entre si, taxando mesmo, no seguimento do passo, essa possibilidade de sedição de “criminosa”. Na verdade, há diversas passagens que ressaltam a existência de uma tensão permanente na *pólis* em função da recorrente possibilidade de ocorrência de uma *stásis*, principalmente, pela disputa travada em torno da defesa de formas de governo, como constatamos nos passos seguintes, quando novamente é feita alusão à possibilidade de a *politeía* adoecer, bem como, é ressaltado o fato de o estabelecimento de uma democracia ensejar uma desordem que é perniciosa à *pólis*:

⁴⁴ PLATÃO. *Leis*, 650 b.

⁴⁵ HERÁCLITO.DK-B115.(Tradução de Damião Berge, 1969. p. 289).

⁴⁶ Dado que tudo que é criado, isto é, tudo que é da ordem da *poiesis*, se corrompe.

⁴⁷ Cf. KALIMTZIS, 2000. p. 15.

⁴⁸ PLATÃO. *República*, 470 c-d. No mesmo sentido, *Leis*, 628 b.

“– Da mesma maneira que um corpo enfermiço lhe basta levar um pequeno impulso externo para ficar doente, e por vezes, mesmo sem causa exterior, entra em luta (*stasiázēin*) consigo mesmo, assim um Estado que se encontra na mesma situação, por qualquer pretexto, vindo atacantes de fora ajudar a cada um dos partidos, um do Estado oligárquico, outro do democrático, adoece e entra em luta (*mákhetai*); por vezes, até a guerra civil (*stasiázēi*) surge sem auxílio do exterior.

– E com grande violência.

– Ora a democracia surge, penso eu, quando após a vitória dos pobres, estes matam uns, expulsam outros, e partilham igualmente com os que restam o governo e as magistraturas, e esses cargos são, na maior parte, tirados à sorte”.⁴⁹

Finalmente, ainda com relação à *República*, devemos acrescentar que em 560a Platão inscreve a idéia de “contra-revolução” na discussão sobre as formas de governo, ao discorrer sobre como se dá a transformação de um oligarca em democrata, e a possibilidade desse recém-democrata vir a encontrar resistências de parentes com os quais partilhava o poder.⁵⁰ Na verdade, o que está permanentemente em jogo é a possibilidade de esfacelamento da *pólis*, questão que, de resto, até nossos dias impõe a necessária administração dos conflitos decorrentes das ações dos homens no espaço público. No dizer de Platão,

“Ora nós teremos algum mal maior para a cidade do que aquele que a dilacerar e a tornar múltipla, em vez de uma? Ou maior bem do que o que a aproximar e tornar unitária?”⁵¹

Como já referimos, um viés da crítica à filosofia política de Platão acusa-o de sacrificar a liberdade na busca de garantia de unidade política como atributo vital à integridade da *pólis*, transformando tal propósito em, por assim dizer, unicidade política⁵². Este rígido formato advém, como expusemos, da concepção platônica do bem como uma virtude una – que orienta a vida tanto no meio público como no meio privado –, presente em todas as almas, a ser alcançada pelo equilíbrio e harmonia de todas as ações e atividades implementadas pelos homens, em seu caminho para a obtenção do conhecimento verdadeiro, reto. Por isso, os regimes políticos então conhecidos eram considerados por ele inaceitáveis e permanentemente sujeitos à corrupção, pois o fracionamento da virtude provoca necessariamente o fracionamento da *pólis*. A opção platônica deve ser também compreendida nos desdobramentos da oposição filosófica entre unidade e multiplicidade, que no âmbito da política colocava a *pólis* imersa na contenda tirania x democracia,

⁴⁹ PLATÃO. *República*, 556 e -557 a.

⁵⁰ Cf. PLATÃO. *República*, 560 a.

⁵¹ PLATÃO. *República*, 462 a-b.

⁵² De qualquer modo, reafirmamos que a observação anteriormente feita por nós com relação à proposta platônica – vide p.9-10 – vale, também, para essa questão. Por outro lado, ressalte-se que até o século XVI, principalmente com Hobbes e Bodin, o pensamento político ocidental conviveu com este dilema; será a idéia de tripartição do poder, que devemos originariamente a Locke, que irá apontar, a princípio, um caminho alternativo, e logo mesmo, uma “solução” política para o Ocidente, uma vez que permitiu a reinvenção da participação, enfim, da democracia.

e que não será seguida por seu discípulo maior, Aristóteles, que ao estabelecer uma distinção entre ciências teóricas e ciências práticas, enquadrará a política como a mais importante dentre estas, e, por isso, impossibilitada de ser uma ciência exata, inversamente do que desejava Platão⁵³. De fato, no início da *Ética a Nicômaco*, obra na qual propõe tal divisão entre as ciências, Aristóteles afirma que:

“os homens instruídos se caracterizam por buscar a precisão em cada classe de coisas somente até onde a natureza do assunto permite, da mesma forma que é insensato aceitar raciocínios apenas prováveis de um matemático e exigir de um orador demonstrações rigorosas”⁵⁴.

Este calculado seccionamento do conhecimento viabilizará, ainda na *Ética a Nicômaco*, no livro V, uma teoria da justiça, que, segundo ele, é uma parte da excelência moral, na qual a “justa medida” socrática passa a significar o meio termo, algo equidistante dos extremos, e onde já nos adianta que “talvez não signifique a mesma coisa ser um homem bom e um bom cidadão em todas as cidades”⁵⁵, possibilitando, com a admissão desse seccionamento, na *Política*⁵⁶, cindir a virtude de modo a permitir que no âmbito da política não seja obrigatória, a não ser para o governante, a coincidência entre “bom homem” e “bom cidadão”. Com isso, abre-se uma nova vertente para a administração dos conflitos políticos humanos, em moldes que viriam a determinar os rumos da reflexão e da ação política no Ocidente, pois viabilizaria uma nova relação público/privado, na qual esse segundo termo, abrigando o indivíduo, assume proporções cada vez maiores, alterando de forma sensível o projeto platônico originário.

Se alguma parte da obra política de Aristóteles, além do empreendimento de pesquisa de mais de cento e cinquenta *politéai* de *póleis* gregas, que possibilitou, por assim dizer, ajustar a teoria platônica sobre as formas de governo⁵⁷, pode asseverar o decantado realismo político a ele creditado⁵⁸, esta parte é o livro da *Política* que ele dedica à *stásis*. Como observa Howell, Aristóteles estabelece uma distinção entre *stásis* e *metabolé* na *politeia*, uma vez que, uma desordem política não leva necessariamente à mudança constitucional, bem como, é possível, também, ocorrer o inverso, uma mudança constitucional, quase sempre gradual, que não enseja transtornos ou danos à ordem política. Se considerarmos que a acepção moderna do termo revolução abriga esses dois fatores, e, ainda, que na Grécia Antiga, de modo geral, era assim que se davam, recorrentemente, as alterações governamentais, é possível tomarmos a questão central do livro V da *Política* no

⁵³ Cf. MORRALL, 1981. p. 41-2.

⁵⁴ ARISTÓTELES. *Ética a Nicômacos*, 1094 b. (Tradução Mário da Gama Houry).

⁵⁵ ARISTÓTELES. *Ética a Nicômacos*, 1130 b.

⁵⁶ ARISTÓTELES. *Política*, 1277 a 25-30 e 1309 a 40, 1309 b 5-40.

⁵⁷ Cf. ARISTÓTELES. *Política*, livro IV. (Tradução Mário da Gama Houry)

⁵⁸ Cf. SABINE, 1964. p. 98-130, entre outros.

sentido de revolução política como a entendemos hoje, portanto, no sentido que estamos conferindo ao termo *stásis*⁵⁹. Em dez capítulos, Aristóteles busca de forma pioneira indagar sobre

“...qual é o número e qual a natureza das causas de revoluções nas cidades, quais os modos de destruição inerentes a cada forma de governo, quais as formas que os governos abandonam e quais as que eles adotam quando mudam, quais as salvaguardas das constituições em geral e de cada forma particular, e quais os meios a que se deve recorrer para salvar cada forma de governo. (...) Tais são, podemos dizer, as origens e as fontes das revoluções (*tón stáseón*) decorrentes das discórdias civis (*stasiázousin*), e as mudanças políticas (*hai metabolaí*) ocorrem de dois modos: às vezes elas visam a constituição vigente, e seu objetivo é mudar de uma constituição para outra (por exemplo, da democracia para a oligarquia) ou destas para o governo constitucional (*politeía*) e para a aristocracia, e inversamente destas para aquelas”.⁶⁰

Para levar esse empreendimento em frente, Aristóteles, preliminarmente, observa o que já havia proposto na *Ética a Nicômaco* com relação à justiça, reafirmando ser esta uma igualdade proporcional, a qual, embora reconhecida por muitos homens que instituíram diferentes formas de governo, estes falharam nas tentativas de estabelecer esse tipo de igualdade em suas *póleis*, falhando por isso, também, no estabelecimento da justiça, tal como definida anteriormente. Nesse sentido, afirma no final desse mesmo passo inicial:

“Todas estas formas de governo têm um critério de justiça (*dikaion*), mas consideradas de maneira absoluta elas estão erradas; por causa disto, quando cada uma das duas classes de cidadão não obtém na constituição (*politeía*) uma participação condizente com suas idéias preconcebidas, começam as revoluções (*stasiázousin*)”.⁶¹

A seguir, aponta para uma questão específica, as origens e as fontes das revoluções decorrentes das discórdias civis: ou [i] visam mudar a constituição vigente, buscando instituir outra forma de governo, ou [ii] visam assumir o poder, consentindo, mesmo, na manutenção do regime até então vigente. Em outro sentido, pode estar em jogo uma questão de quantidade, quando ocorre um movimento dentro do próprio regime no sentido de abrandá-lo ou endurecê-lo. Por fim, observa que uma revolução pode ter ainda como objetivo a mudança de apenas uma

⁵⁹ Embora POLANSKY (1991, p. 325) considere que “...it does not appear that Aristotle has any specific term for what we call revolution”, tendemos a concordar com o enquadramento acima, proposto por HOWELL (1985, p.19), para a questão, uma vez que, de fato, há passagens significativas da *Política* nas quais o vocábulo é usado nesse sentido, como, por exemplo, em 1301 b, 1302 a-b, 1304 a, 1306 b. Por interessante, devemos notar a perspectiva de CONTOGIORGIS (1978, p.21), centrada na filosofia do direito: “C’est pourquoi le sujet du livre V de la *Politique*, – qui n’est qu’une partie du sujet de notre étude – est avant tout le changement (*metabolé*) qui se fait avec une *stasis*”; complementando em nota que, “ou avec un autre acte révolutionnaire parmi ceux qui seront étudiés plus loin”, entendendo, assim, a *stásis* apenas como um momento de um processo maior de mudança.

⁶⁰ ARISTÓTELES. *Política*, 1301 a 20-25; 1301 b 5-10.

⁶¹ ARISTÓTELES. *Política*, 1301 a 35-40. A referência de Aristóteles a “duas classes de cidadãos” deve-se ao fato de ele ter usado a democracia e a oligarquia como formas, por assim dizer, paradigmáticas, sob as quais a *pólis* está sempre dividida em dois segmentos, no primeiro caso, pela idéia de que há uma igualdade absoluta entre os cidadãos, e, no segundo, pelo inverso dessa certeza.

parte da constituição em vigor, usando como exemplo a instituição ou a abolição de certa função do governo. Ao concluir essa digressão, Aristóteles toca em uma questão, de resto, já denunciada pelos sofistas, que viria a permear de forma indelével a teoria política – e, posteriormente, a teoria social – produzida no Ocidente, a desigualdade:

“Em toda parte as revoluções (*stásis*) são causadas pela desigualdade (*tò ánison*), mas uma desigualdade em que as classes desiguais não participam proporcionalmente do poder (...), pois geralmente o desejo de igualdade leva às revoluções (*stasiázousin*)”.⁶²

Nos capítulos dois e três Aristóteles alerta para a necessidade de que preliminarmente sejam “investigadas as origens e causas de um modo geral das circunstâncias causadoras de revoluções (*stáseis*) e mudanças (*metabolaí*) de constituição nas cidades”,⁶³ que, segundo ele, são em número de três. Primeiro, deve-se identificar as situações que levam efetivamente à revolução; depois, perscrutar com que objetivo ela é implementada; e, por fim, quais são “as origens das desordens políticas e das lutas entre facções”.⁶⁴ Recuperando considerações tecidas anteriormente, ele debita tanto à ânsia pela igualdade, uma aspiração da maioria, como à ânsia pela desigualdade, um desejo da minoria, como sentimentos que levam os homens à revolta. Por outro lado, considera que

“... os objetivos pelos quais os homens se revoltam (*stasiázousin*) são o desejo de ganho e o de honrarias, ou o contrário disto, pois os homens também se engajam em revoluções (*stasiázousin*) nas cidades para livrar-se a si mesmos e a seus amigos de desonra e de perdas”.⁶⁵

Com relação às causas e origens que movem os homens do modo acima descrito e no sentido dos objetivos também aludidos, Aristóteles elenca, a princípio, nada menos do que sete causas, a saber: o desejo de ganhos e de honrarias, já citadas, a insolência, o temor, a proeminência, o desdém e o crescimento desproporcional de algumas das classes da cidade. Além dessas, complementa com o que denomina “outros tipos de causa: as manobras eleitorais, a negligência, a mesquinha e as incompatibilidades”.⁶⁶ Devemos notar que as abordagens de Aristóteles sobre cada uma dessas causas, sempre ilustradas com referências históricas, ressaltam,

⁶² ARISTÓTELES. *Política*, 1301 b 25-30. Vale ressaltar, que ele afirma, no último parágrafo desse passo, e de acordo com a sua teoria do “ponto médio”: “O governo formado com elementos da classe média também fica mais próximo do povo que o governo de poucos, e é a forma de governo mais segura entre os tipos de constituição mencionados”.

⁶³ ARISTÓTELES. *Política*, 1302 a 15.

⁶⁴ ARISTÓTELES. *Política*, 1302 a 15-25.

⁶⁵ ARISTÓTELES. *Política*, 1302 a 30.

⁶⁶ ARISTÓTELES. *Política*, 1302 b 5.

primordialmente, a desproporcionalidade, seja na distribuição de riqueza, seja na distribuição de *status*, em sentido weberiano, ou mesmo quanto aos meios de acesso ao poder, além da inevitável questão quantitativa, decorrente do crescimento das classes.

Por fim, agrega ainda como causas as diferenças de raças e as razões de ordem geográfica, e conclui reafirmando:

“De fato, da mesma forma que na guerra a separação por um canal, mesmo estreito, pode fazer com que os contingentes de tropas percam o contato, nas cidades qualquer diferença pode provocar desunião. Sendo assim, talvez a maior desunião seja aquela entre a virtude e o vício, depois entre riqueza e a pobreza, e entre outras circunstâncias de maior ou menor influência, das quais uma é a já mencionada [as razões de ordem geográfica]”.⁶⁷

Nesse sentido, observa com gravidade, no início do capítulo seguinte,

“...as revoluções, portanto, não se fazem com objetivos insignificantes, mas às vezes decorrem de causas insignificantes; na verdade, há sempre grandes interesses em jogo nelas”.⁶⁸

e, após ressaltar que até mesmo um desentendimento de fundo amoroso pode provocar uma revolução, como ocorreu em tempos idos em Siracusa, observa que é necessário precaver-se contra desentendimentos no interior do governo quando estes estão em seu estágio inicial, de modo

“a fazer abortar as querelas entre os governantes e os poderosos, pois os erros ocorrem no princípio, e o princípio, como se costuma dizer, é a metade do todo, de tal forma que mesmo um pequeno erro no princípio tem uma influência proporcionalmente maior sobre os estágios subseqüentes dos acontecimentos”.⁶⁹

Finalizando sua abordagem geral sobre as causas e as origens das revoluções, Aristóteles externa uma crença, que hoje temos dificuldade de endossar, a de que “os homens notáveis por seus méritos não causam revoluções, pois eles reconhecem que são poucos entre muitos”⁷⁰, e, por outro lado, afirma que todas as formas de governo estão sujeitas a revoluções, produzidas pelas causas por ele descritas, que devem ainda ser complementadas pela força, que pode ser usada como “meio de compulsão no estágio inicial ou mais tarde”, e a fraude, que pode ter um “duplo aspecto, pois os cidadãos inicialmente podem ser levados enganosamente a concordar com uma mudança no governo, e depois são forçados a aceitá-la contra sua vontade”.⁷¹

⁶⁷ ARISTÓTELES. *Política*, 1303 b 15.

⁶⁸ ARISTÓTELES. *Política*, 1303 b 15-20.

⁶⁹ ARISTÓTELES. *Política*, 1303 b 25-30.

⁷⁰ ARISTÓTELES. *Política*, 1304 b 5.

⁷¹ ARISTÓTELES. *Política*, 1304 b 5-10.

Os capítulos seguintes, com exceção de dois, são dedicados às revoluções em cada uma das formas de governo definidas e analisadas por Aristóteles na *Política*⁷². O objetivo primordial é indicar a(s) principal(is) causa(s) de revolução em cada um dos regimes. Assim, nas democracias é a “insolência dos demagogos” que não só une os possuidores de bens quando algum deles é caluniosamente denunciado, como incitam o povo contra estes, propiciando desse modo ambiente favorável a ocorrências revolucionárias.⁷³ Nas oligarquias, por sua vez, as revoluções podem ser causadas por questões endógenas ou exógenas ao grupo dominante, de modo que, tanto dissidências neste grupo, como um tratamento injusto dispensado à maioria são motivos relevantes em seu desencadeamento. Faz-se interessante notar o paralelo que Aristóteles estabelece quanto à ocorrência de revoluções em democracias e em oligarquias – que, não esqueçamos, conformam, mescladas, sua proposta de governo ideal⁷⁴ –, pois, ambas não se transformam, segundo ele, em suas formas constitucionais opostas, mas sim, “em formas do mesmo gênero – por exemplo, de democracias e oligarquias regidas pela lei em democracias e oligarquias autocráticas, e destas para aquelas”.⁷⁵

Já as aristocracias e os governos constitucionais⁷⁶,

“caem geralmente por se desviarem da própria constituição e da justiça; a origem da queda no caso do governo constitucional é o fato de ele não resultar de uma boa mescla de democracia e oligarquia, e no caso da aristocracia é a falta de uma boa mescla destas duas e de mérito em seus componentes, especialmente da boa mescla das duas (quero dizer democracia e oligarquia); de fato, os governos constitucionais quanto a maior parte das constituições chamadas aristocráticas visam a uma mistura das mesmas”.⁷⁷

As monarquias e tiranias, por seu turno, são equiparadas, no que concerne à possibilidade de destruição e de preservação, respectivamente, às aristocracias e a uma combinação de oligarquia com democracia levada ao extremo, observando que, enquanto os governos monárquicos raramente são destruídos por causas exógenas, as tiranias, bem como as oligarquias, são, dentre as formas de governo, as menos duradouras.⁷⁸

⁷² ARISTÓTELES. *Política*, livros IV e VI.

⁷³ ARISTÓTELES. *Política*, 1305 a.

⁷⁴ Cf. ARISTÓTELES. *Política*, 1294 a, 1294 b, livros VI e VII. Não é por outra razão que POLANSKY (p.328) chama a atenção para a posição central que a democracia e a oligarquia ocupam na análise aristotélica das revoluções.

⁷⁵ ARISTÓTELES. *Política*, 1305 b -1306 b.

⁷⁶ “Governo constitucional” é a tradução comumente utilizada para o termo *politeia*, quando este é utilizado por Aristóteles como denominação de sua proposta de governo ideal.

⁷⁷ ARISTÓTELES. *Política*, 1307 a 5 -10.

⁷⁸ ARISTÓTELES. *Política*, 1310 b -1315 b.

Quanto às precauções contra as revoluções, Aristóteles, no capítulo que dedica à “preservação das constituições em geral e de cada forma de governo em particular”,⁷⁹ ressalta que,

“...se conhecermos as causas determinantes da destruição das constituições, também conheceremos as causas determinantes de sua preservação, pois os contrários criam contrários, e destruição é o contrário de preservação”.⁸⁰

Assim, adverte para o fato de que é necessário que se esteja sempre em “guarda contra o início das mudanças”, e, também, que,

“...nas constituições bem dosadas, da mesma forma que se deve cuidar de evitar qualquer tipo de transgressão à lei, deve-se tratar principalmente de impedir pequenas transgressões; com efeito, a transgressão da lei se insinua sub-repticiamente”.⁸¹

Por outro lado, detendo-se no tratamento dispensado pelos governantes tanto aos cidadãos, como aos excluídos da cidadania, ele sustenta que, quando aqueles tratam bem a população em geral, os regimes conseguem um quadro de maior estabilidade, embora a ocupação do poder por longo tempo amplie em demasia a possibilidade de transformações nos governos, pois, segundo ele, mesmo os homens mais notáveis acabam corrompidos e aspirando à tirania.⁸² Outra precaução necessária, além dos esforços comuns no sentido de se “evitar querelas e facciosismo”, obriga àqueles que se preocupam com a preservação da constituição a

“...imaginar meios de inspirar temor, para que os cidadãos se mantenham em guarda e não relaxem a vigilância em torno da constituição, como uma sentinela à noite, fazendo parecer próximo o perigo distante”.⁸³

Nesse particular, é inevitável recordarmos Maquiavel, principalmente porque Aristóteles arremata tais observações da forma que se segue:

“pois discernir desde o início um mal em evolução não é tarefa para qualquer pessoa, e sim para um estadista”.⁸⁴

⁷⁹ ARISTÓTELES. *Política*, 1307 b -1310 a.

⁸⁰ ARISTÓTELES. *Política*, 1307 b 25. É de se notar a semelhança do argumento utilizado por Maquiavel quando, ao defender-se de ter “ensinado tirania” aos Médicis, responde, de acordo com Louis Gautier-Vignal: “Se ensinei aos Príncipes de que modo se estabelece a tirania, ao mesmo tempo mostrei ao povo os meios para dela se defender”. Apud FARIA, 1965. p. xiv.

⁸¹ ARISTÓTELES. *Política*, 1307 b 30.

⁸² ARISTÓTELES. *Política*, 1308 a 20-25.

⁸³ ARISTÓTELES. *Política*, 1308 a 25-30.

⁸⁴ ARISTÓTELES. *Política*, 1308 a 30-35.

Após prevenir sobre problemas de ordem institucional, como vimos, Aristóteles conduz sua argumentação para uma questão politicamente sensível, e que contribuiu para que viesse a ser o patrono do “realismo” na teoria política, a possibilidade de ocorrência de revoluções devido à desproporcionalidade causada por excessos na qualificação pelas posses dos cidadãos, em síntese, volta, mais uma vez, ao embate entre “ricos” e “pobres”, que o leva à famosa defesa dos segmentos médios:

“Pelos mesmas razões devem ser tomadas precauções contra a prosperidade isolada de algum segmento da cidade; o remédio adequado para este mal é dar sempre a administração dos negócios e as funções de governo a segmentos opostos (quero dizer que os homens circunspectos são o oposto da maioria, e os pobres são o oposto dos ricos), e envidar esforços no sentido de misturar a massa de pobres com a classe dos ricos, ou aumentar a classe média, pois tais medidas eliminam as revoluções devidas à desigualdade”.⁸⁵

Mais adiante, retoma o que poderíamos entender como a estratégica função da classe média, da seguinte forma:

“Além de todos estes fatores não se deve ignorar um atualmente esquecido nas formas degeneradas de constituição – a classe média; na realidade, muitas constituições consideradas democráticas destroem a democracia, e muitas consideradas oligárquicas destroem as oligarquias”.⁸⁶

Para finalizar esta parte de sua exposição dedicada às precauções contra revoluções, Aristóteles reafirma que o grande princípio de preservação pode ser assim formulado:

“...cuidar de que os cidadãos desejosos da continuidade da constituição sejam mais numerosos que os não desejosos”.⁸⁷

No décimo e último capítulo deste livro voltado para o estudo das revoluções, Aristóteles faz sua crítica a Platão, centrada, basicamente, no fato de seu mestre ter tratado o tema de forma pouco sistemática, fruto tanto de sua matriz classificatória das formas de governo, que acaba por não distinguir diferentes matizes em cada uma delas, empobrecendo, desse modo, o conjunto de causas de revoluções, como do ciclo de sucessão dessas formas, que estabelece a partir da corrupção de cada uma delas, pois, como nota Polansky, Aristóteles aponta o fato de Platão sugerir apenas um único padrão histórico às mudanças⁸⁸. Observa, ainda, que o governo ideal

⁸⁵ ARISTÓTELES. *Política*, 1308 b 25-30.

⁸⁶ ARISTÓTELES. *Política*, 1309 b 35-40.

⁸⁷ ARISTÓTELES. *Política*, 1309 b.

⁸⁸ Cf. POLANSKY, 1991. p. 343.

proposto por Platão, segundo este, quando se corrompe, torna-se uma timocracia, o que ele acha improvável, pois, “todas as formas de governo mudam mais freqüentemente para as formas opostas que para as afins”.⁸⁹

A esta breve apresentação da teoria da revolução em Aristóteles devemos agregar, em nosso entender, algumas observações de estudiosos de sua obra. Primeiramente, embora Kalimtzis aponte o fato de Aristóteles não apresentar uma causa formal para a ocorrência de revoluções⁹⁰, tanto ele como Morrall reconhecem, com base na *Ética a Nicômaco*, que há uma causa que subordina todas as demais, qual seja, a erosão da amizade política⁹¹, pois esta cumpre um papel fundamental na garantia de estabilidade do poder político, uma vez que pode propiciar a *homónoia*, que, nesse contexto, de acordo com Morrall, para Aristóteles significa semelhança de idéias, unanimidade ou concordância.⁹² Por outro lado, vale notar a importância que as “condições sociais” assumem na obra política aristotélica, pois, de acordo com Polansky, “condições sociais colocam-se como ‘a questão’ da comunidade. Esta questão oferece constrangimento para o tipo de constituição sob a qual se apresenta”.⁹³ Nesse particular, observe-se que Polansky apóia-se na clássica análise de Newman, bem como, utiliza a expressão “condições sociais” sob inspiração da abordagem de Hannah Arendt sobre as esferas pública e privada, em *A condição humana*, exposta por nós no primeiro capítulo.⁹⁴

Finalmente, com relação à crítica aristotélica às proposições platônicas sobre revoluções, Polansky observa acuradamente que, embora Aristóteles considerasse que Platão não tivesse tido a intenção de fazer uma análise abrangente da questão na *República*, utiliza-o para realçar a defesa de seus próprios argumentos.⁹⁵ Em sentido semelhante, Morrall aponta para uma dificuldade que se reveste, em nosso entender, em uma dubiedade que se apresenta na crítica aristotélica a Platão, pois, de modo geral, ela não examina a possibilidade (sugerida pelo próprio Platão) de que a descrição possa ser puramente simbólica, senão irônica, sem pretender constituir uma análise histórica séria.⁹⁶ Entretanto, Morrall considera que Aristóteles, corretamente, assinala uma anomalia em Platão, por este admitir que possa haver deterioração em “sua” *pólis* ideal.⁹⁷

⁸⁹ ARISTÓTELES. *Política*, 1316 a -1316 b.

⁹⁰ Cf. KALIMTZIS, 2000. p. 149-156.

⁹¹ Cf. KALIMTZIS, 2000. p. xiv-xv e cap. 5.

⁹² MORRALL, 1981. p. 45 e p. 77.

⁹³ POLANSKY, 1991. p. 327.

⁹⁴ A obra de NEWMAN por ele referida é *The politics of Aristotle*, Oxford: Clarendon, 1887-1902.

⁹⁵ Cf. POLANSKY, 1991. p. 343.

⁹⁶ Cf. MORRALL, 1981. p. 78 e 79.

⁹⁷ Cf. MORRALL, 1981. p. 78.

2.2 A Modernidade: revolução e instituições

O Estado Moderno – talvez a principal invenção de nossa era –, tal como foi concebido no seio das sociedades européias ocidentais a partir do século XVI –, relembremos, neste particular, o pensamento político forjado, principalmente, na Itália, na Inglaterra, em França e na Alemanha –, introduziu no horizonte da paisagem política do Ocidente, dentre outras, duas, literalmente antigas, *novidades*: a ação política revolucionária, que, por vezes, transforma-se em Revolução, e a obsessiva (re)definição de Democracia, juntamente com a tentativa não menos obsessiva de seu exercício.

A literatura ocupada com essas novidades, embora sensivelmente mais dedicada à segunda delas, corrobora, insofismavelmente, a importância que tanto a estabilidade política – pelo menos na forma que, predominantemente, tem sido caracterizada no Ocidente, e não só – quanto as mudanças radicais na esfera do poder político assumiram no mundo moderno e em nossos tempos.

No âmbito dos clássicos, torna-se imperioso mencionarmos pelo menos cinco pensadores que se ocuparam dessas questões, a partir do final do século XVIII, construindo verdadeiros paradigmas: Edmund Burke, que contribuiu decisivamente para cunhar uma espécie de medo hobbesiano como reação à Revolução Francesa, embora tivesse apoiado o povo americano em suas demandas contra o jugo colonial exercido pelo próprio Império Britânico¹; Alexis de Tocqueville, que empreendeu, no século XIX, o reconhecimento *in loco* dos desdobramentos, perspectivas e ganhos por ele considerados democráticos realizados pelos Estados Unidos na seqüência da Guerra de Independência, e, sobretudo, pela Revolução Americana, bem como procurou “estudar” e contextualizar historicamente a revolução ocorrida em 1789 em seu próprio país²; Karl Marx e Friederich Engels, que conclamaram os oprimidos do mundo inteiro, sob as bandeiras da irracionalidade econômica e da iniquidade social impostas pelo capitalismo, a deporem revolucionariamente seus opressores, tomando os estados e realizando, dessa forma, pela primeira vez na história, uma revolução da maioria, e por isso realmente democrática, uma

¹ Cf. BURKE, 1942.

² Cf. TOCQUEVILLE, 19620; TOCQUEVILLE, 1979.

Revolução Comunista³; e, por último, Peter Kropotkin, que defendeu com rigor mais do que a tomada do estado, defendeu a sua destruição, e a abolição dos governos, até mesmo daqueles que se auto-intitulam “revolucionários”, pois estes, segundo ele, invocam com muita frequência a “ditadura revolucionária”.⁴

Estes cinco pensadores políticos tornaram-se clássicos por possuírem, dentre outras qualidades⁵, a capacidade de diagnosticar inquietantes questões colocadas por sua época e de antecipar desdobramentos, às vezes trágicos, para o mundo hodierno. Assim, demarcaram distintas vertentes e segmentos no quadro do pensamento político ocidental, que se cristalizaram, respectivamente, como conservadorismo, liberalismo, socialismo e anarquismo. Em todas estas acepções encontramos, situadas no centro das discussões quase sempre turbulentas que ensejam, as idéias de “liberdade” e de “igualdade”, e podemos reconhecer também os esforços para a conformação de uma idéia de “cidadania” talhada para os novos tempos, posteriores aos tempos revolucionários do *Século das Luzes*, e mais adequada ao *Século das Ideologias*.

³ Cf. MARX, ENGELS, 1978.

⁴ Cf. KROPOTKIN, 1977.

⁵ Para BOBBIO (2000, p. 685), um pensador só pode ser incluído dentre os clássicos se possuir três qualidades: “a) ser um autêntico intérprete do próprio tempo; b) ser perenemente atual; c) ter elaborado categorias gerais de compreensão histórica aplicáveis a realidades distintas daquela que as originou.”

2.2.1 Visões do século XIX

Aléxis de Tocqueville, herdeiro legítimo da Revolução Francesa, e Karl Marx, herdeiro presuntivo de parte da tradição que a Revolução deixou, cidadãos e políticos do século XIX, dedicaram às revoluções, em perspectivas opostas, se não a totalidade, a maior parte de suas obras. O primeiro, tomando os Estados Unidos como uma espécie de paradigma para o futuro democrático das nações – e, principalmente, para o futuro de França –, e, ainda, analisando a revolução de 89 em seu próprio país, buscou prescrever, ainda que de forma distinta de seus compatriotas contemporâneos, precursores positivistas das ciências sociais, um antídoto eficaz contra revoluções, o segundo, muito mais ativista político do que cientista, buscou estabelecer, por seu turno, caminhos seguros para a ocorrência e o sucesso de revoluções, mais especificamente, um roteiro *certo* para a revolução da maioria.⁶

Como já nos referimos no início da seção anterior, a “liberdade” e a “igualdade” serão temas ansiosamente presentes no pensamento político da modernidade, por isso, serão especialmente tratados tanto por Tocqueville, visando referendar a democracia, quanto por Marx, que procurou denunciar exatamente a trajetória democrática. A aposta tocquevilliana pode ser bem aquilatada por sua avaliação da situação política da Inglaterra no início da década de trinta, após visitá-la pela primeira vez, ao considerar que havia algumas razões que acabariam por fazer a aristocracia da antiqüíssima Albion⁷ curvar-se diante do inexorável rumo democrático vislumbrado por ele nada menos do que para todo o planeta:

“A primeira [das razões que considera], é consequência do movimento geral comum da humanidade que se dá em nossa época em todo o mundo. O século é primordialmente democrático. A democracia é como uma maré que sobe; só retrocede para voltar com maior força, e logo se comprova que com todas as flutuações, não faz senão ganhar terreno. O futuro imediato da sociedade européia é completamente democrático; disto não podemos duvidar de modo algum”.⁸

A continuação deste parágrafo indica-nos um dos principais eixos do tratamento dado por Tocqueville à democracia em sua obra futura:

⁶ Considerando-se o objetivo último deste trabalho, e uma vez que visamos abordar aspectos teóricos e conceituais, não nos estenderemos aqui com as questões históricas que serviram de fundo ou que foram levantadas por ambos esses autores, embora não desconsideremos sua particular importância para o tema em pauta.

⁷ Ironicamente, meca no século anterior para os pensadores do continente ocupados com os então incipientes ideais franceses de democracia, que, com a contribuição e a força dos trabalhos de Locke, conduziram às revoluções que direta e indiretamente tanto marcaram seu pensamento. Para os laços de Tocqueville com a Inglaterra, principalmente o seu encantamento aristocrático, veja-se QUIRINO, 2001. p.52.

⁸ Apud. DUNN, 1993. p.13-4. Esta citação que tomamos em Dunn pertence à *Viagens à Inglaterra e Irlanda*, de 1833.

“assim, o povo comum, na Inglaterra, está começando a pensar que também ele pode tomar parte no governo. A classe situada imediatamente acima dele porém, que ainda não desempenhou um papel notável no curso dos acontecimentos, mostra especialmente esta mal definida urgência de crescimento e de poder, e torna-se mais numerosa e inquieta dia após dia. Ademais, o mal-estar e a pobreza real que se sofre na Inglaterra de nossos dias, dão nascimento a idéias e excitam paixões que talvez pudessem ser mantidas adormecidas se o Estado fosse próspero. Desse modo, um gradual desenvolvimento do princípio democrático há de ser conseqüência da irresistível marcha dos fatos. Dia-a-dia passa a ser objeto de ataques um novo privilégio da aristocracia; é uma guerra lenta que se mantém em torno de detalhes, porém, infalivelmente, com o tempo, ocasionará a derrubada de todo o edifício”.⁹

Anteriormente afirmamos, também, que uma das preocupações que se instalou no mundo moderno foi a recorrente redefinição de democracia. De certa forma, nos bastaria Tocqueville para respaldar tal afirmação, sobretudo com o seu envolvimento com a causa da liberdade, mas certamente, também, devido aos acontecimentos históricos por ele vividos, mostrou-nos as dificuldades e imprecisões que permeiam este conceito; como constatou Aron, desconsiderando, talvez, estar diante de um *iluminista* do século XIX e não exatamente de um cientista social: “por conseguinte, no ponto de partida é necessário definir a idéia de democracia ou de sociedade democrática, que aparece um pouco por toda parte nas obras de Tocqueville, do mesmo modo que defini a idéia de sociedade industrial em Comte ou a de capitalismo em Marx. Entretanto, esta tarefa, de fato, tropeça em certas dificuldades, e se pode afirmar que Tocqueville emprega constantemente a expressão sem defini-la jamais com rigor”.¹⁰

A igualdade, ou melhor, como é referida, a igualdade de condições, será objeto de cuidadosa atenção por parte de Tocqueville, principalmente no capítulo XXI, da terceira parte do livro II, de sua principal obra, *A Democracia na América*, onde previne “que quase todas as revoluções que mudaram a face dos povos foram feitas para consagrar ou para destruir a igualdade”.¹¹ Entretanto, acredita que, “se um dia a igualdade se estabelecesse de maneira geral e permanente no mundo, as grandes revoluções intelectuais e políticas se tornariam muito mais difíceis e mais raras do que se pode supor”.¹²

Confessa Tocqueville, porém, que seu maior temor quanto às gerações futuras não são exatamente as revoluções, mas, de certa forma, o inverso, a paralisia dos homens, motivada por um receio cultivado pelo apego à segurança e aos prazeres decorrentes da satisfação de interesses

⁹ Apud. DUNN, 1993. p. 14.

¹⁰ ARON, 1976. p. 258-59.

¹¹ TOCQUEVILLE, 1962. p. 486. Notemos aqui uma inspiração aristotélica, talvez, como vimos anteriormente.

¹² TOCQUEVILLE, 1962. p. 494.

mais imediatos, que podem vir a limitar sua visão de mundo, submetendo-os a uma perigosa apatia.¹³

No que diz respeito à liberdade, particularmente sob a ótica democrática, encontramos um Tocqueville amparado no direito natural em *Estado social e político da França antes e depois de 1789*, um texto de 1836, que é considerado um repositório das idéias centrais de sua obra:

“Segundo a noção moderna de democracia – e eu me atreveria a dizer que é a noção justa de liberdade –, todo homem, pressupondo-se que recebeu da natureza as luzes necessárias para conduzir-se a si mesmo, tem de nascimento um direito natural e imprescritível de viver com independência de seus semelhantes em tudo o que se relaciona com sua pessoa, e a ordenar segundo lhe convém seu próprio destino”.¹⁴

Ainda nesse sentido, ele nos revela, porém, outro temor: o da “tirania da maioria”. Na segunda parte do livro I da *Democracia*, abordou a questão sob diferentes ângulos, tornando-a, mesmo, um tópico do capítulo VII, no qual deixa claro sua discordância frente aos que advogam que “em matéria de governo, a maioria de um povo tem o direito de tudo fazer”, pois, embora reconheça que a origem de todos os poderes situa-se na vontade da maioria, e, também, que é imperativo que se estabeleça sempre um poder social superior a todos os outros, pensa que a “liberdade está em perigo quando esse poder [superior] não tem à sua frente nenhum obstáculo que possa deter a sua marcha e dar-lhe o tempo de se moderar”.¹⁵

Desse modo, temendo que o remédio viesse a matar o doente, observa sobre a necessária vigilância que as sociedades devem manter, visando não só a preservação dos direitos individuais, como, também, a garantia do espaço político da minoria, para que efetivamente um ambiente democrático seja assim preservado.

Com relação às revoluções propriamente, talvez devêssemos observar, de início, que é exatamente a aristotélica questão da igualdade/desigualdade, que está na raiz da possibilidade de sua ocorrência.¹⁶ E mais, segundo Richter, os acontecimentos de 48 convenceram Tocqueville de que a fase seguinte do processo revolucionário poderia levar à “aplicação do princípio da igualdade à propriedade privada e aos negócios econômicos”.¹⁷ A partir dessa questão é que Tocqueville estabelecerá um paralelo entre as trajetórias da aristocracia e da burguesia, visando mostrar que nesta última reside a chave para a estabilidade política, e, conseqüentemente, o

¹³ TOCQUEVILLE, 1962. p. 494.

¹⁴ TOCQUEVILLE, 1988. p. 94.

¹⁵ TOCQUEVILLE, 1962. p. 193 e 194.

¹⁶ Também na senda de Aristóteles, Tocqueville atribui papel importante para a classe média no jogo democrático. Cf. RICHTER, 1966. p. 104.

¹⁷ RICHTER, 1966. p. 76.

afastamento do risco de revoluções, embora, ainda de acordo com Richter, apenas um tipo de desigualdade, segundo Tocqueville, leve à revolução, a que impede o acesso ao poder e suas vantagens.¹⁸

A questão da propriedade acima mencionada, suas novas características num século de invenções como o XIX e suas influências nos possíveis entraves ao estabelecimento da democracia, levaram Quirino a observar que: “Não acredita, pois, Tocqueville, que essa propriedade de novo tipo, fundada na indústria e no comércio, seja uma barreira intransponível para a democracia; através de revoluções, violentas ou não, acabará também por ser destruída. Sem dúvida, para ele a melhor solução é a inglesa, e não a francesa”.¹⁹

Quanto aos perigos e males que podem advir de uma relação sinuosa existente entre a democracia e o processo revolucionário, adverte-nos Tocqueville, de acordo com Schleifer:

“Separar cuidadosamente o espírito democrático do espírito revolucionário.(...)Definição de espírito revolucionário: desejo de mudanças rápidas, [com] recurso à violência para produzi-las; espírito tirânico; desdém pelas formas; desdém pelos direitos estabelecidos; indiferença com relação aos meios considerando-se os fins; doutrina do útil; satisfação de apetites brutais. O espírito revolucionário, que em toda as partes é o pior inimigo da liberdade, o é sobretudo nos povos democráticos, porque há um vínculo natural e secreto entre ele e a democracia. Mesmo que às vezes uma revolução seja justa e necessária, mesmo que estabeleça a liberdade, porém, o espírito revolucionário é sempre fugaz e nunca pode conduzir a outra coisa que não seja à tirania”.²⁰

Nesse sentido, como observa Quirino, “o espectro de novas revoluções sempre aparece a Tocqueville como algo a temer”, isto porque ele “não vê nas várias revoluções francesas (1789, 1830, 1848) nenhuma conquista igualitária que um pacífico processo democrático não tivesse podido alcançar”, também “porque em nome da igualdade e da liberdade cometeram-se atrocidades”, e, sobretudo, “porque os impérios autoritários saídos de 89 e 48 acabaram sendo igualmente contrários à liberdade”.²¹

Por outro lado, como também nos chama a atenção Quirino, a obtenção de cidadania pela via revolucionária é inteiramente desqualificada por Tocqueville, o que justifica inclusive o seu anti-revolucionarismo: “Não basta, pois, para ele, que se conceda de uma só vez, por meio de uma revolução ou qualquer outro modo, a cidadania a todos os habitantes de uma nação – é preciso também garantir que esses cidadãos serão livres, que saberão defender os seus direitos e

¹⁸ RICHTER, 1966. p. 106.

¹⁹ QUIRINO, 2001. p. 112.

²⁰ SCHLEIFER, 1984. p. 273-4. Observemos que esta passagem é retirada de rascunhos e manuscritos, conforme indica Schleifer em nota.

²¹ QUIRINO, 2001. p. 112.

sua liberdade. É por ser contrário a manifestações violentas, mas sobretudo por achar que a maioria das revoluções feitas em nome da liberdade e da igualdade não atingem seus objetivos, que Tocqueville se coloca como anti-revolucionário”.²²

Segundo Richter, Tocqueville dispensa atenção especial às idéias que lastreiam os movimentos revolucionários, as condições que as produzem e os resultados práticos do desempenho de ações sob suas orientações. De certa forma, constata que a sociedade pré-revolucionária se divide em dois segmentos, os ativistas revolucionários e os politicamente alienados, que se colocam à margem do movimento. Ainda nesta direção, Tocqueville antecipa o que Brinton denominará de “deserção dos intelectuais” ao longo do processo.²³ Este fator está relacionado, em sua ótica, à produção de efeitos indesejáveis por parte das instituições originárias dos revolucionários, tendo chegado mesmo a criar um novo fenômeno na história, a proscrição de uma classe social inteira, e a total desconsideração de suas legítimas aspirações de participar do poder, como também, de seus direitos e interesses. Assim, nesse âmbito das idéias, Tocqueville vê como essencial para a teoria da revolução o fato de que os “padrões de legitimação podem ser transformados por mudanças na estrutura da sociedade, no sistema de propriedade ou de herança, no padrão de comércio, industrialização e urbanização, e nos argumentos formais dos intelectuais”.²⁴

Tocqueville, como fino observador que era, não se escusa a abordar as causas das revoluções, sendo que para ele, como sublinha Richter, a principal “é a contradição entre aspectos-chaves dos sistemas social e político de um dado país”,²⁵ podendo-se acrescentar que “a causa real e eficaz que faz com que os homens percam o poder é que se tornaram indignos de o manter”.²⁶ Entretanto, como constatamos também em seus *Souvenirs*, elas podem ser primárias ou secundárias, e, abdicando de fórmulas determinísticas, adverte, contudo, para uma sutil condição para que se estabeleça o acaso que acredita sempre permear a história:

“De minha parte, detesto os sistemas absolutos, que tornam todos os acontecimentos da história dependentes de grandes causas primeiras, ligadas entre si por um encadeamento fatal, e que eliminam, por assim dizer, os homens da história do gênero humano. Considero-os estreitos em sua grandeza e falsos em seu ar de verdade matemática. Creio – (...) – que muitos fatos históricos importantes só podem ser explicados por circunstâncias acidentais e que muitos outros são inexplicáveis; e enfim que o acaso – ou antes o

²² QUIRINO, 2001. p. 188-9.

²³ RICHTER, 1966. p. 77. Faz-se interessante notar que Brinton, que como vimos utiliza esta mesma expressão, não cita Tocqueville em sua, como também vimos, cuidada e discriminada bibliografia.

²⁴ RICHTER, 1966. p. 77-8.

²⁵ RICHTER, 1966. p. 77.

²⁶ TOCQUEVILLE, 1991. p. 43.

entrelaçamento de causas secundárias, que assim chamamos por não sabermos desenredá-las – tem um grande papel em tudo o que vemos no teatro do mundo; mas creio firmemente que o acaso nada faz àquilo que, de antemão, já não esteja preparado. Os fatos anteriores, a natureza das instituições, a dinâmica dos espíritos e o estado dos costumes são os materiais com os quais o acaso compõe os improvisos que nos assombram e nos assustam”.²⁷

Ainda com relação às causas, e para que tenhamos presente o que pode estar compreendido nesse universo, ao referir-se às que de forma geral propiciaram a Revolução de Fevereiro, alinha:

“A Revolução Industrial que, há trinta anos, fez de Paris a primeira cidade manufatureira da França e atraiu a seus muros uma nova população de operários, a quem as obras das fortificações acrescentaram todo um povo de agricultores agora sem trabalho; o ardor dos gozos materiais que, sob o agulhão do governo, excitava cada vez mais essa multidão; a inquietação democrática da inveja que a minava surdamente; as teorias econômicas e políticas que surgiram e que tendiam a fazer crer que as misérias humanas eram obra das leis e não da Providência, e que a pobreza podia ser suprimida mudando-se a base da sociedade; o desprezo que se devotava à classe governante, sobretudo aos homens que a encabeçavam, desprezo tão geral e profundo que paralisou a resistência daqueles a quem mais interessava a manutenção do poder que se derrubava; a centralização que reduziu toda a operação revolucionária a apoderar-se de Paris e a por a mão sobre a máquina administrativa montada; a mobilidade enfim de todas as coisas, instituições, idéias, costumes e homens em uma sociedade movediça, que fora sacudida por sete grandes revoluções em menos de sessenta anos, não se considerando a infinidade de pequenos abalos secundários...”²⁸

Como um último ponto, devemos voltar nossa atenção para o particular interesse que Tocqueville empresta à questão do envolvimento das forças armadas com as revoluções. Richter nos adianta que dois motivos provocam revoluções em sociedades democráticas: o excesso de apatia por parte dos cidadãos e um golpe de estado militar. O primeiro, passa pela questão do individualismo e da atuação perversa de minorias ativistas que se aproveitam de momentos de apatia generalizada, já o segundo motivo, reflete o caráter intrinsecamente belicoso dos exércitos.²⁹ Tal consideração sobre o meio militar decorre de um certo paradoxo – que se encontra no capítulo XXII, da terceira parte d’ *A democracia na América*, cujo título sintetiza bem

²⁷ TOCQUEVILLE, 1991. p. 84.

²⁸ TOCQUEVILLE, 1991. p. 84-5.

²⁹ RICHTER, 1966. p. 110. Não obstante, é significativa a ácida opinião de Tocqueville sobre o temperamento/comportamento dos militares, quando descreve nos *Souvenirs* (p.65) seu encontro, no próprio dia 24 de fevereiro, com o general Bedeau, encarregado de reprimir a rebelião, na praça Luís XV, ainda sem povo mas com vários regimentos de cavalaria: “Apenas me viu, Bedeau saltou do cavalo, dirigiu-se a mim e apertou-me a mão de tal maneira que senti de imediato a agitação de seu espírito. Sua conversação o demonstrou melhor ainda; não me surpreendi, pois sempre notei que os homens que mais facilmente perdem a cabeça e se mostram em geral mais fracos durante as revoluções são os militares; habituados a encontrar a sua frente uma força organizada e em suas mãos uma força passiva, desconcertam-se prontamente diante dos gritos desordenados da multidão composta de cidadãos inofensivos e desarmados e diante da hesitação e às vezes da conveniência de seus próprios soldados”.

sua visão: “Porque os povos democráticos desejam naturalmente a paz e os exércitos democráticos naturalmente a guerra”³⁰ –, pois, “os mesmos interesses, os mesmos temores, as mesmas paixões que afastam os povos democráticos das revoluções os afastam da guerra; o espírito militar e o espírito revolucionário se enfraquecem ao mesmo tempo e pelas mesmas causas”.³¹ Por outro lado, já que a igualdade, os costumes e as instituições que conformam o quadro democrático não o possibilitam prescindir da manutenção de exércitos, ocorre que, em tal regime, na medida em que qualquer um de seus soldados pode chegar ao oficialato, distintamente do que ocorre nos regimes aristocráticos, há uma generalização do “desejo de progresso e estende os limites da ambição militar quase ao infinito”,³² pois, “no seio dos exércitos democráticos, o desejo de progredir é quase universal; é ardente, tenaz, contínuo; aumenta com todos os outros desejos e só se extingue com a vida. Ora, é fácil ver que, de todos os exércitos do mundo, aqueles em que o progresso deve ser mais lento em tempo de paz são os exércitos democráticos”,³³ uma vez que a ocorrência de baixas obedece a um ritmo lento, tornando a ascensão possível apenas pela antiguidade, “que é o único privilégio natural à democracia”.³⁴

Este fato, acrescido da perda de *status* pela carreira militar, devido, entre outros fatores, ao afastamento das elites, a um desgaste que acaba por macular sua honra e a uma crescente insatisfação pessoal e profissional, provoca uma “conseqüência singular: de todos os exércitos, os que mais ardentemente desejam a guerra são os exércitos democráticos e, entre os povos, os que mais amam a paz são os povos democráticos; e o que vem tornar o fenômeno extraordinário é que a igualdade produz ao mesmo tempo esses efeitos contrários”.³⁵ Por isso, considera Tocqueville, que “essas tendências opostas da nação e do exército fazem com que as sociedades democráticas corram grandes perigos”,³⁶ podendo-se mesmo afirmar, de modo geral, que:

“se os povos democráticos são naturalmente levados para a paz pelos seus interesses e seus instintos, são constantemente atraídos para a guerra e as revoluções pelos seus exércitos. As revoluções militares, que quase nunca são de temer nas aristocracias, são sempre temíveis nas nações democráticas. Esses perigos devem ser classificados entre os mais temíveis de todos aqueles que o seu futuro encerra; é preciso que a atenção dos homens de Estado se aplique sem descanso a procurar-lhe um remédio”.³⁷

³⁰ TOCQUEVILLE, 1962. p. 494-9.

³¹ TOCQUEVILLE, 1962. p. 494-5.

³² TOCQUEVILLE, 1962. p. 495.

³³ TOCQUEVILLE, 1962. p. 496.

³⁴ TOCQUEVILLE, 1962. p. 496.

³⁵ TOCQUEVILLE, 1962. p. 496.

³⁶ TOCQUEVILLE, 1962. p. 496.

³⁷ TOCQUEVILLE, 1962. p. 497.

Afinal, segundo Tocqueville, as democracias são o antídoto certo para se evitar revoluções, pois, como acentua Quirino, “entre os povos democráticos, caso houvesse revoluções, estas só seriam realizadas com fins libertadores. Isto é, revoluções políticas, mais do que sociais, já que a liberdade só pode ser alcançada no espaço da política. É quase certo que numa sociedade democrática, as revoluções não fossem necessárias para se ampliar a igualdade, mas talvez elas o fossem para a conquista ou mesmo para a manutenção da liberdade do cidadão”.³⁸

Não obstante a sua ardorosa profissão de fé na democracia, em seus *Souvenirs* – que juntamente com *O dezoito brumário de Luís Bonaparte*, de Marx, que é de 51/52, pensamos constituir a melhor crônica política da turbulência parisiense em meados do século XIX –, Tocqueville reconhece, como aponta Quirino, que há um embate entre “grupos sociais definidos”,³⁹ e que, diferentemente do que ocorrera em 30, os parisienses em 48 não se mobilizaram apenas para “mudar a forma de governo, mas para alterar a ordem da sociedade”.⁴⁰ Complementando, credita os acontecimentos aos hostes da esquerda, ao considerar que o que aconteceu teria “saído naturalmente das idéias socialistas”.⁴¹ E, como ressalta a autora, na trilha do Marx de *As lutas de classe na França de 1848 a 1850*, ele também entende que houve efetivamente uma luta de classes: “Esta insurreição terrível não foi o simples empreendimento de alguns conspiradores, foi na verdade o levante de toda uma população contra outra”.⁴²

Karl Marx e Friedrich Engels, a par dos inúmeros problemas teóricos explícitos que deixaram para estudiosos e para seguidores político-ideológicos, e a conceituação de classe deve aí ser incluída, deixaram também alguns outros que só se tornaram visíveis no século XX, e, particularmente, após os acontecimentos na Rússia, em 17. A concepção de revolução constituiu-se exatamente em um destes.

Dentre os pontos que colaboraram para tal quadro, destacamos dois que, em nosso entender, os ilustram bem: por um lado, uma utopia, a teoria da revolução para ambos é a teoria da revolução socialista, a que seria de fato a revolução, pois, em seu último estágio, realizaria a

³⁸ QUIRINO, 2001. p. 189. Vale, aqui, reproduzir parte de uma longa nota de rodapé desta mesma página (n. 174), que transcreve trecho de Tocqueville refletindo sua posição quanto à relação entre classes, bem-estar social e democracia: “Nenhuma forma política foi descoberta, até então, que favorece igualmente o desenvolvimento e a prosperidade de todas as classes que compõem a sociedade.[...] Qual é então a vantagem da democracia? A vantagem real da democracia não é, como se diz, favorecer a prosperidade de todos, mas apenas servir ao bem-estar da grande maioria”.

³⁹ QUIRINO, 2001. p. 247.

⁴⁰ Apud QUIRINO, 2001. p. 247.

⁴¹ Apud QUIRINO, 2001. p. 247.

⁴² Apud QUIRINO, 2001. p. 247.

redenção da humanidade,⁴³ por outro, um decorrente paradoxo, uma vez consumada a utopia/revolução, a política deixaria de existir, fundamentalmente, devido à inexistência de conflitos políticos.⁴⁴ A construção do quadro de fundo sobre o qual foram plotados, entre outros, esses dois pontos, bem como os aspectos resultantes de seus desdobramentos, podem ser avaliados pelo exame de três textos que, assumindo o caráter de diretrizes para a obra de ambos, conformam o processo revolucionário por eles concebido.

Entre setembro de 1845 e maio de 1846, Marx e Engels escreveram *A ideologia alemã*, cujo subtítulo, *Crítica da novíssima filosofia alemã nas pessoas de seus representantes, Feuerbach, B. Bauer e Styner e do socialismo alemão nas pessoas de seus diferentes profetas*, evidencia bem o objetivo primordial dessa obra, e, como Marx expressaria posteriormente, “tratava-se, de fato, de acertar as contas com a nossa antiga consciência filosófica”.⁴⁵ Mais do que isto, a sua primeira parte, dedicada a combater o pensamento de Feuerbach, viria a se constituir, de acordo com McLellan, na “mais vasta discussão do materialismo histórico empreendida por Marx”.⁴⁶

Na medida de nosso propósito neste trabalho, julgamos suficiente seguir o resumo que sintetiza os resultados da “concepção da história” exposta por eles ao longo da parte inicial:

“1º) No desenvolvimento das forças produtivas, chega-se a uma fase na qual surgem forças produtivas e meios de troca que, sob as relações existentes, só podem ser fonte de males, não sendo mais forças de produção, mas, sim, forças de destruição (maquinaria e dinheiro); e, o que se acha intimamente relacionado com isto, surge uma classe condenada a suportar todos os inconvenientes da sociedade sem gozar de suas vantagens, que se vê expulsa da sociedade e obrigada a colocar-se na mais resoluta contraoposição a todas as demais classes; uma classe que forma a maioria de todos os membros da sociedade e da qual nasce a consciência de que é necessária uma revolução radical, a consciência comunista, consciência que, naturalmente, pode chegar a formar-se entre outras classes, ao contemplar a posição em que aquela se acha colocada; 2º) que as condições em que podem empregar-se determinadas forças de produção são as condições da dominação de uma determinada classe da sociedade, cujo poder social,

⁴³ Sobre esta crença, na *Crítica da filosofia do direito de Hegel*, ao indicar o papel a ser cumprido pelo proletariado alemão na altura de 1843, é significativa a seguinte passagem do Marx visionário: “É preciso estar formada uma esfera da sociedade que não clama por nenhum estado *tradicional*, mas somente por um estado *humano* – esfera que não se opõe a quaisquer consequências particulares, mas que se opõe totalmente aos pressupostos do regime político alemão; uma esfera, afinal, que não se emancipa a si mesma sem emancipar-se de todas as demais esferas da sociedade, sem emancipar portanto todas essas outras, pois ela é uma *perda total* da humanidade, em suma, e só pode redimir-se por uma *redenção total da humanidade*. Tal solução para a sociedade, como classe em particular, é o *proletariado*”. Apud BOTTOMORE, RUBEL, 1964. p. 177. (Grifado no original).

⁴⁴ Quanto a esse desejo, Marx, em um artigo de 1844, afirma claramente sobre o difuso resultado da implantação do socialismo: “*Revolução em geral* – a *derubada* do governo existente e a *dissolução* das relações sociais em vigor – é um *ato político*. Sem *revolução* não se pode por em andamento o *socialismo*: isso requer o *ato político*, assim como necessita da *derrubada* e da *dissolução*. Mas tão logo se inicia a *atividade organizadora*, assim que seu *propósito* e *espírito próprios* tomam a frente, o socialismo deixa cair essa capa *política*”. Apud BOTTOMORE, RUBEL, 1964. p. 227. (Grifado no original).

⁴⁵ MARX, 1985. p. 131.

⁴⁶ McLELLAN, 1977a. p. 99. Ver, também, McLELLAN, 1977b. p. 161-178. Relembremos que *A ideologia alemã* só veio a público em 1931.

emanado de sua riqueza, encontra sua expressão idealista-prática na forma de Estado imperante em cada caso, razão pela qual toda luta revolucionária está necessariamente dirigida contra uma classe, a que até agora domina; 3º) que todas as revoluções anteriores deixaram intactos o modo de atividade e só tratavam de conseguir outra distribuição desta atividade, uma nova distribuição do trabalho entre outras pessoas, ao passo que a revolução comunista está dirigida contra o modo anterior de atividade, elimina o trabalho e suprime a dominação das classes ao acabar com as classes mesmas, já que esta revolução é levada a cabo pela classe que a sociedade não considera como tal, não reconhece como classe que expressa já por si a dissolução de todas as classes, nacionalidades, etc., dentro da atual sociedade; e, 4º) que, tanto para massificar essa consciência comunista como para levar adiante a coisa em si, é necessário uma transformação em massa dos homens, que só se poderá conseguir mediante um movimento prático, mediante uma revolução; e que, por conseguinte, a revolução não só é necessária porque a classe dominante não pode ser derrotada de outro modo, mas também porque unicamente por meio de uma revolução logrará a classe que derruba sair do lodo a que está presa e tornar-se capaz de fundar a sociedade sobre novas bases”.⁴⁷

Além desses pressupostos, condutores da revolução da maioria, e ainda de acordo com um claro balizamento geral, os autores, na direção entrevista por Marx em seus artigos contra a posição de Arnold Ruge sobre as propostas governamentais de combate ao pauperismo, em 1844,⁴⁸ denunciam a apropriação do estado pela classe dominante, destituindo-o, desse modo, de qualquer neutralidade política.⁴⁹ Por outro lado, nesse mesmo texto, encontramos prenunciada a dificuldade futura que a ciência política encontrará ao tratar da obra desses autores: “Donde se depreende, que todas as lutas que ocorrem dentro do Estado, a luta entre a democracia, a aristocracia e a monarquia, a luta pelo direito de sufrágio, etc., não são mais do que formas ilusórias sob as quais ocorrem as lutas reais entre as diversas classes (...)”.⁵⁰

Entretanto, será no *Manifesto do Partido Comunista*, com teor didático e dramático, publicado em Londres quando explodia a Revolução de Fevereiro em Paris, que encontraremos as premissas expostas n’*A ideologia alemã* intensificadas e tornadas bandeiras de um movimento revolucionário. Texto por demais conhecido, inicia-se com uma espécie de auto-denúncia – “Um espectro ronda a Europa – o espectro do comunismo”.⁵¹

⁴⁷ Cf. MARX, ENGELS, 1972. p. 81-2. (Grifado no original). Cabe notar, com relação a esta celeumática questão da consciência de classe, a seguinte observação de Lipset: “Marx, porém, realmente nunca previu uma alta correlação entre posição objetiva de classe e consciência subjetiva de classe revolucionária até o ponto no qual o sistema social em questão desmorona: se houve plena consciência de classe em alguma sociedade dada, então, por definição, isto teria ocorrido em meio à revolução”. LIPSET, 1972. p. 299.

⁴⁸ Cf. BOTTOMORE, RUBEL, 1964. p. 207-10.

⁴⁹ Cf. MARX, ENGELS, 1972. p. 38.

⁵⁰ MARX, ENGELS, 1972. p. 35. A continuação desse período, com um acréscimo entre parênteses, nos mostra quão ampla será esta dificuldade: “(do que os historiadores alemães não têm nem a mais remota idéia, apesar de terem sido facilitadas as orientações necessárias acerca disto nos *Anais Franco-alemães* e n’*A sagrada família*)”.

⁵¹ MARX, ENGELS, 1978. p. 93. Sobre a importância e a dimensão histórica do *Manifesto*, é significativa a insuspeita opinião de Berlin: “é o maior de todos os folhetos socialistas. Nenhum outro movimento político moderno, nem nenhuma outra causa moderna pode pretender ter produzido algo que lhe seja comparável em eloquência e força”. BERLIN, 1973. p. 166.

Logo adiante, e em passagem não menos conhecida que abre a primeira parte – “Burgueses e proletários” –, Marx e Engels afirmam que a “história de toda sociedade existente até hoje tem sido a história das lutas de classe”.⁵² Ressalte-se, contudo, que a época moderna, “a época da burguesia”, possui uma característica, que é a redução da amplitude dos antagonismos entre classes, tornando-os singular, com o embate entre apenas duas classes, a burguesia e o proletariado.⁵³ As etapas de desenvolvimento do domínio burguês, acompanhadas do progresso político correspondente, levaram a que “a burguesia, desde o estabelecimento da indústria moderna e do mercado mundial”, conquistasse “finalmente a soberania política no Estado representativo moderno. O Governo do Estado moderno é apenas um comitê para gerir os negócios comuns de toda a burguesia”.⁵⁴ Por outro lado, ainda que desempenhando um papel historicamente revolucionário, a classe burguesa não só produziu inúmeras e diversificadas mazelas sociais – da degradação da família à submissão do campo à cidade –, como engendrou uma brutal “centralização política”, que propiciou o aumento da densidade populacional, a concentração da propriedade e a centralização dos meios de produção.⁵⁵ Nesse quadro, e como ocorrera com a derrocada do mundo feudal frente aos burgueses, pois é uma lei histórica,⁵⁶ “a burguesia, porém, não forjou apenas as armas que representam sua morte; produziu também os homens que manejarão essas armas – o operariado moderno – os *proletários*”.⁵⁷ O conjunto destes passa por diferentes fases de desenvolvimento, pois, sendo a única “classe realmente revolucionária” e um “movimento consciente e independente da imensa maioria, em proveito da imensa maioria”,⁵⁸ o proletariado trava permanente luta contra a classe burguesa, luta que se constitui mesmo em uma “guerra civil mais ou menos oculta, existente na sociedade atual, até a hora em que essa guerra explode numa revolução aberta e a derrubada violenta da burguesia estabelece a dominação do proletariado”.⁵⁹ Tal desfecho é inexorável, uma vez que a burguesia torna-se “incapaz de continuar sendo a classe dominante da sociedade, impondo como lei suprema suas próprias condições de existência” devido à contínua e acelerada degradação do operariado, que acaba por unir-se, revolucionariamente; assim, em arremate vaticinador, prevêem

⁵² MARX, ENGELS, 1978. p. 93.

⁵³ MARX, ENGELS, 1978. p. 94.

⁵⁴ MARX, ENGELS, 1978. p. 96.

⁵⁵ Cf. MARX, ENGELS, 1978. p. 98.

⁵⁶ Consulte-se, por exemplo, o prefácio de Engels à edição de 1885 de *O dezoito brumário*. Cf. MARX, ENGELS, 1961a. v. 1. p. 202.

⁵⁷ MARX, ENGELS, 1978. p. 99. (Grifado no original).

⁵⁸ MARX, ENGELS, 1978. p. 103.

⁵⁹ MARX, ENGELS, 1978. p. 104.

que “o que a burguesia produz principalmente são seus próprios coveiros. Sua queda e a vitória do proletariado são igualmente inevitáveis”.⁶⁰

A segunda parte desse libelo contra a dominação burguesa, que visa balizar a relação entre “Proletários e comunistas”, contém quatro aspectos que devem ser realçados, a par de uma das questões já entrevista como importante nessa relação, a da constituição e do papel do partido operário/revolucionário, a qual vamos abordar adiante. Primeiramente, o tratamento dado à propriedade, uma vez que, declaravam os autores, o comunismo não postulava a abolição da propriedade em geral, mas, sim, “a abolição da propriedade privada”, que identificaram com a propriedade burguesa.⁶¹ Em segundo lugar, referimo-nos à contundente crítica desfechada contra a acumulação resultante da exploração do trabalho assalariado, mediante tutela imposta pelo capital gerado por este mesmo trabalho, porém, apropriado e concentrado pela burguesia; em contrapartida, advertem-nos de que “o comunismo não priva ninguém do poder de apropriar-se dos produtos da sociedade; o que faz é privá-lo do poder de subjugar o trabalho alheio por meio dessa apropriação”.⁶² Em terceiro, a reafirmação, agora de forma pública e ampla – ou pelo menos com a amplitude da abrangência e repercussão do *Manifesto* –, de que “as idéias dominantes de uma época são sempre as idéias da classe dominante”.⁶³ E, por fim, o caráter da revolução comunista, que seria “a ruptura mais radical com as relações tradicionais; não é de se estranhar, portanto, que seu desenvolvimento acarrete o rompimento mais radical com as idéias tradicionais”.⁶⁴ Como decorrência, e a partir da aplicação de um famoso decálogo proposto, pelo menos, para os países “mais adiantados”, visando alterar “a antiga ordem social” e “transformar radicalmente o modo de produção”, dar-se-á, pelo que se pode inferir, a abolição do conflito político, pois,

“Quando, no curso do desenvolvimento, desaparecerem todas as distinções de classes e toda a produção concentrar-se nas mãos da associação de toda a nação, o poder público perderá seu caráter político. O poder político propriamente dito é o poder organizado de uma classe para oprimir a outra. Se o proletariado em sua luta contra a burguesia é forçado pelas circunstâncias a organizar-se em classe; se se torna, mediante uma revolução, a classe dominante, destruindo violentamente as antigas relações de produção, destrói com essas relações as condições dos antagonismos de classes e as próprias classes em geral e, com isso, extingue sua própria dominação como classe.

⁶⁰ MARX, ENGELS, 1978. p. 105.

⁶¹ MARX, ENGELS, 1978. p. 106.

⁶² MARX, ENGELS, 1978. p. 108.

⁶³ MARX, ENGELS, 1978. p. 111. Cf. MARX, ENGELS, 1972. p. 50.

⁶⁴ MARX, ENGELS, 1978. p. 111-12.

Em lugar da antiga sociedade burguesa, com suas classes e antagonismos de classes, haverá uma associação na qual o livre desenvolvimento de cada um é a condição do livre desenvolvimento de todos”.⁶⁵

O segmento seguinte, dedicado à “Literatura socialista e comunista”, nos moldes d’*A ideologia alemã*, porém com muitíssimo menor fôlego, aliás, como convém a um manifesto, contém uma crítica às diversas propostas socialistas e comunistas, no tempo e no espaço. Por sua vez, a última parte será objeto de nossa atenção mais adiante, ao tratarmos da questão partidária para esses autores.

Em outro âmbito, o enfoque geral concebido pelo próprio Marx para delinear o cerne da obra econômica produzida por ele e por Engels⁶⁶ consolida-se no famoso Prefácio de *Para a crítica da economia política*, de 1859, quando, já radicado em Londres, redireciona sua pena, de modo a imprimir uma outra dimensão a seus artigos jornalísticos, para o que desejava que fosse uma análise científica da economia capitalista.

Esse elucidativo texto visa explicar o como e o porquê da aproximação de uma inevitável era de “revolução social” sob o regime capitalista, e logo em sua frase inicial enquadra toda a perspectiva marxiana: “Considero o sistema da economia burguesa nesta ordem: *capital, propriedade fundiária, trabalho assalariado; Estado, comércio exterior, mercado mundial*. Nos três primeiros títulos examino as condições econômicas de vida das três grandes classes em que se divide a moderna sociedade burguesa; a conexão dos três seguintes é evidente”.⁶⁷ Consoante isto, e após dar conta do início de seus estudos sistemáticos em 1844, externando sua dívida com Hegel e seu conceito de “sociedade civil”, com a “Economia Política”, disciplina que retém a “anatomia da sociedade burguesa”, e, naturalmente, com Engels, Marx expõe, em longo e sempre lembrado segmento:

“O resultado geral a que cheguei e que, uma vez obtido, serviu-me de fio condutor aos meus estudos, pode ser formulado em poucas palavras: na produção social da própria vida, os homens contraem relações determinadas, necessárias e independentes de sua vontade, relações de produção estas que correspondem a uma etapa determinada de desenvolvimento das suas forças produtivas materiais. A totalidade destas relações de produção forma a estrutura econômica da sociedade, a base real sobre a qual se levanta uma superestrutura jurídica e política, e à qual correspondem formas sociais determinadas de consciência. O modo de produção da vida material condiciona o processo em geral de vida social, político e espiritual. Não é a consciência dos homens que determina o seu ser, mas, ao contrário, é o seu ser social que determina sua consciência. Em certa etapa de seu desenvolvimento, as forças produtivas materiais da sociedade entram em contradição com as relações de produção existentes ou, o que nada

⁶⁵ MARX, ENGELS, 1978. p. 113.

⁶⁶ A quem Marx foi devedor, tanto pelo texto de 1844, *Esboço de uma crítica da Economia Política*, cujo título certamente o inspirou, como pel’*A situação da classe operária na Inglaterra*, de 1845.

⁶⁷ MARX, 1985. p. 128. (Grifado no original).

mais é do que a sua expressão jurídica, com as relações de propriedade dentro das quais aquelas até então se tinham movido. De formas de desenvolvimento das forças produtivas estas relações se transformam em seus grilhões. Sobrevém então uma época de revolução social. Com a transformação da base econômica, toda a enorme superestrutura se transtorna com maior ou menor rapidez. Na consideração de tais transformações é necessário distinguir sempre entre a transformação material das condições econômicas de produção, que pode ser objeto de rigorosa verificação da ciência natural, e as formas jurídicas, políticas, religiosas, artísticas ou filosóficas, em resumo, as formas ideológicas pelas quais os homens tomam consciência deste conflito e o conduzem até o fim. (...) Uma formação social nunca perece antes que estejam desenvolvidas todas as forças produtivas para as quais ela é suficientemente desenvolvida, e novas relações de produção mais adiantadas jamais tomarão o lugar, antes que suas condições materiais de existência tenham sido geradas no seio mesmo da velha sociedade. (...) Em grandes traços podem ser caracterizados, como épocas progressivas da formação econômica da sociedade, os modos de produção: asiático, antigo, feudal e burguês moderno. As relações burguesas de produção constituem a última forma antagonica do processo social de produção, antagonicas não em um sentido individual, mas de um antagonismo nascente das condições sociais de vida dos indivíduos; contudo, as forças produtivas que se encontram em desenvolvimento no seio da sociedade burguesa criam ao mesmo tempo as condições materiais para a solução deste antagonismo. Daí que com esta formação social se encerra a pré-história da sociedade humana”.⁶⁸

A passagem acima, portanto, consagra em forma definitiva, e com um vocabulário, digamos, *mais marxista*, os pontos centrais de uma teoria da revolução, que vinha sendo forjada desde 1844, quando foram escritos os *Manuscritos econômico-filosóficos*. Contudo, o espectro comunista rondava menos a Europa, sabemos hoje, do que um certo mistério acercou-se da obra de Marx, até mesmo com um pouco do seu aval, pois, de acordo com Rubel, três anos antes de falecer, quando indagado sobre a possibilidade de publicação de suas obras completas, Marx respondeu que “primeiro teria que escrevê-las”.⁶⁹ Ainda que *Para a crítica da economia política* tenha sido o único livro que Marx considerou, com entusiasmo, conforme declarou no “Prefácio”, como tendo alcançado os objetivos a que ele se propunha, uma vez que abarcava todos os seus pontos de vista e de forma científica, com apenas dois de seus capítulos publicados em 1859, tal afirmação tornou-se insólita, e nisso só foi suplantada pelo longo tempo transcorrido, nada menos do que 80 anos, até que o Instituto Marx-Engels-Lênine, de Moscou, iniciasse a publicação das anotações/rascunhos – os *Grundrisse* – que permitiram compreender a sua satisfação.⁷⁰ Não obstante, e até mesmo pelas diversificadas interpretações ulteriores,⁷¹ algumas transformadas em fortes correntes políticas, frutos um pouco desse mistério, um pouco das

⁶⁸ MARX, 1985. p. 129-30.

⁶⁹ Apud NICOLAUS, 1971. p. XI.

⁷⁰ Cf. NICOLAUS, 1971. p. XI-XII. Ainda de acordo com Nicolaus, os *Grundrisse* “contêm o registro gráfico do descobrimento e a sistematização de Marx sobre a teoria da mais-valia, sobre a qual está construída sua teoria do desmoronamento capitalista”. (p. XXXVIII).

⁷¹ Cf. KOLAKOWSKI, 1985. v. II e III.

lacunas da obra, e um pouco das necessidades históricas, que, é bem verdade, em vários momentos travestiram o oportunismo político, julgamos possível continuarmos a tomar as referências acima como lastro para considerações sobre a conformação da teoria da revolução em Marx, que, de fato, é uma teoria da revolução socialista.

Primeiramente, no entanto, devemos explicitar que consideramos, com Colletti, que em Marx não há uma ciência política da forma como ela se constituiu no Ocidente, principalmente pelo motivo apontado por este filósofo italiano: “não há ciência da política no marxismo, porque a teoria marxista da política e do Estado é a teoria da *extinção* da política e do Estado. Em outras palavras, não há ciência da política, porque o que o marxismo elaborou, a este respeito, é exatamente o oposto: a cessação da esfera da política e do Estado, a abolição (embora gradual) da distinção entre governantes e governados. Isto é confirmado pelo fato de que aquilo que o marxismo produziu neste campo é, precisamente, uma teoria das condições econômico-sociais do *surgimento* e da *desaparição* do Estado”.⁷² Nesse sentido, é preciso ter-se em conta uma peculiaridade paradoxal decorrente do sucesso da revolução socialista que determinaria o quadro acima, e, conseqüentemente, seus desdobramentos determinariam, também, a inexistência da luta de classes, que é o fato de que a ocorrência de qualquer outra revolução no futuro estaria inviabilizada, uma vez que este embate retroalimentador também deixaria de existir.⁷³ Além disso, julgamos que há uma questão suplementar, uma vez que o *todo estruturado* pela conjugação dos conceitos constitutivos da obra marxiana na busca de criação de uma alternativa científica, ou melhor, *verdadeiramente* científica, para diagnosticar e prescrever soluções, na verdade, para a humanidade, impede que consideremos quaisquer dos conceitos individualmente.⁷⁴ Considerando tal imposição, de um modo geral, as análises, e não só à esquerda, dedicadas à obra de Marx – talvez com exceção das que tratam de questões mais técnicas de economia – , uma vez que têm

⁷² COLLETTI, 1983. p. 119. (Grifado, e com a observação entre parênteses, no original). Na Itália, esta questão tomou vulto a partir de um texto do próprio Colletti, *Entrevista político-filosófica*, de 1974/1975, no qual ele apontava para “a debilidade e o desenvolvimento fragmentário da teoria política no interior do marxismo”, e afirmava, ainda, “que ao marxismo falta uma teoria política própria e verdadeira”. Em 1976, a partir de dois artigos de Bobbio, publicados em *Mondoperario*, em 75, foi organizada uma publicação, *Il marxismo e lo stato*, na qual intelectuais italianos debateram o problema. Cf. BOBBIO, 1979, de onde retiramos estes últimos trechos de Colletti (p.13).

⁷³ Atenemos para o que Marx, em 1847, na *Miséria da filosofia*, afirma: “Não vamos dizer que o movimento social exclui um movimento político. Não há movimento político que não seja social ao mesmo tempo. Só numa ordem de coisas na qual já não existam classes, e antagonismos de classes, é que a *evolução social* deixará de envolver *revolução política*. Até então, a última palavra da ciência social, às vésperas de toda reconstituição geral da sociedade, será sempre: ‘Combate ou morte: a luta sangüinária ou o nada./ Assim a questão está inexoravelmente colocada’.” Apud BOTTOMORE, RUBEL, 1964. p. 228-9. (Grifado no original; os versos do final são de George Sand).

⁷⁴ Entendemos que no âmbito da ciência política convencional também vivemos em parte com problemas dessa natureza, pois seus temas pressupõem sempre uma configuração teórica mínima, no entanto, os desdobramentos possíveis são de outra ordem e se inserem em um grau de liberdade infinitamente maior, como se pode constatar ao tratarmos até mesmo da “democracia”, que carece de uma teoria sólida.

necessariamente que abranger tanto a “concepção da história” quanto a questão do “método”, pressupostos que perpassam a produção marxiana, acabam por tratar de todos os conceitos e por dedicar grande parte do trabalho à contextualização histórica do desenvolvimento da obra.⁷⁵ Diga-se, pelo imperativo que de fato existe, que não há alternativa a essa situação, pois tanto a trama interna da teoria quanto a forte relação de Marx com o seu tempo obrigam a que *assim seja*.⁷⁶

Por outro lado, devemos acrescentar que consideramos o tema da “revolução” como o melhor fio condutor para a leitura da obra de Marx, pois embora não tenha recebido dele uma atenção particular, no sentido de merecer um tratamento teórico específico, e isto pode ser debitado à deficiência global de que padece a política em sua obra, já que nem mesmo a sociedade do futuro, fruto de seu projeto, foi tratada com especificidade e a contento. A revolução, em uma direção, é o próprio sentido da luta de classes, e, em outra, é a antítese do estado, e de qualquer estado, pois, se algum ainda existir, é porque a revolução ainda não terminou, não alcançou seu derradeiro estágio.

Marx, por seu turno, particularmente no que diz respeito a este tema, favorece o enfoque acima apontado, e que se cristalizou posteriormente, pois sua abordagem constrói-se – sem descurar da importância da trajetória inglesa – calcada na eterna experiência francesa, que já mesmo antes de 89 – e, a julgarmos pelas posições de Engels no final da vida, como veremos adiante, não o desapontaria no próprio século XX – propiciou à história episódios memoráveis no rumo da revolução; entretanto, à própria Revolução Francesa Marx não dedicou nenhum escrito específico, posto que tenha sido referida em diversos momentos, particularmente quanto a três aspectos caros ao marxismo: o seu caráter burguês; como consequência, a questão da manutenção da propriedade privada; e, o seu crucial papel na construção do Estado Moderno.⁷⁷

Com relação ao próprio século XIX, em si um imenso laboratório sobre revoluções, encontramos já uma acentuada atenção de Marx quanto ao tema – até porque, naquela altura, os

⁷⁵ Um bom exemplo é o volumoso trabalho de Draper sobre a revolução em Marx. Cf. DRAPER, 1977.

⁷⁶ Reconhecemos a dificuldade de expormos aqui, adequadamente, a posição externada neste parágrafo, devido ao escopo deste trabalho. Claro está, que o sentido estrutural a que recorremos refere-se à *imagem* de um arranjo complexo, coeso e sistemático, com indelévels interligações entre suas partes. Por outro lado, julgamos que boas ilustrações para o que queremos dizer encontram-se nos prefácios e introduções de Engels para as reedições das obras produzidas por ambos, como, por exemplo, o já citado prefácio à reedição de *O dezoito brumário*, em 1885, quando, após afirmar que foi “Marx quem primeiro descobriu a grande lei da marcha da história”, arremata: “Essa lei – que tem para a história a mesma importância que a lei da transformação da energia tem para as ciências naturais – forneceu-lhe, aqui também, a chave para a compreensão da história da Segunda República Francesa. Marx aplicou sua lei a esta história, e mesmo depois de decorridos trinta e três anos temos ainda que admitir que ela resistiu brilhantemente à prova”. MARX, ENGELS, 1961a. v. 1. p. 201-2.

⁷⁷ Cf., respectivamente, por exemplo: MARX, ENGELS, 1961a. v. 1. p. 204 e MARX, ENGELS, 1978; MARX, ENGELS, 1978. p.106; MARX, ENGELS, 1961b. v. 2. p.80.

movimentos revolucionários, instigavam a mais do que pensar a teoria da revolução socialista, na medida do possível, tratava-se de exercitá-la –, embora devamos atentar para a ácida crítica contida no início do *dezoito brumário*: “A revolução social do século dezenove não pode tirar sua poesia do passado, e sim do futuro. Não pode iniciar sua tarefa enquanto não se despojar de toda veneração supersticiosa do passado. As revoluções anteriores tiveram que lançar mão de recordações da história antiga para se iludirem quanto ao próprio conteúdo. A fim de alcançar seu próprio conteúdo a revolução do século dezenove deve deixar que os mortos enterrem seus mortos. Antes a frase ia além do conteúdo; agora é o conteúdo que vai além da frase”.⁷⁸

Marx e Engels viveram ativamente as turbulências européias de 48, e seus ecos no ano seguinte, na Alemanha – mas, em total sintonia com Paris, de onde Marx fora expulso, e conhecia bem a vida política e os ativistas –, dedicados a um jornal-trincheira, que ao ser proibido de circular, em maio de 49, poucos antes de completar um ano, estampava em seu último número, todo impresso em vermelho: “Os redatores da Nova Gazeta Renana despedem-se de vocês agradecendo a simpatia que demonstraram. Sua palavra final será sempre, em toda parte, esta: **Emancipação da classe operária!**”. A missão de ambos com a fundação do jornal é desnudada em trecho desse mesmo artigo muito posterior de Engels:

“Era assim que procurávamos desfazer as ilusões, cuidadosamente difundidas pela pequena burguesia, de que a revolução terminara com as jornadas de Março e de que se tratava apenas de colher seus frutos. Para nós, Fevereiro e Março poderiam ter o significado de uma autêntica revolução: mas somente caso não fossem o coroamento, e sim o ponto de partida de um amplo movimento revolucionário, um movimento em que (como ocorreria na grande Revolução Francesa) o povo se fosse desenvolvendo através de suas próprias lutas, em que os partidos fossem marcando suas fronteiras de modo cada vez mais nítido até coincidirem inteiramente com as grandes classes – a burguesia, a pequena-burguesia e o proletariado; em que, numa série de batalhas, a classe operária fosse conquistando uma posição após outra”.⁷⁹

Como decorrência do fracasso do operariado em conquistar o poder, em 1850, numa *Mensagem do Comitê Central à Liga dos Comunistas*, eles lançam a proposta de tornar a “revolução permanente”, tão ao gosto posterior de Trotsky, como estratégia de luta para o futuro da causa operária.⁸⁰ Neste mesmo artigo, como chama a atenção Coutinho, propõem, também, que os revolucionários estabeleçam, ao longo do desenvolvimento das revoluções democrático-burguesas, um poder paralelo forte: “para opor-se enérgica e ameaçadoramente a esse partido, cuja traição aos operários começará desde os primeiros momentos da vitória, estes devem estar

⁷⁸ MARX, 1961a. v. 1. p. 205.

⁷⁹ MARX, ENGELS, 1961c. v. 3. p. 151. (Em negrito no original) e p.148.

⁸⁰ Cf. MARX, ENGELS, 1961a. v. 1. p. 86 e 92.

armados e organizados. Dever-se-á armar, imediatamente, todo o proletariado, com fuzis, carabinas, canhões e munições; é preciso opor-se ao ressurgimento da velha milícia burguesa, dirigida contra os operários”.⁸¹

Finalmente, com relação a 1848, e de forma complementar à observação anterior, de Quirino, quanto ao assentimento de Tocqueville à efetiva ocorrência de uma luta de classes, Aron, ao comentar as relações de Marx e de Tocqueville com a revolução, estabelece um paralelo entre ambos, ressaltando que: [i] os dois julgaram com severidade os membros socialistas do governo provisório, “pois haviam ultrapassado os limites toleráveis da estupidez”;⁸² [ii] como a Tocqueville, também causou espécie a Marx o contraste entre os acontecimentos daquele ano, “em que as massas operárias de Paris combateram sozinhas e sem chefes durante vários dias”, e os do ano seguinte, “quando os chefes da Montanha tentaram em vão desencadear levantamentos e não foram seguidos por suas tropas”; [iii] ambos consideraram que a turbulência dos anos 1848-1851 significavam mais do que perturbações políticas comuns, “pelo contrário eram os presságios de uma revolução social”; [iv] partilharam um fio condutor entre as Revoluções de 1789 e 1848, a segunda era uma continuação do quadro revolucionário, sendo que, para o deputado, ela colocava em questão “a ordem social e a propriedade, após a destruição da monarquia e das ordens privilegiadas”, por sua vez, para o agitador, representava o “aparecimento do quarto Estado, depois da vitória do terceiro”; [v] ainda nesse sentido, concordaram em um ponto crucial: com a destruição da monarquia e a derrota da aristocracia, “é normal que o movimento democrático, que tende à igualdade social, ataque os privilégios que ainda perduram, que são os da burguesia”; e, [vi] propuseram, coincidentemente, semelhante segmentação, em três fases, para o processo revolucionário, com inícios, respectivamente, em 24 de fevereiro, com destituição da monarquia, em maio, com a reunião da Assembléia Constituinte, e, em dezembro, com a eleição de Luís Napoleão. Contudo, Aron considera que, embora ambos tenham procurado evidenciar nos conflitos propriamente políticos “a expressão, ou, por assim dizer, o afloramento no nível político das querelas profundas dos grupos sociais”, Tocqueville, “ao mesmo tempo em que explica os conflitos políticos mediante as disputas sociais, mantém a especificidade pelo menos relativa da ordem política”, ao passo que Marx “procura constantemente encontrar uma correspondência unívoca entre os acontecimentos do esfera política e os acontecimentos da infraestrutura social”.⁸³

⁸¹ MARX, ENGELS, 1961a. v. 1. p. 88-9; Cf. COUTINHO, 1996. p. 24.

⁸² ARON, 1976. p. 327.

⁸³ ARON, 1976. p. 329-32.

Como não poderia deixar de ser para alguém dedicado integralmente à causa revolucionária, 1848 reservou para Marx, juntamente com a esperança de que a revolução poderia explodir novamente a qualquer momento, uma lição fundamental, a de que o proletariado só conseguiria se manter no poder, caso o conquistasse novamente, se adquirisse consciência de seu papel histórico, e, por isso, o principal objetivo de um dirigente revolucionário deveria se constituir em cumprir esta tarefa. Devido a essa posição, como observa Berlin, ele “se negou a apoiar, às vésperas de sua eclosão, a revolução que desembocou na Comuna de Paris em 1871, embora logo depois, sobretudo por motivos táticos, lhe dedicou um comovedor e eloqüente epitáfio”.⁸⁴

Tal como fizera com a revolução de meados do século, Marx analisou em um texto as ocorrências de 71. Escrito ainda no rescaldo do massacre imposto aos revolucionários pelos versalheses, com a ajuda dos prussianos, na verdade, era um *Manifesto do Conselho Geral da Associação Internacional dos Trabalhadores sobre a guerra civil na França em 1871*, e no qual o sentido aludido por Berlin pode ser constatado em seu fecho:

“Paris dos operários, com sua Comuna, será eternamente exaltada como o porta-bandeira glorioso de uma nova sociedade. Seus mártires têm seu santuário no grande coração da classe operária. Quanto a seus exterminadores, a história já os cravou para sempre num pelourinho, do qual todas as preces de seus clérigos não conseguirão redimi-los”.⁸⁵

Relevada a dramaticidade um tanto ou quanto religiosa, a análise da reedição, ampliada em contundência, das lutas de classe de 48, e que acabaram por levar a classe operária ao poder, constituindo-se, desse modo, no primeiro governo comunista da história, aos olhos de Marx tornava-se claro que “a classe operária não” podia “limitar-se simplesmente a se apossar da máquina do Estado tal como se apresenta e servir-se dela para seus próprios fins”,⁸⁶ pois o aparelho de estado é erigido sobre “órgãos onipotentes”, dentre eles o exército permanente, que conservam forte dependência do regime anterior. Ele próprio havia vaticinado em uma de suas cartas a Kugelmann, datada de abril de 71, portanto em meio ao exercício do poder pelo proletariado: “graças à Comuna de Paris, a luta da classe operária contra a classe dos capitalistas e contra o Estado que representa os interesses desta última entra agora em nova fase. Seja qual for

⁸⁴ BERLIN, 1973. p. 189.

⁸⁵ MARX, ENGELS, 1961b. v. 2. p. 102.

⁸⁶ MARX, ENGELS, 1961b. v. 2. p. 80.

o desenlace imediato, conquistou-se desta vez um ponto de partida novo de importância histórico-mundial”.⁸⁷

Antes, porém, de nos referirmos aos novos rumos propostos para o movimento operário, recordemos o que Marx, em 1852, em outra conhecida carta, dessa vez a Weydemeyer, ainda sob o impacto de 48, indicava como via revolucionária a partir do que considerava sua contribuição para a compreensão do papel das classes sociais:

“No que me concerne, não me cabe o mérito de haver descoberto, nem a existência das classes, nem a luta entre elas. Muito antes de mim, historiadores burgueses já haviam descrito o desenvolvimento histórico dessa luta entre classes e economistas burgueses haviam indicado sua anatomia econômica. O que eu trouxe de novo foi: 1) demonstrar que a existência das classes está ligada somente a **determinadas fases de desenvolvimento da produção**; 2) que a luta de classes conduz, necessariamente, à **ditadura do proletariado**; 3) que essa própria ditadura nada mais é que a transição à **abolição de todas as classes e a uma sociedade sem classes**”.⁸⁸

No início dos anos sessenta, em função da insurreição ocorrida na Polônia em 63, Marx, em carta a Engels, prevê “que a era das revoluções havia voltado a abrir-se mais claramente sobre a Europa”.⁸⁹ Em 1872, no entanto, retomando o tema de uma entrevista concedida ao “World”, em meados de 71,⁹⁰ e devido a forte influência do malogro da Comuna, inicia-se uma sutil mudança de estratégia para condução da classe operária ao poder. Em junho, Marx, juntamente com Engels, em um prefácio para uma reedição do *Manifesto*, assevera que “os princípios gerais expressados nesse *Manifesto* conservam, em geral, toda a sua exatidão”,⁹¹ apesar das profundas alterações por que passara o quadro europeu desde 48, tanto no que diz respeito ao desenvolvimento industrial, quanto aos correspondentes reflexos deste na organização do operariado, e considerando ainda as experiências da Revolução de Fevereiro e da Comuna. Mas, em setembro, em concordância com o seu próprio diagnóstico sobre a Comuna, e em sintonia com uma passagem seguinte deste mesmo prefácio – “Em algumas partes certos detalhes devem ser melhorados. Segundo o próprio *Manifesto*, a aplicação prática dos princípios dependerá, em todos os lugares e em todas as épocas, das condições históricas vigentes e por isso não se deve atribuir importância demasiada às medidas revolucionárias propostas no final da seção II”⁹² –, Marx, numa entrevista, considerava que, levando-se em conta “instituições, *mores*, e tradições” de vários países, tornara-se inegável que em alguns, tais como “América, Inglaterra, e...talvez

⁸⁷ MARX, ENGELS, 1961c. v. 3. p. 264.

⁸⁸ MARX, ENGELS, 1961c. v. 3. p. 253-4. (Em negrito no original).

⁸⁹ Apud McLELLAN, 1977b. p. 417.

⁹⁰ Cf. McLELLAN, 1977b. p. 476.

⁹¹ MARX, ENGELS, 1978. p. 79.

⁹² MARX, ENGELS, 1978. p. 79.

também...Holanda, aonde os trabalhadores podem alcançar seus objetivos por meio pacífico”⁹³, o uso da violência revolucionária já não era mais necessário. Segundo Padover, em entrevistas e declarações subseqüentes ele “repetiu essa idéia relativamente evolucionista de revolução, com ênfase no amadurecimento das condições sócio-econômicas como um pré-requisito necessário”.⁹⁴ E, de fato, em 1879 ele mantinha essa posição, incluindo a França dentre os países que poderiam realizar reformas no mundo do trabalho “sem uma sangrenta revolução”, embora reafirmasse que em outros isso seria inviável: “Nenhum socialista precisa predizer que haverá uma revolução sangrenta na Rússia, na Alemanha, Áustria, e possivelmente na Itália, se os italianos continuarem com a política que vêm seguindo”. Complementando, contudo, de forma pouco precisa: “Os feitos da Revolução Francesa podem novamente ordenar aqueles países. Isso é visível para qualquer estudante de política. Mas tais revoluções deverão ser feitas pela maioria. Nenhuma revolução pode ser feita por um partido, mas por uma nação...”⁹⁵

Não obstante, vale notar que em 1875, na *Crítica ao Programa de Gotha*, Marx produziu seu único texto programático, ainda que curto, que tem base na teoria da mais-valia, tal como aparece nos *Grundrisse*, e incorpora a teoria da revolução socialista.⁹⁶ Assim, parecia encaminhar-se a supressão de uma lacuna constante em seus escritos sobre revolução, pois, como observa Nicolaus, “em 1848, Marx tinha consciência da *existência* de um excedente, porém não tinha consciência, por certo, da *importância* deste elemento.”⁹⁷ A utilização de tal lastro para a teoria da revolução operária mostrava-se importante, na medida em que poderia substituir os argumentos até então usados em sua defesa, que não iam muito além de denúncias da exploração e das condições do trabalho industrial no capitalismo, por uma teoria sobre o cerne do sistema capitalista.

Porém, não foi isso o que se seguiu. A questão que recorrentemente se colocaria daqui por diante no seio da teoria política marxiana seria o tipo de estratégia mais adequada para a tomada do poder pelos trabalhadores, pois, por um lado, os governos já haviam demonstrado total implacabilidade com os revolucionários, por outro, estes, apesar de Engels ressaltar o fato de que a Comuna fora “filha espiritual da Internacional, sem dúvida alguma, embora esta não

⁹³ Apud PADOVER, 1979. p. 65-6. Sobre esta passagem, devemos lembrar que as “instituições, *mores* e tradições”, que freiam o processo revolucionário nesses países, são, e pensamos que exatamente, os componentes que “preparam” as causas secundárias de revoluções elencadas por Tocqueville nos *Souvenirs* (p. 84), como vimos anteriormente: “Os fatos anteriores, a natureza das instituições, a dinâmica dos espíritos e o estado dos costumes [*moeurs*] são os materiais com os quais o acaso compõe os improvisos que nos assombam e nos assustam”.

⁹⁴ Cf. PADOVER, 1979. p. 66.

⁹⁵ PADOVER, 1979. p. 96-7.

⁹⁶ Cf. NICOLAUS, 1971. p. XXXIX.

⁹⁷ NICOLAUS, 1971. p. XXXVIII.

tivesse movido um dedo para fazê-la surgir”; mas, de qualquer modo, “encarava-se, com toda razão, a Internacional como responsável pela Comuna”, intensificaram-se o exercício de uma certa arte que acompanha a esquerda marxista desde então, “quando, (...), a Internacional se converteu na Europa, graças à Comuna, numa verdadeira força moral, teve imediatamente início a discórdia; cada tendência desejava explorar a vitória em seu benefício; e sobreveio a desagregação inevitável”.⁹⁸

Em 1884, no ano seguinte ao falecimento de Marx, em *A origem da família, da propriedade privada e do Estado*, Engels, deixa claro sua posição quanto à opção pela via parlamentar como forma de luta a ser utilizada pelos trabalhadores quando a organização destes ainda se encontrar em uma fase imatura, e apesar de considerar o papel das eleições como legitimador do poder das classes dominantes, por entender, de forma evolutiva e a mais adequada à natureza do estado moderno, que a participação no processo eleitoral eleva a organização da classe trabalhadora a um patamar superior e, na verdade, necessário:

“E, por último, é diretamente através do sufrágio universal que a classe possuidora domina. Enquanto a classe oprimida – em nosso caso, o proletariado – não está madura para promover ela mesma a sua emancipação, a maioria dos seus membros considera a ordem social existente como a única possível e, politicamente, forma a cauda da classe capitalista, sua ala da extrema esquerda. Na medida, entretanto, em que vai amadurecendo para a auto-emancipação, constitui-se como um partido independente e elege seus próprios representantes e não os dos capitalistas. O sufrágio universal é, assim, o índice do amadurecimento da classe operária. No Estado atual, não pode, nem poderá jamais, ir além disso; mas é o suficiente. No dia em que o termômetro do sufrágio universal registrar para os trabalhadores o ponto de ebulição, eles saberão – tanto quanto os capitalistas – o que lhes cabe fazer”.⁹⁹

O mesmo Engels, em 1895, pouco antes de sua morte, em uma introdução para a segunda edição de *As lutas de classe na França*, de Marx, ratifica sua defesa da ascensão do proletariado ao poder pela via parlamentar, embora constatasse em tom de iniludível desilusão:

“Pôde-se então ver, mais uma vez, como esse poder da classe operária ainda era impossível vinte anos depois da época que descrevemos aqui. Por um lado, a França deixou Paris sozinha, vendo-a dessangrar-se sob as balas de Mac-Mahon; por outro lado, a Comuna deixou-se consumir na querela estéril dos dois partidos em que se dividia, os blanquistas (maioria) e os proudhonistas (minoría), ambos sem saber o que fazer. O prêmio da vitória de 1871 revelou-se então estéril como o golpe de 1848”.¹⁰⁰

Se já não bastassem os problemas teórico-conceituais que o marxismo carregava, esta introdução de Engels tornava-se uma polêmica em si, até mesmo porque foi publicada pela

⁹⁸ MARX, ENGELS, 1961c. v. 3. p. 275.

⁹⁹ MARX, ENGELS, 1961 c. v.3. p. 138.

¹⁰⁰ MARX, ENGELS, 1961a. v. 1. p.101.

primeira vez com mutilações, por conta de que o Partido-Social Democrata Alemão temia o recrudescimento da repressão aos socialistas devido a passagens que se referiam à luta armada contra a burguesia. Pelos protestos do autor, imaginou-se que o texto integral não defendesse propriamente a opção parlamentar. Contudo, quando de sua publicação conforme o texto original, em 1952, foi possível constatar, julgamos nós, que, de fato, ele priorizou tal via como uma “nova arma”,¹⁰¹ principalmente pela progressiva e significativa desvantagem que as massas passaram a ter frente aos equipamentos das instituições de defesa dos estados, particularmente quanto ao armamento, desde meados do século, tornando 47 anos depois “obsoleto sob todos os aspectos o modo de luta de 1848, (...)”,¹⁰² enquanto o seu desempenho eleitoral evidenciava-se a cada pleito mais fortalecido,¹⁰³ conquanto afirmasse também que “o direito à revolução é o único ‘direito histórico’ *real*, o único sobre o qual repousam todos os Estados modernos sem exceção (...)”.¹⁰⁴ Respaldava-se Engels no fato de que “já o *Manifesto Comunista* proclamara a conquista do sufrágio universal, da democracia, como uma das primeiras e mais importantes tarefas do proletariado militante(...)”.¹⁰⁵

Desse modo, findamos o século XIX com uma avalizada perspectiva de o movimento operário vir a desenvolver sua atuação política sob as ordens da democracia moderna, a mesma que Marx em seus primeiros trabalhos, como em 1843, considerara “a forma final da emancipação humana no seio da ordem mundial atual”,¹⁰⁶ bem como, em outra obra do mesmo ano prescrevesse que era preciso aspirar-se ao poder executivo e não ao poder legislativo,¹⁰⁷ e que, no início dos anos 50, n’*A ideologia alemã*, como vimos, a tenha classificado como um expediente ilusório para impedir as verdadeiras lutas, as lutas de classes, pois se apóia exatamente na mecânica eleitoral, e, por decorrência, nas suas necessidades, mormente, nos partidos políticos, no plural, naturalmente. Na verdade, querelas à parte, delineava-se uma outra estratégia de luta, mais adequada aos avanços dos países desenvolvidos e seus estados que já apresentavam, em *avant-première*, sua *nova potência*.

¹⁰¹ MARX, ENGELS, 1961a. v. 1. p. 102. E, logo adiante: “No entanto, utilizando tão eficazmente o sufrágio universal, o proletariado praticara um método de luta inteiramente novo que se desenvolveu com rapidez”. MARX, ENGELS, 1961a. v. 1. p. 103.

¹⁰² MARX, ENGELS, 1961a. v. 1. p. 97.

¹⁰³ Cf. MARX, ENGELS, 1961a. v. 1. p. 101-2.

¹⁰⁴ MARX, ENGELS, 1961a. v. 1. p. 107. Observemos que Kolakowski, por exemplo, não partilha a opinião de que Engels tenha desejado substituir a estratégia de luta do proletariado, tanto porque limitava a questão à Alemanha, como porque entendeu que ele “não rechaçou a idéia da revolução como um princípio necessário e inevitável na prática, mas, sim, cria que podia ser não violenta”. KOLAKOWSKI, 1985. v. I. p. 361.

¹⁰⁵ MARX, ENGELS, 1961a. v. 1. p. 102.

¹⁰⁶ Apud McLELLAN, 1977b. p. 99.

¹⁰⁷ Cf. McLELLAN, 1977b. p. 90.

Marx e Engels não dispensaram maior atenção às Forças Armadas, pois as consideravam totalmente dependentes do estado, por outro lado, como sabemos, não chegaram a formular bases sólidas para a orientação de partidos operários, limitaram-se a produzir linhas gerais, que, de resto, formavam o recorrente quadro de fundo justificatório da teoria política socialista. Devemos levar em consideração, porém, como observa McLellan, que não obstante Marx “acreditasse na necessidade de um partido para a realização de uma revolução vitoriosa”,¹⁰⁸ ele mesmo nunca fundou um partido, tendo sido ativo membro da Liga Comunista, que congregava trabalhadores de diversos países europeus, que o solicitou que redigisse o que se tornaria o famoso *Manifesto do Partido Comunista*, embora a própria Liga não tenha se tornado um partido, e fundou e dirigiu, em 1864, a *Associação Internacional dos Trabalhadores-AIT*, a Primeira Internacional. Considere-se, também, que foi exatamente ao longo da vida de Marx que os partidos políticos com este formato que conhecemos hoje surgiram e se desenvolveram, como frutos da democracia de massa que se constituía.

De qualquer forma, o *Manifesto* contém a formulação basilar sobre esse tema no início de sua segunda seção, a partir da constatação de que “a organização dos proletários em classe e, portanto, em partido político é incessantemente abalada pela competição entre os próprios trabalhadores; mas sempre se ergue mais forte, mais firme, mais poderosa”,¹⁰⁹ e do estabelecimento de dois pontos que distinguem os outros partidos operários dos comunistas, uma vez que estes, “constituem, praticamente, a fração mais resolvida e mais avançada dos partidos operários de cada país, a fração que impulsiona as demais”, e ainda “têm, teoricamente, sobre o proletariado a vantagem de uma compreensão nítida das condições, da marcha e dos fins gerais do movimento proletário”:¹¹⁰

- “1) Nas lutas nacionais dos proletários dos diversos países, destacam e fazem prevalecer os interesses comuns a todo o proletariado, independente da nacionalidade;
2) Nos vários estágios de desenvolvimento da luta da classe operária contra a burguesia, representam, sempre e em toda parte, os interesses do movimento em geral”.¹¹¹

Na última seção, os comunistas asseguram que apóiam, em qualquer parte, “todo movimento revolucionário contra a ordem social e política vigente”,¹¹² sob a égide incondicional

¹⁰⁸ McLELLAN, 1977a. p. 75.

¹⁰⁹ MARX ENGELS, 1978. p. 102.

¹¹⁰ MARX, ENGELS, 1978. p. 105.

¹¹¹ MARX, ENGELS, 1978. p. 105.

¹¹² MARX, ENGELS, 1978. p. 123.

da “questão da propriedade”.¹¹³ E mais, “declaram abertamente que seus fins só poderão ser alcançados pela derrubada violenta das condições sociais existentes”,¹¹⁴ ainda que esta afirmação não se coadune com a idéia, exposta na seção dois, de que “a primeira etapa da revolução operária é erguer o proletariado à posição de classe dominante, à conquista da democracia”.¹¹⁵

A busca de uma organização mobilizará grande parte das energias da esquerda por quinze anos, até a fundação da *AIT*. Marx, por sua vez, considera, em 1874, em uma de suas cartas a Sorge, que o panorama político europeu prenunciava uma guerra continental, e, por isso, os comunistas teriam “que passar por esta guerra antes de pensar em alguma ação decisiva externa da classe operária européia”.¹¹⁶ De qualquer modo, em termos de organização dos trabalhadores, a década de 70 não ensejaria muitas possibilidades, pois a Internacional conhece uma profunda crise iniciada no Congresso de 72, que redundou na sua dissolução em 76, e que impulsionou o crescimento, ao longo da década, do número de “partidos autônomos nacionais”. Nesse mesmo Congresso de Haia, Marx e Engels fizeram aprovar uma resolução, praticamente idêntica à aprovada na Conferência Internacional de Londres, em 71, na qual constava:

“Em sua luta contra o poder coletivo das classes proprietárias, o proletariado não pode agir como classe, mas, sim, como partido político autônomo, distinto, oposto a todos os velhos partidos formados pelas classes proprietárias. Esta constituição do proletariado em partido político é indispensável para assegurar o triunfo da revolução social e de seu objetivo supremo, a abolição das classes”.¹¹⁷

Por outro lado, e retomando temáticas abordadas também em Tocqueville, resta-nos observar que Marx, por seu turno, não reconhecerá a *verdadeira* igualdade nas garantias individuais e políticas formais consideradas conquistas inalienáveis pelas sociedades burguesas. Assim, alude à igualdade de forma parcimoniosa e de maneira esconsa, pois não tem dúvida de que o “direito igual” garantido pelas sociedades capitalistas é um “direito burguês”.¹¹⁸

¹¹³ MARX, ENGELS, 1978. p. 123.

¹¹⁴ MARX, ENGELS, 1979. p. 124.

¹¹⁵ MARX, ENGELS, 1978. p. 112.

¹¹⁶ Cf. McLELLAN, 1977b. p. 495.

¹¹⁷ ROSAL, 1975a. p. 244.

¹¹⁸ Cf. MARX, ENGELS, 1961b. v. 2 p. 216. Embora Engels, em 1875, em carta a Bebel, tenha expressado uma interessante consideração sobre o tema: “Os habitantes dos Alpes viverão sempre em condições diversas das dos habitantes da planície. A concepção da sociedade socialista como o reino da **igualdade**, é uma idéia unilateral francesa, apoiada no velho lema da ‘liberdade, igualdade, fraternidade’; uma concepção que teve sua razão de ser como **fase de desenvolvimento** em seu tempo e em seu lugar, mas que hoje deve ser superada, do mesmo modo que tudo o que há de unilateral nas escolas socialistas anteriores, uma vez que só gera confusões, e porque, ademais, foram descobertas fórmulas mais precisas para expor o problema”. MARX, ENGELS, 1961b. v. 2. p. 232. (Em negrito no original).

Para Marx, portanto, a limitação assume uma natureza oposta à entrevista por Tocqueville, pois, de sua obstinada trincheira, acredita que somente com uma revolução dos despossuídos a real igualdade entre os homens poderia ser estabelecida, ou melhor, *seria* estabelecida.

Por sua vez, a liberdade, bem entendido, a “liberdade burguesa”, não merece de Marx atenção maior do que a que ela dispensou à igualdade. No *Manifesto Comunista* ele e Engels afirmam que “na sociedade burguesa o capital é independente e tem individualidade, enquanto a pessoa é dependente e não tem individualidade própria. E o burguês equipara a abolição de semelhante estado de coisas à abolição da individualidade e da liberdade! De fato, é a abolição da individualidade burguesa, da independência burguesa e da liberdade burguesa”.¹¹⁹

Acreditavam, por conseguinte, quanto a este particular, que o que a burguesia apregoava como liberdade, era, na verdade, falso, e visava apenas defendê-la, e, concretamente, impedir que “proletários e comunistas” avançassem quanto ao que mais a horrorizava, a abolição da propriedade privada.

Em 1843, portanto ainda na juventude, em carta a Ruge, Marx une liberdade à democracia e ao estado:

“A primeira coisa que deveria acender no peito destes indivíduos é a consciência do homem, da liberdade. Só este sentimento, desaparecido do mundo com os gregos e sublimado pelo cristianismo no etéreo azul do céu, pode voltar a fazer da sociedade uma comunidade de homens com o mais alto dos fins: um Estado democrático”.¹²⁰

¹¹⁹ MARX, ENGELS, 1978. p. 107.

¹²⁰ DIAZ (ed.), 1977. p. 96. (Grifado no original).

2.2.2 Visões do século XX

Na senda da trajetória incongruente vincada a partir de 1871, mas, de fato, delineada desde 1848, e tendo como pano de fundo uma diretriz da Segunda Internacional, de 1904, que declarava indispensável que em todos os países, na medida em que há apenas uma classe operária, houvesse também um só partido socialista,¹²¹ os herdeiros do marxismo desenvolverão no século XX, nas palavras de Sabine no início dos anos 60, “dois grandes movimentos políticos, ambos os quais alegaram constituir versão autêntica do marxismo e que são, simultaneamente, tão similares e enigmaticamente diferentes que a relação que ambos guardam com o marxismo constitui ponto importante para a compreensão do pensador alemão. Foram eles, em primeiro lugar, o socialismo partidário existente na Europa Ocidental até a I Guerra Mundial e, segundo, o comunismo, na forma que conserva desde a Revolução Russa de 1917”.¹²²

Na verdade, a questão partidária tornou-se ao longo do século uma questão candente, sobre a qual todos os marxistas proeminentes discutiram e divergiram, até porque, no Ocidente, cada vez mais se consolidou a democracia parlamentar, e, então, a questão já posta no século XIX por seus mentores, como não poderia deixar de ser, se mantinha, tanto pela natureza de sua relação intrínseca com a teoria da revolução socialista, não nos esqueçamos que isto deve ser o objetivo final, orientador de todos os marxistas, quanto pela natureza do processo democrático contemporâneo, que acabou por incorporar praticamente todos os segmentos sociais.

Principalmente após a Revolução Russa de 17, mal ou bem preconizada por Marx, e consoante seu rumo crescentemente hierarquista, iniciado por Lênine com o exercício de seu acalentado “centralismo democrático”, a esquerda marxista ocidental cindiu-se, basicamente, entre os que advogavam em favor de partidos comunistas liderados por Moscou, que com o tempo e no limite tornaram-se “partidos stalinistas”, com toda a carga totalitária que esta adjetivação carrega, e os que defendiam partidos independentes e com uma organização mais flexível, nos moldes dos partidos socialistas.

Ainda no final do século XIX, enquanto a esquerda se preparava, na medida em que a sua dissensão permitia, para a *inevitável* revolução devido ao esgotamento do capitalismo, um outro alemão, Max Weber, iniciava os ensaios para também protagonizar no palco das ciências sociais, com um percurso essencialmente acadêmico, mas não distante do ativismo político-partidário.

¹²¹ ROSAL, 1975b. p. 17.

¹²² SABINE, 1964. v. 2. p. 769.

Weber, em sua longa e detalhada abordagem sociológica sobre a dominação na clássica proposta de classificação dos tipos puros de dominação legítima, definiu a dominação legal como aquela que se legitima pela existência de uma norma, um estatuto, e que tem na dominação burocrática o seu tipo mais puro, constituindo-se mesmo no suporte racional dos governos modernos¹²³.

Por isso, ele se obrigou a acurado estudo do fenômeno burocrático, onde ressalta o papel fundamental que este cumpre ao imprimir racionalidade à administração em geral, e, particularmente, à administração estatal, de modo a conformá-la com a gestão econômica capitalista implantada no Ocidente. Neste particular, considerou que o “progresso da burocratização na própria administração estatal é um fenômeno paralelo da democracia, como se torna evidente na França, América do Norte, e agora, na Inglaterra”.¹²⁴ Contudo, nos preveniu quanto à possibilidade de nos enganarmos com a idéia de democratização, por isso, adendou que ela “não significa necessariamente uma participação cada vez mais ativa dos governados na autoridade da estrutura social. Isso pode ser um resultado da democratização, mas não é necessariamente o caso”.¹²⁵

Assim, Weber acreditava que a burocracia acompanha inevitavelmente a moderna democracia de massa, e que a organização burocrática cumpre, no poder, um papel nivelador, tanto no plano econômico, como no social, viabilizando o acesso aos postos funcionais, e possuindo uma característica própria: “a regularidade abstrata da execução da autoridade, que por sua vez resulta da procura da ‘igualdade perante a lei’ no sentido pessoal e funcional – e, daí o horror ao ‘privilégio’, e a rejeição ao tratamento dos casos ‘individualmente’ ”.¹²⁶

Neste quadro, encontramos o seu “conceito político de democracia, deduzido dos ‘direitos iguais’ dos governados, [e que] inclui os seguintes postulados: 1) obstáculos ao desenvolvimento de um estamento fechado de funcionários, no interesse de uma acessibilidade universal aos cargos, e 2) minimização da autoridade do funcionalismo no interesse da expansão da esfera de influência da ‘opinião pública’ na medida do possível”.¹²⁷ Vale registrar, porém, que no final da seção dedicada à “Sociologia do Estado”, Weber, alertou-nos para o perigo político que a “democracia de massas” pode impor ao Estado, pela possibilidade de fatores “emocionais” virem a exercer forte predomínio na esfera política, pois a massa, enquanto tal, é desorganizada,

¹²³ Cf. WEBER, 1969. p. 695-1117.

¹²⁴ GERTH, MILLS, 1971. p. 261-262.

¹²⁵ GERTH, MILLS, 1971. p. 260.

¹²⁶ GERTH, MILLS, 1971. p. 260.

¹²⁷ GERTH, MILLS, 1971. p. 262.

suscetível a influências momentâneas, portanto, sujeita à irracionalidade. Daí tornar-se imprescindível ao exercício da dominação racional-legal a atividade dos partidos políticos, congregantes de grupos de interesse, racionalmente organizados, e, por isso, viabilizadores do cálculo político¹²⁸.

Em um texto elaborado em 1906¹²⁹, o pessimismo weberiano quanto às condições de liberdade no mundo moderno é desnudado, e mostra-nos sua preocupação com o futuro da relação entre o capitalismo e a democracia. Afirmando que a liberdade em nossa era nutriu-se em pré-condições que não voltarão a se repetir¹³⁰, Weber, já no início do século, considerava que era “totalmente ridículo ver qualquer ligação entre o alto capitalismo de hoje – como está sendo importado pela Rússia e como existe na América – e a democracia ou a liberdade, em qualquer sentido dessas palavras. Não obstante, tal capitalismo é um resultado inevitável do nosso desenvolvimento econômico”.¹³¹

Com base nesses pressupostos, e na crença de que a liberdade e a democracia só se instalam quando uma nação, “prematuramente”, resiste a ser governada “como carneiros, pergunta: como são possíveis a liberdade e a democracia, a longo prazo, sob o domínio de um capitalismo altamente desenvolvido?”¹³² Se concordarmos com Gerth e Mills, a resposta a essa questão reafirma que “a busca de liberdade identifica-se com o sentimento irracional e os aspectos privados”, e que, por conseguinte, a liberdade para Weber “é privilégio das classes abastadas e educadas: é a liberdade sem igualdade”.¹³³

Por outro lado, observa Parsons que Weber não produziu nenhum estudo sistemático sobre revoluções ou teoria das revoluções.¹³⁴ De qualquer forma, com base na experiência francesa, constatou Weber que há nos tempos modernos uma *permanência* – calcada principalmente nos meios de informação e comunicação – no que diz respeito ao aparato de dominação, o que torna “cada vez mais impossível do ponto de vista técnico o desencadeamento de uma ‘revolução’ no sentido da criação enérgica de organizações de domínio inteiramente novas, as ‘revoluções’ foram substituídas – como demonstra a França de um modo ‘clássico’ –

¹²⁸ Cf. WEBER, 1969. p. 1116-1117 e GERTH, MILLS, 1971. p. 211-228.

¹²⁹ Cf. GERTH, MILLS, (org.), 1971. p. 90-92.

¹³⁰ Quais sejam: 1. “as expansões de além-mar”; 2. “a singularidade da estrutura econômica e social do início da época capitalista na Europa ocidental”; 3. “a conquista da vida pela ciência, a auto-realização do espírito”; e, 4. “certas concepções dos valores ideais, surgidas de um mundo de idéias religiosas definidas, marcaram a peculiaridade ética e os valores culturais do homem moderno”. GERTH, MILLS, (org.), 1971. p. 91 e 92.

¹³¹ GERTH, MILLS, (org.), 1971. p. 91.

¹³² GERTH, MILLS, (org.), 1971. p. 91.

¹³³ GERTH, MILLS, (org.), 1971. p. 93.

¹³⁴ Cf. PARSONS, (org.), 1966. p. 385.

pelos ‘golpes de Estado’, pois todas as transformações lá ocorridas, que tiveram êxito, se apoiaram em tais processos”.¹³⁵

Nessa perspectiva, constatamos que Weber tomará o tema revolução pelo seu inverso, estabilidade, e se proporrá a investigar o caráter das condições básicas e fundamentais para a garantia desta, bem como, a relação entre essas condições e sua pragmática concepção de democracia¹³⁶. O longo e denso percurso percorrido por sua produção, que visou, sobretudo, sugerir resposta para o surgimento e o estabelecimento do capitalismo no Ocidente, pautar-se-á em peculiar sistematização, que não desprezará a imbricação de manifestações de quaisquer natureza com a ordem política, como se constata na cuidadosa atenção que dispensa às religiões. Observe-se que a sistematização enviesada o impelirá a deixar de contemplar diretamente tanto a igualdade quanto a liberdade quando se ocupa com os “conceitos sociológicos fundamentais”, no capítulo I, da primeira parte de *Economia e Sociedade*¹³⁷. No entanto, estabelecerá com as concepções fundamentais que enumera estreitas relações com aqueles dois conceitos, como, por exemplo, quando trata da “ordem legítima”, do “poder” e da “dominação”.

Dessa forma, reconheceremos na obra weberiana uma ansiosa disposição para explicar a “institucionalização da autoridade”,¹³⁸ o que, por um lado, o abrigará a enquadrar a igualdade nos escaninhos do formalismo jurídico-político, e, por outro, seqüestará à liberdade qualquer resquício de paixão, tornando-a refém da racionalidade e da objetividade necessárias às ações conseqüentes, como as desenvolvidas pelos homens no capitalismo sob o Estado racional-legal.

Percorrendo uma trajetória distinta da trilhada por Weber, pois mais balizada pela filosofia, Arendt, dedicará também especial atenção aos temas da igualdade e da liberdade, e se proporrá a explicar em livro o significado de revolução, por julgar que “um dos mais sérios problemas de toda a política moderna” encontra-se não na conciliação de liberdade e igualdade, mas, sim, em conciliar igualdade com autoridade¹³⁹. Em 1961, com a publicação de *Entre o passado e o futuro*, pôde mostrar seu efetivo interesse por esses temas ao incluí-los dentre os “oito exercícios no âmbito do pensamento político” que compõem o livro, no qual também antecipa pontos básicos de seu ensaio posterior sobre revolução.

¹³⁵ WEBER, 1969. p. 742.

¹³⁶ Cf. GERTH, MILLS. (org.), 1971 .p. 15-94; quanto ao pragmatismo frente à democracia, vide p. 58.

¹³⁷ Cf. WEBER, 1969. p. 5-45.

¹³⁸ Cf. PARSONS, (org.), 1966. p. 56-57.

¹³⁹ Cf. ARENDT, 1972. p. 40.

No conhecido prefácio – “A quebra entre passado e futuro” –, a autora observa que em tempos mais recentes de nossa era instalou-se uma “lacuna entre o passado e o futuro”, evidenciada pela “dissolução da tradição”;¹⁴⁰ porém,

“O problema, (...), é que, ao que parece, não parecemos estar nem equipados nem preparados para esta atividade de pensar, de instalar-se na lacuna entre o passado e o futuro. Por longos períodos em nossa história, na verdade no transcurso dos milênios que se seguiram à fundação de Roma e que foram determinados por conceitos romanos, esta lacuna foi transposta por aquilo que, desde os romanos, chamamos de tradição. Não é segredo para ninguém o fato de essa tradição ter-se esgarçado cada vez mais à medida que a época moderna progrediu. Quando, afinal, rompeu-se o fio da tradição, a lacuna entre o passado e o futuro deixou de ser uma condição peculiar unicamente à atividade do pensamento e adstrita, enquanto experiência, aos poucos eleitos que fizeram do pensar sua ocupação primordial. Ela tornou-se realidade tangível e perplexidade para todos, isto é, um fato de importância política”.¹⁴¹

Por outro lado, considera que:

“Os homens da Resistência Européia não foram nem os primeiros nem os últimos a perderam seu tesouro. A história das revoluções – do verão de 1776, na Filadélfia, e do verão de 1789, em Paris, ao outono de 1956 em Budapeste –, que decifram politicamente a estória mais recôndita da idade moderna, poderia ser narrada alegoricamente como a lenda de um antigo tesouro, que, sob as circunstâncias mais várias, surge de modo abrupto e inesperado, para de novo desaparecer qual fogo-fátuo, sob diferentes condições misteriosas. Existem, na verdade, muito boas razões para acreditar que o tesouro nunca foi uma realidade, e sim uma miragem; que não lidamos aqui com nada de substancial, mas com um espectro; e a melhor dessas razões é ter o tesouro permanecido até hoje sem nome”.¹⁴²

No entanto, ressalta que pelo menos no início de nossa era, nas revoluções do século XVIII, este tesouro tomou um nome: na América, “felicidade pública”, e, na França, “liberdade pública”, com ênfase em ambos os momentos, como se vê, no “espaço público”, o que se constitui hoje, para nós, em uma dificuldade, pois, segundo ela, ainda conhecemos pouco desses dois propósitos.¹⁴³ Devemos aduzir ainda que, mais adiante, Arendt “suspeita” que a crise da atualidade seja “basicamente de natureza política”, decorrente do “declínio da trindade romana de religião, tradição e autoridade, com o concomitante solapamento das fundações especificamente romanas de domínio político”, e que se esta suposição é procedente, “as revoluções da época moderna parecem gigantescas tentativas de reparar essas fundações...”¹⁴⁴

¹⁴⁰ Expressões tomadas em LAFER, 1972. p. 10.

¹⁴¹ ARENDT, 1972. p. 40.

¹⁴² ARENDT, 1972. p. 30.

¹⁴³ Cf. ARENDT, 1972. p. 30 e 31.

¹⁴⁴ Cf. ARENDT, 1972. p. 185.

Cabe-nos, agora, chamar a atenção para o denso caráter filosófico que envolve os seus escritos, e, nesse particular, acentuar que “o problema da liberdade”, tal como colocado hoje, isto é, a partir da tradição cristã e “de uma tradição filosófica originariamente antipolítica”, impede-nos de perceber que “pode existir uma liberdade que não seja um atributo da vontade, mas sim um acessório do fazer e do agir”.¹⁴⁵ Por isso, ao ocupar-se do poder em *Sobre a revolução*, um livro de 1963, une-o à ação no momento da fundação:

“A morfologia da ação – a ação é a única faculdade humana que requer uma pluralidade de pessoas – e a sintaxe do poder – o poder é o único atributo humano que se aplica unicamente ao espaço intermundano em que os homens estão mutuamente relacionados – combinam-se no ato da fundação, em virtude de se fazerem e de se cumprirem promessas, o que, no domínio da política, pode bem ser a mais elevada faculdade humana”.¹⁴⁶

Porém, em *Entre o passado e o futuro*, advertia-nos para um complicador lingüístico que acrescenta significativa complexidade ao entendimento da ação. Trata-se do fato de tanto no grego como no latim terem existido dois verbos para “designar aquilo que chamamos uniformemente de 'agir' ”, sendo que em ambas essas línguas, um deles significava, em linhas gerais, iniciar ou colocar em movimento, e o outro, desenvolvimento e manutenção de atos anteriores.¹⁴⁷ Sendo assim, e respaldando sua posição de que a Revolução Americana foi a única bem sucedida das revoluções da modernidade, uma vez que manteve a mudança, institucionalizando-a, e que logrou transformar as emendas à Constituição em aumento e desenvolvimento das fundações originais da república, ela afirma em *Sobre a revolução* que:

“Esta noção de uma coincidência de fundação e de preservação, em virtude do desenvolvimento – a noção de (que) o ato “revolucionário” (de) dar início a algo (de) inteiramente novo e a cuidadosa preservação que virá salvaguardar este novo início através dos séculos estão interligados – estava profundamente enraizada no espírito romano, e pode ser depreendida de quase todas as páginas da história romana. A coincidência, em si, está talvez, melhor ilustrada no termo latino que significa fundar, *condere*, e que era derivado de um primitivo deus latino do campo, chamado Conditor, cuja principal função era, obviamente, e ao mesmo tempo, um fundador e um preservador”.¹⁴⁸

Acrescente-se que, em sua visão, a autoridade, tal como desenvolvida a partir da experiência política romana, não se restabeleceu em nenhuma parte – exceto nos Estados Unidos

¹⁴⁵ Cf. ARENDT, 1972. p. 213.

¹⁴⁶ ARENDT, 1971. p. 172.

¹⁴⁷ Cf. ARENDT, 1972. p. 214.

¹⁴⁸ ARENDT, 1971. p. 200. Para melhor compreensão do texto, e após cotejarmos com o original, alteramos ligeiramente a tradução; entretanto, conservamos entre parênteses os termos que suprimimos da tradução que estamos utilizando.

– o que demonstra o malogro de todas as revoluções da modernidade – exceto a Americana –, incluindo-se aí as ocorridas no século XX, pois todas terminaram em restauração ou em tirania ¹⁴⁹.

Distintamente do pressuposto institucionalizador weberiano, ela inicia o capítulo três de *Entre o passado e o futuro* – “Que é autoridade?” – afirmando que a autoridade desapareceu no mundo moderno, e que, particularmente desde o início deste nosso século, vivemos sob “uma crescente e cada vez mais profunda crise de autoridade, que é política em sua origem e natureza”.¹⁵⁰ Tal crise, no seu limite, provocou a quebra de todas as formas de autoridade tradicional, viabilizando, desse modo, o estabelecimento de uma experiência política única, o totalitarismo.

Segundo Arendt, se é necessário definir autoridade, que o façamos em contraposição tanto à coerção pela força como à coerção pela persuasão, pois “onde a força é usada, a autoridade em si mesma fracassou”, e, por outro lado, “a autoridade é incompatível com a persuasão, a qual pressupõe igualdade e opera mediante um processo de argumentação”.¹⁵¹ Acrescenta, ainda, que a perda da autoridade no mundo moderno, constituiu-se, na verdade, na fase final de um processo que inicialmente, durante séculos, corroeu tanto a religião como a tradição. Mas, foi com o solapamento da autoridade que a “dúvida geral da época moderna invadiu também o domínio político”.¹⁵²

Após extensa digressão sobre o papel cumprido pelos pensamentos políticos grego e romano na formação e desenvolvimento do pensamento ocidental, a autora constata que

“enquanto os modelos, protótipos e exemplos de relações autoritárias (...), todos de origem grega, foram fielmente preservados e posteriormente articulados até se tornarem chavões ociosos, a única experiência política que trouxe a autoridade como vocábulo, conceito e realidade à nossa história – a experiência romana de fundação – parece ter sido completamente perdida e esquecida”.¹⁵³

Entretanto, observa que esta constatação não é totalmente procedente, pois acredita que a noção de fundação é decisiva para as revoluções da era moderna; bem como, considera que na obra de Maquiavel o “conceito de fundação é central, se não o mais importante”, e, embora ele nunca tenha usado o termo revolução, foi o primeiro a concebê-la ¹⁵⁴. Arendt reconhece em Maquiavel “o precursor das modernas revoluções”, primeiro, por ter “redescoberto a experiência da fundação”, e, segundo, por “tê-la reinterpretado em termos da justificação de meios

¹⁴⁹ Cf. ARENDT, 1972. p. 186.

¹⁵⁰ Cf. ARENDT, 1972. p. 127 e 128.

¹⁵¹ ARENDT, 1972. p. 129.

¹⁵² ARENDT, 1972. p. 130.

¹⁵³ ARENDT, 1972. p. 180-181.

¹⁵⁴ ARENDT, 1972. p. 181.

(violentos) para atingir um fim supremo”, por isso, afirma que: “a menos que se reconheça que o *páthos* romano da fundação as inspirou, parece-me que nem a grandeza nem a tragédia das revoluções do Ocidente da época moderna podem ser corretamente compreendidas”.¹⁵⁵

O capítulo reservado à questão da liberdade inicia-se também de forma contundente: “levantar a questão – o que é liberdade? – parece ser uma empresa irrealizável”; julga que a inviabilidade da resposta ocorre devido à contradição entre “nossa consciência e nossos princípios morais”, que nos outorgam liberdade e responsabilidade, e a “nossa experiência cotidiana no mundo externo, onde nos orientamos de acordo com o princípio da causalidade”.¹⁵⁶

Segundo a autora, a liberdade foi a última das “grandes questões metafísicas tradicionais” a ser transformada em objeto de investigação filosófica. No campo da política, contudo, sempre foi considerada um “fato da vida cotidiana”, e não um problema. Por isso, é fundamental que saibamos que “ação e política” são as únicas capacidades e potencialidades de nossas vidas que “não poderíamos sequer conceber sem ao menos admitir a existência da liberdade”; e mais, é necessário que tenhamos em mente que a liberdade não é mais um dos problemas centrais da esfera política, tal como “a justiça, o poder ou a igualdade”. No entanto, ela, que só em momento de crise ou em períodos revolucionários torna-se “alvo direto da ação política, é na verdade o motivo por que os homens convivem politicamente organizados”.¹⁵⁷

Desse modo, partindo do pressuposto de que a liberdade é a razão de ser da política, e que a ação é seu campo de experiência, propõe-se a caracterizá-la em seu âmbito específico, em contraposição à “liberdade interior”,¹⁵⁸ observando que a liberdade que diz respeito à política, portanto resultado de uma ação livre, não se submete nem ao intelecto nem a vontades, pois é inerente à própria ação, e que a melhor expressão disto está no conceito de *virtù* do próprio Maquiavel. Alerta-nos, no entanto, para a dificuldade de admitirmos a perspectiva acima, uma vez que na Antiguidade, na Grécia e mesmo em Roma, “a liberdade era um conceito exclusivamente político”, e que, posteriormente, a tradição cristã vinculou-a ao livre-arbítrio,¹⁵⁹ embora Montesquieu tenha denunciado a inadequação, para fins políticos, tanto do conceito de liberdade dos cristãos como do dos filósofos da Antiguidade.¹⁶⁰

No entanto, a filosofia interessou-se pelo problema da liberdade quando esta “não era mais vivenciada no agir e na associação com outros, mas no querer e no relacionamento com o

¹⁵⁵ ARENDT, 1972. p. 185.

¹⁵⁶ ARENDT, 1972. p. 188 e 189.

¹⁵⁷ ARENDT, 1972. p. 191 e 192.

¹⁵⁸ Cf. ARENDT, 1972. p. 192.

¹⁵⁹ Cf. ARENDT, 1972. p. 204 e 205.

¹⁶⁰ Cf. ARENDT, 1972. p. 208.

próprio eu; em resumo quando a liberdade se tornou livre-arbítrio”. A partir daí, então, a liberdade, sob esta inspiração, torna-se um “problema filosófico de primeira plana, e, como tal, foi aplicada ao âmbito político, tornando-se assim, também, um problema político”.¹⁶¹ Os pensadores políticos do século XVIII, como observou a autora, evidenciaram com clareza o pressuposto filosófico na acepção moderna de liberdade política, sobretudo Rousseau, que derivou da vontade uma teoria da soberania.

Finalmente, Arendt ressalta que esta derivação da liberdade da vontade imputou conseqüências “fatais” à teoria política, pois vinculou a relação de poder com opressão ou, “no mínimo, como governo sobre outros”.¹⁶²

Assim, quando se debruçou sobre as revoluções, Hannah Arendt já havia antecipado e enquadrado as questões que pretendia tornar centrais na discussão sobre o fenômeno revolucionário, e mostrou isto em *Entre o passado e o futuro*, no final do capítulo dedicado à autoridade, a que aludimos acima, e na “Introdução”, quando afirma:

“Pois, se estou certa ao suspeitar que a crise do mundo atual é basicamente de natureza política, e que o famoso “declínio do Ocidente” consiste fundamentalmente no declínio da trindade romana de religião, tradição e autoridade, com o concomitante solapamento das fundações especificamente romanas de domínio político, então as revoluções da época moderna parecem gigantescas tentativas de reparar essas fundações, de renovar o fio rompido da tradição e de restaurar, mediante a fundação de novos organismos políticos, aquilo que durante tantos séculos conferiu aos negócios humanos certa medida de dignidade e grandeza”.¹⁶³

Complementando, adverte, entretanto, que dessas tentativas somente a Revolução Americana foi bem sucedida, pois os seus *pais fundadores* conseguiram efetivamente fundar “um organismo político inteiramente novo prescindindo da violência e com o auxílio de uma Constituição”.¹⁶⁴

Em *Sobre a revolução*, Arendt discute o “significado de revolução” e o “tesouro perdido” pela tradição revolucionária, a partir de uma ampla e rica abordagem das Revoluções Americana e Francesa, principalmente, e observa que “o conceito moderno de revolução, inextricavelmente ligado à noção de que o decurso da história começa subitamente de novo, de que uma história inteiramente nova, uma história nunca anteriormente conhecida ou contada, está prestes a

¹⁶¹ ARENDT, 1972. p. 211.

¹⁶² Cf. ARENDT, 1972. p. 210.

¹⁶³ ARENDT, 1972. p. 185.

¹⁶⁴ ARENDT, 1972. p. 185.

desenrolar-se, era desconhecido antes das duas grandes revoluções do fim do século dezoito”.¹⁶⁵ Neste momento, interessa-nos recuperar apenas três pontos de sua visão política do processo revolucionário.

Inicialmente, ressaltamos a idéia de *libertação*. Chamando a atenção para o fato de que é crucial para a compreensão das revoluções da era moderna que se atente para a necessidade de se fazer coincidir a “liberdade” e a “experiência de um novo princípio”, observa, contudo, que libertação e liberdade não significam a mesma coisa, e que a primeira pode ser condição para a segunda, mas que não conduz a ela necessariamente, e, ainda, que “a noção de liberdade implicada na libertação só pode ser negativa e, portanto, que até a intenção de libertar não é idêntica ao desejo de liberdade”.¹⁶⁶

Acrescenta, mais adiante, que o objetivo da rebelião é a libertação, mas que o objetivo da revolução é o “estabelecimento da liberdade”, e que “nada há mais fútil do que a rebelião e libertação, se não forem seguidas da constituição da liberdade recentemente conquistada”. Compreender isto, segundo ela, faz com que o “estudioso da política” se livre da armadilha na qual freqüentemente caem os historiadores, pois estes tendem a hipervalorizar a fase de rebelião e libertação, geralmente violenta, das revoluções.¹⁶⁷

Entretanto, será em uma longa nota de rodapé que a autora irá criticar, apontando como prejudicial e vulgar, a suposição de que o fim do processo revolucionário ocorre quando a libertação é conseguida; afirma mesmo que “não há ainda hoje, nada de mais comum do que confundir o esforço de libertação com a fundação da liberdade”.¹⁶⁸

Outro ponto que distinguimos em seu percurso refere-se aos *conselhos* que surgem como decorrência de processos revolucionários, e, também, a relação dos partidos políticos com estas

¹⁶⁵ ARENDT, 1971. p. 28. Vale notar que esta perspectiva adotada por Hannah Arendt já aparece claramente tanto em Tocqueville como em Marx. Dentre as obras de Marx utilizadas por Hannah Arendt em *Sobre a revolução* não consta *O dezoito brumário*, livro no qual Marx, logo no seu segundo parágrafo, em famosa passagem, enfoca o processo revolucionário exatamente na perspectiva adotada por Arendt: “Os homens fazem sua própria história, mas não a fazem como querem; não a fazem sob circunstâncias de sua escolha e sim sob aquelas com que se defrontam diretamente, ligadas e transmitidas pelo passado. A tradição de todas as gerações mortas oprime como um pesadelo o cérebro dos vivos. E justamente quando parecem empenhados em revolucionar-se a si e às coisas, **em criar algo que jamais existiu**, precisamente nesses períodos de crise revolucionária, os homens conjuram ansiosamente em seu auxílio os espíritos do passado, tomando-lhes emprestado os nomes, os gritos de guerra e as roupagens, a fim de apresentar a nova cena da história do mundo nesse disfarce tradicional e nessa linguagem emprestada”. MARX, ENGELS, 1961a. v. 1. p. 203. (Negrito nosso). Em Tocqueville, embora ela lance mão d’*O Antigo Regime e a Revolução*, não recorreu à seguinte passagem: “O que, primeiro, parecia aos príncipes da Europa e aos estadistas um acidente comum na vida dos povos, **torna-se um fato novo, tão contrário a tudo que aconteceu antes no mundo e no entanto tão geral, tão monstruoso, tão incompreensível** que ao apercebê-lo o espírito humano fica como perdido”. TOCQUEVILLE, 1979. p. 52. (Grifo nosso).

¹⁶⁶ ARENDT, 1971. p. 28 e 29.

¹⁶⁷ Cf. ARENDT, 1971. p. 140.

¹⁶⁸ ARENDT, 1971. p. 295.

instituições: na verdade, as únicas inteiramente novas e genuinamente espontâneas na história das revoluções da Europa moderna. Neste particular, já em *A condição humana*, um livro de 1958, observara que da mesma forma que as massas modernas e certas lideranças conseguiram produzir com o totalitarismo uma autêntica, se bem que destrutiva forma de governo,

“(…) as revoluções populares vêm, há mais de cem anos, propondo sem êxito outra nova forma de governo: o sistema de conselhos populares, em substituição ao sistema partidário continental, que, por assim dizer, já nasceu desacreditado”.¹⁶⁹

Vale considerar que, em seu entendimento, no quadro das revoluções européias, os conselhos surgiram sempre de rebeliões espontâneas, e nunca patrocinados por partidos ou movimentos organizados.

Este sistema de conselhos acabou por permitir breves experiências autenticamente federalistas, com a geração de “uma nova forma de governo”, e tornou-se tão original que impressionou verdadeiramente aos, segundo ela, “dois dos maiores revolucionários de todo esse período, Marx e Lênine, quando foram testemunhas do seu crescimento espontâneo”¹⁷⁰ – respectivamente, em 1871, com a Comuna de Paris, e, em 1905, com a primeira revolução russa. No entanto, debita ao descaso de Marx com as questões do estado e do governo, e a sua obsessão pela questão social, parte do fracasso que a tradição revolucionária impôs a esta única forma de governo nascida das revoluções do Velho Mundo.¹⁷¹

Em nosso século, os conselhos entraram sempre em conflito com os partidos, embora tenham sido coevos. “O problema em causa era a representação, contra a ação e a participação”,¹⁷² e é significativo que os conselhos “surgiram sempre durante a própria revolução” e os partidos nunca surgiram durante uma revolução, “ou a precederam, como no século vinte, ou se desenvolveram com a extensão do sufrágio popular”.¹⁷³

Observemos, ainda, que o “tesouro perdido” a que Arendt se refere no último capítulo pode ser reconhecido no fato de “o espírito da revolução – um novo espírito e o espírito de começar algo de novo – não conseguiu encontrar a sua instituição apropriada”. E complementa: “Nada há que possa compensar este fracasso ou obstar a que ele se torne definitivo, exceto a memória e a revolução”.¹⁷⁴

¹⁶⁹ ARENDT, 1983. p. 228.

¹⁷⁰ ARENDT, 1971. p. 252.

¹⁷¹ Cf. ARENDT, 1971. p. 254.

¹⁷² ARENDT, 1971. p. 269.

¹⁷³ ARENDT, 1971. p. 267.

¹⁷⁴ ARENDT, 1971. p. 275.

E, finalmente, a última das questões a ser ressaltada trata das *revoluções do século XX*. Em *Entre o passado e o futuro*, no final do capítulo sobre a autoridade, a autora alertava para o fato de que:

“(…) as revoluções, que habitualmente consideramos como sendo rupturas radicais com a tradição, surgem em nosso contexto como acontecimentos nos quais as ações dos homens ainda se inspiram nas origens dessa tradição, dela haurindo sua maior força. As revoluções parecem ser a única salvação que essa tradição romano-ocidental providencia para as emergências.

O fato de não apenas as várias revoluções do século XX, mas de todas as revoluções desde a Francesa terem malogrado, terminando ou em restauração ou em tirania, parece indicar que mesmo estes últimos meios de salvação proporcionados pela tradição se tornaram inapropriados”.¹⁷⁵

Partindo então desta premissa, em *Sobre a revolução* sentencia:

“O que parece estar fora de toda a dúvida é que nenhum historiador será jamais capaz de contar a história do nosso século sem a colocar na ‘esteira das revoluções’; mas esta história, na medida em que o seu fim permanece ainda oculto nas brumas do futuro, não pode por enquanto ser contada”.¹⁷⁶

Por oportuno, observamos que esta era a opinião de Hannah Arendt, externada em uma entrevista concedida no início dos anos 70, sobre alternativas futuras para os formatos de estado e de governo que conhecemos hoje:

“O que tenho em mente não é tanto um conceito diferente de estado, mas a necessidade de mudar este. (...).Os únicos rudimentos que vejo para um novo conceito de estado podem ser encontrados no sistema federalista, cuja vantagem é que o poder não vem nem de cima nem de baixo, mas é dirigido horizontalmente de modo que as unidades federadas refreiam e controlam mutuamente seus poderes. Pois a dificuldade real em se especular sobre estes assuntos é que o recurso final não devia ser supranacional, mas internacional. (...).Esta nova forma de governo e o *sistema de conselho*, que, como sabemos, pereceu em todo lugar e em toda época, destruído diretamente pela burocracia dos estados-nações ou pelas máquinas dos partidos. Se este sistema é uma pura utopia – de qualquer modo seria uma utopia do povo, não a utopia de teóricos e ideólogos – eu não posso dizer”.¹⁷⁷

¹⁷⁵ ARENDT, 1972. p. 186.

¹⁷⁶ ARENDT, 1971. p. 252.

¹⁷⁷ Cf. ARENDT, 1973. p. 198-199. (grifo nosso).

3. A “REVOLUÇÃO DOS CRAVOS”

Nos fins de maio de 1871 havia grande alvoroço na Casa Havanesa, ao Chiado, em Lisboa. (...) Dentro, na multidão de grulhas que se apertava contra o balcão questionava-se forte; e pelo passeio, no largo do Loreto, defronte ao pé do estanco, pelo Chiado até ao Magalhães, era, por aquele dia já quente do começo do verão, toda uma gralhada de vozes impressionadas onde as palavras – Comunista ! Versailles ! Petroleiros ! Thiers ! Crime ! Internacional ! Voltavam a cada momento, lançadas com furor, entre o ruído das tipóias e os pregões dos garotos gritando suplementos. (...)

O Chiado lamentava com indignação aquela ruína de Paris. Recordavam-se com exclamações os edifícios ardidos, o Hotel de Ville, “tão bonito”, a Rua Royale, “aquela tristeza”. (...)

Num grupo ao pé da Casa havanesa os questionadores politicavam; pronunciava-se o nome de Proudhon que, por esse tempo se começava a citar vagamente em Lisboa como um monstro sanguinolento; e as invectivas rompiam contra Proudhon. Mas o poeta estimado das Flores e Ais acudiu dizendo “que, à parte as asneiras que Proudhon dizia, era ainda assim um estilista bastante ameno”. (...)

Alguns moços porém, a quem o elemento dramático da catástrofe revolvia o instinto romântico, aplaudiam a heroicidade da Comuna – Vermorel abrindo os braços como o Crucificado, e sob as balas que o trespassavam gritando: “Viva a humanidade!” O velho Delecluze, com um fanatismo de santo, ditando do seu leito de agonia as violências da resistência ...

– São grandes homens! – gritava um rapaz exaltado.

Em redor as pessoas graves rugiam. Outras afastavam-se pálidas, vendo já suas casas na Baixa a escorrer de petróleo e a mesma Casa Havanesa presa de chamas socialistas. Então era em todos os grupos um furor de autoridade e repressão: era necessário que a sociedade, atacada pela Internacional, se refugiasse na força dos seus princípios conservadores e religiosos, cercando-os bem de baionetas! Burgueses com tendas de capelistas falavam da “canalha” com o desdém imponente de um La Tremouille ou de um Ossuna. Sujeitos palitando os dentes, decretavam a vingança. (...)

De outro lado eram moços verbosos, localistas excitados que declamavam contra o velho mundo, a velha idéia, ameaçando-os de alto, propondo-se a destruí-los em artigos tremendo.

E assim uma burguesia entorpecida esperava deter, com alguns polícias, uma evolução social: e uma mocidade, envernizada de literatura, decidia construir num folhetim uma sociedade de dezoito séculos.”

Eça de Queiroz, O crime do padre Amaro.

Nenhum de nós pode fazer idéia do motivo por que me encontro aqui, nesta sala e neste momento, se não tiver presente que sou o único em funções de mando desde que a Nação, precisamente em Braga, foi alertada para nova vida, nos quarenta anos decorridos desde 28 de Maio de 1926. E se, nos dois primeiros anos me não couberam responsabilidades na governação, nos mais foram elas grandes e pesadas, pelo que posso dar testemunho válido da coisa pública neste período, curto para a história e longo para a vida. Longo e difícil.

A revolução do 28 de Maio herdou as consequências da primeira Grande Guerra, sofreu os duros embates da crise económica dos anos 30, (...).

Oliveira Salazar, Discurso no 40o. aniversário do 28 de Maio de 1966.

O nosso objectivo fundamental é a construção de uma democracia socialista, um tipo de sociedade como nunca existiu na nossa pátria.

Boletim do MFA, 27 de julho de 1975.

3.1 O colonialismo tradicional extemporâneo

Os portugueses, como é recorrentemente lembrado, foram os primeiros colonizadores europeus a pisar o solo africano, e foram os últimos a deixá-lo, devido a uma revolução que implodiu o “Império Ultramarino Português” edificado, em parte significativa de forma ficcional, pelo regime salazarista, sem que nem ao menos tivessem colhido os frutos, que seriam igualmente amargos para os colonizados, da transformação de sua dominação colonial tradicional em uma forma mais refinada, em moldes, de fato, imperialistas. Se não bastasse a extemporaneidade e o deterioramento da situação colonial em si – que pode ser bem aquilatada pela incisiva declaração de Agostinho Neto: “Nenhum movimento de libertação poderá alguma vez aceitar o projecto de federação dos territórios africanos com Portugal. Fomos colonizados desde 1482 e isso chega. Queremos a nossa independência completa”¹ –, deteriorava-se, também, a sua anacrônica sustentação ideológica, de tal modo que acabou por determinar a opção pela guerra colonial, a partir de março 1961, e, pior, pela sua manutenção prolongada, em um momento já bastante distante das sutis inflexões adotadas por outros colonizadores clássicos, como a França – que, contudo, tornara-se uma experiência fora de controle, mas, até por isso, devia ser tomada como indicador de um *cul-de-sac* histórico – a Inglaterra, a Alemanha e a Bélgica, como complemento do acordado na partilha levada a efeito na Conferência de Berlim, em 1884/1885,² onde, na verdade, a guerra em terras d’além mar teve início para Portugal.

António de Oliveira Salazar determinou lugar especial para o seu Império na construção de sua sustentação por longos 40 anos no poder. Imposta por um estado autoritário – gestado no ambiente decorrente de um golpe militar na frágil política republicana – que imprimiu um nível de repressão política equiparável às experiências fascistas e totalitárias, e que foi construído metódica e detalhadamente, como uma obsessão, a política colonial portuguesa caracterizou-se nos quatro primeiros séculos pelo parasitismo primário do colonizador e no seu último século pelo crescente arrendamento ao capital internacional dos seus domínios no território africano, constituídos por Angola, com o seu cobiçado enclave de Cabinda, Cabo Verde, Guiné-Bissau e

¹ Apud WOOLLACOTT, 1983. p. 1143. Esta declaração foi proferida, em maio de 1974, pelo líder do Movimento Popular de Libertação de Angola (MPLA), quando a independência das colônias ainda não estava claramente definida, dada as vicissitudes iniciais do processo revolucionário, provocadas fundamentalmente pela própria questão da independência das colônias.

² Cf. BRUNSCHWIG, 1972. p. 39-47 e OLIVER, 1994. p. 197-224.

Moçambique. No centro de tudo que diz respeito tanto ao salazarismo como à patética política colonial estiveram sempre os militares, e, particularmente, o exército.

Marcello José das Neves Alves Caetano, seu atemorizado sucessor, não teve competência política, se é que seria possível tê-la em um quadro de total deterioração dos *valores* salazaristas, para imprimir reformas efetivas, que garantissem uma solução negociada para a situação política interna do Império, o que implicaria necessariamente na solução da questão colonial. Os rápidos desdobramentos do combate no continente africano e as não menos rápidas complicações de ordem econômico-financeira do Império como um todo, em grande parte causadas pelo próprio conflito, acrescidos de pressões políticas internas e externas que se intensificavam cada vez mais levaram o país a um impasse

Por isso, a revolução de 74 inicia-se na Guiné-Bissau. O altamente significativo controle de grande parte do seu território pelo Partido Africano de Independência da Guiné e Cabo Verde (PAIGC), que possibilitou que, em 24 de setembro de 1973, fosse proclamada a sua independência, sendo a República da Guiné-Bissau logo reconhecida por 70 estados soberanos, e, em novembro, pela ONU, que na mesma resolução, como decorrência, condenou Portugal pela ocupação ilegal de parte das terras guineenses, instando-o a retirar suas tropas imediatamente, possibilitou condições únicas para a mobilização inicial de oficiais visando solucionar um conflito que eles conheciam melhor do que ninguém, que espoliou o país de uma vida política condizente com os rumos do Ocidente europeu após as revoluções do século XVIII, e, particularmente, após a Segunda Guerra, levando-o a uma deplorável anacronia no cenário internacional.

O alargamento dessa mobilização com a implantação de núcleos de militares visando o mesmo objetivo nas outras três colônias, faria com que estes portadores dos dramas causados pela sustentação de um projeto inviável, embalados pelos ventos de necessária mudança, cruzassem o Atlântico, agora na direção contrária ao fluxo colonizador, para libertar o centro político do Império e, por conseqüência, as suas colônias, de onde ironicamente saíram.

Mais uma vez os militares intervieram na vida política do país, só que desta vez para fazer, de fato, uma Revolução.

3.1.1 O salazarismo e a construção do futuro

Possivelmente, o melhor qualificativo para o que se constituiu na concepção de vida política para Oliveira Salazar seja a expressão *tépida obstinação solitária*. Na verdade, julgamos possível considerar que o objetivo almejado por ele com esmero e discrição, como um desejo supremo, em um desafio que, passo a passo, tornou-se uma contenda literalmente contra o mundo, era, descrendo em Lampedusa, impedir completamente qualquer mudança no país, para que nele continuasse tudo *sempre* exatamente no mesmo lugar. E isto, de certo modo e, em termos políticos, paradoxalmente sem segredos, porém, com algum mistério.

Os instrumentos para que tal pretensão se tornasse exitosa foram forjados desde o início de sua longa trajetória no poder, entre sua posse, em abril de 1928, como Ministro das Finanças do governo estabelecido em 28 de maio de 1926, após um golpe de estado militar, que, de fato, selou por 48 anos o destino da débil e curta aventura republicana, e julho de 1932, quando assume a presidência do ministério, na qualidade de primeiro civil a ocupar esse cargo, após oito governos sob a autodenominada “Ditadura Militar”.³ Talvez, esses instrumentos tenham-se renunciados para ele até mesmo antes, quando logo após o golpe, no primeiro ministério, assumiu a mesma pasta por cinco dias, efetivamente.⁴ Mais tarde, bem mais tarde, quando em discurso comemorativo do quadragésimo aniversário do 28 de Maio, deixará uma pista que pensamos permitir tal suposição:

“Na fase inicial e ainda profundamente inquieta que se viveu de 26 a 28, fui Ministro das Finanças durante uns quatro dias, e também me afastei por motivo inverso: foi por verificar que as hesitações do momento político não davam a qualquer esforço a menor garantia de êxito. Dessa passagem pelo governo só me ficou uma dúvida, que ainda persiste no meu espírito: – o homem que hoje imortalizamos no bronze, pela sua bravura e qualidades de chefe militar, poderia ou não ser o condutor da nova política nacional?”⁵

³ Cabem aqui duas observações. Primeiro, em uma época e em uma terra onde o direito cumpria (e ainda cumpre) papel extraordinário, a qualificação de “ditadura” para a “Revolução” fica respaldada pela tradição de Roma, embora não correspondesse ao instituto romano original, além de propiciar um sabor especial pelo seu sentido ambíguo, que pôde ser detectado no decorrer do salazarismo. Em segundo lugar, e sem entrarmos nos escaninhos classificatórios das formas de governo, devemos esclarecer que a República Portuguesa adotou em sua primeira constituição, em 1911, o sistema semipresidencialista de governo, talvez por reproduzir, em termos, o ambiente político da monarquia. Em 1926, tal sistema permaneceu, e, a bem da verdade, perdurou, ainda que apenas formalmente, sob Salazar, até mesmo para o seu conforto político. Tal sistema também vem sendo mantido após a Revolução de 74. Cf. AUGUSTO, 1999.

⁴ MORAIS; VIOLANTE, 1986. p. 22 e 23. Devemos observar que ao longo desta 3ª parte utilizaremos com bastante frequência o livro desses dois autores – *Contribuição para uma cronologia dos factos económicos e sociais – Portugal 1926-1985* –, uma vez que, com bastante apuro, cumpre o seu propósito, facilitando em muito o enquadramento das questões de fundo.

⁵ SALAZAR, 1967. p. 434-5. O militar em questão é Gomes da Costa, que, em 26, como General Comandante em Chefe do Exército Nacional, partilha a chefia do golpe de estado com um comandante e outro general, Fragoso Carmona, sendo que este ocupará, em junho, a Presidência do Ministério, após a prisão e desterro, justamente, do homenageado, e, em março de 28, é eleito presidente da república, de onde só sairá morto, em 1951, aos 81 anos!

Naquele momento, a fraqueza política do governo e a dúvida quanto ao êxito, certamente, fizeram com que Salazar respondesse casmurrantemente, bem a seu estilo, que o homem adequado para conduzir a “Revolução Nacional”, como foi denominado o resultado do golpe, era ele próprio, como respondeu, afinal, ao deixar a pergunta sem resposta, quando a formulou, quarenta anos depois.

De qualquer modo, o que queremos enfatizar é que, ao assumir a chefia do governo em 32, estava praticamente estabelecido o arcabouço jurídico fundamental para o exercício da ditadura em outras bases, sem hesitação e com certeza de êxito. Para tanto, julgamos que foi indispensável a ininterrupta trajetória político-administrativa de Salazar nos quatro anos anteriores, mantendo-se nos quatro governos instalados.

Em seu discurso de posse como Ministro das Finanças, em 28, impositivamente intitulado “Condições da reforma financeira”, institui, talvez para que o tom não fosse perdido, o que posteriormente chamou de “ditadura financeira”, a partir de quatro pontos que, na realidade, viriam a possibilitar o controle de todas as receitas e despesas, e conseqüentemente, todo o fluxo econômico-financeiro do governo, ressaltando – ou advertindo? –, porém, que estava unanimemente respaldado pelo Conselho de Ministros. Logo abaixo de seus mandamentos, enuncia o seu propósito como sendo o de todos e definitivo: “Estes princípios rígidos, que vão orientar o trabalho comum, mostram a vontade decidida de regularizar por uma vez a nossa vida financeira e com ela a vida econômica nacional”.⁶ No mês seguinte, ao traçar o rumo da política orçamentária e também suas diretrizes orientadoras, advoga a necessidade de que o estado venha a concentrar o potencial financeiro da nação, para que possa investir em serviço público, desde que o equilíbrio orçamentário seja obtido a qualquer custo. Para realçar sua pertinácia, anuncia que sua meta é obter um saldo nas contas públicas da ordem de um milhão e seiscentos mil escudos no ano fiscal de 1928/29, embora no exercício anterior o déficit tenha alcançado 389 milhões de escudos. E, para iniciar uma série de medidas saneadoras das finanças do estado, estipula um imposto progressivo, que chamou de “Salvação Pública”, a ser aplicado aos salários dos funcionários públicos da administração direta e indireta.⁷ Em agosto de 29, ao apresentar o resultado do seu primeiro ano de gestão da economia do país, pede “humildemente perdão aos discordantes” de sua orientação financeira por ter conseguido um saldo positivo de apenas 300 milhões de escudos...

⁶ SALAZAR, 1939. p. 5.

⁷ Cf. MORAIS; VIOLANTE, 1986. p. 30-1.

Há um traço em Salazar, condizente com a falta de estofo teórico que consubstancie algo que possa ser chamado, em jargão da época, de “doutrina salazarista”, caracterizado pelos princípios que ele enuncia, convenientemente de quando em quando, e que contêm, em sintonia com sua forte formação e militância católica, algo de evangélico. A aparição pública do primeiro desses princípios se dá em outubro de 29, no discurso cujo título já por si é um ideário, “Política de verdade, política de sacrifício, política nacional”, onde estabelece: “Nada contra a Nação, tudo pela Nação”.⁸ Neste caso, de certa forma, até incorpora um conceito caro às ideologias à direita, até por isso, será exaustivamente repetido por quase 50 anos. Por outro lado, em novembro deste ano, um eterno amigo de Salazar desde os tempos da Universidade em Coimbra, Gonçalves Cerejeira, é elevado à Cardeal Patriarca de Lisboa. Assim, por obra do acaso, que, neste caso, chamava-se Pio XI, Salazar tem, também antecipadamente, o necessário e fiel apoio da Igreja.

O ano de 1930 propicia, logo em seu início, uma experiência decisiva para Salazar e sua concepção de futuro para Portugal, em janeiro, quando da instalação do sétimo governo da Ditadura Militar, ele assume interinamente o Ministério das Colônias, além, é claro, de permanecer à frente do das Finanças. A nova pasta, na qual ficará até o final de julho, poderia apenas representar um encargo governamental a mais por razões políticas ou administrativas, caso não atravessassem as colônias, e particularmente Angola, séria crise na economia, e, também, não tivesse sido aprovado pelo governo, no início do mês de sua saída desse posto, um novo dispositivo constitucional para as colônias, o “Acto Colonial”. Sobre sua importância, no final de 1954, Salazar, em passagem exemplar quanto à dimensão do que já naquela época pretendia para o futuro de Portugal, observará:

“(…) daquele diploma deduzem-se três grandes linhas de orientação: maior concentração de poderes (...); forte reivindicação de ordem nacional em relação a interesses que no Ultramar se incrustam com laivos de dependências políticas inconvenientes; um pensamento de integração e coordenação das partes em todo mais coeso (...); a própria ideia de Império que escandalizou alguns e mais tarde se sacrificou, trouxe aos espíritos uma noção de unidade e um sentimento optimista de grandeza, indispensável para estimular energias e arredar-nos da mornidão e ticanhez que ameaçavam continuar a estiolar pensamentos, planos e esforços (...)”.⁹

Ainda em 30, por ocasião da comemoração do quarto aniversário do movimento militar, o presidente do ministério pronuncia-se pela necessidade de “preparação electiva da nova ordem constitucional com a organização política civil que possa manter e continuar a obra da Ditadura”,

⁸ SALAZAR, 1939. p. 34.

⁹ Apud MORAIS; VIOLANTE, 1986. p. 40.

enquanto Salazar pronuncia o discurso principal, com mais um título-guia significativo, “Ditadura administrativa e revolução política”, e no qual, apenas indiretamente, referia-se a uma tal necessidade: “(...) a Ditadura deve resolver o problema político (...).¹⁰ Iniciava-se, naquele momento, a arrancada para a elaboração do instrumento mais importante para o futuro político do país sob suas ordens. Observe-se, que a idéia não é externada por ele, e que o enunciado da proposta é obscuro, mas, atendia antecipadamente ao que foi elaborado depois. Considerando que Salazar não empregava palavras em vão, pode-se depreender, já aqui, que a política para ele era, na verdade, um “problema”.

Acrescente-se a esta atenção especial dada à política, o fato de, no final de julho, o governo ter reunido os representantes de todos os distritos e conselhos do país – que, não esqueçamos, sempre foi um estado unitário – para anunciar que resolveu “promover uma liga patriótica denominada União Nacional, que, afirmando a necessidade de continuar a Ditadura à frente da República Portuguesa até se ultimarem as bases da reorganização de Portugal, será constituída nos termos (...)”.¹¹ Criava-se então uma das sustentações do salazarismo no âmbito da sociedade civil; sintomaticamente, nessa mesma reunião, Salazar expõe seus “Princípios fundamentais da Revolução política”, antecipando o espírito da próxima constituição, pela demarcação de uma opção ideológica distinta tanto do liberalismo quanto do socialismo, ideologias, no mínimo, estimuladoras da desordem, e, sobretudo, pela execração do parlamento:

“(...) Não há Estado forte onde o Poder Executivo o não é, e o enfraquecimento deste é a característica geral dos regimes políticos minados pelo liberalismo individualista ou socialista, pelo espírito partidário e pelos excessos e desordens do parlamentarismo. O princípio salutar da divisão, harmonia e independência dos poderes está praticamente desvirtuado pelos costumes parlamentares e até por normas insertas nas constituições relativas à eleição presidencial e à nomeação dos Ministros. Essas normas vêm sujeitando, de facto, o Poder Executivo ao Legislativo, exercido por maiorias variáveis e ocasionais, e à mercê também de votações de centros partidários estranhos aos poderes públicos”.¹²

No ano seguinte, 1931, o tom das comemorações do quinto aniversário da “Revolução” mostra uma inflexão antecipatória de uma certa mística salazarista, ao denunciar a maçonaria e o comunismo. Em setembro, “iniciando a tarefa de lançamento das bases da futura democracia portuguesa”, o governo cria o Conselho Superior de Economia Nacional, que tem como objetivo precípua “moldar a constituição e funcionamento dos organismos respectivos das

¹⁰ Apud MORAIS; VIOLANTE, 1986. p. 40.

¹¹ Apud MORAIS; VIOLANTE, 1986. p. 41.

¹² Apud MORAIS; VIOLANTE, 1986. p. 41.

profissões e de interesses económicos dos grandes grupos de actividade”,¹³ e que se divide em cinco conselhos setoriais: agricultura, comércio, indústria, colónias e trabalho. Este documento, que tem no seu texto a marca de Salazar, talvez seja o primeiro documento de carácter mais corporativo desse período anterior a sua ascensão à chefia do governo, como mostra a impressionista passagem a seguir:

“Dá assim aos elementos humanos da produção uma solidariedade que não tinham, uma força de actuação directa e de representação na vida geral do país de que quase não dispunham, uma formação unitária que lhes faltava.

Esta organização será o alicerce sobre que se levantará a nova democracia portuguesa que, ao contrário da antiga, procurará ser construtiva, não se deixando abandonar a todas as forças da desordem, actuando em virtude de um pensamento mais vasto, progressivo e nobre do que a simples realização da vontade da maioria expressa por um sufrágio viciado pelos processos de recenseamento e pela forma de apuramento dos eleitos. Neste sentido a organização que se prescreve é estruturalmente anti-revolucionária: dará aos que nela colaborarem a certeza do limitado poder de acção do homem, da fraca possibilidade de modificar as coisas sociais tornando-os modestos nas suas aspirações e fazendo-os esperar resultados sérios apenas da lenta transformação das almas.

Estamos é claro dentro da pura ordem económica e nela se afirma como princípio essencial a liberdade de iniciativa e de trabalho – o que claramente significa que a democracia, que no seu aspecto económico tentamos organizar agora, não as pode destruir mas apenas limitar nos termos que a própria lei estabelece no interesse da ordem de vida em comum”.¹⁴

O ano de 1932 é decisivo para o futuro do país, e maio é o mês no qual ele é conformado. No início do mês é anunciado que o Conselho Político do governo aprovou um projeto de Constituição Política, sendo nomeada uma comissão para redigi-la em carácter definitivo, tarefa que se conclui antes do final do mês, pra que no dia da comemoração do sexto aniversário da Ditadura ele fosse publicado, “para ser livremente discutido, recebendo o Governo todas as sugestões que tenham por fim aperfeiçoar o referido projecto”.¹⁵ De fato, no dia 28, o texto foi divulgado pela imprensa, juntamente com um relatório do Conselho Político que o justificava, isto, um dia após terem sido divulgados os estatutos da União Nacional (UN). Desse modo, iniciava o governo o processo de legitimação da nova Carta, aceitando sugestões para, notemos bem, aperfeiçoá-la, afinal, ela regeria o futuro do país, que seria capitaneado por Salazar, para quem, pelo que vimos até aqui, êxito significava *para sempre*.

No seu discurso no dia da comemoração, o presidente da república prestou homenagem aos que tombaram na defesa da Ditadura em fevereiro de 1927, naquele transcurso de “hesitações”, do qual Salazar se permitiu não participar. Por sua vez, Salazar intensificou uma

¹³ Apud MORAIS; VIOLANTE, 1986. p. 44.

¹⁴ Apud MORAIS; VIOLANTE, 1986. p. 44.

¹⁵ Apud MORAIS; VIOLANTE, 1986. p. 50.

outra frente do lastro que vinha construindo, homenageando o Exército em discurso – “O Exército e a Revolução Nacional” – no qual a disciplina e a força organizada que afastaram os obstáculos e sustentaram a implantação do “Poder Novo” no país foram reconhecidas como características únicas daquela corporação, com palavras como “Honra”, e expressões como “Destino da Pátria” e a citada, que acentuava o *novo* poder, em maiúsculas.¹⁶ Afinal, além de ele ter recebido na oportunidade a mais alta condecoração das forças armadas, foram elas que o chamaram para implantar o “Poder Novo”, após mais um exercício de disciplina e de força organizada, com o golpe de 28 de Maio. A bem da verdade, um exercício típico do exército português, pois, desde a implantação da República, em 1910, até a Revolução de 1974, ocorreram 59 intervenções militares na vida política, das quais 44 se deram antes de 1934.¹⁷

Dessa forma, quando em 05 de julho Salazar é nomeado para a presidência do ministério, sem deixar a pasta das finanças, naturalmente, – na qual permanecerá até agosto de 40 –, estará, como gostam de dizer os portugueses, sobraçando a constituição do “Estado Novo”, contendo a estrutura e as diretrizes formais para a implantação deste *definitivamente*, como possível e acertadamente ele próprio imaginava. É verdade que essa carta sofreu algumas emendas ao longo dos anos, aliás, uma possibilidade prevista em seu corpo original, mas, todas no sentido de *aperfeiçoá-la*. Porém, uma em especial imprimiu um aperfeiçoamento fundamental e necessário, que foi a reestruturação da política colonial, mas isso será abordado adiante.

Há quem argumente que esta constituição, como resultado do trabalho de uma comissão, o Conselho Político, que no início de 1932 foi rearranjado no sentido de contemplar as diferentes tendências políticas que apoiaram o movimento de 28 de Maio, espelhava as idéias desse espectro,¹⁸ sendo Salazar apenas mais um de seus integrantes. Não obstante a elaboração do projeto por um órgão colegiado, consideramos que sua perfeita adequação aos tempos futuros, ao próprio salazarismo, denunciou o controle do delfim sobre o texto final.

Para se ter a dimensão do papel consolidador da nova carta, basta-nos referir o fato de que ela incorporou integralmente os quatro pontos constitutivos da “Ditadura Financeira” imposta por Salazar ao assumir o Ministério das Finanças em 1928, até porque, de lá para adiante, as contas nacionais só apresentaram saldos positivos, cumprindo, plenamente, e com total êxito, a tarefa que lhe foi confiada. Quanto à sua estruturação geral, garantidora da manutenção deste êxito, o artigo 5º é claro:

¹⁶ Cf. MORAIS; VIOLANTE, p. 50.

¹⁷ Cf. SERRA; MATOS, 1982. p. 1168. Com toda a dificuldade que cerca a realização deste tipo de levantamento, os dados parecem confiáveis, pelo menos, se nos basearmos na extensa lista de fontes consultadas.

¹⁸ Cf. GEORGEL, 1985. p. 127.

“O Estado português é uma República unitária e corporativa baseada na igualdade dos cidadãos perante a Lei, no livre acesso de todas as classes aos benefícios da civilização e na interferência de todos os elementos estruturais da Nação na vida administrativa e na feitura das leis.”

Contudo, faltava ainda um instrumento tão importante quanto a constituição para um estado corporativista, aquele que regula a produção, pela regulação do trabalho. Por isso, em setembro de 33, pouco mais de cinco meses depois do início da vigência da nova constituição, portanto, algo que já vinha sendo gestado juntamente com a redação desta, é promulgado o Estatuto do Trabalho Nacional. Como não poderia deixar de ser, pelos ventos que varriam a Europa desde a década anterior, e, principalmente, para uma arquitetura política carente de originalidade, o Estatuto assemelhava-se “exactamente, pela sua natureza, estrutura e finalidade, à *Carta Del Lavoro* italiana”, segundo Marcello Caetano.¹⁹ Vale ressaltar que, em 1930, Portugal recusara-se a assinar a resolução final da 29ª Convenção da Organização Mundial do Trabalho, dedicada ao trabalho forçado e obrigatório.²⁰

No mais, muitos discursos, “notas políticas” e “notas officiosas”, estas uma marca do político Salazar, e dispositivos não menos importantes para um estado com tal natureza, mas que pelo seu teor aconselhavam, na medida do possível, maior discricção, e que vão sendo tomadas com zelo progressivo, tais como:

[i] No início de 1933, em março, tendo em vista a realização do “Plebiscito Nacional” sobre a nova carta, em uma sessão da União Nacional, Salazar, a propósito de defender os “Conceitos econômicos da nova constituição”, ataca duramente os princípios orientadores do liberalismo e do socialismo. Três dias depois, a “Constituição Política da República Portuguesa” foi formal e *unanimemente* legitimada pela população, com 97% dos votos dos eleitores do continente, das ilhas e das colônias. Resultado previsível, mas que, de qualquer modo, para quem queria garantias de êxito *em tudo*, nada mal contar as abstenções como votos de aprovação, embora o comparecimento fosse obrigatório; assim se procedeu. Por falar em êxito, no início de 33, Salazar inicia o clássico trabalho de propaganda que governantes com seu perfil ideológico e seus propósitos preocupam-se em fazer, crendo mesmo que é fundamental para o sucesso do seu projeto. Lança, então, uma edição alentada para o nível educacional do país de uma compilação de uma série de entrevistas, modalidade também clássica de apresentação de literatura para tal

¹⁹ Apud MORAIS; VIOLANTE, 1986. p. 52.

²⁰ Cf. MORAIS; VIOLANTE, 1986. p. 42-3.

fim, que teve como título o óbvio, *Salazar, o Homem e a Obra*. Livro financiado pelo estado, com edições no exterior ao longo da década, sendo que a francesa foi prefaciada por Paul Valéry e a italiana foi recomendada, diretamente, pelo *Duce*.²¹ É uma peça exemplar, significativa, sobretudo, pela forma, por ser absolutamente claro, e impressionante, quanto ao seu destino futuro, pela resignação cristã, pelo carácter contra-revolucionário e pelo papel relutantemente demiúrgico a que se outorga:

“Este homem que é governo, não queria ser governo. Foi deputado; assistiu a uma única sessão e nunca mais voltou. Foi ministro; demorou-se cinco dias, foi-se embora e não queria mais voltar. O Governo foi-lhe dado, não o conquistou ao menos à maneira clássica e bem nossa conhecida: não conspirou, não chefiou nenhum grupo, não manejou a intriga, não venceu quaisquer adversários pela força organizada ou revolucionária. Não se apóia aparentemente em ninguém e dirige-se amiúde à Nação, entidade bastante abstracta para apoio eficaz. Tem todo o ar de lhe ser indiferente estar ou ir: em todo o caso, está. Está e há tanto tempo e tão tranqüilamente como se ameaçasse nunca mais deixar de estar. Suporta os trabalhos do governo, sofre as injustiças, os insultos dos desvairados, os despeitos, as raivas dos impotentes. Vai engulindo, de quando em quando, a sua conta de sapos vivos, comida forçada de políticos, segundo Clemenceau. E está, e fica.

A origem militar da Ditadura portuguesa dará sempre à nossa revolução uma característica especial. Aqui não foi um partido, uma força revolucionária que se apoderou do poder, foi o Exército, órgão da Nação que interveio para criar as condições necessárias à existência de um governo nacional e contra os partido (...).²²

[ii] Em abril desse mesmo ano, dá-se a institucionalização da censura prévia à imprensa, às publicações periódicas e às publicações que abordassem temas políticos e sociais; e, regula-se, também, “o livre exercício do direito de reunião para fins não contrários à Lei, Moral e ao Bem público”.²³

[iii] Em meados do ano, um importante passo simbólico, a realização em Lisboa da “1ª Conferência Imperial”, com a participação de todos os governadores das colônias.²⁴ Esta reunião, na verdade, transcende o simbolismo, pois, Salazar externou em seu discurso – “A Nação na política colonial” – que desejava que fosse “uma solenidade certamente única na história moderna da nação portuguesa e que o Governo deseja que fique marcando com relevo o sentido da sua política colonial”.²⁵ A pretexto da necessidade de se enquadrar a política colonial do governo no espírito do Acto Colonial que foi integrado à nova constituição, ele pretendia iniciar a viabilização econômico-financeira do Império como um todo.

²¹ Cf. MORAIS; VIOLANTE, 1986. p. 54.

²² Apud MORAI; VIOLANTE, 1986. p. 54.

²³ Cf. MORAIS; VIOLANTE, 1986. p. 55.

²⁴ Cf. MORAIS; VIOLANTE, 1986. p. 55.

²⁵ SALAZAR, 1939. p. 229.

[iv] Na seqüência da promulgação do Estatuto do trabalho, são estabelecidos, em setembro, as diretrizes a que devem obedecer os “Grêmios Diferenciados Obrigatórios do Comércio e Indústria”, devendo estes “subordinar os respectivos interesses aos interesses da economia nacional em colaboração com o Estado e com os órgãos superiores da produção e do trabalho, e repudiar simultaneamente a luta de classes e o predomínio de plutocracias”.²⁶ Isso mesmo, tanto pobres conscientes, como ricos no poder eram problemas. Também em agosto, é normatizada a reorganização dos “Sindicatos Nacionais”, seguindo a mesma linha, como, por exemplo, vedando a filiação e qualquer relação, principalmente financeira, dessas entidades, que são facultativas, com organismos internacionais; e, ainda, é autorizada a criação de “Casas do Povo”, visando a organização da cooperação social, porém afastadas de qualquer “atividade política ou social contrária aos interesses da nação e à Constituição do Estado”.²⁷

[v] No mês do outubro, Salazar apresenta ao Conselho de Ministros um elenco de medidas que carecem, segundo ele, de urgente aprovação, o que se entende, pelo grau que impõem à intensificação do corporativismo: “organização da mocidade em bases patrióticas e revisão, para o efeito, dos livros escolares; leccionação do Direito Corporativo nas Faculdades; afastamento de elementos activos contra a Situação do funcionalismo público; aceleração do processo de institucionalização do corporativismo; regulamentação da Imprensa; isolamento de elementos sediciosos numa colónia penal a criar em Cabo Verde; apresentação à opinião pública de actos políticos imediatos como o Código Administrativo, promulgação de leis eleitorais para autarquias locais e órgãos de soberania; realização de eleições”.²⁸ Nessa altura, acirram-se as divergências entre o governo e os nacionais-sindicalistas, agremiação à direita, francamente simpática a Hitler, que não queria se submeter nem à União Nacional nem à legislação corporativa sindical, por achar Salazar um governante fraco, destituído de carisma e liderança. Pelo seu carácter ideológico, Salazar é relativamente condescendente com o persistente Movimento Nacional-Sindicalista, entretanto, seu líder maior, Rolão Preto, que chegava a se caracterizar tal qual o seu mentor ideológico, resolveu protestar diretamente a Salazar, que, naturalmente, usou sua propalada *fraqueza* para colocá-lo na fronteira com a Espanha e dissolver o Movimento, sob alegações que balizariam a repressão a tentativas semelhantes ocorridas posteriormente: inspiração no estrangeiro; adoção da “ação direta”; e, principalmente, um comportamento partidário, portanto, desagregador. Aliás, no final de 32, quando da tomada de posse da Comissão Central e da Junta Consultiva da União Nacional, Salazar em seu discurso –

²⁶ Apud MORAIS; VIOLANTE, 1986. p. 52.

²⁷ Apud MORAIS; VIOLANTE, 1986. p. 53.

²⁸ MORAIS; VIOLANTE, 1986. p. 56.

“As diferentes forças políticas em face da Revolução Nacional” – foi claríssimo quanto ao caráter exclusivo e centralizador da ação política na sociedade civil por parte dessa entidade fundamental para o êxito do regime, vedando inclusive, nomeadamente, qualquer prerrogativa de ação política ao Centro Católico Português, no qual militou ativamente. Já que desagradaria profundamente sua base de apoio católica, aproveitou para afirmar a necessidade de distanciamento da Igreja das ações do estado.²⁹

No ano de 1934, em abril, Salazar procede à primeira avaliação de sua real força política ao ensaiar um pedido de demissão do governo, alegando que o presidente da república estava manobrando contra o seu desempenho na presidência do ministério, uma vez que reclamara que o próprio Salazar deliberadamente estava contribuindo para o seu desprestígio pessoal e político. Como o imbróglio avolumou-se o presidente Carmona apressa-se em desmentir publicamente o episódio, e o ministério protesta apoio incondicional a Salazar, que, desse modo vence a crise. Antes de abril findar, Salazar, em discurso intitulado “O espírito da Revolução”, trata olímpicamente da questão e reafirma o lugar que reserva em sua concepção de mundo para a política:

“Da altura em que o projeto deve ser examinado não se vêem bem – acreditem – as susceptibilidades pessoais, os interesses mesquinhos, as rivalidades, os grupos e os partidos. Só a Nação se distingue e conta na sua vida, nas suas necessidades e no seu desejo de progresso; e daí ter-se ensaiado arrojadamente essa política *sem política* ou, melhor, esse Governo *sem política*, que pareceu a muitos uma loucura e foi para todos uma felicidade”.³⁰

Em maio, no primeiro congresso da União Nacional, ao contextualizar o Estado Novo português no quadro europeu, Salazar é claro quanto à sua caracterização:

“Numa palavra: o nacionalismo português para ser o que é pela Constituição, para ser conforme ao que é exigido pelas mais sãs tradições nacionais, tem de manter com pureza e desenvolver com lógica essas e outras ideias que, ao lado da concepção do Estado nacional e autoritário, são essenciais do Estado Novo”.³¹

E, fechando o seu discurso citando a si mesmo, caracteriza a ditadura política:

“As ditaduras não me parecem ser hoje parênteses dum regime, mas elas próprias um regime, senão perfeitamente constituído, um regime em formação. Terão inteiramente

²⁹ Cf. SALAZAR, 1939. p. 169-172.

³⁰ SALAZAR, 1939. p. 316. (Grifado no original).

³¹ SALAZAR, 1939. p. 338.

perdido o seu tempo os que voltarem atrás, assim como talvez também o percam os que nelas supuseram encontrar a suma sabedoria política”.³²

No final do ano, restava regular o essencial de um processo eleitoral que era necessário encenar, os requisitos para a condição de elegibilidade dos candidatos e a definição do colégio eleitoral, para cumprir exígua quota de democracia que manifestamente disporia o sistema político dali por diante. Afinal, não só a *nova* “Ditadura” precisava se legitimar formalmente, interna e externamente, como era necessário que as eleições tivessem êxito, e absoluto, para que fosse garantida a rotinização do processo e a *permanência* da “Revolução”. Nesse sentido, pelos critérios estabelecidos a inscrição de candidaturas tornava-se extremamente dificultada, principalmente pela adoção de medidas subjetivas – por exemplo, estavam impedidos os indivíduos “que têm ideias contrárias à existência de Portugal como Estado independente ou se opõem à disciplina social, tendo em vista a subversão violenta das instituições e a ruína dos princípios fundamentais da sociedade”³³ – sem falarmos, naturalmente, na ação permanente de repressão implacável sobre cidadãos manifestamente oposicionistas, na avaliação do governo, bem entendido, assim como, a limitação do corpo de eleitores, tanto pela adoção de critérios também pouco objetivos como pela mesma ação repressiva. De qualquer modo, como medida preventiva, adotou-se um sistema eleitoral utilizado na Itália, criado por um subsecretário de estado de Mussolini...

Dessa forma, em meados de dezembro, sem lista das oposições, se realizou a primeira eleição para a Assembléia Nacional (AN) apenas com a lista da União Nacional, que, portanto, elegeu seus 90 candidatos. Êxito total!

Em dezembro, ainda, é completada estrutura corporativa prevista na Carta do Estado Novo, sendo definidas as bases de constituição da Câmara Corporativa pelo Conselho Corporativo. Salazar, no início do mês, aborda o tema – “A constituição das Câmaras na evolução da política portuguesa” – , e mais uma vez marca posição quanto ao seu grau de tolerância para com oposições:

“Comprendemos homens independentes, não filiados em organizações políticas, a trabalhar lealmente, a concordar ou discordar deste ou daquele ponto. Mas oposições, mesmo combinadas, mesmo simpáticas, mesmo amigas, mesmo a discutir e votar contra por sistema, à espera de problemática sucessão, são filhas do passado, legítimas ou explicáveis nos conceitos então vigentes, impossíveis de integrar na nossa filosofia política”.³⁴

³² SALAZAR, 1939. p. 346.

³³ MORAIS; VIOLANTE, 1986. p. 61.

³⁴ SALAZAR, 1939. p. 384-5.

Este discurso, além de conter importantes passagens quanto à crítica de Salazar ao liberalismo, e, especificamente, sobre os problemas da representação política nas democracias ocidentais, chegando a afirmar que em vinte anos, se não ocorresse “qualquer retrocesso na evolução política”, a Europa já não teria mais Assembléias Legislativas, embora acreditasse na continuidade das “assembleias puramente políticas”, contém uma particularidade também importante, pela primeira vez ele utilizou a radiodifusão, falando para todo o país, ou melhor, para todo o Portugal continental. Os dois trechos a seguir podem nos dar uma razoável idéia da utilização que ele viria a fazer desse instrumento, não fugindo à regra instaurada, com o desenvolvimento da radiofonia, por outros regimes autoritários ou não. No primeiro segmento, que é o início do discurso, que foi realizado na sede da União Nacional, utiliza-o para denotar a grandeza daquele momento, porém, de um modo que o coloca maior do que o próprio acontecimento:

“Se não falhar este pequeno aparelho que parece estremecer às menores vibrações da minha voz, eu estarei falando neste momento à maior assemblea que em Portugal alguma vez se congregou a escutar a palavra de alguém”.³⁵

No outro, procede com a mesma empáfia, porém, dissimulando-a em uma falsamente grandioza dificuldade, e distorce uma idéia para propagandear o que não se praticava no âmbito das liberdades.

“É tempo de dar por findas estas considerações. Há quatro dias, ainda eu não sabia bem o que havia de dizer-vos, pude ver anunciado que vos faria um ‘discurso magistral’. Comprometeu-me gravemente o jornalista, antecipando o seu juízo ousado; e, se não fosse estarmos habituados a estes frutos da liberdade de imprensa, o programa intencionalmente amável ter-me-ia criado dificuldades sérias”.³⁶

E o “Poder Novo” estava só começando; mas, a partir de agora, estaria também no ar.

Com a reeleição do presidente Carmona, em fevereiro de 1935, podemos considerar que o fundamental da estruturação e dos procedimentos políticos, seus instrumentos de controle total do estado e, por decorrência, do país, enfim, estão testados e aprovados. A AN, para mostrar para o que tinha sido eleita, tem como proposta de um dos primeiros projetos a ser analisado a proibição da existência de associações secretas no país. Sem comentários... apenas a informação de que o projeto foi aprovado por unanimidade e de que seu autor declarou que

³⁵ SALAZAR, 1939. p. 367.

³⁶ SALAZAR, 1939. p. 386.

visava, principalmente, a Maçonaria, que acusava de constituir “um elemento de perturbação e dissolução, na sua clandestinidade e no seu culto do individualismo liberal”.³⁷

O longo percurso, contudo, talvez tenha sido menos tranquilo do que, possivelmente, Salazar imaginou em 35. Como ocorre caracteristicamente com os regimes autoritários, e por conta exatamente da redoma político-social construída para a sua proteção, as tentativas de golpes palacianos, e não só, e, simultaneamente, a crescente intensificação da repressão como uma necessidade que se auto-alimenta, acabam por obrigá-los a *aperfeiçoamentos* contínuos, em intervalos de tempo cada vez menores, e visando, cada vez mais, concentrar poderes no executivo. No Portugal salazarista não foi diferente. Por um lado, nesse período ocorreram quinze intervenções militares na vida política, das quais treze foram tentativas de golpe enquanto Salazar estava à frente do governo, e das outras duas ocorridas no período de Marcello Caetano, uma foi o próprio 25 de Abril.³⁸ Por outro, a rápida evolução da repressão política, e a necessidade de permanente proteção do núcleo rígido do poder, que, nesse caso se personificava em Oliveira Salazar, fez com que no seu auge, que julgamos poder, sob este aspecto e conservando as necessárias proporções, ser equiparado às experiências fascistas e totalitárias, o Estado Novo, um estado unitário – forma de organização que, em termos, otimiza o aparelho repressivo –, transformasse o judiciário em uma ficção e a polícia em uma cruel realidade. A partir da “necessidade de proteção do Estado”, principalmente pela instauração dos “processos de segurança”, conduzidos, na prática, pelo aparelho policial, que podia, evidentemente, transformar qualquer questão em uma questão política. Ao longo do salazarismo foram criadas seis corporações armadas para agirem no âmbito policial, mas, com especial esmero nos assuntos políticos, visando a *manutenção da ordem*, sendo que a polícia secreta, como eram chamadas naquele tempo, surge como “polícia de informação”, logo depois, em 34, acompanhando a rigidez do regime, transforma-se em Polícia de Vigilância e de Defesa do Estado (PVDE), no

³⁷ MORAIS; VIOLANTE, 1986. p. 63. A propósito, Fernando Pessoa escreveu um artigo sobre a situação da maçonaria portuguesa frente a esse projeto: “Estreou-se a Assembléia Nacional, do ponto de vista legislativo, com a apresentação, por um deputado, de projecto de lei sobre ‘associações secretas’ (...). Dada a latitude desta definição e considerando que por ‘associação’ se entende um agrupamento mais ou menos permanente de homens, ligados por um fim comum, e que por ‘secreto’ se entende o que, pelo menos parcialmente, se não faz à vista do público, ou, feito, se não torna inteiramente público, posso, desde já, denunciar ao Sr. José Cabral [deputado autor do projeto] uma associação secreta – o Conselho de Ministros”. (PESSOA, 1976. p. 568). Pessoa, aliás, em 1928, defendeu o regime instalado em 26, em *O interregno: defesa e justificação da ditadura militar em Portugal*, com três “Doutrinas”: [1] “No nosso caso, porém, precisamente o que falta é um regimen. Tem pois a Força Armada que ser ela mesma o Regimen; tem que assumir por si só todo o Poder”; [2] “Os governantes naturalmente indicados por um Estado de Transição são, pois, aqueles cuja função social seja particularmente a manutenção da ordem. Se uma nação fosse uma aldeia, bastaria a polícia; como é uma nação, tem que ser a Força Armada inteira”; [3] “Temos que apelar para uma força que possua um caráter social, tradicional, e que por isso não seja ocasional e desintegrante; há só uma força com esta caráter: é a Força Armada”. (Cf. PESSOA, 1976. p. 601-18).

³⁸ Cf. SERRA; MATOS, 1982. p. 1168.

pós-guerra, satisfazendo formalmente aos ventos democratizantes, passa a se chamar Polícia Internacional e de Defesa do Estado, a famosa, temida e toda-poderosa PIDE, e, finalmente, em 69, numa vã tentativa de se desenhovilhar da pecha que o nome carregava, Marcello Caetano a reorganiza com o nome de Direcção-Geral de Segurança (DGS).³⁹ Para que se tenha melhor dimensão de sua importância, inclusive de seu papel nas colônias, em 68, quando Caetano assumiu o governo, o efetivo da PIDE possuía cerca de 3.200 funcionários, com a seguinte lotação: 1.187 na metrópole e ilhas; 1.116 em Angola; 662 em Moçambique; 101 na Guiné; 40 em Cabo Verde; 28 na Índia; 26 em São Tomé; 8 em Macau; e 4 no Timor.⁴⁰

A este aparato devemos agregar duas importantes organizações de suporte ideológico e miliciano para o salazarismo, as quais, embora não sendo uma novidade em regimes semelhantes, pelo contrário, nestes funcionaram como matrizes para experiências como a lusitana, apresentavam características próprias que podem bem ilustrar a forma escolhida por Salazar para abrigar a indigência política a que haveria de condenar a população portuguesa, mormente a juventude. Referimo-nos a Legião Portuguesa e a Mocidade Portuguesa.

Já em 1930, estabelecendo os “Princípios fundamentais da revolução política”, e perante o primeiro escalão de toda a estrutura político-administrativa do país, Salazar considerava que:

“Portugal é um Estado que ama a paz, tem o espírito civilizador, colabora no fortalecimento da ordem universal, estigmatiza a guerra ambiciosa, perfilha a arbitragem para a liquidação das questões entre os Estados (...).
 (...)O estado tem o direito de promover, harmonizar e fiscalizar todas as actividades nacionais, sem substituir-lhes, e o dever de integrar a juventude no amor da Pátria, da disciplina, dos exercícios vigorosos que a preparem e disponham para uma actividade fecunda e para tudo quanto possa exigir dela a honra ou o interesse nacional”.⁴¹

Por outro lado, quando da comemoração dos 10 anos do golpe de 28 de Maio de 1926, em discurso cujo final sugere que ele passaria a contar o tempo de sua permanência no poder em décadas,⁴² Salazar externava mais uma vez de forma clara sua opinião sobre o povo português e a necessidade de que este fosse guiado politicamente:

“E surgem outros imperativos: no mundo, sem ódios, a Pátria; no Estado, com justiça, a autoridade.
 Nada valem filosofias e filósofos ou sonhos de sonhadores contra estas realidades. Simplesmente hei-de agora emendar a frase de comêço: não foi o povo que compreendeu o espírito da Revolução; foi a Revolução que soube interpretar o sentimento do povo”.⁴³

³⁹ Cf. ANDERSON, 1966. p. 12 e GEORGEL, 1985. p. 227-60.

⁴⁰ Cf. MORAIS; VIOLANTE, 1986. p. 204.

⁴¹ SALAZAR, 1939. p. 80-1.

⁴² Cf. SALAZAR, 1945. p. 141.

⁴³ SALAZAR, 1945. p. 138-9.

Estes nortes, quando aplicados à juventude, deveriam ater-se a um sentimento que considerasse que:

“É porém essencial que o espírito da mocidade seja por nós formado no sentido da vocação histórica de Portugal, com os exemplos de que é fecunda a história, exemplos de sacrifício, patriotismo, desinterêsse, abnegação, valentia, sentimento de dignidade própria, respeito absoluto pela alheia”.⁴⁴

Em linhas gerais, mas que contemplam o simplismo a que recorrentemente se reduzem as justificativas em regimes autoritários, estas foram as bases para a criação da Mocidade e da Legião, organizações mantidas sob rígida disciplina e dotadas de todo o simbolismo e aparatos que emolduravam a sua natureza reacionária e violenta. A primeira surge em maio de 36, um pouco como fruto da Acção Escolar de Vanguarda, organizada em 34. Esta entidade precursora, que, nas palavras do presidente do seu Conselho Diretivo, era uma “organização de doutrina e combate antiliberal e antimarxista ao serviço da Nação”, tinha como finalidade “colaborar ardentemente com a ditadura, no preciso momento em que se ergue a forte arquitectura do Estado Novo”.⁴⁵ Tais propósitos, que preenchiam perfeitamente as diretrizes salazaristas, foram transformados em algo mais sólido, capitaneado pelo próprio Ministro da Educação, a Organização Nacional da “Mocidade Portuguesa”, cujo regulamento, em seu artigo primeiro, dispunha que ela:

“(…) abrange toda a juventude escolar ou não, e tem por fim estimular o desenvolvimento integral da sua capacidade física, a formação do carácter e a devoção à Pátria, no sentimento da ordem, no gosto da disciplina e no culto do dever militar. Para cumprimento do disposto neste artigo, a MP promoverá a educação moral e cívica, física e pré-militar dos filiados, em harmonia com os princípios consagrados no artigo 16º do Regimento da Junta Nacional da Educação. A MP cultivará nos seus filiados a educação cristã tradicional do País, nos termos do parágrafo 3º do artigo 43º da Constituição Política, e em caso algum, admitirá nas suas fileiras um indivíduo sem religião”.⁴⁶

O seu fundador, ministro Carneiro Pacheco, ao saudar sua criação com o discurso “A formação da Mocidade Portuguesa e a defesa da Pátria”, também conservou clareza quando se referiu à finalidade da MP: “tendo em conta as circunstâncias especiais de sexo, de idade e até de lugar, a *Mocidade Portuguesa* há-de ser, pela estrutura e pelo método de acção, um instrumento maleável ao serviço do interesse nacional”.⁴⁷

⁴⁴ SALAZAR, 1945. p. 54.

⁴⁵ Apud ARRIAGA, 1976. p. 12.

⁴⁶ Apud ARRIAGA, 1976. p. 134-5.

⁴⁷ Apud ARRIAGA, 1976. p. 134.

A Legião Portuguesa, por sua vez, além desse mesmo espírito, possuía uma clara característica paramilitar. Também fundada em 36, mas diferentemente da MP, seu contingente compunha-se de uma força de caráter “voluntário e patriótico”, era caracteristicamente uma milícia civil, controlada pelo regime, e, como tal, se prestava a defendê-lo a qualquer preço, com a vantagem de possuir uma inserção diferenciada na malha burocrático-administrativa do estado. Cumpria fielmente o papel de caixa de ressonância do discurso salazarista, desempenhando a função de guarda-da-esquina do regime. Nas palavras de Salazar, num exercício de moralismo piegas, havia mesmo uma missão, pois

“A Legião tem de considerar-se e continuar a ser a expressão viva dessa consciência moral da Nação; afirmação clara de fé e da doutrina da Revolução Nacional; reserva das maiores dedicações e dos mais altos sacrifícios; aquela chama de virtudes cívicas e de compreensão dos novos tempos que ilumine toda a casa portuguesa”.⁴⁸

Realcemos que o embaixador inglês em Lisboa a época da criação dessas organizações, obrigado a acompanhar com particular interesse o desenrolar da vida política local, devido a antigos laços comerciais dos britânicos com a metrópole portuguesa e suas colônias,⁴⁹ oferece uma interpretação consistente para o surgimento um tanto tardio dessas entidades, particularmente da Legião. Observava ele que os segmentos que davam suporte a Salazar considerando instável a relação do mentor do regime com os militares, buscaram um caminho para constituição de um suporte relativamente autônomo em relação ao meio militar, de seguidores fiéis, visando garantir a sustentação e continuidade do regime até mesmo frente a uma forte ameaça fardada.⁵⁰ O diplomata possivelmente sabia de algumas das sete tentativas dos militares de intervir na política apenas no período 1930-34.⁵¹

Charles Wingfield notava, ainda, que a opção de Salazar por criar essas organizações, atinha-se, possivelmente, a uma estratégia de convivência com as forças políticas de direita, de modo a canalizá-las e dominá-las sob um aparato do Estado Novo, visando com isso administrar o desgaste frente a grupos radicais. Entretanto, apontava para uma particularidade no caso português relativamente à criação dessas organizações, uma vez que elas não foram fundadas

⁴⁸ SALAZAR, 1943. p. 161-2.

⁴⁹ A mais antiga referência documentada a Portugal na literatura inglesa é o poema *Libelle of Englyshe Polhytye*, escrito em 1436, que se refere a transações comerciais: “Acerca das mercadorias de Portugal / Vendem-se em muitas terras as mercadorias vindas de Portugal. / Os portugueses, cujas mercadorias vêm muito para Inglaterra, / têm a nossa confiança. / Eles são nossos amigos e negociam connosco, / e, nós os Ingleses, transitamos no seu país, / a terra deles tem vinho, vinho doce, porcelana e cereais, / figos, uvas, mel, cordovão / tâmaras e sal, couro e outras mercadorias / e se eles passassem a negociar cm a Flandres / não seriam eles que sofreriam / por suportarem os nossos crueis inimigos” (Cf. PIRES, 1981. p. 15.).

⁵⁰ Cf. RODRIGUES, 1996. p. 57-8.

⁵¹ Cf. SERRA; MATOS, 1982. p. 1168.

efetivamente por Salazar, eram resultados de iniciativas anteriores da sociedade, diferentemente das experiências nazista e fascista.⁵²

Este quadro amplo da estrutura do Estado Novo, praticamente imutável durante a era salazarista, ainda enseja discussões sobre a sua possível classificação ideológica como rigorosamente fascista. Sem nos aprofundarmos na questão, concordamos com a posição de Cabral, que propõe, de forma preliminar, o termo fascista para qualificar o regime que se instala desde 28 de Maio até a Segunda Guerra, e o termo corporativista para o período posterior. Segundo ele, a inexistência efetiva de um partido com características dos partidos fascistas e a “ausência de impacte popular”, dificultam a classificação da política salazarista no âmbito do fascismo.⁵³

A par de uma precisa classificação, a continuidade e a consolidação da “Revolução Nacional do Estado Novo Corporativista” podem ser acompanhadas particularmente pelas ações e desdobramentos da política colonial, e pelo pensamento de seu próprio patrocinador no período que vai até o início da guerra colonial, em 1961, pois nele vamos encontrar sua manifestação sobre o que Portugal desejava para seus territórios na África, o que, em nosso entender, constituiu-se na viga mestra da construção do salazarismo, e que viabilizou a sua continuidade.

Como nos referimos acima, Salazar assumiu interinamente o Ministério das Colônias durante o primeiro semestre de 30, na qual dedicou-se quase que integralmente a Angola, que considerava “doente” sob todos os aspectos. Praticamente um mês antes de deixar a pasta, visando substituir os acanhados dispositivos constitucionais em vigor desde a Constituição republicana de 1911, tendo em vista que em março sucederam-se conflitos sérios entre “coloniais” justamente em Angola e que acabaram por envolver operações militares que não foram suficientemente publicizadas, foi promulgado o “Acto Colonial”, que se justificava como um estatuto que objetivava primordialmente o progresso e o desenvolvimento das colônias, e em cuja redação final se reconhece o temor e o ideário salazarista. Antecipava-se, assim, pela urgência da questão colonial, à própria carta do Estado Novo.

É importante referir que o relatório sobre o projeto, que foi posto à observação pública, com a expectativa de que fossem apresentadas “observações aproveitáveis”,⁵⁴ apresentava com clareza as razões para a necessidade de rápida reestruturação da política colonial. Desde a Primeira Guerra, ressaltava, na qual Portugal é obrigado a participar “por causa do seu

⁵² Cf. RODRIGUES, 1996. p. 57.

⁵³ CABRAL, 1976. p. 897- 906 e 914.

⁵⁴ Cf. SILVA, 1989. p. 116.

patrimônio ultramarino”, duas questões avolumaram-se: “De um lado, certas correntes internacionais propendem a agitar ou estabelecer ideias mais ou menos desfavoráveis aos dogmas tradicionais da soberania colonial das metrópoles, revestindo-se muitas vezes com razões de humanidade ou desígnios de imperialismo. De outro, a própria desorganização da administração pública, provocada pela conflagração mundial, pela acção reflexa das novas tendências estranhas e pelas condições dos regimes governativos, trouxe situações anormais”.⁵⁵

Na seqüência, a propósito da discussão do projeto do Acto, organizou-se o IIIº Congresso Colonial Nacional, visando aparar arestas, que já se mostravam pronunciadas, decorrentes do relacionamento entre militares e administradores coloniais e a metrópole. Dentre as quatro conclusões finais deste Congresso, duas são chaves para o futuro da política no setor – “Os territórios coloniais portugueses de Além-Mar deverão de preferência denominar-se de Províncias Ultramarinas, regressando-se deste modo à nossa tradição histórica”; e, “Dos termos do Acto Colonial deverá resultar iniludivelmente que, Metrópole e Províncias Ultramarinas, constituem um todo unitário e indivisível”⁵⁶–, embora a primeira não tenha sido incorporada, permanecendo a denominação de “colónias”, mas tendo deixado com relevo a idéia sutil da descolonização nominal, a segunda inseriu-se no texto do Acto revestida do arroubo autoritário que caracterizaria tão bem o Estado Novo, uma vez que refundou – cabendo aqui o duplo sentido para esse termo – o “Império Colonial Português”. Segundo Wheeler, “o tom fortemente nacionalista do Acto Colonial foi tal que levou o embaixador britânico a protestar de imediato junto das autoridades portuguesas em Lisboa”.⁵⁷

Em 1951, em meio à revisão do texto constitucional, com aquele sentido explícito de *aperfeiçoá-lo*, o Acto Colonial é revogado e seu texto revisto é, então, incorporado ao *novo* texto constitucional. A questão passava, fundamentalmente, pela tentativa de adequação ao mapa do mundo do pós-Guerra. Por isso, ressuscitou-se a idéia de transformação das “colónias” em “províncias ultramarinas” e o Império passou a denominar-se “Ultramarino Português”. Como chama a atenção Silva, com tais alterações visava-se “afirmar claramente a *unidade nacional*”, iniciada com esta “nova fase do Direito Colonial português, a partir de então oficialmente chamado *Ultramarino*”.⁵⁸

Por seu turno, a política externa portuguesa no período do Estado Novo, pode ser segmentada, conforme Oliveira, em seis períodos, com as seguintes diretrizes primordiais: “1º)

⁵⁵ Apud SILVA, 1989. p. 117.

⁵⁶ Apud SILVA, 1989. p. 123.

⁵⁷ Apud SILVA, 1989. p. 142. n.1.

⁵⁸ SILVA, 1989. p. 152. (Grifado no original).

1932-1939: a Espanha como problemática central da política externa portuguesa; 2º) 1939-1945: a construção e a defesa da neutralidade portuguesa no quadro da Segunda Guerra Mundial; 3º) 1945-1949: as hesitações e as incertezas do salazarismo num mundo transformado; 4º) 1949-1955: a política externa do Estado Novo no contexto da guerra fria; 5º) 1955-1961: a problemática colonial e os Aliados, como vectores principais da orientação externa do Estado Novo; e, 6º) 1961-1968: a guerra colonial factor subordinante e exclusivo da política externa”.⁵⁹

Em uma nota oficiosa, de 20 de setembro de 1935, Salazar fez um balanço otimista e presunçoso – como não poderia deixar de ser para alguém que pretendia permanecer indefinidamente no poder –, da política externa de Portugal desde a sua ascensão à chefia do governo, em 32, que permite avaliar *sua* concepção quanto à inserção do Império no quadro internacional em tempos tão difíceis para a Europa, e, particularmente, para a Península:

“Pode dizer-se que a nossa situação internacional é a melhor das últimas décadas: o ambiente de expectativa e depois de curiosidade à volta da revolução portuguesa transformou-se em ambiente de carinho e agora de prestígio (...). Estamos em Genebra de mãos limpas e coração puro. Estaremos enquanto a Sociedade das Nações possa garantir a paz sem prejudicar a defesa de concretizar o seu espírito, sem ambigüidades. Mas deve notar-se que, pela não entrada dos Estados Unidos, pela organização particular dos Estados americanos e pela saída do Japão, a maior parte da política americana e asiática não é feita através da Liga: Genebra é fundamentalmente centro de política europeia continental...(...). Somos sobretudo uma potência Atlântica, presos pela natureza à Espanha, política e economicamente debruçados sobre o mar e as colônias, antigas descobertas e conquistas. Nem sempre a nossa política se fez de Lisboa ou da parte continental, mas de outros pontos, tal a ideia de que as colônias não o foram à maneira corrente mas parte integrante do mesmo todo nacional. Nestas condições sente-se que a linha tradicional da nossa política externa (...) está em não nos envolvermos, podendo ser, nas desordens europeias, em manter a amizade peninsular, em desenvolver as possibilidades do nosso poderio atlântico (...). Um dos pontos salientes da aliança inglesa não podia deixar de ser o reconhecimento e defesa da integridade das nossas colônias, exactamente porque Portugal constitui com as suas colônias um todo”.⁶⁰

No final da mesma nota, Salazar sintetiza em quatro pontos a orientação da política do Estado Novo, e que perduraria até o fim da Segunda Guerra: “[i] Não envolvimento nas questões continentais europeias; [ii] manutenção da aliança luso-britânica; [iii] defesa constante do património colonial português; e, amizade com a Espanha”.⁶¹ No período seguinte ao conflito mundial, entretanto, Oliveira considera que um grande equívoco moveu o comportamento de Portugal frente ao quadro resultante da Segunda Guerra: “*Oliveira Salazar não compreendeu plenamente que a entrada dos Estados Unidos na Segunda Guerra, a sua presença política e militar, decisiva em*

⁵⁹ OLIVEIRA, 1989. p. 74.

⁶⁰ Apud OLIVEIRA, 1989. p. 74-5.

⁶¹ Apud OLIVEIRA, 1989. p. 75.

*África como na Europa ou no Pacífico, havia mudado, por completo, o quadro internacional que sairia da guerra. A Inglaterra deixara de ser a potência tutelar do mundo ocidental ou, como Salazar e o Estado Novo gostavam de dizer, do mundo livre”.*⁶²

Não obstante, por razões que se explicam pelos desdobramentos da relação leste-oeste na política mundial, Portugal, apesar do regime crescentemente autoritário, e, por isso, cada vez mais próximo ideologicamente do espectro que havia sido derrotado na Guerra, foi convidado, como membro fundador, para integrar a OTAN, criada em abril de 49. Por razões do cadinho peninsular, tal passo desagradava à Espanha, entretanto, para o Estado Novo salazarista esta inserção no conjunto dos países democráticos ocidentais significava o aval internacional ao regime. Como bem notou Oliveira, significava novas perspectivas de apoio nos planos político e econômico, e neste último fizeram-se sentir logo em 49 mesmo, quando Portugal foi beneficiado pelo Plano Marshall.⁶³ Com isso, desfrutando de melhor sorte do que a Espanha, até porque não passara pela situação que o parceiro ibérico passou, Salazar, considerando que problemas de maior envergadura, como o espectro dominador soviético, se achava em posição confortável para tocar sua política colonial, sem querer se dar conta de que os rumos traçados, já em 41, pela Carta do Atlântico, que consubstanciava os entendimentos entre americanos e ingleses quanto à necessidade de se reforçar o lastro democrático no âmbito das relações internacionais, significava mais do que o que ele recorrentemente chamava de “imperialismo americano”.

Foi assim que Portugal, bem como a Espanha, teve sua candidatura recusada quando da instalação das Nações Unidas, em abril de 45. Até porque naquele momento inaugural o novo organismo deveria preservar coerência maior do que talvez se imponha hoje, e no capítulo XI de sua Carta, “deixava claro, na linha da *Carta do Atlântico*, o caminho para a descolonização de todos os territórios coloniais e a obrigação, para todos os Estados, membros ou não da ONU, de ‘desenvolver governo próprio, em ter devidamente em conta as aspirações políticas dos povos e a ajudá-los no desenvolvimento de instituições livre...’ ”.⁶⁴ Apenas em dezembro de 1955, justamente no ano em que a revista *Présence Africaine*, editada em Paris, denunciara em abril um massacre havido, em São Tomé, em 1953, no qual a repressão policial matou mais de mil pessoas,⁶⁵ é que Portugal é admitido na ONU, juntamente com outros países e a própria Espanha, após acordo entre a União Soviética e o bloco ocidental. Para Salazar, Portugal entrou

⁶² OLIVEIRA, 1989. p. 83. (Grifado no original).

⁶³ Cf. OLIVEIRA, 1989. p. 88.

⁶⁴ OLIVEIRA, 1989. p. 86.

⁶⁵ Cf. MORAIS; VIOLANTE, 1986. p. 144.

no acordo “no meio dos trocos miúdos”...⁶⁶ Entretanto, em 1947, é que se iniciaram, de fato, os problemas coloniais salazaristas, com o desmonte do Império inglês. Em um de seus discursos na AN, porém em sessão reservada, afirmava, um pouco como quem, para se proteger do mau agouro, se refere a doenças graves sem dizer o nome:

“Todos aliás temos ouvido dizer que os grandes remédios contra a doença comunista são: na Europa, a democracia e o socialismo; na América, a liberdade e o bem-estar geral (...) tenho naturalmente minhas dúvidas...”

A queda do Império da Índia e a constituição de dois imensos domínios, ainda incorporados na Comunidade britânica e amanhã, possivelmente nações independentes, são sem dúvida grandes acontecimentos do nosso tempo. (...) Se novas circunstâncias ou anseios da população que deseje aumentar as suas responsabilidades justificam modificações no estatuto ou regime administrativo, isso é problema que à Índia portuguesa e a nós próprios diz respeito”.⁶⁷

No início dos anos 50, a União Indiana, por sua representação em Lisboa, apresentou ao Ministério dos Negócios Estrangeiros reivindicação formal de soberania indiana sobre Goa, Damão e Diu, ao que o governo respondeu prontamente que “não podia discutir ou negociar com um Governo estrangeiro questões de soberania dos seus territórios”.⁶⁸ Apesar da resposta, iniciava-se um contencioso que só terminaria tragicamente uma década depois, e, de acordo com Oliveira, sem que, ao longo desse percurso, Portugal tivesse recebido efetivo apoio de seus “*Aliados da OTAN*”. E vai mais além, constatando que “seria exactamente a propósito da Índia ‘portuguesa’, e após o acesso da União Indiana à independência, que começaria a *questão colonial portuguesa* para a qual Salazar bloqueou toda e qualquer solução”.⁶⁹ Nesse mesmo sentido, este também era o início de duas décadas de significativas modificações no cenário internacional, as quais Salazar não soube – ou não quis? – entender.⁷⁰ Para que se tenha uma idéia, embora Portugal tenha feito movimentos no sentido de imprimir maior abertura na sua política externa entre 56 e 60, o discurso de Salazar a época continuava sendo denunciador do que ele queria para o futuro com relação às colônias africanas, e ele o externa, mais uma vez cristalinamente, em uma entrevista para a *Foreign Affairs*, em abril de 56:

⁶⁶ Cf. MORAIS; VIOLANTE, 1986. p. 145.

⁶⁷ Apud OLIVEIRA, 1989. p. 89-90.

⁶⁸ Apud OLIVEIRA, 1989. p. 90.

⁶⁹ Cf. OLIVEIRA, 1989. p. 90.

⁷⁰ Da assinatura do Tratado de Roma, em 57, que inicia a integração econômica européia, à independência de diversas colônias africanas – como, o Marrocos (1956), e outras vizinhas às portuguesas, como o Congo Kinshasa (1960), o Congo Brasaville (1960), o Senegal (1960) e a Guiné (1958) –, e passando pelo XX Congresso do PCUS, com a sinalização para a “guerra fria”, e a criação do Movimento dos Não-Alinhados, em 1961. (Cf. OLIVEIRA, 1989. p. 91).

“À parte os quatro ou cinco Estados independentes que se situam em África e a faixa mediterrânica desse continente, (...) pode dizer-se que a restante África está e deve, por espaço de tempo imprevisível, continuar a viver sob o domínio e a direção de um Estado civilizado (...) as maiores manchas de África são territórios de dependência europeia sem condições para constituírem nações independentes e de base democrática, como hoje se diz”.⁷¹

E, logo em maio, faz um estreito balanço do quadro internacional, apostando num anticomunismo primário, e sem compreender o deslocamento operado pelas potências colonizadoras tradicionais quanto ao novíssimo caráter do jugo colonial em um mundo pós-duas Grandes Guerras e pós-Bretton Woods:

(...) a África começa a agitar-se e a ceder ao jogo de movimentos que, não podendo ser nacionalistas e muito dificilmente ideológicos, se apresentarão como rácicos (...) apressando-se, como na Ásia, a negar ao branco todo o esforço civilizador e os direitos dele decorrentes.

(...) não nos temos cansado de dizer que a África é o complemento natural da Europa, necessário à sua vida, à sua defesa, à sua subsistência. Sem a África, a Rússia pode desde já ditar ao Ocidente os termos em que lhe permite viver. (...) Um vento de revolta sopra em várias regiões da África, atizado por potências conhecidas... Esse vento parece justificar o anticolonialismo em moda... A Europa sente-se responsável também, e por uma espécie de cobardia colectiva parece envergonhar-se da obra que ali tem realizado...”.⁷²

De qualquer modo, o futuro que aguardava tanto portugueses como africanos estava irremediavelmente traçado, e poderia ter sido aquilatado, lá em 1930, pelo delírio de Salazar em uma entrevista ao Diário de Notícias, em 27 de janeiro, apenas no seu terceiro dia da breve, mas determinante interinidade no Ministério das Colónias, quando certamente já havia atilado – o que talvez ocorrera muito antes daquele próprio momento –, que ali, no centro político de todo o Portugal, na baixa lisboeta, à beira do Tejo, era o sítio

“para pensar que é o lugar da terra onde um português sente melhor o orgulho de sê-lo. Nada é pequeno visto dali. Aquilo não é o Terreiro do Paço... – é a cabeça do Império p”⁷³

⁷¹ Apud OLIVEIRA, 1989. p. 94.

⁷² Apud OLIVEIRA, 1989. p. 94.

⁷³ Apud OLIVEIRA, 1989. p. 113.

3.1.2 A guerra na África: e o futuro chegou

A trajetória colonial portuguesa na África no último século é hoje bem conhecida, mas, já em 1963, Anderson, em seu pioneiro *Portugal e o fim do ultracolonialismo*, a desnudava de forma exemplar.⁷⁴ Ancorado no que este autor denomina de “colonização reflexa”, resultante da ampliação de fronteiras, principalmente de Angola e de Moçambique, colônias que “eram sobrevivências estagnadas das feitorias quinhentistas”, a partir da ameaça de anexação por colonizadores concorrentes no final do século XIX, caracterizando, desse modo, o estímulo de conquista como algo “externo e artificial”, e não devido a um “impulso industrial”,⁷⁵ Portugal, destituído de uma economia de caráter imperialista, pois extremamente dependente e pobre, lança-se no início do século XX em uma re-ratificação de seu domínio colonial, sob um projeto que exacerbou crescentemente o colonialismo, e, por isso, denominado posteriormente pelos seus críticos de ultracolonialismo, “isto é, a modalidade simultaneamente mais extrema e mais primitiva de colonialismo”,⁷⁶ caracterizada fundamentalmente pelo “trabalho forçado”, então corrente nas colônias portuguesas.⁷⁷

Outro aspecto realçado, e que a partir do final do século XIX vai, ao longo dos anos, assumindo lugar central nesse projeto, é a presença do capital estrangeiro no seu desenvolvimento, “na forma clássica de monopólio concessionário”,⁷⁸ formando o que Anderson apontou como sendo um “condomínio encoberto”,⁷⁹ no qual Portugal era um síndico conveniente, uma vez que, desprovido de um dos componentes básicos para a exploração colonial, a real capacidade econômico-financeira, prestava-se a manter a ordem político-administrativa, diga-se de passagem, altamente onerosa em termos políticos tanto interna como

⁷⁴ Cf. ANDERSON, 1966. Por considerarmos que Anderson explora o tema com acuidade, utilizaremos seu livro como roteiro para enquadrá-lo aqui, acrescentando pontos que evidenciam aspectos por nós abordados mais adiante.

⁷⁵ Cf. ANDERSON, 1966. p. 38. Para Anderson, as circunstâncias da mudança radical ocorrida no mapa colonial português na África, no final do século XIX, um pouco à revelia de Lisboa, propiciaram a “explicação básica da estrutura das colônias portuguesas” no século seguinte, até porque, a aspiração portuguesa de unir Angola a Moçambique, com o aval ardiloso da França e da Alemanha, foi logo obstada pelos arquitecões ingleses. (p. 29-32).

⁷⁶ ANDERSON, 1966. p. 55. O autor reconhece que o prefixo é de certo modo limitador, por denotar com maior vigor o caráter “extremista” do sistema colonial português, entretanto, adota-o por entender que o seu sentido mais amplo já era compreendido por todos, principalmente nas próprias colônias, onde era utilizado correntemente. (p. 55).

⁷⁷ Cf. ANDERSON, 1966. p. 55.

⁷⁸ ANDERSON, 1966. p. 87.

⁷⁹ ANDERSON, 1966. p. 94.

externamente. Esse “condomínio”, que é demonstrado pelo autor com dados significativos, com realce dos números relativos ao início dos anos 60, no momento pré-guerra, evidenciava que ainda persistia naquela altura do século XX, “a mesma debilidade patente na existência de desemprego branco, a mesma impotência como na utilização de trabalho forçado, a mesma dependência que uma ideologia tenta compensar em vão, a mesma paralisia como no fracasso do catolicismo”.⁸⁰

Como decorrência de tal quadro, dentre outras, há três significativas observações alinhadas pelo autor: [i] “as várias facetas do ultracolonialismo formam um sistema coeso, um fenômeno histórico e social único no mundo de hoje: pelo anacronismo e pela opressão”; [ii] “o lugar do capitalismo estrangeiro no colonialismo português é também caso único; jamais um sistema colonial permitira tamanha despossessão desde dentro”; e, [iii] “setenta anos depois da Conferência de Berlim e do ‘Mapa cor-de-rosa’, anglo-americanos, Krupp e Péchiney prosperam no território conquistado por Couceiro e Paiva às nações rivais: Inglaterra, Alemanha e França. A aventura impossível do ultracolonialismo termina, com ironia e inevitavelmente, na sua própria e exata negação”.⁸¹

Por outro lado, Anderson aponta cinco aspectos que nos parecem enfeixar, naquele momento, o que ele chama de “coordenadas do conflito”. Primeiro, a reprovação no cenário internacional, consumada pelo Conselho de Segurança da ONU, em reunião sobre Angola, logo em 15 de março de 61, na qual, com o voto dos Estados Unidos, que por razões de estratégia militar comprovadas na 2ª Guerra, era um tradicional aliado português, indicava-se o início da descolonização. Em abril, uma resolução conjunta de países asiáticos e africanos reforçava a decisão do Conselho de Segurança e propunha ainda a formação de uma sub-comissão para averiguar a real situação de Angola. Aprovada com dois votos contrários – sintomaticamente, da Espanha franquista e da África do Sul, um parceiro também anacrônico –, foi, porém, obstada em suas proposições, tanto pela proibição de entrada dos membros da comissão em solo angolano, como pelo descaso de Portugal para com a consideração da hipótese de sair da África. O fato é que, a adoção por Lisboa de uma estratégia que já de início não admitia qualquer solução que implicasse em descolonização – até porque, desde 1951, as colônias gozavam do *status* de províncias ultramarinas, constituindo o Império Ultramarino Português, de sorte que formalmente não havia o que descolonizar –, o próprio interesse difuso das potências nas riquezas da África, bem como, a sucessão de outros inevitáveis problemas na ordem

⁸⁰ ANDERSON, 1966. p. 96.

⁸¹ ANDERSON, 1966. p. 96.

internacional, como o desafio cubano ao Ocidente – leia-se, aos Estados Unidos –, fizeram com que a pressão sobre Portugal diminuísse substantivamente e a questão da colonização portuguesa saísse de cena, praticamente sem deixar vestígios. E, assim ficou, e com tal zelo, que o 25 de Abril foi uma surpresa para o mundo, até para as agências de segurança.

O segundo ponto, diz respeito ao continente africano, e as conseqüências das vias políticas de seus estados em sua inserção no cenário internacional. Nesse particular, a chamada fase de “africanização” da questão colonial, uma tentativa de ser equacionada e de ter sua solução orientada por organismos como a Organização da Unidade Africana (OUA), mostrou-se logo inviabilizada pelos interesses e ideologias conflitantes que se sobrepunham às necessidades do próprio continente, e, particularmente, pela recentíssima independência política de alguns de seus membros, como resultado ou também de guerras coloniais, ou de processos negociados,⁸² que levaram a uma extrema divisão político-ideológica não só entre os novos países, mas, também, no interior de seus estados e em suas sociedades, nos quadros político-partidários. Observemos que, a multiplicidade de etnias, conformando diferentes nações dentro de um mesmo espaço geopolítico formalizado como estado independente, bem como, o fato de que no final da década do 60, a maior parte dos estados africanos tenha passado a ser governada por militares auto-empossados, imprimiam complexidade própria à situação da África.

O ponto a seguir observava quanto à dramática internacionalização do conflito, o que já naquela altura parecia inevitável, pois, pelo quadro acima referido, as relações dos diferentes países, mormente os fronteiriços, com os movimentos guerrilheiros⁸³ passavam inevitavelmente por estados e potências à direta e, principalmente, à esquerda, financiadoras, ex-colonizadoras e garantidoras de suporte ideológico e militar, que, pouco a pouco, pelo financiamento e fornecimento de armas, garantia-lhes a continuidade da luta.

Em quarto lugar, o autor apontava a “zona do escudo”, que significava a extrema dependência econômica de Portugal frente a suas colônias, chegando mesmo a ser “maior do que a de qualquer outra potência colonial, do passado ou do presente”.⁸⁴ Este fator, que dizia respeito diretamente a “um dos mais louvados alicerces do regime de Salazar, [que] fora sempre a imensa

⁸² Cf. PACAUT; BOUJU, 1979. p.242-249 e OLIVEIRA, 1996. p. 245-246. Deve-se demarcar a independência da Argélia, em 1962, após uma guerra de quase oito anos contra a França, um forte império, que a colocou, juntamente com o seu Front de la Libération Nationale (FNL), tanto numa posição paradigmática para os movimentos guerrilheiros de libertação surgidos no continente, como conferiu-lhe expressivo espaço nas organizações aglutinadoras dos estados africanos e, conseqüentemente, em negociações com as metrópoles.

⁸³ Sendo os principais, em Angola, o MPLA, a Frente Nacional de Libertação de Angola (FNLA) e a União Nacional para a Independência de Angola (UNITA), este último, fundado posteriormente à publicação do livro de Anderson, na Guiné e em Cabo Verde, o Partido Africano de Independência da Guiné e Cabo Verde (PAIGC), e, em Moçambique, a Frente de Libertação de Moçambique (FRELIMO).

⁸⁴ ANDERSON, 1966. p. 162.

estabilidade do escudo”,⁸⁵ já se conformava de modo tão preocupante que, ao impor deslocamentos no inabalável câmbio lusitano, provocou a sempiterna ajuda, ainda que com juros altíssimos, das potências “amigas” de Portugal, que não eram outras, naturalmente, que não as abrigadas pelo “condomínio encoberto”. Anderson antevia acertadamente, embora considerasse que não viria a ocorrer, que, não obstante, as reservas acumuladas, os empréstimos estrangeiros e os impostos extraordinários tornariam o país capaz de “agüentar os efeitos econômicos da guerra durante bastante tempo”,⁸⁶ desde que os seus efeitos indiretos, devido à onerosidade crescente da “classe com que sempre contou para a sua força política – os portugueses ricos de indústria cartelizada e o latifúndio”,⁸⁷ permanecessem sob controle, o que, de certa forma, naquele momento ainda se mostrava bastante possível, como veremos adiante.

Por fim, é arrolado o destino do “fascismo lusitano”. E, por indícios que, infelizmente, se mostraram débeis para apressar a rápida queda do regime, e mesmo a retificação do quadro colonial – como o desgaste no meio militar provocado pela censura da ONU, principalmente pelo apoio americano, o que redundou, na leitura do autor, na tentativa de um golpe de estado militar, planejado para abril; como a erosão no apoio que o governo recebia da sociedade, externada pela mobilização de trabalhadores, estudantes e pela organização na Europa de uma frente política de amplo espectro ideológico; e, até mesmo, por um ataque a um quartel, no início de 62 –, o autor mostrava o grau de seu otimismo prevendo que “o fim de uma época está iminente”.⁸⁸

Com relação a esse elenco de questões cruciais tanto para o futuro da situação em África como para o futuro do próprio regime, podemos observar que Anderson, no geral, estava correto quanto a suas premissas, nomeadamente quanto ao desgaste no seio militar, entretanto, subestimou a força que o salazarismo ainda dispunha, até porque não menciona a importância decisiva que a humilhante derrota em Goa⁸⁹ teve no estímulo ao nacionalismo e no ímpeto à defesa dos territórios portugueses de além mar, bem como, desconsiderou o fato de que importantes segmentos do círculo de poder consideravam como possibilidade viável e, sobretudo, desejável a manutenção das colônias, ainda que em outras bases, mas, de qualquer forma, para isso dependiam da manutenção do sistema colonial, principalmente no início dessa

⁸⁵ ANDERSON, 1966. p. 165.

⁸⁶ ANDERSON, 1966. p. 169.

⁸⁷ ANDERSON, 1966. p. 170.

⁸⁸ ANDERSON, 1966. p. 180.

⁸⁹ Em dezembro de 1961, a Índia invadiu o enclave português de Goa, e para evitar um massacre maior do que o ocorrido, o governador-geral, desobedecendo as ordens de Lisboa, ofereceu a rendição de seu reduzido contingente militar, motivo pelo qual foram todos acusados diretamente por Salazar de traidores da pátria.

fase crítica, o que veio a se constituir, pela imbricação deste com o sistema político, na manutenção do próprio regime por mais quatorze anos.

As conclusões que Anderson apresentou visavam corroborar a frase que abre o livro – “É agora evidente que o Império português está chegando ao fim”⁹⁰ –, e cujo vaticínio lamentavelmente não se confirmou tão rapidamente, contudo, acertou na previsão que o fecha:

“As coordenadas do conflito são agora intercontinentais. Entre elas, um circuito elétrico e tenso foi formado. A corrente que passa através dele está aumentando constantemente. Mais tarde ou mais cedo, a voltagem será grande em um de seus pontos que todo o circuito se incendiará e explodirá. Nesse momento, Portugal e as colônias serão finalmente livres”.⁹¹

Implicitamente, Anderson aponta a indissociabilidade entre o Salazarismo e a questão colonial, incluindo o Portugal continental no projeto de liberdade futura, ironicamente, capitaneado pelos colonizados. Outro estudioso da presença portuguesa na África, Davidson, em setembro de 61, portanto, quando os propósitos salazaristas, no sentido de manutenção do conflito, já se mostravam claros,⁹² não só antecipa a previsão de Anderson, como vai mais além, vai mesmo ao drama futuro dos libertadores de além-mar:

“Uma vez que consigam sua liberdade, os povos de Angola e Moçambique (e certamente também o de Portugal) precisarão do auxílio ativo do mundo exterior de diversas maneiras. Enfrentarão árduos problemas de transição. Até que isso aconteça, a questão cuja resposta devemos procurar e depois agir de acordo com ela é, certamente, muito simples. Por quanto tempo ainda permitiremos que nosso bom nome seja arrastado pelas prisões de Portugal e pelo sangue e a miséria de Angola? Por quanto tempo ainda?”⁹³

⁹⁰ ANDERSON, 1966. p. 3.

⁹¹ ANDERSON, 1966. p. 184-5.

⁹² Pode-se ter como parâmetro, o fato de que, até o final de 61, Portugal havia embarcado para as três colônias africanas cerca de metade do seu efetivo militar de 79 mil homens. Cf. CANN, 1998. p. 25-6.

⁹³ DAVIDSON, 1969. p. 237. Davidson referia-se, particularmente, à possibilidade – que se mostrou posteriormente uma certeza – de estar sendo usado armamento da OTAN contra Angola, com o beneplácito de seus membros, com exceção da Noruega, que se recusara a vender armas para Portugal, por considerar “um embaraço para toda a aliança ocidental que um país membro procure reter suas colônias pela força”. (p. 236).

3.1.3 Dr. Salazar e a desconstrução do futuro

Em 1965, quando a guerra na África iniciava sua fase crítica e já se mostrava um impasse irreversível, Salazar recebeu, em Lisboa, o presidente Moise Tschombé, da ainda hoje denominada República Democrática do Congo, que havia conquistado a sua independência em 1960, e, ao relatar seu encontro com ele a Franco Nogueira, Ministro dos Negócios Estrangeiros que chegava de um *tour* delicado pelo Rio, Brasília, Washington e Nova Iorque, visando conquistar aliados à causa portuguesa da guerra colonial, arrematou, respondendo sobre o que havia achado “do congolês”:

“Bem, muito bem informado, sensato, realista, lúcido e compreendendo que a orientação actual vai conduzir a África a um novo colonialismo muito pior do que o de hoje. Gostei do homem. Olhe, promovi-o a branco”.⁹⁴

Além do óbvio, este relato talvez explique o sentimento olímpico de Salazar para com as colônias africanas, e, como decorrência, seu modo de conduzir a questão colonial, principalmente na África, lugar em que nunca colocou os pés. Julgamos, pois, que, a par do abordado na seção anterior, torna-se importante realçar alguns pontos que conformaram a política salazarista no final dos anos 50 e na década de 60, quando o presente, a cada momento e cada vez mais, tornava-se inviabilizador do futuro.

Como já nos referimos, a trajetória de Salazar foi crivada de tentativas de golpes no interior do núcleo do poder político, e, também, por algumas ações heróicas de tentativas de tomada de postos militares, que, pela natureza do lastro que sustentava o governo e sua perenidade, necessariamente contavam com a presença de dissidências das Forças Armadas. Em 1958, entretanto, o sistema teve que se confrontar com uma novidade, a candidatura de um general da Aeronáutica, Humberto Delgado, para a presidência da república, que conferiu um novo ânimo à oposição,⁹⁵ e que tinha como principal ponto de plataforma, obviamente, a demissão de Salazar. Não se tratava exatamente de uma novidade em todos os sentidos, pois na eleição anterior, quando do falecimento de Carmona, isto quase ocorrera, não fosse uma

⁹⁴ NOGUEIRA, 1987. p. 133.

⁹⁵ Como no caso do capitão Henrique Galvão, que, no início da década de 50 iniciou uma série de contestações ao regime, incluindo posteriormente o seqüestro de um navio, o Santa Maria, no início de 61, e o de um avião da TAP, em novembro do mesmo ano, para lançar panfletos com manifesto da Frente Antitotalitária dos Portugueses Livres no Estrangeiro sobre Lisboa e o centro-sul do país, as ações de Delgado acabaram por envolver o Brasil. Consulte-se LINS, 1960.

providencial alteração constitucional que condicionava a apresentação de candidaturas à aprovação da idoneidade política do pretendente pelo Conselho de Estado, motivo pelo qual um dos pré-candidatos foi considerado inelegível e o outro, um contra-almirante, forçado a retirar sua candidatura por total falta de garantias quanto à lisura do pleito. Episódio, aliás, em que Marcello Caetano teve importante participação, pois, como relator do processo na Câmara Corporativa, argumentou favoravelmente ao sistema, considerando que o governo estava tomando

“(…) providência de legítima defesa constitucional e, ao mesmo tempo, um modo de impedir a apresentação de candidaturas fantasistas ou subversivas”.

(…) nos tempos presentes a Nação não pode ficar à mercê do golpe de Estado constitucional.

(…) Em Portugal já se assistiu à apresentação de uma candidatura com o programa ostensivo de utilizar os meios legais para destruir a legalidade vigente. A gravidade da luta que se trava nos dias de hoje e a irredutibilidade das concepções de vida e do Mundo que nela se opõe não permitem mais a displicente tolerância de outrora no jogo político do sufrágio. E, embora a Nação tenha respondido eloqüente e inequivocamente ao desafio que lhe foi lançado em 1945, importa acautelar os interesses sagrados do país, não deixando que fiquem a mercê de um lance de dados”.⁹⁶

Como decorrência, em 59, a Constituição foi alterada tornando os futuros pleitos presidenciais indiretos. Esta medida indicava que o Estado Novo já não podia mais pretender conservar ficções que sustentavam a idéia de que se vivia um clima de um certo democratismo no país, mesmo que cercadas de alto coeficiente de segurança. Até porque, já em 51, na continuação do parecer acima citado, Caetano justificava a ação controladora do governo com uma advertência, que, em si, retoma as bases iniciais da recorrente discussão sobre a melhor forma de governo:

“Mas, mantendo-se o sufrágio universal, a intervenção de um órgão composto de pessoas conspícuas e experientes na seleção dos candidatos a sufragar parece até uma ideia particularmente feliz, pois representaria uma combinação entre a escolha popular e a seleção pelos melhores”.⁹⁷

É desnecessário dizer que agora no final da década o processo eleitoral continuou a ter sua lisura exaustivamente questionada pelos opositoristas, e, de tal forma, que logo após as eleições de junho, o regime e seu construtor acabaram nas páginas do *New York Times* de forma depreciada e denunciadora para um aliado americano:

⁹⁶ Apud MORAIS; VIOLANTE, 1986. p. 129-130.

⁹⁷ Apud MORAIS; VIOLANTE, 1986. p. 130.

“(...) o general Humberto Delgado perdeu por larga margem a favor do candidato escolhido por António de Oliveira Salazar, o ditador e Primeiro-Ministro. O nome do vencedor é, por acaso, o contra-almirante Américo Tomás, mas isso não tem qualquer importância. Ele não terá qualquer poder e o Dr. Salazar podia da mesma forma ter escolhido o polícia de trânsito mais à mão”.⁹⁸

Em sintonia com parte dos reclamos da oposição, mas em outro tom, dois segmentos tradicionais sustentadores do salazarismo, as Forças Armadas e a igreja, também formalizaram contestações ao regime. No meio militar, uma carta enviada ao governo, firmada pelos subsecretários do Exército e da Aeronáutica, sendo este, Kaúlza de Arriaga, um mentor nas forças armadas de um projeto político para Portugal que conservasse os territórios africanos em outras bases, frisava a necessidade de,

“entre outras medidas, sanear os quadros políticos, em ordem à garantia de idoneidade política, moral e de completa independência; remodelar o Governo no sentido da eficácia; reorganização dos serviços e saneamento de funcionários ineficientes; revisão e reforço de medidas tendentes à educação da juventude; melhoria das condições de vida dos militares; amplo sistema de crítica construtiva (...)”.⁹⁹

Apesar do clamor por um sistema mais aberto politicamente, não se reivindicava exatamente a possibilidade de formação de partidos políticos, pretendia-se, na verdade, remodelar a Ditadura, adequando-a, segundo conhecedores da situação africana, a um futuro que consideravam com alguma possibilidade positiva para o Império. Quanto à Igreja, foi o bispo do Porto que em carta ao próprio Salazar criticava a sua obra maior, o Estado Novo, acusando este de “estar divorciado do País”, bem como, protestando contra o questionamento do governo quanto à “ação da Igreja Católica e dos católicos na vida cívica e política, bem como na resolução dos problemas da comunidade portuguesa”.¹⁰⁰ Por tal insubordinação, D. António Ferreira Gomes teve que exilar-se, até 70, ao ser impedido de retornar ao país após uma viagem ao exterior.

O sistema, por sua vez, foi implacável. Delgado, que encarnou todo o simbolismo oposicionista, após a derrota para o ministro da marinha – pois, sinal dos tempos, Salazar decidira não reconduzir o então general Craveiro Lopes –, imprimindo inclusive grande visibilidade à oposição ao regime no exterior, primeiro será “separado do serviço”, depois forçado a se exilar, e, conseqüentemente, demitido da força aérea, e, por fim, em ação digna da intolerância totalitária, será encontrado morto na Espanha, em abril de 65, em circunstâncias nunca esclarecidas, até porque o governo português contou com o apoio do judiciário espanhol,

⁹⁸ Apud MORAIS; VIOLANTE, 1986. p. 157.

⁹⁹ MORAIS; VIOLANTE, 1986. p. 157.

¹⁰⁰ MORAIS; VIOLANTE, 1986. p. 157-8.

e o processo aberto para apurar o caso foi arquivado em dezembro do ano seguinte por falta de elementos.

Na seqüência da década em que se instala a “guerra fria”, e, em parte como consequência disso, estruturam-se e ganham força a maior parte dos movimentos libertadores do mundo colonizado. No ano de 1958, em que a França vive e o mundo assiste a subida de De Gaulle ao poder com plenos poderes, em um desdobramento de sua própria crise colonial, e as potências intensificam seus movimentos sobre um tabuleiro que agora é atômico, Salazar concede entrevista, em agosto, ao *Le Figaro* – intitulada “Panorâmica da Política Mundial” –, na qual, ignorando os últimos acontecimentos, inclusive as primeiras críticas públicas dos militares e da Igreja católica, reafirmando que Portugal é uma ilha de tranqüilidade, incluindo-se aí os territórios africanos,¹⁰¹ e, em contraposição a um quadro internacional que acreditava estar entregue à sanha tanto dos liberais e dos capitalistas como dos comunistas,¹⁰² altera seu discurso, no sentido de reforçar pontos que atendam às novas necessidades impostas pelo padrão democrático em vigor no pós-guerra, e que se intensificaram com o embate leste-oeste, não mais se considerando um ditador, pois Portugal não estava sob uma ditadura, até porque havia uma “Assembléia Nacional eleita por sufrágio directo”, contudo, tem necessidade de complementar:

“Uma certa limitação, aliás tão razoável e justa, do tempo de funcionamento da Assembléia eleita e o facto de o governo não ser responsável perante a Câmara mas perante o Presidente da República – o que aliás é regra nos regimes presidencialistas – não basta para que se apelide de ditadura o regime português. Ele é apenas uma experiência de tornar independente o governo das lutas partidárias e parlamentares, assim o robustecendo, e como tal devia ser apreciado”.¹⁰³

No ano seguinte, antecipa o rumo que passaria a imprimir no tratamento da questão colonial no âmbito internacional ao abordar, na sede da União Nacional, “A posição portuguesa em face da Europa, da América e da África”. Enfim, admitindo que “literalmente a África arde; arde mesmo nas adjacências das fronteiras portuguesas”, e não por “combustão interna”, mas porque lhe “deitam o fogo de fora”, alinha três “problemas” que julga vitais para o futuro: [i] “a África é o complemento da Europa, imprescindível à sua defesa, suporte necessário da sua economia”; [ii] “a economia, a instrução, a organização administrativa de muitos destes povos africanos vão seguramente progredindo”, embora considerasse que não dispunham dentre a população nativa “nem de quadros, nem de técnicos suficientes” e nem de “capacidade

¹⁰¹ Cf. SALAZAR, 1967. p. 27.

¹⁰² Cf. SALAZAR, 1967. p. 17 e 40-41.

¹⁰³ SALAZAR, 1967. p. 39. Observemos que, nessa época, a AN funcionava, em regime normal, em legislatura de três meses por ano, iniciada em 25 de novembro. Cf. MACHADO; FIRMINO, 1952. p. 52. Posteriormente, na década da 70, cada legislatura terá cinco meses.

econômica própria, para sustentar uma independência solvente ou progressiva”; e, [iii] como consequência, acredita que “esses povos, se não puderem contar com o eventual apoio das antigas nações soberanas, têm apenas diante de si duas alternativas – a regressão ou a submissão a novos dominadores”.¹⁰⁴ Devido, então, às gravíssimas consequências que podem advir dessa situação, crítica, ainda que de forma amena, os Estados Unidos por não terem até àquela altura, segundo ele, definido uma política para a África, enquanto a URSS e os demais países comunistas já o tinham feito.¹⁰⁵ Por outro lado, no plano interno, na medida em que as dificuldades se multiplicam, “um estado forte, um governo forte tornam-se cada vez mais instantes”.¹⁰⁶

Tais dificuldades, que decorrem fundamentalmente de pressões políticas visando a demissão de Salazar, podem ser avaliadas por um indicador significativo do aumento da repressão, “os numerosos pedidos de asilo político em várias Embaixadas estrangeiras”, particularmente nas de países sul-americanos, crescimento reconhecido pelo Ministério do Interior, e que se dá após Delgado e Henrique Galvão terem saído do país.¹⁰⁷ Por outro lado, mas fator não menos preocupante para o governo, missões militares a Angola, Guiné, Moçambique e Índia concluem pela “necessidade de alterar a concepção do aparelho militar, assente na eventualidade de um conflito convencional e não na perspectiva de uma guerra de guerrilha, bem como de reforçar as guarnições e de modernizar o respectivo equipamento”.¹⁰⁸ Profissionais da guerra procurando preservar as Forças Armadas...

O ano de 1960, a par de Portugal ter conseguido uma frágil vitória em Haia, com relação às demandas da União Indiana, evidencia nítida preocupação do governo em criar um suporte para entrar em uma guerra, afinal, ao longo do ano, em meio a rumores de agitação em Angola, unidades da marinha e da aeronáutica são deslocadas para o continente africano. Nesse sentido, em maio, Portugal adere à Convenção de Genebra que visa dar proteção às vítimas e aos prisioneiros de guerra, e, não se deve desconsiderar, em novembro aderiu ao Fundo Monetário Internacional (FMI).

Os militares, por seu turno, continuam marcando posição quanto ao cenário africano. Em agosto, o mesmo Kaulza de Arriaga, expressa ao presidente do Conselho “suas preocupações acerca da defesa os territórios africanos sob administração portuguesa e solicita uma reunião do Conselho Superior de Defesa Nacional, para análise do tema e definição de

¹⁰⁴ SALAZAR, 1967. p. 65-6.

¹⁰⁵ SALAZAR, 1967. p. 67.

¹⁰⁶ SALAZAR, 1967. p. 73.

¹⁰⁷ Cf. MORAIS; VIOLANTE, 1986. p. 162 e 164.

¹⁰⁸ MORAIS; VIOLANTE, 1986. p. 163.

responsabilidades”.¹⁰⁹ Deve-se observar que, particularmente neste ano, ações de repressão brutal desfechadas para aplacar sublevações em Angola e Moçambique provocarão um número muito elevado de mortos e feridos, e de refugiados, algo mesmo como uma tragédia. Quanto a esse tipo de ação, a PIDE cumpriu importante papel.

É interessante notar também que a fração da oposição ligada a Delgado divulga um “Plano colonial da Oposição portuguesa”, no qual retoma idéia que já circulara na metrópole. Preconizando, primeiro, “(...) rejeitar em absoluto a política de obscurantismo, exploração e violência, exercida pelo actual Governo totalitário nas colónias (...), propõe “(...) estabelecer a República Federal dos Estados Unidos de Portugal”.¹¹⁰

Em novembro, Salazar, em discurso – “Portugal e a campanha anticolonialista” – na AN, que o apoiará em moção posterior, aborda a cada vez mais crítica situação do país no quadro internacional. Em meio à constatação de um crescendo da crise africana, com a intensificação das atividades dos movimentos de libertação, e na seqüência de uma crítica aberta à ONU, considerando-a um abrigo de agitadores e, portanto, ilegítimas suas ações em defesa dos colonizados, reitera mais uma vez, de forma desconcertante, que “qualquer pessoa de boa fé pode verificar existirem paz e inteira tranqüilidade nos nossos territórios ultramarinos, sem emprego da força e apenas pelo hábito da convivência pacífica”.¹¹¹ E, considerando ser o papel de colonizador uma “sina”, elevada e nobre, que os portugueses carregam ¹¹², e que “a unidade da África é afirmação gratuita que a geografia e a sociologia desmentem”,¹¹³ fecha, como que reconhecendo o crescimento da oposição, com uma de suas frases teatrais: “Seja porém qual for a evolução dos problemas internos, a Nação é uma herança sagrada e a sua integridade não poderá ser sacrificada a ódios, compromissos, ambições insatisfeitas. E para quê, meu Deus ? É tão fácil ser governo e é tão difícil governar !”.¹¹⁴ Antes do ano findar, dirigentes nacionalistas das colônias portuguesas deram uma entrevista coletiva, em Londres, acusando o governo português de intransigência, repressão política, brutalidade contra as populações, etc, etc.

Este discurso, proferido pouco antes de a ONU decidir sobre a candidatura portuguesa ao Conselho de Segurança e de deliberar sobre a questão colonial no mundo, deve mais ser considerado a resposta de um consciente futuro perdedor no fórum internacional do que até mesmo a defesa de qualquer coisa como um colonialismo de cara humana, ou algo que o valha.

¹⁰⁹ MORAIS; VIOLANTE, 1986. p. 168-9.

¹¹⁰ Apud MORAIS; VIOLANTE, 1986. p. 169.

¹¹¹ SALAZAR, 1967. p. 104.

¹¹² SALAZAR, 1967. p. 107.

¹¹³ SALAZAR, 1967. p. 94.

¹¹⁴ SALAZAR, 1967. p. 112.

De fato, em dezembro, não só Portugal é forçado a retirar sua intempestiva pretensão ao Conselho, como assiste ao estabelecimento, pelo Comitê dos Seis, do qual fazia parte e foi voto vencido, de um estatuto para as regiões não-autônomas, bem como, com relação específica a suas colônias, recebe em plenário uma censura aprovada por grande maioria, da qual constava que a negação da autodeterminação, da forma como definida pelas Nações Unidas se constituía em “uma ameaça ao bem-estar da humanidade e à paz internacional”.¹¹⁵

A pergunta feita por Salazar ainda nesse discurso – “quem são os futuros colonizadores?”¹¹⁶ –, juntamente com sua própria explicação – “(...) numa palavra e essa palavra é *Angola*”¹¹⁷ –, seriam suficientes para justificar o fato de ele assumir a pasta da Defesa Nacional em abril de 61, não fosse a crise estabelecida em função de um pedido do ministro demissionário, Botelho Moniz, ao presidente da república no sentido de que Salazar fosse destituído da chefia do governo em nome do “interesse nacional”. Na verdade, tratava-se de mais uma tentativa de golpe palaciano, que passou para a história como a “Abrilada”, iniciado com uma longa carta enviada pelo ministro a Salazar, na qual é exposto claramente, com contundentes observações, o caos em que se encontra o país, afirmando:

“A gravidade do actual momento político internacional enche de preocupação o País, ao que as Forças Armadas não podem ser indiferentes e, antes pelo contrário, vivem intensamente as dificuldades que de todo o lado surgem (...).

Dia a dia, a situação tem-se agravado e deteriorado de forma que em minha opinião, só um choque psicológico de envergadura poderá desanuviar o ambiente político nacional e o pesado clima internacional. (...)

Julgo que se torna necessário reforçar a unidade nacional, alargando o âmbito da cooperação ao maior número dos que, acima de tudo, querem servir ao País, pondo de parte todas as razões que nos dividem, tornando-se assim necessário encontrar um vasto campo de entendimento comum que nos não separe por razões mesquinhas.

“O quadro político da actual Situação é muito estreito e tem-se sucessivamente apertado, estando hoje confinado a valores políticos gastos e, em muitos casos, sem idoneidade moral bastante que se imponha (...).

É sentimento geral que a acção política da nossa diplomacia desde há muito tempo se revela inadequada e que os factos demonstram não ter estado à altura da sua missão histórica. (...)

No que mais diz respeito às Forças Armadas, a situação destas é angustiosa e caminhamos para uma situação insustentável, onde poderemos ficar à mercê dum ataque frontal, com forças dispersas por quatro continentes, sem meios bastantes e com uma missão de suicídio da qual não seremos capazes de sair, uma vez que a política lhe não encontra solução nem parece capaz de a procurar”.¹¹⁸

¹¹⁵ Apud MORAIS; VIOLANTE, 1986. p. 170.

¹¹⁶ SALAZAR, 1967. p. 94.

¹¹⁷ SALAZAR, 1967. p. 123.

¹¹⁸ Apud MORAIS; VIOLANTE, 1986. p. 174.

No fecho, o ministro se coloca como porta-voz de muitos outros membros das Forças Armadas. É interessante notar que o então coronel Costa Gomes, que cumprirá papel fundamental nos primeiros dois anos da Revolução de 74, e participe da Abrilada, se manifesta em carta ao jornal *Diário Popular*, após Salazar ter contornado a situação, afirmando que a questão que envolve todas as províncias africanas não é simples, uma vez que é um “complexo de problemas, do qual o militar é uma das partes que está longe de ser a mais importante (...)”.¹¹⁹

Neste ano do início da década que assistirá, quase no seu final, questionamentos ruidosos à própria democracia ocidental pelo mundo a fora, o Episcopado Português emite nota, em janeiro, de total apoio às ações do governo e à “missão evangelizadora e civilizadora” de Portugal nas colônias, e condenando, evidentemente, a “anarquia das idéias” por que considerava passar o Ocidente.¹²⁰ Por outro lado, em maio, pouco depois de o Conselho Superior Militar decidir enviar imediatamente reforços para os efetivos militares em Angola, o governo quebra o rigorismo em torno da escrita orçamentária, a eterna peça de resistência da propaganda salazarista, e decreta que as despesas a serem realizadas pelo Fundo de Defesa Militar do Ultramar passarão a estar isentas do visto do Tribunal de Contas.

Logo em junho, como uma resposta indireta aos acontecimentos de fevereiro e março em Angola, que viriam a se tornar o marco inicial da guerra colonial, Salazar volta a bater na tecla das Nações Unidas, num discurso em uma sessão extraordinária da AN – “O Ultramar Português e a ONU” –, em que acusa diretamente os Estados Unidos, que desde março, quando votaram contra Portugal, e, tão grave quanto, em sintonia com a URSS, a favor da apreciação pelo Conselho de Segurança da situação em Angola, de estarem conquistando votos russos para questões de seu interesse às custas de um inexistente problema nas colônias portuguesas.¹²¹ Após, então, condenar o que denuncia como uma interferência notoriamente subversiva da URSS na África, e se referindo ao pesado encargo que foi “imposto” ao país por ter que “debelar o terrorismo” nas províncias ultramarinas, conclui que para a implementação de qualquer “programa de fomento”, o que era fundamental como estratégia de defesa e salvaguarda dos territórios, só seria possível com “suprimentos externos”.¹²² Desse modo, anunciava Salazar uma revisão considerável em sua posição quanto à aceitação do capital estrangeiro nas colônias, como nos referimos na seção anterior.

¹¹⁹ Apud MORAIS; VIOLANTE, 1986. p. 175.

¹²⁰ Cf. MORAIS; VIOLANTE, 1986. p. 172.

¹²¹ SALAZAR, 1967. p. 131.

¹²² Cf. SALAZAR, 1967. p. 149.

Vale observar, ainda, a estranha forma com que, mais adiante, menosprezando outras alternativas políticas, Salazar inverte a questão angolana, pois não tem pejo ao afirmar que: “Ouço às vezes falar de soluções políticas diferentes da nossa solução constitucional e possivelmente inteligíveis em séculos vindouros. Não desperdicemos tempo a apreciá-las, porque o essencial agora é o presente e o presente é tão simples como isto: o que seria de Angola na actual crise, se Angola não fosse Portugal?”.¹²³

Contudo, criava, nesse mesmo mês, “serviços de centralização e coordenação de informações” em Angola e Moçambique; figuras tradicionalmente alocadas no organograma da repressão político-militar. Em parte, talvez, antecipando-se ao Governador-Geral de Angola, que, em outubro, ao anunciar um “vasto programa de recuperação económico-social”, põe fim à guerra no seu discurso: “Se a guerra se pudesse compartimentar em fases perfeitamente distintas, diríamos que teriam assim terminado as operações propriamente ditas e estaria iniciada a fase seqüente de operações de polícia, embora ainda em grande parte no âmbito militar”.¹²⁴

Se o ano começou com uma manifestação reacionária da Igreja da metrópole, finda com uma Carta Pastoral do bispo de Luanda apoiando “as aspirações justas e legítimas dos negros” e exigindo a soltura de um padre preso pela PIDE.¹²⁵

O ano de 62, a partir do qual passou a ser proibida a comemoração do Dia do Estudante, foi marcado pelo início da intensificação do movimento estudantil, principalmente em Lisboa e Coimbra, sendo mesmo consideradas as primeiras grandes manifestações universitárias da Europa.¹²⁶ No mesmo sentido, na capital, no Porto, e em algumas outras cidades as comemorações do 1º de maio transformaram-se em manifestações inusitadas, com milhares de pessoas nas ruas protestando contra o governo e a guerra. Desnecessário dizer que a violenta repressão do governo fez-se sentir, com o saldo de um morto e muitos feridos. E, em empresa mais sutil, se é que era, funda-se uma organização estudantil de extrema-direita, ligada ao segmento nacional-sindicalista. Por outro lado, tentando minorar sua imagem frente ao descalabro das condições de trabalho na África, o governo aprova o Código do Trabalho Rural para as colônias, bem como, reestrutura os seus Tribunais do Trabalho.¹²⁷

Vale observar que, no início desse ano, há um racha na Oposição Democrática que congregava não comunistas e estava principalmente estabelecida no Brasil, e, como resultado, Henrique Galvão, que se torna um desafeto de Delgado, naturalmente, funda outra organização.

¹²³ SALAZAR, 1967. p. 153.

¹²⁴ Apud MORAIS; VIOLANTE, 1986. p. 176.

¹²⁵ Cf. MORAIS; VIOLANTE, 1986. p. 176.

¹²⁶ Cf. RODRIGUES; BORGA; CARDOSO, 1974. p. 209. nota.

¹²⁷ Cf. MORAIS; VIOLANTE, 1986. p. 177-182.

Em abril de 1963, em artigo publicado na *International Affairs*, Salazar intensifica sua tentativa de justificar a política portuguesa para a África e de conquistar apoios. Iniciando pela constatação de que o mundo estava sofrendo de uma doença que poderia ser denominada de “intolerância em relação à autoridade”, rebate a críticas quanto ao monopartidarismo português com uma, literalmente incrível, afirmação que mostrava que ele continuava disposto a não contemporizar no tocante a questões essenciais para a manutenção do regime e, conseqüentemente, de sua política colonial:

“Tão-pouco foi alguma vez exigida a filiação na União Nacional. Não é pois válida a crítica que pretende apodar-nos de regime de partido único. O que será exacto dizer, isso sim, é que a nossa vida política assenta numa base não partidária, isto é, o Governo governa sem partidos, que a Constituição não prevê”.¹²⁸

Mais adiante tece considerações de ordem, digamos, psicossocial sobre o “povo português”, imputando-lhe atributos que mais parecem justificativas para suas próprias ações, vincadamente individualistas, e para opções que inculcara à vida política do país, como uma espécie de guardião de seu destino:

“Ora a verdade é que no povo português concorrem duas características que são virtudes das mais altas quando tomadas no todo – isto é, a Nação – mas que não deixam de ter um reverso quando projectadas na vida diária dos vários escalões dos agregados políticos e sociais. Refiro-me ao extremado sentido individualista do português e à sua generosidade de alma. Aquele leva-o a retrair-se perante toda a tentativa de alinhamento comunitário, em que as suas convicções sobre as coisas e as pessoas haveriam de subordinar-se à acção de uma minoria dirigente. É inevitável criar-se uma espécie de desconfiança perante a autoridade, não porque se lhe negue idoneidade, mas porque se deseja que ela seja menos apegada ao geral e mais ao particular, o que quer dizer ao humano. Daí resultam não poucas contradições na maneira de ser dos portugueses, que o estrangeiro dificilmente pode compreender: profundamente católico, quando religioso, o português é ao mesmo tempo anticlerical; estudioso e cumpridor não respeita, por princípio, o mestre; altamente competente quando profissional te dificuldade em adaptar-se ao trabalho de conjunto. (...) Na prática, e em termos da vida política, isto significa que o povo português, a menos que reconheça a presença do ideal nacional, colabora com dificuldade. Aí se encontra, creio, a explicação primordial do inêxito do partidarismo político em Portugal; aí se encontra, também, um escolho que exige determinadas ordens de limitações para que as liberdades políticas possam ser realmente vividas. (...)

A questão não está na existência de restrições que em toda parte existem, mas, nuns casos, na matéria vetada e, noutros, na forma de intervenção que se adotou. Por outras palavras: entre nós tudo se cifra na proibição da organização de partidos políticos e na instituição da censura oficial à imprensa”.¹²⁹

¹²⁸ SALAZAR, 1967. p. 242.

¹²⁹ SALAZAR, 1967. p. 246-247 e 249.

Estas palavras assumem um sentido maior quando, em agosto, ele fala ao povo português em cadeia de rádio e televisão sobre a “Política Ultramarina”, pois, na verdade, dava-se conta de que o seu empreendimento na África não poderia ser, pelo menos completamente, conduzido como havia sido conduzido o do Estado Novo. O alto preço a ser pago pela mobilização e simultânea desorganização da sociedade, a perda e a fuga de contingentes populacionais fundamentais para o desenvolvimento do país e o crescente isolamento internacional, certamente, encontravam-se na base desse reconhecimento, que, de fato, não seria nunca tornado público. Pelo contrário, seguia imputando a todos, e principalmente às potências e à ONU, os rumos que a África vinha tomando, rumos estes que estavam fadados ao fracasso, pois a independência, até mesmo porque era defendida por parcelas marginais das populações, não levaria a nada, antes pelo contrário, como já vinha sendo por ele denunciado. Seguia tentando convencer que o governo português, por seu turno, cuidava de tomar medidas que viessem espelhar a real preocupação com uma sociedade multirracial que comprovadamente era viável, pois o Brasil o evidenciava, como a reforma a Lei Orgânica do Ultramar.¹³⁰ Na última frase deste discurso, pretendeu conferir ao empreendimento africano uma grandeza que naquela altura a sociedade, pela sua crescente mobilização e pela desproporcional intensificação da repressão pelo sistema, sabia não ter:

“A maneira como o País tem correspondido ao apelo que lhe havemos feito é uma lição para todos: sem hesitações, sem queixumes, naturalmente como quem vive a vida, os homens marcham para climas inóspitos e terras distantes a cumprir o seu dever – dever que lhes é ditado pelo coração e pelo fio de fé e patriotismo que os ilumina. Diante desta lição eu entendo mesmo que não se devem chorar os mortos. Melhor: nós havemos de chorar os mortos, se os vivos os não merecerem”.¹³¹

No mesmo mês, dirige-se especificamente aos militares em agradecimento à manifestação de apoio destes à política ultramarina, em uma solenidade que significava a arrancada para o respaldo e a legitimação das ações do governo que já estava sendo contestada nas ruas, pois, no final do mês, o governo promove, no Terreiro do Paço, “gigantesca” manifestação a favor de sua política colonial, mais objetivamente, de sua política de guerra. Em breve discurso poética e oficiosamente intitulado “Palavras”, mas cujo título efetivo – “Temos também o dever de ser orgulhosos dos vivos” – procurava restaurar alguma dubiedade e algum rancor contidos nas frases finais de alocução anterior, citada acima, e agradecia a união e o sentimento da população

¹³⁰ SALAZAR, 1967. p. 287-335.

¹³¹ SALAZAR, 1967. p. 335.

pela “firme determinação de defender a integridade nacional”¹³², para, então, finalizar tentando restaurar seu deslize, ou – quem sabe? –, encenando o grande final de um roteiro teatral altamente profissional:

“Dei há dias a entender a obrigação de merecermos os nossos mortos. Mas diante do espectáculo a que mercê de Deus me é dado assistir, de todo um povo que, unido e fraterno, se comprime, por suas mil representações, junto dos Paços do Poder; diante deste empolgante movimento de mobilização de almas que se oferecem em devotamento total; ao ouvir o eco das mesmas ansiedades das terras ultramarinas que a esta hora também clamam pelo seu direito a gozar de paz e pela legitimidade da sua participação nacional; diante de tudo isto que é belo, e grande, e único, não temos só o dever de merecer os mortos; temos o dever de ser orgulhosos dos vivos”.¹³³

Neste ano em que a direita estudantil criava mais uma ativa organização, a OUA, recém-criada, reconhece o governo da República de Angola no Exílio, vinculado à FNLA, dando-lhe auxílio. E, no seu final, para completar o desgosto salazarista para com a ONU, Henrique Galvão, por ela convocado, discursa por quase duas horas sobre a “questão ultramarina portuguesa”.¹³⁴

Se o ano de 63 testemunhou a abertura de novas frentes de luta em Angola e na Guiné, em 1964 a guerra se iniciou em Moçambique. Na Europa, logo em janeiro, realizou-se o segundo encontro da Frente Patriótica de Libertação Nacional (FPLN), fundada em 62. Após um balanço dos primeiros anos da guerra, dos propósitos do governo português e de sua própria atuação, tem como uma de suas conclusões a certeza de que “só a ação insurrecional, envolvendo as massas populares e os setores revolucionários das Forças Armadas poderá derrubar a ditadura e instalar um regime democrático em Portugal”.¹³⁵ Este encontro criou a Junta Revolucionária Portuguesa, um órgão executivo, com funcionamento permanente, sendo Humberto Delgado escolhido para ocupar a sua presidência, e anunciou a constituição, para breve, de um Comando Operacional, também sob a direção de Delgado, que seria o braço militar da Junta. Anderson chegou a imaginar que tais resoluções e decisões do encontro indicavam “uma nova determinação da oposição portuguesa”.¹³⁶

Na metrópole, no mesmo sentido, formaram-se novas agremiações políticas de esquerda, como a Frente de Acção Popular (FAP), uma dissidência do PCP, que queria o partido na luta armada, e, em Genebra, funda-se a Acção Socialista Popular (ASP), tendo Mário Soares como secretário-geral. Enquanto isso, o regulamento policial de Lisboa é alterado, e passa a proibir “o

¹³² SALAZAR, 1967. p. 346.

¹³³ SALAZAR, 1967. p. 346-7.

¹³⁴ Cf. MORAIS; VIOLANTE, 1986. p. 185.

¹³⁵ Apud ANDERSON, 1966. p. 178.

¹³⁶ ANDERSON, 1966. p. 179.

trânsito ou a permanência de pessoas descalças em todos os lugares públicos da área do distrito”, é bem verdade que estavam excluídas as “áreas das praias marítimas ou fluviais e das piscinas”...¹³⁷

O ano de 1965 exigia uma atenção a mais, era um ano de eleição presidencial. Salazar preocupa-se, então, em preparar a União Nacional para a recondução de Américo Tomás como “candidato da Nação e da UN”, uma vez que já considerava líquido e certo que a guerra seria longa, pois, segundo sua visão e naturalmente por culpa dos outros, “os inimigos que as fazem e os que as sustentam declaram quererem continuar a perturbar a vida e o trabalho alheios (...)”. Com isso, tornava-se de suma importância escolher um chefe de estado que garantisse o desenvolvimento da política de guerra – até porque como resultado da sucessão anterior o ex-presidente Craveiro Lopes não deixara barato sua defenestração do cargo e duvidara da política salazarista –, e, pelo menos nisso, de fato, ele conseguiu aquele tão desejado êxito de sempre; assim, em julho o presidente é reeleito, sugerindo, talvez, o reinício da tradição Carmona. Certamente, era por feitos como este que uma certa imprensa européia acolhia o salazarismo, como a revista francesa *Jours de France*, que logo depois publicava uma matéria intitulada “*Rencontre avec Salazar – le sage de l’Occident*”.¹³⁸

Abordando “Erros e fracassos da era política”, no início desse ano, traçava uma clara semelhança de propósitos entre os performáticos objetivos de Hitler e as esforçadas metas da ONU, quando apontava as Nações Unidas como sucessora na promessa de que com a vitória, o que agora significava a saída de Portugal da África, haveria paz por mil anos, exatamente porque, segundo ele, estava difícil “encontrar lugar na terra onde não se alastrem guerras e conflitos de toda a ordem”.¹³⁹ Logo mais adiante, vai à raiz dos rumos contemporâneos da modernidade política ocidental, após diagnosticar uma crescente evolução da degradação moral e política do que certas sociedades dispuseram ou ainda dispunham, como era evidentemente no caso português, pois, por conta do legado das Grandes Revoluções, se repetiam “sem descanso as invocações democráticas, os apelos à liberdade e à igualdade dos homens, à soberania do povo, à onipotência justiceira e criadora do voto, à outorga deste até ao limite extremo de ‘um a cada cabeça’ ”.¹⁴⁰ A imposição destas instituições e princípios a “todos os povos”, segundo ele, ou é um grande engano ou uma grande ilusão, e se pode atestar perfeitamente que:

¹³⁷ Cf. MORAIS; VIOLANTE, 1986. p. 186 e 187.

¹³⁸ Cf. MORAIS; VIOLANTE, 1986. p. 191.

¹³⁹ SALAZAR, 1967. p. 358.

¹⁴⁰ SALAZAR, 1967. p. 359.

“(…) depois de milénios o homem conclui não saber governar-se nem poder governar-se sem respeitar o primado da autoridade e da justiça. Ora estas limitam, só porque existem, a liberdade e a igualdade; e da trilogia revolucionária de 89 a única invocação que parecia realizável na sua plenitude – a fraternidade – será sacrificada ao egoísmo dos homens e ao materialismo da vida”.¹⁴¹

Em setembro, o PCP realiza seu VI Congresso, em Moscou, sob a hegemonia de Álvaro Cunhal, que vê suas diretrizes – “Rumo à vitória” –, lançadas no ano anterior, transformarem-se quase que integralmente em um novo programa para o partido, constando, dentre seus principais pontos, a destruição do estado fascista e a instauração de um regime democrático, bem como, a independência imediata das colônias.¹⁴²

A Oposição Democrática, em manifesto lançado ainda antes das eleições para a AN em novembro, na qual novamente a UN faz a totalidade das cadeiras, e tendo a própria Oposição se retirado do pleito, aponta os cinco pontos que considerava agravar política e moralmente o sistema: o assassinato de Delgado, classificando-o como um crime político premeditado; a situação dos presos políticos; os “atentados contra a vida do espírito, como, por exemplo, o assalto à Sociedade Portuguesa de Escritores”; o relatório da ONU contra Portugal; e, o tratamento dado aos universitários.¹⁴³ Como se vê, questões estritamente políticas. Dois dias antes das eleições, o próprio Salazar externava o que se poderia presumir como sendo precisamente o inverso do que constatavam diversos segmentos da população, ao afirmar:

“Na verdade o regime em que vivemos depois de 28 de Maio tem sido impermeável à histeria política que vai pelo mundo; e é esse o motivo por que é corrente nas oposições a referência ao nosso *imobilismo*. O vocábulo quer dizer que politicamente se não marcha ao ritmo de muitos países estrangeiros; mas penso que com justiça se não pode aplicar, como depreciativamente se faz, à administração nem mesmo ao Governo em Portugal”.¹⁴⁴

Por ironia, foi neste ano de 65 que a comunidade internacional assistiu a OUA reconhecer o PAIGC como representante do povo da Guiné-Bissau..

Em abril do ano seguinte, reclamando da falta de reconhecimento, por parte dos seus parceiros que se locupletavam nas colônias, quanto às benesses que Portugal, cumprindo o papel que cumpria, lhes proporcionava, apontando o caso específico do porto e da ferrovia da Beira, em Moçambique, inicialmente explorados por uma companhia privada inglesa e depois pelo governo português, que os comprou para ampliar instalações e serviços, visando o crescimento

¹⁴¹ SALAZAR, 1967. p. 361.

¹⁴² Cf. MORAIS; VIOLANTE, 1986. p. 191 e CUNHAL, 1979.

¹⁴³ Cf. MORAIS; VIOLANTE, 1986. p. 192.

¹⁴⁴ SALAZAR, 1967. p. 401-2.

do volume das transações comerciais em função da futura Federação das Rodésias e Nissalândia, e como toda a região fora grandemente beneficiada, enquanto, em contrapartida, o capital britânico, acrescido do lucro com a venda, retornou para Londres para continuar rendendo dividendos e gerar lucros, Salazar admite em tom de denúncia:

“Este caso não poderia repetir-se indefinidamente por serem limitadas as nossas possibilidades, mas por ele se pode ver que no nosso ‘colonialismo’ são os estrangeiros que embolsam os lucros e nós quem paga os melhoramentos, apenas com o ganho político de se haver libertado uma zona crucial de Moçambique”.¹⁴⁵

Pensando assim, e mais uma vez vaticinando quanto à duração da guerra, complementava:

“Não posso infelizmente concluir estas reflexões com uma palavra de optimismo, porque devem continuar ainda por bastante tempo as nossas dificuldades e provações”.¹⁴⁶

Neste ano cheio de simbolismo, pois o golpe de 26 completava 40 anos, ao discursar pela comemoração histórica, iniciava, certamente com uma ponta de orgulho, uma vez que devia considerar o *seu* futuro ainda edificado com o êxito de sua perenidade no poder:

“Nenhum de nós pode fazer ideia do motivo por que me encontro aqui, nesta sala e neste momento, se não tiver presente que sou o único em funções de mando desde que a Nação, precisamente em Braga, foi alertada para nova vida, nos quarenta anos decorridos desde 28 de Maio de 1926. E se, nos dois primeiros anos me não couberam responsabilidades na governação, nos mais foram elas grandes e pesadas, pelo que posso dar testemunho válido da coisa pública neste período, curto para a história e longo para a vida. Longo e difícil”.¹⁴⁷

Adiante, esclarece, de forma esconsa, naturalmente, que o 28 de Maio tornou-se algo além de um simples golpe militar por obra e graça de sua intervenção após aquele primeiro momento de hesitação, na medida em que, por um lado, a solução encontrada para colocar a Revolução no rumo certo foi doméstica, distante, portanto, das “ideologias e interesses estrangeiros”, e, por outro, a essência e a estrutura do estado foram efetivamente transformadas. Acrescente-se a isso o que ele considerava ser o móvel propiciador de toda a construção que ele acreditava ainda estar firmemente erguida, o seu total êxito na gestão da economia. Entretanto, embora tenha sido possível “erguer a Nação não só da sua desordem epidémica mas da crise em que ameaçava afundar-se sem esperança de recuperação”, o mundo não colaborava exatamente,

¹⁴⁵ SALAZAR, 1967. p. 417.

¹⁴⁶ SALAZAR, 1967. p. 417-8.

¹⁴⁷ SALAZAR, 1967. p. 423.

nem mesmo com aqueles que haviam construído obras como a que foi realizada em Portugal ao longo desses 40 anos, pois,

“Vivemos um momento crítico da história do mundo. Tudo está em crise ou é sujeito a crítica – a moral, a religião, a liberdade dos homens, a organização social, a extensão intervencionista do Estado, os regimes económicos, a própria Nação e as vantagens da sua independência ou da sua integração com outras para a formação de grandes espaços económicos e políticos. Discute-se na Europa a própria noção de pátria. Revoluções como a soviética continuaram no domínio dos factos e da filosofia as revoluções que vinham detrás, da Reforma e da Revolução Francesa, e, como todos os grandes movimentos na posse da sua força inicial têm tendência a alastrar e a dominar o mundo, envenenando-nos com visões e princípios que estão longe de executar em seus domínios de origem. Os espíritos mais puros inquietam-se, perturbam-se, não sabem como orientar-se e repetem angustiadamente a pergunta de Pilatos ao próprio Cristo: ‘o que é a verdade?’”¹⁴⁸

E prosseguindo, de forma a não deixar sem resposta esta filosófica questão, aproveita para explicar as características próprias do imobilismo a que o país foi submetido ao longo desses anos:

“Porque o nosso movimento se afigura por vezes demasiado lento, muitos se perturbam com a acusação de imobilismo; mas uma coisa é o imobilismo na acção e outra a estabilidade das concepções políticas. A verdade é por essência imutável e a adesão do espírito à verdade, ou sejam as certezas do espírito são essenciais ao progresso das sociedades humanas”.¹⁴⁹

O ano de 67 poderia ter comemorado outro quadragésimo aniversário, o da única vez que Salazar ultrapassou as fronteiras da Península Ibérica, indo à Bélgica para um congresso católico,¹⁵⁰ e isto talvez tenha ocorrido pela animação e sucesso de sua primeira viagem de avião, quando foi a Braga, no ano anterior, para as comemorações do quadragésimo aniversário do 28 de Maio...

Contudo, ao invés de comemorações, escândalo. Se não bastasse o agravamento da situação na África, na metrópole agitava-se sob o véu do poder um rumoroso caso de aliciamento e corrupção de “raparigas menores”, envolvendo pelo menos um ministro e figuras do círculo palaciano. A renúncia do ministro da justiça, em setembro, foi ocasionada pela intervenção direta de Salazar, suprimindo provas do processo. Compreende-se seu esmero, afinal, o êxito total do regime não podia ser abalado por uma questão que envolvia exatamente um outro pilar central de sua construção, a moralidade. O caso dos *ballets-rose*, como ficou conhecido, teve repercussão após sua divulgação pelo *Sunday Telegraph* inglês, citando em dezembro matéria do *Jeune Afrique*, com manchete bem característica desse tipo de notícia, aliás,

¹⁴⁸ SALAZAR, 1967. p. 435-6.

¹⁴⁹ SALAZAR, 1967. p. 437.

¹⁵⁰ OLIVEIRA, 1989. p. 97.

com as quais eles sempre estiveram relativamente acostumados: “*Vice scandal shakes portuguese cabinet*”. O governo, mais uma vez, acusou a oposição ao sistema de “divulgar notícias falsas no estrangeiro, susceptíveis de prejudicar o bom nome de Portugal” e, mais grave pelo que ele encarnava, de colocar sob suspeita os atributos morais e religiosos de Salazar. Indesculpável. Mário Soares foi preso sob tais acusações.

Em 1968, logo no ano em que mais outro quadragésimo aniversário foi comemorado, e esta, certamente, a comemoração mais jubilosa, 40 anos de efetivo poder, o engenheiro foi obrigado a abandonar seu projeto e a deixar o canteiro de obras, sem se dar conta de que sua edificação há muito ruía, pois, tudo indicava que ainda pensava como em setembro de 66, pouco menos de dois anos antes de ter que deixar o governo devido a um hematoma craniano causado por um acidente sofrido em plenas férias, ao comemorar o 33º aniversário do Estatuto do Trabalho Nacional, quando afiançara que sua quimera, que considerava nada menos do que uma revolução, ainda existia:

“No nosso século, somos a única revolução corporativa que triunfa: o facto merece relevo que todos quisesstes dar-lhe”.¹⁵¹

Por tudo, um caso de *tépida obstinação solitária*.

¹⁵¹ SALAZAR, 1967. p. 443.

3.1.4 O período caetanista: do futuro desconstruído à implosão dos escombros

Em 06 de setembro de 1969, exatamente um ano após o estado de saúde de Salazar ter-se agravado devido a um acidente vascular, o jornal de direita francês *L'Aurore* publica uma entrevista com o próprio Salazar, na qual ele “revela pensar ser ainda o Chefe do Governo ao descrever as visitas dos seus ministros, que simulam vir a despacho, e ao lamentar, por exemplo, que Marcelo Caetano continue a recusar-se a colaborar consigo e prefira ensinar na Universidade”.¹⁵² Isto foi possível porque, Salazar, após obter melhora em seu estado de saúde, e sem que lhe tivessem informado sobre sua demissão, até porque Américo Tomás criou para ele o cargo de “presidente vitalício do Conselho”, voltou a ocupar a residência do chefe de Governo, enquanto Caetano, escolhido para ser o novo presidente do Conselho, ficava em sua própria casa. Tal situação, quase inacreditável – uma espécie de usufruto do poder –, era, naturalmente, censurada no país. De qualquer forma, a simples submissão de Marcello Caetano a essa encenação reveste-se de um falso caráter humanitário inclassificável, e, certamente, marcou como uma nódoa a autoridade de seu governo, e se constituiu, também, em um dos motivos pelos quais, em nosso entender, apegou-se com tanto esmero ao aparelho estatal herdado e tentou exercer o poder como seu mestre e mentor, não descurando, inclusive, da repressão política. Salazar estava mesmo certo quanto ao caráter diligente que reconhecia nele...

O político Caetano, também professor, resultado de uma longa carreira dedicada ao salazarismo,¹⁵³ nutria interesse em exercer a chefia do governo pelo menos desde 51, ano do falecimento de Carmona, quando instou Salazar a ocupar a presidência da república, vaga pela primeira vez no Estado Novo, o que abriria espaço para a sua ascensão ao centro do poder, a presidência do Conselho de Ministros.¹⁵⁴ Pela altura em que corria a Ditadura, tal sugestão pode ser caracterizada como ingenuidade ou como desconhecimento das reais, e, diga-se de passagem, razoavelmente explícitas, intenções do todo-poderoso construtor do Estado Novo.

Afastando-se do círculo ministerial em 67, mas mantendo-se politicamente à mão, no posto vitalício de membro do Conselho de Estado desde 52, era considerado por Salazar como

¹⁵² MORAIS; VIOLANTE, 1986. p. 209. Salazar chegou a ir à TV agradecer o interesse da população pela sua recuperação, e, nas eleições de 69 para a AN, foi votar! (Cf. GEORGEL, 1985. p. 89.).

¹⁵³ Cf. GEORGEL, 1985, principalmente, p. 87-101.

¹⁵⁴ Cf. MORAIS; VIOLANTE, 1986. p. 129.

um dos poucos políticos confiáveis e capazes do grupo de falcões e nulidades que o cercava ¹⁵⁵, e que era assim mantido, possivelmente, como uma estratégia de preservação do poder.

Nessa mesma crise causada pela ameaça das oposições em lançar candidaturas à presidência, como vimos, ele cumpriu importante papel, apresentando um parecer favorável ao sistema, conferidor de legitimidade jurídico-formal ao processo, e, conseqüentemente, ao modo como o governo o conduziu. Em 62, em um gesto de difícil avaliação, pois em sintonia com setores do governo, mas, também, com a oposição, e respondendo à sigilosa consulta de Salazar, sugere a constituição de uma federação de estados na África colonial.¹⁵⁶

Quando assume o poder em 68,¹⁵⁷ ano em que, antes de sua posse, um personagem que se tornaria chave na negociação de sua própria destituição do poder em 74, o brigadeiro António de Spínola, foi nomeado Governador e Comandante-Chefe das Forças Armadas na Guiné, e a OUA, passou a reconhecer o MPLA como o único representante do povo angolano, em detrimento da FNLA, tal solução para os territórios coloniais já estava totalmente inviabilizada, e, no mesmo sentido, sua estreita formação política na seara salazarista o impediria de iniciar a reforma necessária para que fosse possível uma solução negociada para a guerra. Para que se tenha uma idéia de seu atrelamento e respeito – ou foi o imobilismo herdado que se tornou compulsório? – ao fantasma vivo de Salazar e do salazarismo, dos quinze membros de seu primeiro gabinete, onze foram reconduzidos, pois ocupavam pastas desde o último rearranjo procedido pelo ex-presidente do Conselho pouco antes do acidente.

Não obstante, na tentativa de imprimir feição própria ao Estado Novo, já no início de outubro lança a idéia do que entendia ser um novo rumo para a política do país, o Estado Social, frisando, entretanto, sua distinção de qualquer concepção socialista:

“Preconizo um Estado social, mas não socialista. Social na medida em que coloca o interesse de todos acima dos interesses dos grupos, das classes ou dos indivíduos. Social porque faz prevalecer esse interesse por meio de uma autoridade baseada na razão colectiva. Social quando procura promover o acesso das camadas menos privilegiadas da população às vantagens da vida moderna, e a proteger aqueles que nas relações de trabalho podem considerar-se mal divididas. Mas não socialista, porque pretende conservar, dignificar, estimular mesmo a iniciativa privada, e dar às empresas a possibilidade de fazerem o que o Estado não poderia nunca realizar sozinho”.¹⁵⁸

¹⁵⁵ Cf. GEORGEL, 1985. p. 46-7.

¹⁵⁶ Cf. MORAIS; VIOLANTE, 1986. p. 182.

¹⁵⁷ A escolha de Caetano para dar continuidade ao regime salazarista envolveu ações não muito claras, como aliás é praxe em regimes autoritários; Manuel chega a afirmar, porém sem citar a fonte, que Caetano se comprometeu, por escrito, a continuar buscando uma solução militar para a guerra colonial. (MANUEL, 1995. p. 25).

¹⁵⁸ Apud GEORGEL, 1985. p. 93.

Esse discurso tímido e tosco ambienta o quadro de ocorrências do final desse mesmo mês, quando um estudante morre após estar dois meses em poder da PIDE e parentes de presos políticos são presos na seqüência de manifestações pela anistia.

Contudo, ainda que permitindo, por exemplo, a volta de Mário Soares ao país, pois este havia sido desterrado para São Tomé em decorrência do caso dos *ballets-rose*, e também tenha imprimido nova dinâmica no âmbito dos contatos internacionais, recebendo o chanceler alemão e sediando uma reunião da OTAN, Caetano vê Portugal ser novamente condenado na ONU por maioria esmagadora, em novembro.

No quadro político interno, remodelando a estrutura do estado, mostra a necessidade de ampliar (!) o controle salazarista ao unificar os secretariados da Assembléia Nacional e da Câmara Corporativa. Na UN produz também modificações na estrutura diretiva, embora tenha colocado um político reconhecidamente “liberal” como presidente da nova Comissão Executiva.¹⁵⁹

No último mês do ano de sua chegada ao poder, crescem as reivindicações e pressões sobre o governo, movidas por estudantes, trabalhadores e forças políticas organizadas, e que podem ser avaliadas pelos seguintes pontos constantes do “Manifesto à Nação”, subscrito por cerca de quatrocentas assinaturas: “lei de Imprensa que assegure a liberdade de expressão; ampla amnistia para presos e perseguidos políticos; extinção das medidas de segurança; lei eleitoral que satisfaça condições mínimas exigidas pela Oposição desde 1945”.¹⁶⁰

Em 69, intensifica-se o propósito de se imprimir uma nova dinâmica e uma certa modernização ao aparelho de estado, inclusive na África, onde se inicia a construção de uma obra de engenharia portentosa, a barragem de Cabora-Bassa, que para além dos resultados econômicos, de planejamento e políticos, que se materializariam no eixo composto pelos aliados no isolamento internacional naquela época, Lisboa-Pretória-Salisbury, esse sim, um indiscutível “eixo-do-mal”, era considerada uma obra estratégica para o futuro da guerra,¹⁶¹ como noticiaria o Diário de Notícias: “A construção da barragem de Cabora-Bassa não permitiria apenas terminar com a guerrilha, que é muito activa no Norte de Moçambique desde há cinco anos, mas também instalar um milhão de portugueses no Vale do Zambeze, o que não é só de uma grande importância para o futuro de Moçambique, mas também para o de toda a África Austral”.¹⁶²

Por outro lado, logo em janeiro, intensificam-se, também, as manifestações dos católicos, que já no final de 68 iniciaram vigílias pela paz, condenando a política colonial. Nesse mesmo

¹⁵⁹ Cf. MORAIS; VIOLANTE, 1986. p. 204.

¹⁶⁰ MORAIS; VIOLANTE, 1986. p. 204.

¹⁶¹ MARQUES, 1977. p. 257.

¹⁶² Apud MORAIS; VIOLANTE, 1986. p. 206.

mês, Caetano inaugura o que pretendia que fosse o cadinho carismático-informal de seu governo, um programa em rede de rádio e TV, provincianamente chamado “Conversa em família”.

Na reforma ministerial que faz em março, nove ministros da herança de Salazar ainda permanecem em suas pastas. Em abril um diferencial com relação a uma certa parte do imobilismo da antiga administração do país, Caetano vai à África, em visita às colônias que abrigavam, como chamam os militares, os três teatros de operações de guerra: Angola, Guiné e Moçambique. Enquanto isso, na metrópole, em Coimbra, inicia-se uma crise sem precedentes no meio estudantil universitário que caminhou para uma greve dos estudantes, apoiada por parte dos professores, e que acabou por levar o governo a fechar a Universidade em maio, sendo que no mês seguinte houve um bem sucedido boicote aos exames. Neste particular, duas observações importantes: primeiro, o fato de os tribunais, em sensível mudança de postura frente ao regime, passarem a absolver os estudantes detidos, obrigando a que o governo alterasse seus procedimentos policial-administrativos para que viesse a alcançar o efeito repressivo que desejava, e, segundo, o fato de que cerca de cinquenta estudantes, considerados lideranças políticas, foram compulsoriamente integrados às forças armadas e enviados para a guerra.¹⁶³ Um ano depois, num gesto de boa vontade do governo, os processos movidos contra os estudantes são arquivados, e eles são reintegrados à academia. Afinal, Caetano, quando renunciou ao mandato de reitor da Universidade de Lisboa, em 62, em meio a uma outra crise estudantil, o fez por ter tomado partido dos estudantes, acabando por entrar em confronto com o regime, e renunciando inclusive, também, a sua cadeira na Comissão Executiva da UN.¹⁶⁴

A perspectiva de realização em outubro das primeiras eleições para a AN sob o comando de Caetano mobiliza tanto as oposições como o governo. Este, pelo seu lado, e no sentido de mostrar que algo havia mudado, tratou de propiciar formalmente condições mínimas, reivindicadas desde sempre, para que as oposições pudessem tentar mais do que uma simples participação conferidora de legitimidade ao pleito, como, por exemplo, cédulas iguais e acesso à listagem dos eleitores. Tal liberalidade provocou os ânimos dos asseclas do fantasma vivo, e a direita protestou publicamente contra aquele novo governo que não se mostrava à altura do regime que herdara.¹⁶⁵ Pelo primeiro teste, pelo menos público, pode-se avaliar quão difícil seria a vida do substituto de Salazar...Por outro lado, o regime também aproveita para tentar tornar o resultado do pleito um fator de legitimação das velhas posições do novo governo, imputando-lhe um caráter plebiscitário, tendo como questões de fundo a “defesa do Ultramar” e a “manutenção

¹⁶³ Cf. MORAIS; VIOLANTE, 1986. p. 208-9.

¹⁶⁴ Cf. GEORGEL, 1986. p. 90.

¹⁶⁵ Cf. GEORGEL, 1986. p. 89.

da ordem pública”.¹⁶⁶ Este segundo ponto dizia respeito tanto às acaloradas manifestações estudantis, como também às greves dos trabalhadores no setor privado, que desde de 68 vinham-se intensificando e se tornando mais politizadas, chegando a levar, em setembro de 69, os trabalhadores da Companhia União Fabril (CUF), maior grupo econômico português na época, a divulgarem um manifesto no qual exigiam “o final da guerra em África, amnistia para os presos políticos, abolição das medidas de segurança, extinção da PIDE, dos tribunais plenários, da censura”.¹⁶⁷

Quanto aos meios oposicionistas, é divulgada uma “Plataforma de Acção Comum” pelo Movimento Democrático Português (MDP), grupo político ligado ao PCP. Este, por seu turno, se envolve em mais um de seus conflitos com os socialistas, com acusações mútuas sobre a quebra de compromisso para a apresentação de listas unitárias. Por fim, em Lisboa e Braga, e no Porto, a oposição concorre com mais de uma lista. Observe-se uma ocorrência de grande significado, um segmento liberal próximo do governo lançou quatro candidaturas nessa última cidade, sendo uma delas a do advogado Sá Carneiro, político que também cumprirá papel controverso no campo da centro-direita após o 25 de Abril. Estes postulantes são apresentados e concorrem pela UN, embora sem a ela pertencerem, e propõem um regime “de tipo europeu e liberal” para Portugal. Sá Carneiro, particularmente, se dizia estimulado pelas palavras de Caetano no início de setembro, quando este firmara posição contra a saída de Portugal da África, mas postulando pela concessão de autonomia gradativa às colônias e pela implementação de reformas políticas visando a pacificação da sociedade. Certamente tarde para um país que em junho recebera outra moção de censura do Comitê de Descolonização da ONU, e, dois dias antes das eleições, expulsou uma delegação da Internacional Socialista que tinha como propósito declarado acompanhar a fase final do processo eleitoral.

Em outubro, então, numa demonstração de que a máquina ainda estava azeitada, novamente a UN ocupa todas as cadeiras, obtendo 88% dos votos, com 38,5% de abstenções. A nova Assembléia sofre renovação de 2/3 de seus deputados e abriga um grupo de deputados, que se farão influentes e que irão constituir a chamada “ala liberal”.¹⁶⁸ Logo após a instalação da 10ª Legislatura da AN, militantes e candidatos oposicionistas são presos e suas sedes de campanha são fechadas, tornando ainda mais retórico o discurso caetanista. Por tudo, as oposições novamente protestaram veementemente. E a mobilização dos trabalhadores, objetivando greves, se intensificaram.

¹⁶⁶ Cf. MORAIS; VIOLANTE, 1986. p. 209.

¹⁶⁷ MORAIS; VIOLANTE, 1986. p. 209.

¹⁶⁸ Cf. MORAIS; VIOLANTE, 1986. p. 210.

A tentativa de mudança de imagem frente à comunidade internacional tem continuidade ao longo deste ano de 69. O presidente do Conselho aproveita o funeral de Eisenhower e vai a Washington; visita o Brasil, que mesmo com os militares no poder vinha, já desde os últimos tempos com Salazar, fazendo coro com as pressões internacionais, inclusive na ONU, contra a situação na África; e, recebe Giscard d'Estaing, que sabia muito bem quais eram os males e seqüelas de uma guerra colonial. Houve, nesse momento de troca de comando da ditadura, uma nítida ação por parte do Ocidente, no sentido de tentar reverter o que era desde muito uma mácula no mapa da Europa.

Os anos 70 iniciam-se com mais uma reforma ministerial, da qual cinco ministros do último gabinete Salazar ainda remanescem. Continuando na linha das remodelações, em fevereiro, a UN, por proposta de Caetano, torna-se a Acção Nacional Popular (ANP), da qual ele é o primeiro presidente da Comissão Central. Infelizmente, para uma sociedade esgotada politicamente, apenas uma troca de nome. Nesse mesmo mês, contudo, dá-se o início de um fato realmente novo, cerca de 150 personalidades, inclusive um filho de Caetano, solicitam autorização ao presidente do Conselho para a fundação de uma Associação para o Desenvolvimento Económico e Social (SEDES), que, após ter seus estatutos aprovados, é finalmente constituída em dezembro. Esta entidade, que cumprirá papel ativo no período que se estenderá até a Revolução dos Cravos, será a primeira instituição independente do Estado, com propósitos também políticos, a ter existência legal em Portugal após a instauração do Estado Novo, e estabeleceu como “princípios orientadores” de suas metas de cunho liberal e incorporadoras de uma justificada ansiedade da centro-direita:

“a) a obtenção de níveis elevados de desenvolvimento técnico, económico e cultural do País e a correspondente garantia de satisfação das necessidades individuais e colectivas; b) a definição de esquemas de participação activa das populações, através de estruturas pluralistas, na construção e gestão da comunidade económica, social e política; c) a obtenção de iguais oportunidades económicas e culturais para toda a população e o desaparecimento de grupos sociais privilegiados; d) a organização de estruturas que permitam uma ampla e livre expressão das capacidades criadoras individuais, embora condicionadas pelos limites decorrentes da vida em sociedade; e) a colaboração da comunidade nacional na construção e funcionamento da ordem internacional”.¹⁶⁹

Apesar de reconhecermos as dificuldades de viabilização de uma entidade com tais características em um ambiente político que tendia a fechar-se cada vez mais, pensamos que a SEDES, que elaborou um “Diagnóstico-projecto da sociedade portuguesa”, que pretendia que

¹⁶⁹ VILAR; GOMES, 1973. p. 20-1. Um ano após sua fundação, a SEDES congregava 408 associados, sendo 320 em Lisboa, 72 no Porto e 16 em Évora; e, em dezembro de 72, esse total chegaria a 588, com 450, 109 e 29 associados, respectivamente, nessas mesmas cidades. (p. 33-4).

fosse a base para suas ações, não poderia ter-se omitido, como o fez, quanto à questão colonial. Pode ter sido uma estratégia para negociar com o governo, mas que era bem adequada a vícios liberais era.

Em contrapartida, mas em caráter oficioso, mais para o final do ano é fundada a Intersindical, a partir de um “Encontro Nacional de Direcções Sindicais”, com o objetivo de viabilizar a ação conjunta contra o governo em importantes assuntos trabalhistas e de política sindical, tais como, “contratação colectiva, suspensão de direcções sindicais e encerramento de sindicatos”.¹⁷⁰ As greves, por sinal, intensificaram-se ainda mais nesse período que se segue até 25 de Abril, em um desafio ao que deveria ser a política corporativa do governo com relação à regulação do trabalho, mas que, na verdade, como ocorre de modo geral em momentos políticos como o que se vivia, ultrapassaram logo o caráter reivindicatório para denunciarem a total omissão do estado frente a tudo que poderia dizer respeito ao mundo do trabalho, a começar pela inexistência de uma lei de greve, já que tanto a Constituição como o Estatuto do Trabalho Nacional proibiam a greve e o *lock-out*, *delitos* que, devido a sua natureza e à natureza do regime, estavam submetidos à minuciosa tipificação penal.¹⁷¹

Em março, ocorre uma alteração que diz respeito à África, o general Kaúlza de Arriaga é nomeado Comandante-Chefe das Forças Armadas de Moçambique. E, em abril, deputados da “ala liberal” atendendo a uma recorrente reivindicação, apresentam um projeto de “lei de imprensa”, que, embora propusesse o fim da censura prévia, conservava regime especial para as “notícias militares” enquanto houvesse guerra nas colônias.

Quanto à relação com o mundo exterior, se Portugal, por um lado, recebe o secretário de Estado americano, William Rogers, por outro, recebe também o primeiro-ministro da África do Sul.. O Conselho da Europa promove, em Estrasburgo, um colóquio sobre as violações dos direitos humanos no país, e a OIT o denuncia pela violação de direitos sindicais. Entretanto, será no Vaticano, em julho, que o sistema sofrerá um grande revés político e simbólico, pois Paulo VI recebe os dirigentes dos principais movimentos nacionalistas que lutavam pela independência das colônias, MPLA, FRELIMO e PAIGC.¹⁷² Este gesto papal, que provoca tensão entre Lisboa e a Santa Sé, exige, pela sustentação e fidelidade que a Igreja dispensou ao regime desde a primeira hora, que Caetano o explique à população por cadeia de rádio e TV, e ele, de forma

¹⁷⁰ MORAIS; VIOLANTE, 1986. p. 216.

¹⁷¹ Cf. PIRES, [1974?].

¹⁷² Cf. MORAIS; VIOLANTE; 1986. p. 215.

exemplarmente salazarista, culpa a “diabólica perfídia” dos inimigos do país que se aproveitaram da benevolência e da rotina diplomático-religiosa do Sumo Pontífice.¹⁷³

Neste mês de julho, entretanto, caiu o pano, encerrando-se a última temporada da ópera-bufa cujo protagonista tornara-se, pouco a pouco, física e politicamente moribundo. Referimo-nos ao falecimento de Salazar, aos 81 anos, metade dos quais plenipotenciariamente no poder. Marcello Caetano, agora, ficaria às voltas com o fantasma do morto.

Em setembro, são fundados na clandestinidade o Movimento Reorganizativo do Partido do Proletariado (MRPP), de tendência maoísta, e que se alinhará na extrema esquerda no espectro partidário após abril de 74, e o Comité de Ligação dos Militantes Revolucionários Portugueses, primeira organização trotskista a se constituir em Portugal. Ainda em setembro, o governo português rejeita as propostas de Kenneth Kaunda, presidente da Zâmbia, país vizinho de duas das colônias portuguesas, Angola e Moçambique, e de Leopold Senghor, carismático presidente do Senegal, vizinho da Guiné, para por fim à guerra colonial. Pouco depois, seis oficiais do exército português desertam, fato que embora censurado, foi divulgado, em procedimento que certamente não foi gratuito, pelo próprio ministro do Exército em discurso no final do ano.

No seu término, este ano de 70 assiste a ações de facções que optaram pela luta armada, bem como, há uma mobilização tanto do governo como de dois segmentos da AN para a apresentação de projetos visando reformar a Constituição. Por outro lado, inúmeros conflitos de ordem trabalhista são registrados, principalmente greves.

O ano de 71 inicia-se com a intensificação da aproximação de Portugal com a Comunidade Econômica Européia (CEE), iniciada no ano anterior, e que para além dos aspectos econômicos carregava potencialmente significativa repercussão política, na medida em que poderia tirar Portugal do isolamento no cenário internacional, uma tentativa de quebra da quarentena colonial, imposta pela ONU, que se delongava, como vimos, desde os anos 50. Na habilidade para tratar de assuntos dessa natureza, entretanto, permanecia um ranço salazarista, pois, em junho, Portugal retira-se da UNESCO, consumando decisão tomada, como uma reafirmação de propósitos originais, em maio, em mais um aniversário da Ditadura. A alegação formal, que mais parecia um formal de culpa, acusava esta organização de “apoiar financeiramente os movimentos terroristas antiportugueses, a pretexto de auxílio à educação nas regiões pretensamente libertadas da África portuguesa”.¹⁷⁴

¹⁷³ Cf. GEORGEL, 1986. p. 93.

¹⁷⁴ Apud MORAIS; VIOLANTE, 1986. p. 222 e 221.

Ainda nesse âmbito, na Reunião do Conselho Atlântico, realizada em Lisboa, o ministro dos Negócios Estrangeiros da Noruega provoca uma rusga diplomática ao criticar severamente a política portuguesa para a África.

Entrementes, cresceram internamente as manifestações organizadas contra a guerra, bem como, empregados do comércio e de escritórios, setores via de regra amortecidos politicamente, iniciaram protestos e reivindicações de melhores condições de trabalho, incluindo-se aí o direito a descanso semanal. No mesmo sentido, porém com ações bem mais contundentes, desdobaram-se as ações armadas na metrópole e em representações portuguesas no exterior, com tal repercussão que o governo solicita à AN a elaboração de legislação específica para combatê-las, uma vez que já não podiam mais ser abafadas. Nesse particular, as Brigadas Revolucionárias (BR), organização que também ocupará espaço à esquerda do PCP após 74, e que vinha intensificando suas ações e expondo o regime cada vez mais, divulga documento sobre sua posição política, com projeto e forma de atuação.¹⁷⁵

No âmbito jurídico-político, o governo mostrou que agira com argúcia ao promover alterações nas estruturas de sua sustentação tanto na UN como na AN, uma vez que conseguiu fazer valer o seu projeto de revisão constitucional, freando o ímpeto da “ala liberal”, embora suas propostas para o Ultramar não tivessem sido bem aceitas pelos segmentos que se consideravam guardiões do salazarismo, como a indefectível Legião Portuguesa.¹⁷⁶ De qualquer modo, com relação à África, Spínola, em viagem a Lisboa, ratifica a política do governo para as colônias, e anuncia um grande investimento em dois complexos industriais.

No ano seguinte, 1972, Portugal consegue assinar, em julho, o acalentado acordo com a CEE, que, apesar de sua resistência política frente à pressão europeia contra a política colonial, ofereceu bases comerciais, de imediato e para o futuro, realmente compensadoras. Note-se que, dois meses antes, um jornal português de extrema-direita instou o governo a proibir a propaganda a favor da integração do país àquela organização, pois denunciava que tal passo estava condicionado à renúncia da imposição colonial aos territórios africanos.¹⁷⁷

No entanto, em dois outros foros internacionais a pressão aumentava sensivelmente. Em Genebra, em sessão da OIT, Portugal viu-se obrigado a abandonar a Conferência, após a aprovação de resolução que condenava suas ações na África, apontando a prática de opressão política, discriminação racial e de violação dos direitos sindicais.¹⁷⁸ Já a ONU, dedicou o mês de

¹⁷⁵ Cf. MORAIS; VIOLANTE, 1986. p. 224.

¹⁷⁶ Cf. MORAIS; MORAIS, 1986. p. 221.

¹⁷⁷ Cf. MORAIS; VIOLANTE, 1986. p. 225 e 227.

¹⁷⁸ Cf. MORAIS; VIOLANTE, 1986. p. 228.

novembro a exigir que Portugal se retirasse da África, decidindo, inclusive, manter a questão permanentemente em sua agenda de trabalho. Além da exigência de que o governo português cessasse as operações militares e abrisse negociações visando a autodeterminação e independência dos povos envolvidos na guerra, as Nações Unidas aprovaram resolução – com 99 votos a favor, 23 abstenções e apenas cinco votos contrários, dos Estados Unidos, Inglaterra, França, África do Sul e o seu próprio – solicitando que seus membros apoiassem os movimentos de libertação. Nesse mesmo mês, o PAIGC foi admitido nessa organização como observador, após ter sido reconhecido em meados do ano como o único representante do povo guineense. Decisões que certamente justificariam as visões persecutórias de Salazar.

Faz-se interessante notar que, em maio, houve um encontro secreto entre Spínola e Leopold Senghor, em território senegalês, sendo proposto a Spínola encontrar-se com Amílcar Cabral, líder do PAIGC assassinado em janeiro de 73, para a negociação do cessar-fogo e de bases para o estabelecimento de um governo transitório bilateral, proposta que se poderia considerar, naquela altura da guerra, honrosa para Portugal. Esta possibilidade, porém, foi obstada por Marcello Caetano.

Em junho, um movimento interessante do governo no sentido de camuflar o cerceamento de liberdades, extinguindo a censura e instituindo o “exame prévio” em publicações, não permitindo, entretanto, que este procedimento fosse nelas divulgado. Triste letra para a nova lei de imprensa. Ainda no âmbito da repressão maquiada, em setembro, Caetano reestruturou a Direcção-Geral de Segurança (DGS), a sucessora da PIDE, ampliando seu efetivo para cerca de 3.650 funcionários, e, mais importante, adaptando aos crimes considerados políticos pelo sistema, e sob investigação da DGS, as alterações procedidas pelo governo, em maio, nos códigos penal e processual penal. Com isso, concedia à polícia política na fase de instrução preparatória da acusação prerrogativas do judiciário, ao sobrepor diretores, subdiretores, inspetores, etc, a juízes e ao Ministério Público.

Por procedimentos como esse, a “ala liberal” da AN, logo em janeiro, já começava a demonstrar descrença na possibilidade de alteração substantiva do quadro político-constitucional. O deputado Sá Carneiro, que efetivamente empenhou-se na defesa das liberdades clássicas e do estabelecimento do estado de direito, declarou, em entrevista, que seu assentimento em sair candidato a deputado em 69 decorreu da crença na disposição do novo governo em promover uma “democratização a curto prazo”, entretanto, foi forçado a reconhecer em um artigo de jornal que “(...) a situação das pessoas relativamente às liberdades que mais interessam à vida política é, em 1972, a mesma que em 1933”, e também que a revisão constitucional tal como

fora procedida, bem como o processo eleitoral pouco transparente, impediam qualquer possibilidade de o país rumar para um “regime político do tipo europeu ocidental”.¹⁷⁹

Tal posição de descrença viria a ser tristemente ratificada, ao longo do ano, por um lado, pelo aumento da repressão aos protestos generalizados, de setores da Igreja, inclusive com a prisão de padres e leigos, de estudantes, de defensores dos presos políticos, e de associações de ajuda a desertores das forças armadas que se instalaram principalmente nos países nórdicos, e pela multiplicação das greves, agora também com maior mobilização dos trabalhadores em serviços públicos, por outro, pelo aumento das ações de guerrilha urbana. Acrescente-se que, em julho, Américo Tomás seria pela última vez reconduzido à presidência, como candidato único da ANP, eleito indiretamente por esmagadora maioria, mas, sinal da tênue abertura caetanista, com 69 votos nulos.

Em novembro, houve ainda um fato importante para o futuro político do país, pois ajudou em muito a viabilizar a mobilização militar para que pudesse ser levada a efeito a Revolução de 74, o general Costa Gomes, que era o Comandante-Chefe das Forças Armadas em Angola, passou a ocupar o Comando do Estado Maior General das Forças Armadas (CEMGFA).

O ano de 1973 foi decisivo para o futuro do país, pois no seio da única instituição com condições para tomar o poder e promover algum tipo de reforma, as forças armadas, engendraram-se golpes que pretendiam, por caminhos distintos, por fim, na verdade, à agravada agonia vivida pela sociedade portuguesa, principalmente, na última década. Entretanto, antes de abordarmos os passos referentes aos movimentos dos militares, fixaremos o quadro geral da situação política na qual literalmente repousava de forma cada vez mais desconfortável o governo, e, por total falta de opção, a população.

No âmbito internacional, a já regular condenação da ONU à política colonial, deve-se acrescentar a denúncia, inicialmente pelo *Times*, em julho, mas logo repercutida pelos principais jornais europeus, e aludida também pelo papa, de um massacre ocorrido em dezembro de 72, em Moçambique, no qual tropas portuguesas mataram cerca de 400 civis africanos, incluindo mulheres e crianças. Embora a Igreja tenha comunicado, em abril, o fato ao governo, Caetano, que viajou logo em seguida exatamente para Londres, onde, por sinal, foi friamente recebido e, até mesmo, hostilizado, insistiu em desmenti-lo, porém, destituindo o Comandante-Chefe das Forças Armadas de Moçambique, Kaúlza de Arriaga. Contudo, tendo em vista as evidências, em dezembro, a própria ONU, com 109 votos favoráveis, 12 abstenções e apenas 4 contrários – o

¹⁷⁹ Apud MORAIS; VIOLANTE, 1986. p. 226.

de Portugal, evidentemente, o da África do Sul, e mais a Espanha e os Estados Unidos –, aprovou a constituição de uma comissão para apurar no local a dimensão da tragédia.¹⁸⁰

Há ainda nesse contexto dois registros. No mesmo dezembro, Portugal que havia deixado a UNESCO, abandona agora a FAO. Por outro lado, o governo foi forçado a impor o racionamento de combustíveis, e principalmente de gasolina, devido ao boicote imposto pelos países árabes, particularmente pela permissão de utilização pelos Estados Unidos da ilha de Lajes, criando melhores condições para o apoio americano a Israel na guerra do Yom Kipur.

Na África, a situação da Guiné-Bissau evoluía como um concerto bem conduzido. Em termos militares, o PAIGC passou a dispor de mísseis terra-ar SAM, de fabricação soviética, anulando a até então única superioridade portuguesa, a guerra aérea. Com a consolidação cada vez maior de suas posições nos campos de batalha, o PAIGC consegue vitórias significativas no campo político, após declarar a independência das zonas liberadas, em setembro, com a instalação formal de uma administração governamental, de um executivo, da Assembléia Nacional Popular, e com a promulgação de uma constituição política, abrindo caminho, assim, para o reconhecimento da República da Guiné-Bissau pela ONU em novembro.

Na metrópole, o ano se inicia com defecções nos quadros liberais da AN. Primeiro, Sá Carneiro, que diria depois, ao ser perguntado se sua atuação teria sido exitosa com relação ao programa que havia levado para a AN, que, “como deriva de tudo que já disse, a minha actuação não teve quaisquer resultados; não obteve pois, nesse aspecto, menor êxito; nem podia obter, ante o retrocesso político verificado após as eleições. A única vez que a maioria esmagadora me deu razão foi quando aceitou a minha renúncia”.¹⁸¹ Depois, o professor Miller Guerra, na seqüência de um violento discurso contra a repressão policial e o constrangimento moral, que chegou a proceder a demissão de funcionários públicos, impostos pelo governo aos arrolados no episódio de protesto ocorrido na Capela do Rato em dezembro. A carta-renúncia de Sá Carneiro não foi divulgada pela Assembléia, e o discurso de Guerra é publicado na imprensa com cortes impostos pela censura.

Mais à esquerda, os membros da Acção Socialista Portuguesa (ASP), em Bonn, decidem transformá-la em Partido Socialista (PS). Em setembro, PCP e o PS firmam em Paris um pacto visando otimizar a luta contra o governo português. Na extrema esquerda prossegue a proliferação de grupos que reivindicam o conhecimento do verdadeiro caminho para a

¹⁸⁰ Cf. MORAIS; VIOLANTE, 1986. p. 231; 236; 237-241.

¹⁸¹ Apud PINTO (coord.), 1973. p. 20.

revolução, bem como, as ações de guerrilha urbana tornam-se mais ousadas, o que levaria a dois deputados sugerirem na AN a adoção da pena de morte para “os terroristas”.

Em junho, Marcello Caetano, em um encontro de membros da ANP, explicita sua visão de futuro político para o país:

“(…) Não pensem os ingênuos que há terceiras vias. Que pode ter êxito um regime liberal-democrata para o qual, mesmo no tempo em que era actual na Europa, nunca mostramos capacidade ou alguma fórmula de social democracia sem dirigentes nem apoio popular. Qualquer experiência desse género ainda que artificialmente sustentada pelo apoio estrangeiro – e a Internacional Socialista não esconde os seus propósitos de transformar o País em coutada sua – não passaria de fórmula transitória”.¹⁸²

Certamente por ter esta posição tão receosa, o regime preocupou-se em aumentar significativamente o contingente de presos políticos, em reprimir com mais vigor as manifestações da oposição e a intensificar ainda mais a repressão ao meio acadêmico, com o fechamento de faculdades, como a de Letras da Universidade de Lisboa, e o encerramento de Associações estudantis, de tal forma que na altura do 25 de Abril haviam apenas duas abertas em todo o país. Por isso, ocupa-se também em regulamentar o serviço e em ampliar os quadros dos vigilantes em estabelecimentos de ensino superior...¹⁸³

Em 28 de outubro, uma comemoração de mais um aniversário do regime recheada de êxito, a ANP elege mais uma vez todos os seus candidatos à AN, sem que nem a Oposição Democrática e nem os liberais tenham apresentado listas. A acusação de ambas as correntes, sendo que a dos liberais apoiava-se, também, na experiência de participação nas últimas legislaturas, era a mesma, total falta de garantia de lisura no processo, que o governo cuidara em tornar ainda mais fechado, com alterações na lei eleitoral que tornavam inelegíveis ou passíveis de suspensão de direitos políticos todo candidato ou deputado que viesse a proceder como procederam os membros da “ala liberal” na última formação da Assembléia. Isto sem entrar no mérito de que o colégio eleitoral era formado por apenas pouquíssimo mais do que 2% da população do país.

No mês de novembro, ao realizar outra reforma ministerial, Caetano ainda conservou um ministro de Salazar, e em uma pasta chave, principalmente para um país em guerra, o Ministério da Defesa. E, no mês seguinte, talvez se dando conta muito tardiamente da necessidade de

¹⁸² Apud MORAIS; VIOLANTE, 1986. p. 236.

¹⁸³ Cf. MORAIS ; VIOLANTE, 1986. p. 233; 236 e 240.

instituir algum lastro para o regime além da repressão brutal, e no limite que a criatividade de uma trajetória personalista permitia, criou a Fundação Salazar.¹⁸⁴

Cabe agora referir-nos às Forças Armadas, mais particularmente aos passos que levaram à organização do Movimento dos Capitães (MC), apenas, observando antes que o governo procurou incentivar no continente a idéia de que havia uma relação positiva dos militares com o que se passava na África, com a realização, por exemplo, de um Congresso dos Combatentes do Ultramar, no qual os seus integrantes assumiram a posição de que se propunham a “combater tudo quanto ameace a unidade e grandeza de Portugal”.¹⁸⁵ Houve, no entanto, forte reação por parte de cerca de 400 oficiais, que questionaram a representatividade dos participantes dessa promoção do governo. Por outro lado, deve-se atentar para a trajetória de Spínola. Em maio, ele promoveu na Guiné, onde era Governador e Comandante-Chefe das FA's desde 68, algo como um evento, o IV Congresso do Povo, uma tentativa de marcar a posição de um governo já reprovado internacionalmente em diversas instâncias, com uma denominação, por tudo que a sua trajetória iria mostrar posteriormente, de caráter francamente populista. Em agosto ele deixou a Guiné, e, em dezembro, o semanário Expresso, de propriedade de liberais, incluindo Sá Carneiro, fundado no início do ano, possivelmente como uma trincheira, na medida em que o afastamento dessa corrente da AN já era tido como certo, informa aos leitores que “o general António de Spínola conclui a última revisão do seu livro, que sairá em princípios de Janeiro. Trata-se de uma obra de tese, em que o autor analisa a situação portuguesa e apresenta a sua proposta sobre Portugal e o futuro (...)”, complementando com a notícia de que Spínola seria em breve nomeado para um “alto cargo militar no departamento da Defesa Nacional”.¹⁸⁶ De fato, em janeiro de 74, Spínola assume a vice-chefia do Estado-Maior General das Forças Armadas, cargo criado para ele.

Passemos, então, às origens do Movimento dos Capitães, que é a denominação que foi dada ao movimento militar constituído em sua maioria por oficiais com esta patente e por maiores, e que, no início de março de 74 transformou-se no Movimento das Forças Armadas (MFA). Na verdade, passemos à preparação da implosão dos escombros, à colocação de explosivos nas perfurações da estrutura do que ainda restava da desconstrução do futuro; parece tarefa talhada para militares.

¹⁸⁴ Cf. MORAIS; VIOLANTE, 1986. p. 240. Esta fundação sobrevive até hoje; e, sinal dos tempos, embora totalmente incompatível com seu patrono, dispõe de página na Internet: www.geocities.com/CapitolHill/Lobby/6559/.

¹⁸⁵ Apud MORAIS; VIOLANTE, 1986. p. 236.

¹⁸⁶ Apud MORAIS; VIOLANTE, 1986. p. 240.

Considerando que emigração desde há muito retirava de Portugal anualmente contingentes razoáveis de homens jovens, e que, após o início da guerra colonial, houve um acréscimo dessa prática por motivos óbvios, as forças armadas, e, particularmente, o exército, a cada ano do avançar da guerra, ressentia-se de quadros, mormente no nível de oficiais, uma vez que os potenciais ocupantes provinham, via de regra, de segmentos mais politizados e bem informados, possivelmente com inserção no meio universitário, o que contribuía para que assumissem uma posição severamente crítica com relação à política ultramarina, e, conseqüentemente, os levavam a sonegar a conscrição ou a contornar a possibilidade de ir para a frente de combate, embora isto estivesse se tornando cada vez mais difícil.

Exatamente pelo agravamento da deficiência de quadros de oficiais, em 13 de julho de 1973, o governo emite o Decreto-lei nº 353/73, o qual permite a passagem dos oficiais do Quadro Especial de Oficiais (QEO) aos quadros permanentes das armas de Infantaria, Artilharia e Cavalaria, desde que freqüentassem um curso intensivo de formação na Academia Militar (AM).¹⁸⁷ No dia 30, ocorrem os primeiros protestos por parte dos oficiais do Quadro Permanente que cursaram de forma regular a Academia. Fundamentalmente, apontam para a flagrante disparidade quando comparados os dois processos de formação, e, também, para o fato de que serão preteridos na fila de promoções. Os milicianos e os oficiais milicianos reagem e divulgam dois documentos, “Estagnação ou progresso?” e “Dos espúrios aos puros”.¹⁸⁸

Ao completar um mês, em discurso na Escola Prática de Infantaria, o ministro do Exército, Sá Viana Rebelo, tenta justificar o Decreto 353, porém, informa que o governo está ultimando algumas alterações em seu texto. De fato, no dia 20, pelo Decreto-lei nº 409/73, são alterados os artigos 3º e 6º do instrumento anterior.

Entretanto, as alterações não foram suficientes para reverter os ânimos, e, em 28 de agosto, um dia antes de Spínola deixar o governo e o comando geral das Forças Armadas na Guiné-Bissau, 51 capitães de diversas armas do QP em serviço nessa colônia, ou melhor, no que ainda restava dela para Portugal, encaminharam tanto ao presidente da República como ao

¹⁸⁷ Observe-se que o QEO foi criado em 27 de outubro de 1969, pelo Decreto-lei nº 49.324, com a finalidade de propiciar “instrução e enquadramento de unidades do Exército na Metrópole e no Ultramar”. (MORAIS; VIOLANTE, 1986. p. 209).

¹⁸⁸ Considerando que não é nosso propósito discutir o processo inicial de mobilização do militares, apresentaremos aqui apenas os passos que julgamos relevantes, observando que nos textos seguintes podem ser encontrados dados pormenorizados e, inclusive, cópias, dentre outros, dos documentos aqui referidos: RODRIGUES; BORGÁ; CARDOSO, 1974 – talvez ainda hoje o melhor relato dessa fase –, AFONSO, 1994 – um artigo dedicado à estruturação do MC em Moçambique –, WOOLLACOTT, 1983 – texto que mostra o pioneirismo dos jovens oficiais que estavam na Guiné-Bissau –, e, ALMEIDA, 1977 – uma espécie de etnografia apaixonada, fartamente documentada, elaborada por um militar que inclinou-se para a extrema esquerda ao longo do processo revolucionário.

presidente do Conselho de Ministros uma indignada exposição dos motivos de seus protestos, constando entre outros, que as alterações procedidas pelo governo contemplavam apenas os oficiais superiores, não levando em conta exatamente a situação daqueles “que têm sido e são quem tem suportado em maior grau de dureza as campanhas de África e a instrução das tropas na Metrópole”, e afirmando ainda que:

“Estes oficiais, que julgam interpretar o sentir de todos ao seus camaradas, ex-cadetes da então Escola do Exército e da actual Academia Militar, sentem-se feridos no seu prestígio, na sua dignidade, no seu brio profissional e ecletismo cultural, ao tomarem conhecimento que o curso da Academia Militar que freqüentaram durante quatro anos pode ser substituído por um curso intensivo de dois semestres”.¹⁸⁹

Logo no início de setembro, a questão demonstra ter mobilizado o oficialato, pois, em uma reunião nos arredores de Évora comparecem 136 oficiais, de patentes intermediárias, de todas as Armas e Serviços, e outro documento é elaborado e entregue novamente aos presidentes da República e do Conselho. Agora, em tom conciliador, mas, com alguma ameaça, o que deveria ser indesculpável em se tratando de meio militar, os oficiais do QP solicitavam que fosse estudada

“uma solução de justiça para os que ingressaram ou venham a ingressar no Quadro Permanente depois de terem prestado serviço como oficiais do Quadro de Complemento [QEO], sem todavia comprometer nem os interesses dos oficiais do Quadro Permanente nem o prestígio do Exército que devotadamente servem e estão determinados a não deixarem alienar”.¹⁹⁰

No dia 26, em reunião do Conselho Superior do Exército, o ministro Rebelo defende os decretos e coloca-se contra sua revisão ou revogação. Nessa mesma data, um documento firmado por 97 oficiais, baseados em Angola, reprovando os diplomas é entregue à presidência do Conselho.

Em 06 de outubro, ocorre a primeira decisão dos oficiais, agora já constituindo o Movimento dos Capitães (MC), cujo sentido, em nosso entender, já ultrapassava o âmbito militar, pois resolvem pedir demissão coletiva, caso suas solicitações não venham a ser atendidas. No meio do mês, o ministro do Exército forma uma comissão com a finalidade de estudar caso a caso a situação dos oficiais em função da aplicação dos decretos. O MC, enquanto isso, continuava a recolher os pedidos formais e individuais de demissão. E, no dia 23, a sua Comissão

¹⁸⁹ RODRIGUES; BORGA; CARDOSO, p. 379-80.

¹⁹⁰ RODRIGUES; BORGA; CARDOSO, p. 388.

Coordenadora (CCMC) interina divulga um documento-circular descrevendo o embate com o governo desde a publicação do primeiro decreto.

Novembro se inicia com mais uma circular da CCMC, reunida em Aveiras de Cima, na qual, para além da questão dos decretos, é novamente chamada a atenção para o desprestígio cada vez maior das forças armadas perante a sociedade. Em seu texto traz uma importante advertência, tendo em vista o vulto que o Movimento vinha tomando, o caráter refratário da maior parte dos militares com relação a assuntos políticos, e, ainda, o mais importante, o fato de que a CCMC cobrava a continuidade das ações deflagradas mesmo que o governo viesse a revogar os tais decretos:

“Como o nosso movimento está isento de qualquer cunho político – e qualquer insinuação/boato posta sobre possível manobra da oposição para “exploração” do “ingenuidade” (!) dos capitães é de rejeitar cm gargalhada –, não contamos, evidentemente, com a intromissão das forças policiais (estamos a pensar sobretudo na DGS) no assunto. No entanto, garantimos-te que o problema está pensado, e estão definidas as firmes atitudes a tomar, das quais terás em breve conhecimento”.¹⁹¹

Em 24 deste mesmo mês, em reunião no Estoril, o MC inicia seu processo de radicalização, uma vez que é apresentada uma proposta de tomada do poder pela força, um golpe de estado efetivamente, em contraposição à continuidade do encaminhamento das reivindicações pelos trâmites burocráticos e legais. Esta proposta perdeu devido a uma manobra da representação dos pára-quedistas, que, talvez, tenham sido nessa oportunidade *usados* pela primeira vez na revolução. Entretanto, o militar escolhido para dirigir o golpe, caso essa hipótese fosse a vencedora, teria sido o general Costa Gomes, com grande vantagem sobre o general Spínola, o segundo mais votado.¹⁹² Dois dias antes, o governo, com um novo titular na pasta do Exército, Andrade e Silva, através de decreto procede à reorganização dos cursos da AM, bem como, à reestruturação de seu quadro de professores.

Em primeiro de dezembro, um dia após a ONU reconhecer a Guiné-Bissau como um país independente, o MC, reunido em Óbidos, decide prosseguir com as tratativas com o governo em torno dos decretos. Mas, nessa reunião é formalmente escolhida uma Comissão Coordenadora efetiva, composta de 19 membros, que começam a avaliar com atenção a possibilidade de tomarem o poder. No dia 08, na Costa da Caparica, após a escolha da direção desta Comissão Coordenadora – tornando dirigentes Otelo Saraiva de Carvalho, Vasco Lourenço e Vítor Alves –, são formadas comissões que irão, na verdade, planejar e articular uma rebelião militar. Dando mostra de que não estava disposto a atender às reivindicações dos oficiais

¹⁹¹ RODRIGUES; BORGA; CARDOSO, p.412.

¹⁹² RODRIGUE; BORGA; CARDOSO, p.331-8.

do QP, Caetano regulamenta os decretos que estão sob questionamento, regularizando a situação dos oficiais que ascenderam do quadro complementar, o QEO, ao QP, a partir da frequência aos cursos regulares da AM.

Cabe aqui chamar a atenção para um fato que de algum modo reduz as dúvidas sobre até que ponto o governo teria ou não conhecimento das articulações dos oficiais. No dia 15, a revista *Jeune Afrique*, que possuía boa repercussão em Portugal, publicou um artigo que se iniciava com a seguinte afirmação:

“Paradoxo português: os liberais, eliminados nas eleições de 28 de Outubro, põem as suas esperanças no Exército e no general Spínola. Duzentos oficiais do Exército português reuniram-se secretamente em Outubro em plena campanha eleitoral para falar de política. A polícia política e, portanto, o Governo, estavam necessariamente ao corrente, pelo que é de admirar que tal reunião tenha podido ocorrer. Teriam sido abordados, entre outros assuntos, a guerra colonial e o futuro político de Portugal, com ou sem colónias”.¹⁹³

Este artigo prosseguia considerando a particular situação da economia portuguesa, que era controlada por oito grupos – sete famílias e o Banco Nacional Ultramarino – que buscavam uma solução política liberal para o país, enquanto era tempo, daí a criação da SEDES e a fundação do jornal Expresso. E, em meio a perguntas sobre possíveis caminhos para o futuro do país, observava que crescia em Lisboa a hipótese de Spínola vir a ocupar o lugar de Américo Tomás na presidência da República.¹⁹⁴

No último dia do ano, militares de direita tentam um golpe de estado, certamente por avaliarem o crescimento e as possibilidades de sucesso por parte do MC, embora o general Kaúlza de Arriaga, chefe da operação – da qual participou também, entre outros, o general Silvino Silvério Marques, que viria a compor, com alguma celeuma, a Junta de Salvação Nacional (JSN) formada logo após os capitães dominarem o país em 25 de abril de 74 –, tivesse declarado posteriormente que Caetano havia falhado, e que era muito “fraco” para enfrentar a situação que vinha se desenrolando, bem como, que era também almejada a neutralização tanto de Costa Gomes como de Spínola. A obstrução dessa tentativa se dá com a participação decisiva de membros do MC, bem como, por também disputar o poder, do próprio Spínola.¹⁹⁵

Os dois primeiros meses de 1974 assistirão à progressiva politização e organização do MC visando a tomada do poder, enquanto Spínola movimenta-se também no mesmo sentido,

¹⁹³ Apud CARVALHO, (s.d.). p.510.

¹⁹⁴ Cf. Carvalho, (s.d.). p. 511-2.

¹⁹⁵ Cf. RODRIGUES; BORGA; CARDOSO, 1974. p.276-83.

dando passos que certamente julgava consolidar uma proposta salvacionista, que pretendia que se apresentasse como a única alternativa viável para o país e suas colônias.

Nesse sentido, em 15 de janeiro, ele assume o terceiro posto na hierarquia das Forças Armadas, logo abaixo de Costa Gomes. Este, por sua vez, na qualidade de CEMGFA, desloca-se para Moçambique onde estão ocorrendo sérios conflitos, na Beira, entre a “população branca” e integrantes das forças armadas portuguesas, sendo que estes são acusados de “não combaterem o terrorismo e de não cumprirem o seu dever”.¹⁹⁶ O problema era de grandes proporções, e exigia mesmo a presença de uma autoridade da metrópole, pois a “população branca” revoltara-se após a morte de uma mulher europeia decorrente de um ataque da FRELIMO em uma região que até então a guerrilha não tinha tido acesso. Daí, as acusações aos militares. Na verdade, porém, tratava-se da consolidação e ampliação da ação guerrilheira.

Na seqüência desses acontecimentos, o MC em Moçambique assume a defesa das Forças Armadas, que estavam sendo, segundo o Movimento, “enxovalhadas” e usadas como “bode expiatório”, e exige que os fatos sejam apurados e que os oficiais superiores responsáveis sejam punidos.¹⁹⁷ Este fato motivou ainda o envio de dois telegramas do MC de Moçambique para Lisboa, os quais, segundo Afonso, “viriam relançar a questão colonial no seio do movimento em Portugal, onde a sua pujança tinha de alguma forma diminuído depois das medidas governamentais do final do ano de 1973 – alteração dos altos cargos políticos das pastas militares, revogação dos decretos do Verão, aumento dos vencimentos, etc”.¹⁹⁸

Em 10 de fevereiro, em discurso no encerramento da conferência anual da ANP, Caetano descarta a possibilidade de adoção de uma solução federativa para Portugal, considerando fora de propósito, pouco mais de uma década depois, sua proposta dos idos de 62, quando fora consultado por seu mestre.

Entretanto, o acontecimento que monopolizou as atenções em fevereiro foi o lançamento do livro de Spínola, *Portugal e o futuro*. Devido a ser militar, sua publicação teve que ser autorizada por seu superior hierárquico, Costa Gomes, que o fez, em parecer que não só aprovava sua publicação, como elogiava a proposta que continha para “(...) resolver o maior problema com que a Nação se debate – a guerra no Ultramar”.¹⁹⁹ Os pontos principais preconizavam a democratização do país, sua integração à Europa pela adesão a CEE, o fim da

¹⁹⁶ Apud MORAIS; VIOLANTE, 1974. p. 244.

¹⁹⁷ Cf. ALMEIDA, 1977. p. 238.

¹⁹⁸ AFONSO, 1994. p. 484-5. Há aqui um questão menor mas não desinteressante, é que os decretos, de fato, não chegaram a ser revogados. (Cf. RODRIGUES; BORGA; CARDOSO, 1986. p. 323.).

¹⁹⁹ Apud RODRIGUES; BORGA; CARDOSO, 1974. p. 294.

guerra, e a adoção de um sistema federalista.²⁰⁰ Este, então, era o *novo futuro* desejado por um velho aspirante ao poder, ou, talvez, um velho aspirante a Salazar, que fechava seu livro estrategicamente pré-divulgado,²⁰¹ oferecendo-se modestamente sob um manto, digamos, romano:

“Ao terminar o nosso depoimento desejamos esclarecer que não nos julgamos detentores exclusivos da verdade. Outras soluções existirão, porventura mais válidas, e por isso entendemos que o problema em causa, pela sua transcendência e projecção nacional, deve ser amplamente debatido em ordem a esclarecer convenientemente a Nação sobre o esquema que deve presidir aos seus destinos. Foi em obediência a este imperativo que, insistentemente solicitados, concordamos na publicação deste livro, que outra finalidade não tem senão apresentar à reflexão dos seus leitores uma análise realista e imparcial da actual conjuntura portuguesa, com vista à construção do futuro a que nove séculos de História nos deram pleno direito”.²⁰²

Na verdade, o discurso de Caetano no início do mês se tratava da antecipação da defesa do governo frente às posições dessa liderança militar. Por outro lado, a publicação serviu para aproximar Spínola dos capitães, que nessa altura estavam preparando a transformação do MC em Movimento das Forças Armadas (MFA), determinando claramente seu caráter político.

De fato, em 05 de março, em reunião do MC em Cascais, são aprovadas as bases do futuro programa do MFA, consubstanciado no documento “O Movimento, as Forças Armadas e a Nação”, que se centrava, por um lado, na denúncia de que o governo, sabedor de que a guerra não tinha futuro promissor para Portugal, agia no sentido de que a responsabilidade pela perda da África viesse a recair sobre as Forças Armadas, e, por outro, na reafirmação de que “O problema maior do povo Português, e que em larga medida condiciona todos os outros, é, neste momento, o da guerra em três territórios africanos: Angola, Moçambique e Guiné. A questão é gravíssima e está na base de uma crise geral do regime, já incontrolável pelo Poder”.²⁰³ Também a partir dessa reunião iniciaram-se os contatos do MFA com as organizações partidárias clandestinas,²⁰⁴ um sinal importante para o nosso ponto de vista de que, desde a sua gestação, a

²⁰⁰ Cf. SPÍNOLA, 1974a. “Defendemos, por isso, uma solução do problema nacional baseada numa ampla desconcentração e descentralização de poderes em clima de crescente regionalização de estruturas político-administrativas dos nossos Estados africanos, num quadro de raiz federativa. E se for essa a opção de vinte e cinco milhões de portugueses, haverá que assegurar, então, contra os extremistas, o cumprimento da vontade da Nação”. (p. 240-1).

²⁰¹ Segundo Carlos Lacerda, que, não esqueçamos, também era editor, a edição portuguesa de 50 mil exemplares esgotou-se em 12 horas, não tendo havido, entretanto, reimpressão, motivo pelo qual não chegou logo às colônias. Em 31 de março de 1974, prefaciando a quarta edição brasileira, a cargo de sua editora, Lacerda vaticinava que “(...) Portugal não será mais o que era antes de 23 de fevereiro de 1974, data em que este livro veio, por poucas horas, às mãos do público”, bem como, frisava, do alto de sua convivência com golpes e ardis políticos, que “(...) o Autor não foi preso – pelo menos até a impressão destas linhas – nem exilado, nem mesmo morto em acidente; nem lhe atribuíram, até agora, vícios nefandos ou crimes hediondos”. (Cf. SPÍNOLA, 1974b. p. 9 e 12).

²⁰² SPÍNOLA, 1974a. p. 244.

²⁰³ Apud NEVES (Org.), 1976a. p. 17-8.

²⁰⁴ Cf. MORAIS; VIOLANTE, 1986. p. 245 e RODRIGUES; BORGIA; CARDOSO, 1974. p. 336.

Revolução foi pensada pelos militares, em seu conjunto, abrigando os partidos políticos já no primeiro momento, e com intenção de que fosse formado um espectro pluripartidário.

Nesse mesmo dia, a imprensa noticia que a Comissão de Direitos Humanos da ONU recomendara que o Conselho Econômico e Social condenasse “vigorosamente” o trio África do Sul, Portugal e Rodésia pelo seu “persistente e flagrante desobediência” às moções e resoluções da ONU sobre autodeterminação e direitos humanos na África. Esta recomendação do CDH obteve 19 votos, três abstenções e um voto contrário, exatamente o americano.²⁰⁵ Sinal de que a visita de Kissinger, então Secretário de Estado, a Lisboa no final de 73 estava surtindo efeito.

Porém, ainda nesta mesma data, Caetano, em discurso na AN em que fez uma “Reflexão sobre o Ultramar”, em moldes que colocaram em progressão geométrica a perplexidade do antigo discurso salazarista, entre lugares comuns reprova veladamente àquela atitude de aproximação havida entre Spínola e o PAIGC e transfere para a AN a responsabilidade pela decisão de continuar a guerra.²⁰⁶ A Assembléia que, como vimos, pertencia toda a ANP, aprovou por unanimidade a continuidade da política colonial do governo. E, para demonstrar total solidariedade na alienação, a aclamou.²⁰⁷

No dia 09 dá-se a primeira reação do governo ao MFA, pois quatro oficiais são transferidos de suas unidades, sendo que três são detidos, dos quais dois recebem ordem de embarque para os Açores – um deles é o capitão Vasco Lourenço, um dos líderes e membro da Comissão Coordenadora do Movimento. Produz-se logo na Marinha um documento, assinado por 125 oficiais, de solidariedade com os oficiais do Exército detidos. Mostrava-se com isso a amplitude que já alcançava o MFA.

O governo resolveu também demonstrar sua força no meio militar, pelo menos no escalão superior, realizando, no dia 14, uma romaria de oficiais gerais ao palácio do governo, com a finalidade de produzir uma demonstração pública de que a política colonial também recebia total apoio das forças armadas; um beija-mão que reuniu um seleto grupo que em boa hora foi chamado de “Brigada do reumático”. Entretanto, não compareceram a São Bento Costa Gomes, Spínola, Kaúlza de Arriaga, Silvério Marques e Tierno Bagulho. Os dois primeiros, em ato do mesmo dia, foram exonerados. O que Marcello Caetano não atinava era para o fato de que ele com esse gesto havia iniciado a contagem regressiva da revolução.

No dia 16, no entanto, há um levantamento no Regimento de Infantaria nº 5, sediado em Caldas da Rainha, cujas explicações carecem até hoje de maior coerência, em que pese a grande

²⁰⁵ Cf. MORAIS; VIOLANTE, 1986. p. 245.

²⁰⁶ Cf. DOSSIER, (s.d.). v.1. p. 13-20.

²⁰⁷ Cf. MORAIS; VIOLANTE, 1986. p. 245.

desinformação, e até mesmo o desconhecimento, ainda reinante no meio militar sobre o MFA. De qualquer forma, tudo indicou posteriormente que serviu de modo involuntário para mascarar as ações do MFA, na medida em que reforçou a autoconfiança do governo, que, em decorrência, prendeu 33 oficiais. Afinal, na nota oficial em que dava conta de que havia sufocado o levante, não só o minimizava como terminava com uma das variantes de um indefectível bordão das ditaduras: “Reina a ordem em todo o País”.²⁰⁸

Tendo em vista o desenrolar dos últimos acontecimentos, a Comissão Coordenadora do MFA, em reunião no dia 24, decide acelerar a tomada do poder, e refazer o planejamento militar da operação, cujo encarregado era major Otelo Saraiva de Carvalho, uma vez que decide, também, que o golpe se daria entre 20 e 27 de abril.

Neste mês de início da libertação devemos assinalar que, logo no dia 09, ocorre um fato fora de controle, uma explosão de pequenas proporções no navio Cunene, que se preparava para partir para a África. E, também, outro ponto a ser realçado, é que pelo menos os principais partidos políticos deram mostra de que estavam, em meados do mês, a par da gestação e da aproximação do golpe. O MDP referiu-se ao levante de Caldas como um movimento inserido em algo mais amplo; o PS também endossou essa visão, e a complementou afirmando que o fato mostrava a “saturação psicológica no seio das Forças Armadas, (...) fenómeno de decisiva importância para accionar os mecanismos de desagregação do poder”; e, finalmente, o PCP, no último número clandestino de seu jornal *Avante!* fez uma exortação no sentido de que era necessário “aliar à luta antifascista os patriotas das Forças Armadas”.²⁰⁹

No dia 29, o chefe do governo tem a sua última “Conversa em família”, um tanto ou quanto lamurienta, mas, sobretudo, delirante, aliás, como nos momentos difíceis de Salazar. O teor de seu fecho, naquela altura, era uma sentença de morte ao regime:

“Não. Enquanto ocupar este lugar não deixarei de os ter presentes, aos portugueses do ultramar, no pensamento e no coração. Procuremos as fórmulas justas e possíveis para a evolução das províncias ultramarinas, de acordo com os progressos que façam e as circunstâncias do mundo: mas com uma condição, a de que a África portuguesa continue a ter alma portuguesa e que nela prossiga a vida e a obra de quantos se honram e orgulham de portugueses ser!”²¹⁰

O governo demonstrava, assim, não ter consciência do presente, pois seu chefe falava em evolução, enquanto o país estava às vésperas de uma revolução que implodiria de vez com os

²⁰⁸ Cf. RODRIGUES; BORGA; CARDOSO, 1974. p. 77-148.

²⁰⁹ Apud MORAIS; VIOLANTE, 1986. p. 246.

²¹⁰ DOSSIER, (s.d.). v. 1. p. 40.

escombros do futuro salazarista. Não chegava a ser uma novidade, em entrevista ao *Le Point*, em 18 de março, portanto pouco mais de um mês de sua destituição junto com o regime, Caetano mostrara que não entendia, de fato, nada de futuro, divagando, a partir de um personalismo absurdo e comprometedor de sua reputação como jurista, sobre o país a médio prazo, enquanto o futuro já havia *novamente* chegado para Portugal:

“Quer por tradição, quer por efeitos da minha educação jurídica, nunca faço previsões. Nunca sei o que o futuro nos reserva e é-me impossível prever a situação daqui a alguns anos”.²¹¹

²¹¹ Cf. MORAIS; VIOLANTE, 1986. p. 245.